

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

**AS REPRESENTAÇÕES DO NACIONALISMO EM LIMA
BARRETO**

RENATO DIAS DE SOUZA

ORIENTADOR: DR. NILDO VIANA

GOIÂNIA- 2017

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1 1. Identificação do material bibliográfico: ☐ Dissertação ☒ Tese

1 2. Identificação da Tese ou Dissertação

2

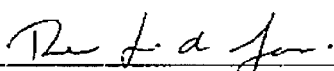
Nome completo do autor: Renato Dias de Souza

Título do trabalho: As Representações do Nacionalismo em Lima Barreto

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do (a) autor (a) ²

Data: 11 / 05 / 2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

²A assinatura deve ser escaneada.

RENATO DIAS DE SOUZA

AS REPRESENTAÇÕES DO NACIONALISMO EM LIMA BARRETO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Faculdade de Ciências Sociais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor, sob orientação do Prof. Dr. Nildo Viana.

Área de Concentração: Sociedade, Política e Cultura.

Linha de Pesquisa: Cultura, Representações e Práticas Simbólicas.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Souza, Renato Dias de
As Representações do Nacionalismo em Lima Barreto [manuscrito]
/ Renato Dias de Souza. - 2017.
259 f.

Orientador: Prof. Dr. Nildo Viana.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Goiânia, 2017.
Bibliografia.

1. Nação. 2. Nacionalismo. 3. Representações. 4. Caráter
Revolucionário. 5. Intelectual Engajado. I. Viana, Nildo, orient. II.
Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRABALHO DE TESE DE

Renato Dias de Souza

Aos onze dias do mês de maio de 2017, às 14:00 horas, na sala de defesas da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, realizou-se a sessão de julgamento de tese do doutorando Renato Dias de Souza, intitulada "*As Representações do Nacionalismo em Lima Barreto*". A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes Professores Doutores: Nildo Silva Viana (PPGS/UFG-Presidente), Francisco Evangelista Chagas Rabelo (PPGS/UFG), Edmilson Ferreira Marques (UEG), Andréa Vetorassi (PPGS/UFG) e Ricardo Golovaty (IFG). O doutorando apresentou o trabalho, os/as examinadores/as o arguíram e ele respondeu às arguições. Às 18 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta, atribuindo ao doutorando os seguintes resultados:

☒ Aprovado ☐ Reprovado

Nildo Silva Viana

☒ Aprovado ☐ Reprovado

Francisco Evangelista Chagas Rabelo

☒ Aprovado ☐ Reprovado

Edmilson Ferreira Marques

☒ Aprovado ☐ Reprovado

Andréa Vetorassi

☒ Aprovado ☐ Reprovado

Ricardo Golovaty

Resultado Final

APROVADO COM RECOMENDAÇÃO DA BANCA PARA SUA PUBLICAÇÃO

Reaberta a sessão pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Cleito Pereira dos Santos, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos/as membros/as da Banca Examinadora.

Cleito Pereira dos Santos
Coord. do Prog. de Pós-Graduação
em Sociologia - PPGS
Fac. Ciências Sociais - FCS/UFG

RENATO DIAS DE SOUZA

**AS REPRESENTAÇÕES DO NACIONALISMO EM LIMA
BARRETO**

Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Faculdade de Ciências Sociais, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia aprovada em ____ de _____ de _____, pela seguinte Banca Examinadora:

Prof. Dr. Nildo Viana-UFG
(Orientador)

Prof. Dr. Edmilson Ferreira Marques -UEG
(Membro)

Prof. Dr. Ricardo Vidal Golovaty - IFG
(Membro)

Profª. Dra. Andréa Vettorassi- UFG
(Membro)

Prof. Dr. Francisco Chagas Evangelista Rabêlo- UFG
(Membro)

AGRADECIMENTOS

A Pedro Dutra de Souza, meu filho, em quem tantas vezes pensei nesse trabalho e que tanta alegria me trouxe.

À Renata Gonçalves de Oliveira Dias, que tornou-se a minha principal companheira nesse caminho, e foi capaz de dar tanto apoio.

À Eunice, Beatriz e Alessandra – tão solidárias – e a Gernita, que mesmo não estando mais entre nós, foi uma referência para a qual nunca deixei de olhar.

A Nildo Viana, que muito mais que um orientador, é um grande amigo e uma amizade para toda a vida.

Aos amigos da Pró-Reitoria de Graduação da UEG, pelo apoio em momentos difíceis, especialmente a Maria Olinda Barreto e Leonardo Venicius Parreira Proto.

Aos membros da banca de qualificação e de defesa, Edmilson Marques e Francisco Rabêlo, e aos que se dispuseram a contribuir com olhar atento, como Andréa Vettorassi e Ricardo Golovaty.

A todos os amigos que se aproximaram com uma palavra de apoio e incentivo, meu muito obrigado.

RESUMO

Neste trabalho tivemos como objeto as representações do nacionalismo nas obras literárias de Afonso Henriques de Lima Barreto. Foi procurando apreendê-las que consideramos a relação entre literatura e sociedade e as implicações teóricas dessa no que se refere ao marxismo e a arte. Tendo em vista ainda as relações sociais concretas que envolveram o literato no início do século XX, finalmente, problematizamos as interpretações que atribuem uma defesa do nacionalismo às representações literárias barretianas e a sua concepção política. Nesse processo, consideramos fundamental o conhecimento acumulado acerca da Sociologia da Literatura, em seus limites e potencialidades, em suas distintas abordagens. Assim como as possíveis contribuições da teoria literária e a análise do discurso. Na expectativa de que a prática dos intelectuais e suas representações sejam melhor apreendidas, em especial, as da lavra de Lima Barreto. Considerando as questões candentes que se apresentavam na sociedade brasileira do início do século XX, que implicaram na formação do campo literário no país, e entre outros elementos levaram esse carioca ao país de Bruzundangas. Identificando, em sua perspectiva revolucionária, uma república caracterizada pela ação de plutocratas, burgueses e coronéis; de mandarins literários; de uma política externa de dependência e favorecimento das classes dominantes e, finalmente, de um intenso fetichismo quanto aos títulos e à condição de “doutor”. Esse caminho, acreditamos, nos possibilitou problematizarmos o suposto nacionalismo de Lima Barreto e as várias representações literárias que apresentara especialmente em *Recordações do escrívão Isaías Caminha* e *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Entre nossas principais preocupações pretendíamos responder em que medida um anarquista, como ele, pudera ser associado durante tantos anos a um suposto projeto nacionalista para o Brasil. Se era de fato isso, quais são as contradições entre o seu anarquismo em suas manifestações originais, e a assimilação de um projeto nacionalista pelo literato em questão? Seria esse um crítico superficial da realidade ou um crítico radical, chegando a contestar os fundamentos da sociedade em que vivia? Foi a partir dessas preocupações, as quais veem se juntar outras, que nos colocamos em um processo investigativo acerca das representações barretianas do nacionalismo, do seu engajamento, tendo em vista identificarmos sua real vinculação política. Ao final, após percorrermos essas etapas, voltamos à nossa hipótese principal e avaliamos a sua pertinência.

Palavras-Chave: Nação; Nacionalismo; Representações; Caráter Revolucionário e Intelectual Engajado.

ABSTRACT

In this work we have as object the representations of nationalism in the literary works of Afonso Henriques de Lima Barreto. It was sought to apprehend them that we consider the relation between literature and society and the theoretical implications of this in what refers to Marxism and art. Still in view of the concrete social relations that involved the writer in the early twentieth century, we finally problematize the interpretations that attribute a defense of nationalism to the Bartian literary representations and their political conception. In this process, we consider fundamental the accumulated knowledge about the Sociology of Literature, in its limits and potentialities, in its different approaches. As well as the possible contributions of literary theory and discourse analysis. In the expectation that the practice of intellectuals and their representations will be better understood, especially those of Lima Barreto. Considering the burning questions that appeared in the Brazilian society of the early twentieth century, which implied the formation of the literary field in the country, and among other elements led this Carioca to the country of Bruzundangas. Identifying, in its revolutionary perspective, a republic characterized by the action of plutocrats, bourgeois and colonels; Of literary mandarins; Of a foreign policy of dependence and favoring of the ruling classes, and finally of an intense fetishism about the titles and the condition of "doctor". This path, we believe, enabled us to problematize the supposed nationalism of Lima Barreto and the various literary representations he had presented especially in *Memories of the scribe Isaiás Caminha* and *Sad end of Policarpo Quaresma*. Among our main concerns we tried to answer to what extent an anarchist, like him, could be associated for so many years with a supposed nationalist project for Brazil. If so, what are the contradictions between his anarchism in its original manifestations, and the assimilation of a nationalist project by the literary in question? Was this a superficial critic of reality or a radical critic, even challenging the foundations of the society in which he lived? It was from these concerns that we come to join others, that we put ourselves in an investigative process about the barretianas representations of nationalism, of its engagement, with a view to identifying its real political connection. In the end, after going through these steps, we return to our main hypothesis and evaluate its pertinence.

Keywords: Nation; Nationalism; Representations; Revolutionary and Intellectual Character Engaged.

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1- LITERATURA E SOCIEDADE.....	22
1.1- A SOCIOLOGIA DA LITERATURA.....	22
1.2- MARXISMO, ARTE E LITERATURA.....	34
1.3- TEORIA DA LITERATURA E ANÁLISE LITERÁRIA.....	49
1.4- INTELECTUAIS E REPRESENTAÇÕES.....	57
CAPÍTULO 2- LIMA BARRETO E SUA ÉPOCA.....	74
2.1- A SOCIEDADE BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	74
2.2- A FORMAÇÃO DO CAMPO LITERÁRIO NO BRASIL.....	105
2.3- LIMA BARRETO NO PAÍS DE BRUZUNDANGAS.....	117
CAPÍTULO 3- NACIONALISMO NOS ESCRITOS POLÍTICOS DE LIMA BARRETO.....	126
3.1- UMA REPÚBLICA DE PLUTOCRATAS, BURGUESES E CORONÉIS.....	127
3.2- REPÚBLICA DE MANDARINS LITERÁRIOS.....	163
3.3- A REPÚBLICA DO RIO BRANCO.....	170
3.4- REPÚBLICA DOS DOUTORES.....	184
3.5- LIMA BARRETO, UM NACIONALISTA?	194
CAPÍTULO 4- NACIONALISMO NAS OBRAS LITERÁRIAS DE LIMA BARRETO.....	200
4.1- RECORDAÇÕES DO ESCRIVÃO ISAÍAS CAMINHA.....	200

4.2- TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA.....	228
4.3- REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS, NACIONALISMO E LIMA BARRETO.....	243
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	250
REFERÊNCIAS	254

INTRODUÇÃO

Nosso primeiro contato com a obra barretiana – a leitura do conto *O Homem que Sabia Javanês* – já chamava nossa atenção para o caráter irônico de sua produção literária. Ainda, na infância, fui impactado por um texto que não diz tanto em si, mas, sobretudo, no que se convencionou chamar “entre linhas”. Temos neste algumas características comuns a toda a obra de Lima Barreto, entre estas, a crítica às relações sociais no Brasil, sobretudo no que se refere ao comportamento típico diante de títulos e honrarias. O que se enfatiza é como o *parecer* sobrepõe-se ao *ser*, em importância, determinando o comportamento das pessoas diante dos “doutores”. Traduz-se, assim, uma das mais belas páginas da literatura brasileira.

Em um contexto de ampla manifestação da mesmice, inclusive nas expressões artísticas, nos decidimos pela análise sociológica da obra de Lima Barreto. Essa, sem dúvida, desperta interesses e apresenta diversas potencialidades. Neste autor constatamos a preferência pela crítica, ao invés da contemporização, e uma inquietação constante diante das diversas mazelas sociais. Em sua especificidade, Lima Barreto, nos recorda em muitos aspectos trajetórias profícuas, como Franz Kafka, por exemplo. Tanto quanto o autor de obras como *A metamorfose*, Lima Barreto, escreve em um contexto de transição, no caso do primeiro, o fim do império Habsburgos, enquanto o segundo, na crise do fim do império brasileiro e o surgimento da República. Tanto um, quanto o outro, seriam vistos por seus contemporâneos como pouco criativos ou mesmo inábeis, na utilização do vocabulário e repertório temático. O relacionamento desses autores com seus pais, no caso a figura paterna, também fundamentará uma reflexão freudiana por parte de vários autores quanto a biografia de ambos. Finalmente, eles tinham uma opinião comum com relação a um tema como o casamento, considerando que assumir esse compromisso, significaria uma restrição a criatividade na prática artística.

Diante da biografia desses autores, em especial Lima Barreto, a leitura das suas obras nos despertou várias questões. Um turbilhão de dúvidas, para ser sincero. Foram estas fundamentais para a constituição de nosso objeto – as representações do nacionalismo na obra barretiana – assim como de nossa problemática. Dentre as várias perguntas, citamos as que consideramos mais relevantes: Lima Barreto deve ser caracterizado como um anarquista ou

como defensor de um projeto nacionalista, como tantas vezes lhe imputaram? Considerando as relações sociais concretas, que nos levariam a compreensão do anarquismo de fato, que existia no início do século XX no Brasil, há um projeto nacionalista na obra barretiana? Quais as contradições de Lima Barreto nesse sentido? Policarpo Quaresma, um dos mais famosos personagens de Lima Barreto, é um homem cordial que vive os sonhos típicos de reformistas, sejam esses intelectuais, militares ou burocratas. Seu criador, então, seria um defensor desse tipo de concepção acerca da intervenção na realidade ou um crítico desse *modus operandi* de agir socialmente? Lima Barreto é somente um crítico superficial da realidade (um reformista) ou um crítico radical da sociedade em que vivia (um revolucionário) que contesta o caráter planificador dos intelectuais de seu tempo? Essas são algumas das questões que pretendemos discutir nesse trabalho e elucidá-las.

A partir dessas dúvidas nos recordamos de duas questões colocadas por Marx, no prefácio da primeira edição de *O capital*. Primeiro, “... na análise das formas econômicas não podem servir nem o microscópio nem reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir ambos” (MARX, 1988, p. 18). E, naturalmente, diante disso, leitores que queiram aprender algo de novo e queiram, portanto, também pensar por conta própria, devem levar isso em consideração (MARX, 1988, p. 18). Tanto a necessidade de abstração, quanto a inutilidade de microscópio, e a vontade de apresentar algo novo são nossas preocupações neste trabalho. Segundo Marx, ainda, não somos interpelados somente pelos vivos, mas também pelos mortos.

Além das misérias modernas, oprime- nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes do fato de continuarem vegetando modos de produção arcaicos e ultrapassados, com o seu séquito de relações sociais e políticas anacrônicas. Somos atormentados não só pelos vivos, como também pelos mortos. Le mort saisit le vif! [o morto se apodera do vivo] (MARX, 1988, p. 18).

Esta é uma afirmação muito própria ao contexto da Primeira República brasileira, onde coexistem modos de produção, e que também nos leva a pensarmos na atualidade da obra barretiana, já que ainda sobrevivem práticas já antagonizadas pelo literato no início do século XX. No posfácio à segunda edição de *O capital*, por sua vez, Marx enfatiza o processo de amadurecimento pelo qual passa o pesquisador na tentativa de compreender o que toma como objeto e o que deve buscar nessa trajetória.

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real (MARX, 1988, p. 26).

Diante da necessidade da abstração, colocada por Marx, assim como das implicações que decorrem do método de pesquisa ao método de exposição, adentramos esse terreno pela biografia de Lima Barreto. Então, de quem falamos, ao nos referirmos a autor tão conhecido na realidade brasileira? Qual sua origem social? O que tornariam ímpares suas expressões literárias? Diante dos desafios que apresentamos, enfatizamos a importância de considerarmos a trajetória política do intelectual que nasceu no dia 13 de maio de 1881 – exatamente sete anos antes do estabelecimento do marco formal do fim da escravidão no Brasil – Afonso Henriques de Lima Barreto. Esse, filho do tipógrafo João Henriques de Lima Barreto e da professora Amália Augusta Pereira de Carvalho (PRADO, 2008, p. XXXI), se tornaria, posteriormente uma das maiores referências intelectuais brasileiras, assim como também uma das mais controversas.

Consideramos que a obra deste autor – em seu caráter ficcional, militante, jornalístico – evidenciam suas representações do nacionalismo e é esclarecedora acerca da sua opção no espectro político. Utilizaremos, diante dos grandes desafios que nos interpela, o materialismo histórico-dialético. Nos inserindo com isso em debates, a partir dos pressupostos da produção sociológica, acerca de questões que dizem respeito à sua prática e à produção intelectual nacional que se referem a Lima Barreto. Nos interessando compreendê-lo inserido na totalidade das relações sociais, em sua prática cotidiana e em sua profícua produção acerca do Brasil.

Quando nos referimos a Lima Barreto, constatamos que desde muito jovem, ainda no curso preparatório do Colégio Paula Freitas, aderiu às ideias da envergadura de José Oiticica, intelectual e poeta anarquista, que teve uma história comum às personalidades tidas como subversivas. Tendo muito jovem, em 1902, já sido convidado a colaborar no jornalzinho *A Lanterna*, devido seu posicionamento crítico e questionador, chamando a atenção dos seus colegas por suas “tiradas” (PRADO, 2008, p. XXXII). Entretanto, neste mesmo ano, o pai enlouquecera e o jovem viu-se obrigado a abandonar a Faculdade para sustentar a família. Então, por sua vez, passaria a trabalhar como amanuense¹ na Secretaria da Guerra, em 1903, quando também rompe com Afonso Celso, o Visconde de Ouro Preto, que havia sido o protetor de seu pai, um incorrigível monarquista (PRADO, 2008, p. XXXII).

Constantemente Lima Barreto abordou em sua produção intelectual temas

¹ O amanuense é também chamado de copista, pois, trata-se daqueles que eram responsáveis, nas repartições públicas, sobretudo, pelo registro ou cópia à mão de documentos oficiais.

relacionados ao seu próprio cotidiano, como a loucura do pai e o seu trabalho burocrático, e consequentemente as suas representações do nacionalismo. A importância desses aspectos em sua obra pode ser constatada quando se ocupa em caracterizar o hospício, por exemplo, que considerava “meio hospital, meio prisão” (LIMA BARRETO, 2010, p. 123; 1997, p. 58), o tornando objeto de críticas contundentes. Assim como a burocracia brasileira, formada por bacharéis presunçosos, que com seus “anéis simbólicos” o irritavam com “sua aptidão [dos burocratas] para endireitar a pátria” (LIMA BARRETO, 2010, p. 72). Bem como, acreditamos, foi a partir desse terreno que por meio da criatividade nos legou personagens profundos e uma literatura engajada.

Em 1909, o jovem escritor, publicaria em Lisboa, o romance *Recordações do escrivo Isaias Caminha* (PRADO, 2008, p. XXXIII), seu primeiro livro. A partir dessa obra, podemos notar, que o país em que nascera já se mostrava arredo às ideias desse escritor que se orgulhava dos seus antepassados escravos, em um contexto em que a intelectualidade brasileira se envergonhava da sua origem racial. Daí não ter encontrado editor no Brasil que se interessasse em publicá-lo. Mas dois anos depois, no *Jornal do Commercio*, publicaria em folhetins *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (em 1915, transformado em livro) e um pouco depois, em 1912, em folhetins, *Numa e ninfa*, pela *Gazeta da Tarde* (PRADO, 2008, p. XXXIII). Conhecia-se a força da escrita de Lima Barreto, através de jornais e livros, enquanto os meios intelectuais o mantinham afastado de seus círculos e ele, por sua vez, se constituía em um autêntico crítico dos seus hábitos e da ausência de autonomia intelectual reinante.

Em *Cemitério dos vivos*, Lima Barreto (2010, p. 149) destaca como a ascensão social estava proporcionalmente relacionada ao quanto se perdia de autonomia e independência intelectual, acomodando-se às relações de compadrio, e manifestando gratidão àqueles que assumiam o papel de protetores (“pistolões”). Em termos de país, afirma que os “especialistas” em “países satélites” como o Brasil, eram repetidores das asserções dos notáveis da Europa. E, com isso, “abdicam do direito de crítica, de exame, de livre-exame; e é como se voltássemos ao regime da autoridade” (LIMA BARRETO, 2010, p.165).

Lima Barreto enfrentou muitos dramas pessoais, em seus mais diversos matizes, e sua biografia, *A Vida de Lima Barreto* (1952), por Francisco de Assis Barbosa é ainda hoje uma referência fundamental na reconstituição dessa trajetória. Tratando de um autor que em 1918, aos 37 anos, já era considerado inválido, devido problemas psíquicos, pelo Estado brasileiro e aposentado do seu cargo (PRADO, 2008, p. XXXIV). Tendo publicado ainda, em 1919, o romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, antes de ser recolhido novamente ao hospício

(PRADO, 2008, p. XXXIV).

Em 1929, publicou *Histórias e sonhos* e começou a redigir *O cemitério dos vivos*, que não concluiu (PRADO, 2008, p. XXXIV). O que descrevemos não é tudo o que nos legou Lima Barreto, como obras literárias, mas apenas o que consideramos indispensável à compreensão das suas representações do nacionalismo em que vivera. Foi em um contexto de profundas transformações sociais, onde acelerava-se o ritmo de vida da sociedade carioca, que vinha à luz a criticidade de Lima Barreto.

Segundo Nicolau Sevcenko, tratava-se de um contexto em que “a penetração intensiva de capital estrangeiro, ativando energicamente a cadência de negócios e a oscilação das fortunas, vem corroborar e precipitar esse ritmo, alastrando-o numa amplitude que arrebatava a todos os setores da sociedade” (SEVCENKO, 2003, p. 38).

Aproveitando-se de seu papel privilegiado na intermediação dos recursos da economia cafeeira e de sua condição de centro político do país, a sociedade carioca viu acumular-se no seu interior vastos recursos enraizados principalmente no comércio e nas finanças, mas derivando já também para as aplicações industriais (SEVCENKO, 2003, p. 39).

Como se pode notar, quanto ao Rio de Janeiro, além de maior centro comercial do país, ainda se deve acrescentar que era o maior centro populacional e isso garantia às indústrias a oferta de mão-de-obra e o mais amplo mercado nacional de consumo (SEVCENKO, 2003, p. 39).

Tendo acompanhado boa parte dessas transformações, Lima Barreto, em 1914, foi internado no hospício após grave crise alcoólica (PRADO, 2008, p. XXXIII), que acabariam se intensificando com o passar do tempo, e culminariam em um ataque cardíaco que lhe tiraria a vida em 1º de novembro de 1922, em sua casa no Rio de Janeiro, enquanto lia um exemplar de *Revue des Deux Mondes* (PRADO, 2008, p. XXXIV). Há, por isso, a necessidade de situá-lo no quadro intelectual brasileiro, por meio do método dialético, compreendendo a importância das experiências que viveu Lima Barreto para a formação da sua consciência de classe e da sua relação com o subúrbio carioca, por exemplo, entre outros vários temas.

É na multiplicidade de opiniões bibliográficas que encontramos ao tentar situar Lima Barreto no espectro político que chegamos à nossa principal problemática e esperamos dirimi-la a partir da identificação das suas representações do nacionalismo. Nossa expectativa é que essas sejam esclarecedoras – onde há controvérsia – quanto ao posicionamento político assumido pelo autor em questão. Diante disso, nos colocamos a seguinte pergunta: entre tantos intelectuais brasileiros, seria ele mais um a propor um projeto de nacionalidade para o país, sendo ele mesmo um nacionalista? Essa questão traz consigo a necessidade de a

elucidarmos situando a produção ficcional desse autor no interior das lutas sociais de seu tempo e quanto à consciência de classe que expressa. Por isso, vamos às caracterizações nas quais tem sido circunscrito ao longo desses anos.

Dentre as várias caracterizações atribuídas a Lima Barreto, tão numerosas quanto seus personagens, chegou-se a falar em um intelectual que teria se mantido um *nostálgico da monarquia*, assim como João Henriques de Lima Barreto, seu pai. Essa concepção nos foi legada por um dos seus principais biógrafos, Francisco de Assis Barbosa, que identifica nesse autor uma literatura militante que talvez, naquela época, só fosse novidade no Brasil (BARBOSA Apud SEVCENKO, 1983, p. 16).

Lima Barreto, que se conservou de certo modo um nostálgico da Monarquia, apesar das suas manifestações anarquistas, atacou sem reservas o sistema que se lhe afigurava uma oligarquia de caráter mais aristocrático que o parlamentarismo imperial. O que pode parecer até um paradoxo, mas não era. A essa curiosa forma de governo de fazendeiros de café, capitalistas e bacharéis, muitos dos quais advogados dos interesses de grupos privilegiados e até antinacionais, Lima Barreto chamou de plutocracia, talvez com um certo exagero, mas sem falsear a verdade (BARBOSA Apud SEVCENKO, 1983, p. 17).

Entretanto, a esse Lima Barreto anarquista, que tem críticas ao governo devido seus integrantes antinacionalistas (conforme implícito no trecho acima), vem juntar-se ainda mais ambiguidades se correto o que lhe atribui a antropóloga Lilia Schwarcz. Segundo essa, tratar desse é ocupar-se de um literato que expressa as ambiguidades típicas da modernidade brasileira e das condições colocadas à transição do Império à República, assim como, do trabalho escravo ao trabalho assalariado, resultante das novas relações sociais. Teríamos, então, *um autor ambíguo e ressentido quanto aos círculos intelectuais da época*.

Não é o caso de apostar se esses são recursos contextuais ou marcas intencionais de uma produção literária. Mais importante é assinalar o resultado: temos diante de nós uma personalidade complexa, ambivalente, que batalha pela autonomia de sua escrita mas se sente inadaptada e incapacitada de realizar tal propósito, por conta de sua origem social e étnica ou seu desempenho em sociedade (tema frequente em suas crônicas, romances, diários e contos). A literatura parece ser, assim, refúgio e igualmente muralha; local onde o escritor busca inserir-se na sociedade, mas também de constatação de certa impotência social (SCHWARCZ, 2010, p. 15).

Segundo Lilia Schwarcz, portanto, Lima Barreto pode ser considerado *expressão da ambiguidade brasileira* – do seu processo de modernização – e o mesmo seria constatado em sua prática social e nos vínculos institucionais que durante toda a vida teria perseguido. Assim,

seu mundo era repleto de contradições de todo tipo: crítico do racismo científico, temia pelos efeitos que a bebida teria sobre seu organismo ou pelas manifestações de loucura já presentes em seu pai; adversário confesso da escrita marcada pelo rigor e métrica formais, tentou sem sucesso entrar na Academia, não se furtando a recorrer a

redes de apadrinhamento para tal objetivo; defensor da vanguarda literária russa, do anarquismo e da autonomia política do escritor, era contrário a grandes modernizações urbanas e culturais; espécie de arauto da negritude (muito antes do sucesso do culturalismo ou dos movimentos sociais), negava a importância da música de origem africana ou de costumes que, em seu entender, afastavam essa população das benesses do progresso (SCHWARCZ, 2010, p. 16).

Um autor tão controverso, não poderia ser considerado exclusivamente a partir dessas interpretações, de modo que há aqueles que o caracterizam como um *nacionalista moderado de patriotismo alternativo e compatível com o cosmopolitismo*. O que pretendemos elucidar tendo como ponto de partida as relações sociais concretas e as suas respectivas representações do nacionalismo.

Lima Barreto não argumenta de fora, a partir de um ideal abstrato e cosmopolita de humanidade, mas sim a partir das pretensões do próprio patriotismo. Teme uma perspectiva intrínseca [do patriotismo], considerando os interesses da maioria da população, atitude que se poderia chamar de patriotismo alternativo, à medida que condena a sociedade de classes e o Estado de não-direito por instrumentalizarem o patriotismo e o nacionalismo em favor do interesse das elites. Esboça uma utopia *ex negativo*, um patriotismo social, com consciência histórica e respeito pela cidadania, ancorado na cultura própria e aberto a influências estrangeiras, ou seja, um patriotismo compatível que se auto supera e se neutraliza, tornando-se compatível com o cosmopolitismo (ZILLY, 2015).

Nessa mesma linha de raciocínio, considerando a obra de Lima Barreto o produto de um nacionalismo de outro tipo, o de uma “comunidade imaginada”, temos Francis Paulina L. da Silva. Que também afirma a existência de um *discurso nacionalista utópico* barretiano que tendo sido incompreendido durante toda a vida, falaria pela boca de personagens como Policarpo Quaresma, ignorando-se, com isso, os aspectos metafóricos, e atribuindo a Lima Barreto o patriotismo como um ideal a ser alcançado. Assim, nosso autor, como vários de sua geração, reclamaria por um verdadeiro nacionalismo brasileiro. Nesse caminho, mais tarde, poderia ser eleito patrono do integralismo brasileiro, se fosse o caso. O que, em nossa opinião, é inviável, tendo em vista o significado real da produção de Lima Barreto.

Embora o romance *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, em seu estilo penumbriado e sério, seja menos conhecido, em meio à obra tão popular de Lima Barreto, como o *Triste fim de Policarpo Quaresma*, o autor constrói um discurso nacionalista utópico. A ideia de uma comunidade imaginada transparece, em meio às reflexões dos protagonistas e um espírito solidário, ante a massa inconsciente dos problemas que afligiam a sociedade em ritmo de modernização (SILVA, 2012, p. 14).

Porém, em caminho completamente divergente, o sociólogo Nildo Viana demonstra a coerência existente entre o militante anarquista e o literato Lima Barreto. Desse modo, ao contrário das posições que de um lado, ou de outro, vislumbram um certo nacionalismo no autor, o que teríamos na realidade seria um intelectual que utiliza-se de um *método crítico*

progressivo na superação do fetichismo que representaria o nacionalismo.

A reconstituição literária do nacionalismo realizada por Lima Barreto assume um caráter nitidamente crítico e desmistificador. A crítica ao nacionalismo ocorre desde o início através do narrador e atinge o ponto culminante quando Policarpo Quaresma reconhece seu engano e se conscientiza de que a pátria é uma ficção. O final apresenta a unidade de pensamento do narrador e Policarpo, realizada através do desenvolvimento da consciência deste último, que ocorreu por intermédio de sua experiência própria e demonstra a completa superação da ideologia pelo segundo. Portanto, a reconstituição literária de Lima Barreto se caracteriza por ser uma crítica radical ao nacionalismo, que vai se desenvolvendo progressivamente no interior da narrativa (VIANA, 2004, p. 14).

Nessa perspectiva, consideraremos as especificidades que dizem respeito a produção artística, e que os discursos de Policarpo Quaresma não podem ser compreendidos em si, mas a partir das relações sociais concretas que as condicionam, assim como de recursos metafóricos e estilísticos, de modo que uma sátira não pode ser compreendida se ignorada suas características e as funções literárias que pode desempenhar em um texto. Bakhtin (2006, p. 112) esclarece que é preciso considerar um certo horizonte social definido e estabelecido que determina a criação do grupo social e da época em que vivemos, assim como das demais épocas, de modo que a linguagem, e conseqüentemente a produção literária sejam compreendidas a partir desse contexto.

Diante dessas especificidades da produção artística, assim como dos desafios que nos impõe a produção de Lima Barreto – criativa, dinâmica e problematizadora, temos que reconhecer as possíveis implicações deste trabalho e explicitar o referencial político de onde partimos. É pertinente, desse modo, devido tratarmos de obra sobre a qual há grandes controvérsias, no que diz respeito aos modos com que foram interpretadas suas produções ficcionais, e na produção intelectual, em geral, sobre o autor em questão, apurarmos nosso rigor metodológico e nos ampararmos em uma robusta teoria na compreensão do nosso objeto. Temos ainda, no que diz respeito a perspectiva teórica que adotamos, que fazer com que nossa tese evidencie seu caráter elucidativo, pois, uma questão como o suposto projeto nacionalista em Lima Barreto, contrasta com uma trajetória de militância política anarquista.

Isso fora, inclusive, motivo de representações no cinema nacional e tem disseminado essa interpretação entre jovens leitores da produção barretiana. O filme *Policarpo Quaresma, Herói do Brasil* (1998), dirigido por Paulo Thiago, inspirando-se na obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*, é um exemplo de como se faz uma interpretação nacionalista desse autor. Sendo necessário, a partir da nossa perspectiva, das categorias e conceitos, uma ampla fundamentação teórica, para esclarecermos o que pretendia Lima Barreto em seu tempo e a

atribuição de significados impróprios à sua obra.

Trata-se de tema original no que diz respeito ao viés, a abordagem e a problemática adotada, apesar dos trabalhos já existentes em nível de pós-graduação. Estando atento às questões específicas do campo da arte, mas também, considerando as relações sociais concretas e as práticas, em geral, na qual se constituíram essas representações literárias. Dando ao tema viabilidade o fato de termos uma considerável produção bibliográfica sobre a obra de Lima Barreto, mesmo que não abordando exatamente o problema do nacionalismo, mas considerando aspectos próprios a sociedade da época e mesmo releituras desse autor.

Nossa pesquisa é socialmente relevante na medida em que trata de questões que se referem a identidade assumida pelos indivíduos, nacionalistas ou não, de aspectos organizacionais da sociedade em que viveu Lima Barreto e de outros que ainda dizem respeito a nós, na atualidade. Finalmente, acrescentamos à sua relevância social o fato de tratarmos de alternativas políticas que se colocavam àquelas representações do nacionalismo e ainda se colocam a nós, em um contexto de expansão de novas sociabilidades e busca de saídas que superem a modernização excludente, assim como teimosamente propunha Lima Barreto.

Nesse sentido, temos como objetivo geral, tomando a produção literária de Lima Barreto como objeto, apreender as suas representações do nacionalismo e identificarmos a sua real vinculação política, em meio a controversas interpretações. O que se dará se considerarmos suas relações com a sociedade da época, dentre outras, sua militância política anarquista. Considerando em que medida, como afirma um debate já posto, o mesmo teria implícito em sua obra um projeto nacionalista para o Brasil.

Temos como objetivos específicos compreendermos a relação entre literatura e sociedade, as implicações teóricas do diálogo entre marxismo e arte e apresentarmos os principais conceitos com os quais analisaremos a obra de Lima Barreto; demonstrarmos as relações sociais concretas que o envolveram, no início do século XX, a partir dos seus principais acontecimentos, o campo literário e algumas das suas principais intervenções na realidade e, finalmente, identificarmos as representações literárias do nacionalismo nos escritos políticos e obras literárias de Lima Barreto, e a partir da sua crítica social, compreendermos a sua real vinculação política. Portanto, faz-se necessário considerarmos suas posições no que diz respeito aos temas em debate, e sua relação com as lutas sociais em sua época. Sendo que Lima Barreto demonstra estreita relação, inclusive em sua obra ficcional, com o subúrbio carioca e às condições sociais que levaram vários autores a imputar-lhe no pensamento social brasileiro o papel de proponente de um projeto nacionalista.

É por isso que organizaremos nossa tese em quatro capítulos, tendo o primeiro um caráter eminentemente teórico. Neste torna-se fundamental aos objetivos que nos propomos a explicitação do processo relativo a pesquisa, bem como, sua fundamentação teórica. No segundo, por sua vez, nos ocuparemos das relações sociais concretas que envolveram Lima Barreto no início do século XX. O que requer que consideremos as questões políticas que se colocavam à intelectualidade, entre outros, naquele contexto. No terceiro e quarto, a partir das condições sociais concretas, procuraremos identificar as representações literárias do nacionalismo na obra barretiana e a sua vinculação política. Trata-se, portanto, nestes dois últimos capítulos, de uma espécie de síntese a partir da qual explicamos as múltiplas determinações que levam à vinculação política barretiana e suas representações literárias.

Nossa fundamentação teórica, circunscrita pelo materialismo histórico-dialético, portanto, constitui-se em crítica aos paradigmas de especialização no âmbito das ciências e das relações sociais em geral. Fazendo-se necessário, para isso, aprofundarmos nossa problemática principal, o instrumental teórico que contribuirá em sua elucidação (o que faremos no primeiro capítulo) e nossa hipótese inicial ainda nesta introdução.

Desse modo, nosso principal problema é identificarmos as representações barretianas do nacionalismo em suas obras literárias e sua real vinculação política. Nesse sentido, o marxismo, devido algumas de suas categorias fundamentais, servirá de sustentação a fundamentação teórica dessa pesquisa, especialmente em sua preocupação metodológica com a totalidade. Fazendo-se necessário enfatizarmos a relação do marxismo com a literatura e as relações concretas que envolveram Lima Barreto sob o viés do materialismo histórico-dialético.

Nossa principal hipótese é que Lima Barreto expressa uma consciência de classe própria ao operariado brasileiro da sua época, inclusive em suas ambiguidades, e por isso produz uma crítica ao nacionalismo em seus aspectos determinantes. Tanto que afirma que “esta nossa sociedade é absolutamente idiota”, pois, a ela faltaria gosto, iniciativa e autonomia intelectual enquanto sobraria atonia (BARRETO, 2010, p. 93). Explicitando uma consciência de classe produzida a partir da intensificação das lutas sociais e da organização do operariado nas duas primeiras décadas do século XX. Todavia a ausência de uma teoria do capitalismo, elemento muito característico do anarquismo, e que também será parte constitutiva de sua obra, tornou pouco incisivo o projeto de sociedade que propunha a construção e levou vários de seus interpretes a atribuir um projeto nacionalista às suas representações literárias. O que só poderemos confirmar, ou chegar a outras considerações, nos próximos capítulos.

Utilizando a literatura como fonte de reflexão acerca do assunto e, também, os indícios da obra barretiana que parecem não ter sido considerados em outras análises, destacamos a perspectiva heurística do método do qual nos apropriamos. Nos dando elementos fundamentais para apreendermos as representações do nacionalismo e identificarmos sua real visão política. Considerando suas posições no que diz respeito aos temas em debate e sua relação com as lutas sociais de sua época. Importante, nesse aspecto, as experiências vividas por Lima Barreto na formação da sua consciência individual, que pode ser expressão da sua própria classe ou de outra, e nas especificidades de sua produção literária e intelectual.

Entendemos que, certamente, o método dialético nos possibilita refletirmos acerca da relação de Lima Barreto com o subúrbio carioca, por exemplo, e as condições sociais de sua época. Trataria-se, portanto, da aplicação indiscriminada do método dialético e mesmo da sua utilização conforme apresentada por Hegel, ou mesmo Marx, por exemplo? Pelo contrário, mas da utilização do método dialético, em sua historicidade e auto identificado com a complexidade da sociedade contemporânea.

Nessa preocupação em considerarmos as múltiplas determinações que configuram as representações literárias do nacionalismo, em oposição às explicações metafísicas pré-hegelianas, e partindo das relações sociais concretas, é o próprio Lima Barreto que nos inspira. Por exemplo, ao tratar da loucura em suas obras literárias, esse intelectual sempre superou as explicações correntes em sua época, sobretudo aquelas rotuladas como científicas. Assim, enquanto alguns afirmavam que esta era oriunda da “raça” ou do fato de muito estudar (como no caso do personagem Policarpo Quaresma), Lima Barreto (2010, p. 119) já se perguntava pelas questões sociais que levariam os indivíduos a enlouquecer. Do mesmo modo, é nas relações sociais concretas que buscaremos explicações para as representações literárias deste autor, e para sua posição política, de fato.

No que se refere à obra de Lima Barreto não é possível reduzi-la a uniformidade, por isso, falamos em representações e seus múltiplos aspectos. Logo, em sua dimensão plural, e geradora de inúmeros debates. Já que o mesmo tratou de temas variados, como por exemplo: a música nacional, a burocracia, a questão da mulher; do negro e agrária, entre outros tantos problemas sociais ainda latentes na atualidade.

É nessa perspectiva que adotaremos o método dialético, especialmente em sua variante materialista, como “fio condutor” na pesquisa. O que pretendemos evidenciar em nossos procedimentos diante da produção de Lima Barreto e das informações que se tem acerca das relações sociais concretas que circunscrevem sua trajetória contestadora dos costumes da

“República dos Estados Unidos da Bruzundanga” (LIMA BARRETO, 2009, p. 33). Esses procedimentos serão os seguintes: tomarmos como ponto de partida a teoria que temos na tentativa de explicar a relação entre literatura e sociedade e a produção barretiana; diante dessas informações pretendemos descobrir as múltiplas determinações das suas representações do nacionalismo e, depois desse processo de abstração, indispensável ao método dialético, voltaremos aos materiais informativos considerando-os agora como resultados de suas múltiplas determinações e da sua determinação fundamental. Explicando, assim, qual vinculação política, expressa a obra de Lima Barreto, assim como questões específicas que dizem respeito ao seu suposto projeto de nacionalidade.

Esses procedimentos, próprios a concepção marxista (MARX, 1982, p. 14), nos levam a superarmos a imediatez do material informativo, em qualquer uma das suas especificidades, portanto, sejam de natureza fictícia (as personagens de Lima Barreto, por exemplo) ou jornalística (suas manifestações políticas na imprensa). Entre os instrumentos analíticos mais específicos, dos quais lançaremos mão, fazemos notar a análise de discurso. Essa interessamos na medida em que tratar do discurso não significa se limitar à linguagem, mas identificar nesse a existência dos indivíduos, que por sua vez tem suas próprias ideias (ORLANDI, 2000, p. 15-17). Nossas principais fontes, nesse caso, objeto da aplicação desses procedimentos, entre tantas obras de Lima Barreto, serão *Recordações do Escrivão Isaias Caminha* (1909) e *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911). Nossa metodologia tem como um dos pressupostos, buscando coerência com o referencial teórico, compreender a obra de Lima Barreto a partir das relações sociais concretas, portanto, no interior das suas práticas. Nesse caso, a orientação metodológica de Marx, em *O 18 Brumário*, é apropriada; “eu, pelo contrário [daqueles que heroificam indivíduos ignorando a complexidade das relações sociais], demonstro como a luta de classes na França criou circunstâncias e condições que possibilitaram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar um papel de herói” (MARX, 1977, p. 8). Lima Barreto, que também se preocupava em desmistificar heróis de seu tempo, através de sátiras como *Os Bruzundangas*, também demonstrava as complexas relações e o caráter aparente dessas.

É nessa perspectiva que adotaremos o materialismo histórico-dialético, enquanto “recurso heurístico”, ao invés de um modelo normativo e limitador da reflexão. Trata-se, portanto, de um recurso flexível, aberto, dinâmico, assim como a realidade (SANTOS, 2007, p. 11-13). O que evidenciaremos em nossos procedimentos diante da produção de Lima Barreto e das informações que se tem acerca das relações sociais concretas que circunscrevem

sua trajetória contestadora. No que se refere a sua produção literária, pretendemos, portanto, identificar as representações do nacionalismo que expressa e suas vinculações com as relações sociais concretas do seu cotidiano. Explicando, desse modo, as determinações das representações produzidas por Lima Barreto. Tendo sua posição crítica, acerca da divisão social do trabalho, por exemplo, servido como meio para a crítica a sociedade em que vivia. Suas representações só são compreendidas se consideradas as relações sociais concretas em que se constitui a cultura, e nessa, consequentemente, as manifestações literárias.

Rafael, como qualquer outro artista, foi condicionado pelos progressos técnicos da arte, obtidos antes dele, pela organização da sociedade e pela divisão do trabalho no seu país e, finalmente, pela divisão do trabalho em todos os países que tinham relações com o seu. O fato de um indivíduo como Rafael poder desenvolver o seu talento depende inteiramente da procura que, por sua vez, depende da divisão do trabalho e das condições de educação dos homens, que daí derivam (MARX e ENGELS, 1986, p. 28).

Tendo em vista a produção intelectual da sociologia da literatura, especialmente de Lucien Goldmann, entre outros, as obras literárias que analisaremos serão consideradas meios (não exclusivos) através dos quais compreenderemos a consciência individual de Lima Barreto. Já que o escritor é um ser social, incapaz de robinsonadas, como dizia Marx, e que cria e expressa sua visão do mundo. Portanto, “o nexa que se instaura entre arte e sociedade é um nexa que se pode eludir, não programático, dialético, e não estático” (RICCIARDI, 1971, p. 47).

Entender Policarpo Quaresma, enquanto uma sátira do nacionalismo que guarda correspondência com o personagem D. Quixote de Cervantes, por exemplo, nos subsidia na compreensão do que o militante anarquista entende por nacionalismo. Desse modo não negligenciaremos – se considerarmos as especificidades do romance e sua relação com a sociedade – aspectos que possam esclarecer sobre as representações do nacionalismo na obra de Lima Barreto.

CAPÍTULO 1

LITERATURA E SOCIEDADE

É nosso desejo, neste primeiro capítulo, compreendermos a relação entre literatura e sociedade, as implicações teóricas do diálogo entre marxismo e arte e apresentarmos os principais conceitos com os quais analisaremos a obra de Lima Barreto. Esse, em sua extensa produção literária, manifesta profunda empatia com o mundo que o envolve, ou seja, engaja-se nos acontecimentos de sua época e explicita a existência de diversas lutas sociais que mereceriam ser colocadas em evidência.

O literato vê, ainda, a arte como meio pelo qual se encontra a emancipação, enfatizando a importância de se compreender o mundo em que se vive. Segundo ele, isso

quer dizer [que], o homem, por intermédio da arte, não fica adstrito aos preconceitos e preceitos de seu tempo, de seu nascimento, de sua pátria, de sua raça; ele vai além disso, o mais longe que pode, para alcançar a vida total do universo e incorporar a sua vida na do mundo (LIMA BARRETO, 1956, p. 19-20).

Diante disso, passamos às considerações acerca da relação entre literatura e sociedade, e à crítica das ideologias que por meio da sociologia da literatura, por exemplo, deformaram a compreensão dessa relação.

1.1- A Sociologia da Literatura

Dentre as várias perspectivas que se propuseram a analisar a relação entre literatura e sociedade, temos a sociologia da literatura, que apesar dos seus aspectos ideológicos², podem contribuir na nossa reflexão acerca da produção literária barretiana. Daí termos optado por fazermos algumas considerações gerais, assim como apresentarmos um paralelo entre as concepções de Georg Lukács e Lucien Goldmann, para a posterior contestação de alguns aspectos de suas concepções no que se refere à relação entre sociedade e literatura.

Quanto a origem e formação da sociologia da literatura, com a pretensão de compreender a relação desta com a sociedade, pode-se afirmar que ela tem como ensaio inaugural, no século XIX, o *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales* [A literatura considerada em sua conexão com as instituições sociais], de Madame de Staël, onde a autora se propunha a compreender a influência da religião, dos

² Quando aqui falamos em ideologia a tomamos no sentido de “falsa consciência sistematizada da realidade”, conforme a concepção marxista.

costumes e das leis na literatura e a influência desta na religião, nos costumes e nas leis. Ela afirma que as instituições políticas e religiosas desempenham um papel relevante nas diferenciações graduais e constantes nos escritos dos italianos, dos alemães, dos ingleses e dos franceses. Assim como aponta as correlações entre as instituições políticas duma nação e o tipo de literatura que surge naquele contexto sócio-político. Esse, então, é o momento crítico em que a literatura começa a tomar consciência da sua dimensão social (RICCIARDI, 1971, p. 14-15).

Posteriormente, tivemos os Saint-Simonianos, que acentuaram a ajuda que o artista pode proporcionar à sociedade e a função social da arte. Sainte-Beuve, por exemplo, reconhece que as transformações políticas e sociais exercem influência estimulante no conteúdo da arte e na sua função atuante na sociedade. O ensaio *De la littérature industrielle* [A literatura industrial] dá testemunho das transformações sociais daquele contexto. Na Itália, por sua vez, Carlo Tenca convida a se considerar a literatura nas suas relações com a sociedade. Entre outros, Giuseppe Pecchio, ainda, preocupa-se em demonstrar até que ponto as produções científicas e literárias seguem as leis econômicas da produção em geral, falando em procura e oferta, mercadorias e produção, aplicando à literatura conceitos e ideias da economia e prevendo direções para a moderna sociologia da literatura (RICCIARDI, 1971, p.20-21).

Na França, Louis Blanc, Fourier, Proudhon interessam-se pelos valores políticos e sociais da arte. Este último diz que o gênio nunca surge isolado, é um pensamento coletivo, e na coletividade humana e na riqueza social, o indivíduo e sua obra são infinitamente pequenos. As obras desses escritores são como crítica da arte contemporânea e defendiam, contra a doutrina do materialismo e da arte pela arte, o valor social da mesma. Mas não chegaram a dar forma científica às suas ideias (RICCIARDI, 1971, p. 21). Porém, após a tentativa de Augusto Comte de aplicar de maneira rigorosa o método científico à sociologia, coube a Taine a segunda tentativa científica, após a Madame de Staël, de entender a relação literatura e sociedade. Sua maior contribuição foi ter enunciado e demonstrado uma ideia somente intuída pelos estudiosos da estética do século XVIII que foi retomada pelos românticos, ou seja, a lei que sublinha os profundos liames entre o caráter da sociedade e o da arte que se estabelecem. Ele propõe com o método científico moderno considerarmos as obras de arte como fatos e produtos dos quais se tem que definir os caracteres e procurar as causas. Defende que para compreendermos uma obra de arte, um artista, um grupo de artistas, é necessário conhecer o quadro geral do espírito e dos hábitos da época a que pertencem

(RICCIARDI, 1971, p. 22-23).

Na última década do século XIX foi publicada *L'art au point de vue sociologique* [A arte do ponto de vista sociológico] (1887), de Guyau. Ele entende que a arte não é um fim em si mesma, sintoniza-se com a sociedade, e é essencialmente representativa da vida coletiva. O artista, então, deve olhar e considerar a vida, não como artista, mas como homem, como homem social. Mas o aprofundamento da discussão sobre a relação do artista com a sociedade do seu tempo deve-se a Marx. Este, coerente com sua teoria, atribui à arte uma gênese histórica. Não a concebe como função de uma categoria absoluta do espírito. É na vida de homens concretos e reais que ela surge e não há uma arte que seja válida para todos os tempos e todos os lugares e circunstâncias. Segundo Albert Memmi, a estética marxista é provavelmente o mais adiantado esforço para situar sociologicamente o fato literário. Como não outorgam nenhum primado ontológico ao espírito, os marxistas estão em posição privilegiada para relacionar todas as suas produções a sociedade (RICCIARDI, 1971, p. 24-27). Esses foram os primeiros passos dados pela chamada sociologia da literatura. No entanto, essa teve desdobramentos a partir de obras como as de Lukács, Walter Benjamin, Antônio Cândido, Goldmann e outros.

Diante disso, apresentaremos ainda algumas considerações gerais, para posteriormente passarmos ao paralelo entre as concepções de Georg Lukács e Lucien Goldmann, destacando elementos que contribuirão na nossa análise da obra de Lima Barreto e também aqueles que consideramos ideológicos, portanto, impróprios ao nosso objetivo de apreendermos as suas representações do nacionalismo e identificarmos a sua real vinculação política.

Na análise de textos literários, por exemplo, assim como da produção intelectual em geral, já assevera Goldmann que é necessário irmos não somente do texto ao indivíduo, mas deste aos grupos sociais dos quais faz parte. Define-se, então, a significação de um texto ou de um fragmento integrando-o no conjunto coerente da obra (GOLDMANN, 1967). Esse procedimento que recomenda à análise de obras literárias, por exemplo, também pode ser aplicado a produção que se situa entre as obras de sociologia da literatura. Afinal, em uma perspectiva marxista, não é possível isolar um aspecto da sociedade e analisá-lo de modo isolado da realidade em que existe. Daí que a historicidade das artes tem como determinação fundamental a historicidade da sociedade. A televisão, as artes, possuem sua historicidade, mas esta é dependente da historicidade da sociedade e do seu modo de produção (VIANA, 2007b).

Nossa concepção, então, contrapõe-se às sociologias da arte ou da estética que

consideram a produção cultural “sublime”, ou seja, desvinculada das relações sociais concretas onde foram constituídas. Dentre as concepções de sociologia estética, por exemplo, Lalo, segundo Bastide, afirma que a sociologia estética se divide em três “capítulos”: primeiro, estuda as influências da sociedade sobre a arte, e apesar de ressaltar essas influências, não reconhece que se a arte é quase sempre expressão da sociedade, pode ser também uma técnica para esquecê-la, uma reação contra ela, quase sempre uma atividade à imagem da sociedade. Mas se a consciência estética goza de uma relativa independência para com a sociedade, ainda assim é uma consciência coletiva e, portanto, de natureza social (BASTIDE, 2016, p. 297); segundo, é o estudo da arte em si mesma, como realidade social independente com suas próprias limitações, com suas regras e evoluções ocorrendo segundo a lei dos três estados (pré-classicismo, classicismo, pós-classicismo) e, finalmente, o terceiro capítulo é o inverso do primeiro, ou seja, estudará a influência da arte sobre a sociedade (BASTIDE, 2016, p. 297).

Esses “capítulos”, apresentados por Lalo, podem ser sintetizados em três aspectos: a) a influência da sociedade sobre a arte; b) o estudo da arte em si mesma; c) a influência da arte sobre a sociedade. Tendo em vista essa síntese dos três “capítulos”, consideramos fundamental que a sociologia da literatura os tenham em conta. Já que tratam da relação entre arte e sociedade e da relativa autonomia da primeira. No entanto, quanto ao segundo, discordamos dessa concepção linear e metafísica, representada pela lei dos três estados, e a consideramos imprópria para uma sociologia da literatura não determinista preocupada com a complexidade envolvida no procedimento de compreensão de representações que se constituem em contextos conflitivos e dinâmicos.

Desse ponto de vista, a sociologia estética é o estudo das correlações entre as formas sociais e as formas estéticas. Destaca-se que cada grupo social dá uma coloração especial à arte que nasce ou se desenvolve no seu interior; há, então, entre outras possibilidades, uma arte religiosa – que se exprime pelos sons, pelas cores, os dogmas etc. – e uma arte política a serviço dos interesses do Estado, por exemplo (BASTIDE, 2016, p. 298-299).

Então, a sociologia estética nos seus primórdios é profundamente influenciada pela ideia de que a arte é uma linguagem, é um meio de comunicação entre os homens, e foi desse ponto de vista que a consideraram os seus primeiros pensadores, como Guyau (BASTIDE, 2016, p. 302). É uma língua que tem sua morfologia e sua sintaxe (essa última estabelece, por exemplo, relação entre a Arquitetura, a Pintura e a Música, em um conjunto harmonioso e que obedece a certas regras). É uma linguagem que evolui e tem seus dialetos, que variam entre

grupos e que podemos aprender a decifrar (BASTIDE, 2016, p. 302).

Já dizia Guyau, uma das principais referências de Lima Barreto em sua concepção de arte, que esta é um instrumento de comunhão, um meio para unir os homens; mas não é só uma causa, é também um efeito da comunhão e está obrigada a criar uma linguagem própria para permitir a comunhão. Todavia, não devemos perder de vista que, quando uma forma estética emigra de um grupo para outro, ela muda de sentido; é o que acontece quando uma palavra passa de um grupo a outro, por exemplo, de um grupo de caçadores ao grupo de agricultores, adquirindo um significado diferente (BASTIDE, 2016, p.302-303).

Dentre os desdobramentos da sociologia da arte ou da estética, temos a sociologia da literatura, entre outras subdivisões. Mas devemos lembrar que literatura e sociologia têm uma longa história de amor e rivalidade, explorada, inclusive, por pesquisadores como Wolf Lepenies, em *As três culturas*, onde retraça a história de ascensão das ciências sociais como um processo de distanciamento de suas origens literárias (MISKOLCI, 2015, p. 29).

O livro *Ghostly matters* [Coisas fantasmagóricas] (1977) da socióloga norte-americana Avery F. Gordon demonstra como a análise de obras literárias nos possibilita expandirmos nossa compreensão de questões contemporâneas, emulando a forma como uma vertente literária explora os temores e incertezas de uma época. Inspirando-se em Adorno e Horkheimer, evoca os fantasmas sociais a assombrar sua sociedade, defendendo que sem compreender o que a coletividade mais teme, não conseguimos analisar de forma mais completa suas ações (MISKOLCI, 2015, p.31). Todavia, o alerta é sobre o fato de que o reconhecimento da literatura como um discurso importante sobre o social não significa que este seja sempre e necessariamente seu objetivo, tampouco que substitua a investigação sob a perspectiva das ciências sociais (MISKOLCI, 2015, p.31).

Como se pode notar, as análises sociológicas de obras literárias têm uma longa história, mas não constituíram uma vertente teórico-metodológica coesa e numerosa. Elas têm entre seus méritos o fato de ter alcançado o que de outra maneira permaneceria inacessível. Foi desenvolvida por investigadores comprometidos em explorar o que as pesquisas sociais ignoraram ou relegaram ao irrelevante (MISKOLCI, 2015, p.32).

Mas a sociologia da literatura já acumulou um conjunto de contribuições analíticas sobre o fenômeno literário e iniciou esse processo, ainda, no século XIX. A abordagem marxista é uma das tendências, dentre essas que surgem, que mais se destaca. Inicia-se com os escritos de Marx e Engels sobre literatura e chega a pensadores contemporâneos como Terry Eagleton, com *Teoria da Literatura: Uma Introdução*, por exemplo (VIANA, 2016, p. 188).

Essas questões relacionadas à sociologia da literatura, no caso brasileiro, também tem suas implicações. Já que Antônio Candido e Roberto Schwarz, entre outros, fizeram dos estudos literários uma forma alternativa de produzir saber, encontrando nos romances não apenas arquivos, mas uma forma diversa de conhecer (MISKOLCI, 2015, p.30). A análise literária na perspectiva de Roberto Schwarz, revela-nos, sobretudo aspectos da obra de Machado de Assis. Este, em muitas circunstâncias, é considerado a antípoda de Lima Barreto, considerando-se seu não engajamento em questões que para o “mulato genial” são cruciais. Já Antônio Cândido, contribui principalmente em suas análises da relação entre literatura e sociedade, sobretudo na Primeira República brasileira.

No entanto, além da influência desses autores no Brasil, nesse país também se fez sentir as reflexões de estrangeiros como Pierre Bourdieu, sobretudo em sua análise das relações entre os intelectuais. Mas tendo em vista esclarecer aspectos relacionados a sociologia da literatura, em especial aqueles que nos interessam na análise da obra de Lima Barreto, discutiremos ainda aspectos da produção intelectual de Lukács e Goldmann. Esses dois últimos autores foram escolhidos, como fundamentais na nossa reflexão, devido se proporem a adotar uma perspectiva marxista, apesar das suas fragilidades teóricas. Todavia, ainda assim, estão mais próximos de nossa base teórico-metodológica.

Lukács compreende a arte como uma das formas possíveis de que dispõe o homem para refletir ou captar o real. Insiste, no entanto, na necessidade de não confundirmos o que chama de reflexo artístico e o reflexo científico. A arte é, pois, uma das formas pelas quais o mundo, a realidade, revela-se ao homem, na sua compreensão (VÁZQUEZ, 2010, p. 36). Essa definição de arte, por mais que insista que não devemos confundir o que chama de reflexo científico com o reflexo artístico caracteriza-se por uma idealização em duas pontas: idealiza a ciência como reflexo da realidade e também a arte.

Diante disso, a verdadeira arte é, para Lukács, a arte realista, bem como o realismo é o metro, o critério para valorizar toda realização artística, qualquer que seja o período em que surja ou a concepção do mundo que expresse. É assim que ele define de uma vez para sempre os limites da grande arte. Desse modo, se opõe ao realismo desnaturado dos anos do período staliniano e enfrenta, sobretudo, a arte de vanguarda (decadente), que exemplifica especialmente com Kafka. Ele reconhece a penetração desse autor na realidade, ainda que em última instância, a seu ver, seja somente uma penetração unilateral, “em uma só dimensão”. Suas preferências pelo realismo crítico – Balzac, Goethe, Tolstoi – e pelo realismo socialista – uma vez libertado de suas deformações subjetivistas e naturalistas – funda-se precisamente no

que considera sua superioridade para captar o real (VÁZQUEZ, 2010, p. 36-38). Fica fácil notar a relação de imediatez que a arte, na concepção de Lukács, guarda com a realidade, pois, do contrário, não consideraria arte. O húngaro traça o preciso caminho para a constituição de cânones, o que implica o papel do argumento de autoridade e dos seus agentes, dos quais se tomarmos como exemplo a Academia Brasileira de Letras, não reconheceriam a importância da obra de Lima Barreto, como de fato fizeram.

Em seus ensaios das décadas de 1930 e 1940, Lukács adota a “teoria” do reflexo de Lenin, para quem toda percepção do mundo exterior é apenas um reflexo dele na consciência humana. Ele aceita, portanto, de maneira indiscriminada a noção de que os conceitos são “imagens” da realidade externa na cabeça de uma pessoa. Entretanto, o verdadeiro conhecimento, para Lenin e Lukács, não é constituído pelas impressões iniciais dos sentidos: ele é, como afirma Lukács, “uma reflexão mais profunda e abrangente da realidade objetiva do que é colocado pelas aparências”. Em outras palavras, o conhecimento é uma percepção das categorias subjacentes a essas aparências – categorias que podem ser descobertas pela teoria científica ou (para Lukács) pela grande arte. Essa é, claramente, a forma mais respeitável da “teoria” reflexionista, mas podemos questionar se ela deixa espaço para o “reflexo”. Se a mente é capaz de penetrar nas categorias que se encontram sob a experiência imediata, podemos concluir que a consciência é claramente uma *atividade* – uma *prática* que atua sobre a experiência para transformá-la em verdade. Terry Eagleton, portanto, defende que na realidade, Lukács pretende preservar a ideia de que a consciência é uma força ativa: em sua obra tardia sobre a estética marxista, ele vê a consciência como uma intervenção criativa no mundo e não como seu mero reflexo³ (EAGLETON, 2011, p. 92-93). Todavia, esse posicionamento tardio de Lukács, explorado por Eagleton, não nos parece suficiente para eximi-lo desse alinhamento ao caráter restritivo do realismo socialista, que é um reducionismo da arte às demandas políticas de um Estado profundamente autoritário, como é o caso da URSS defendida por Lukács nesse contexto. Mas o fundamental, que valida a crítica a essa

³ Na realidade, Lenin em *Materialismo e Empiriocriticismo*, confunde realidade objetiva com realidade concreta, histórica etc, toma a ideia de realidade como realidade exterior, postula que a consciência é o reflexo da realidade objetiva, separando ser e consciência. Defende a burocracia e valores burgueses como o de ciência criando uma “ciência burguesa” e “ciência proletária”, sendo que a última seria capaz de demonstrar essa realidade objetiva e externa ao indivíduo (VIANA, 2007). Desse modo, Engels, Lenin e Stalin deformam a dialética materialista ao substituir o problema do ser social e sua consciência social pelo problema da relação entre “espírito” e “matéria”. “A consciência passa a ser o reflexo da 'realidade objetiva' e, desta forma, a consciência torna-se passiva e a 'realidade objetiva', ou a 'matéria', é reificada. A consciência só poderia ser passiva se o ser consciente, o ser humano histórico-concreto, ou seja, o ser social, o fosse, mas acontece que ele é ativo e, por conseguinte, a consciência não pode ser mero reflexo da 'realidade objetiva'” (VIANA, 2007, p.101-102).

concepção de reflexo da realidade na mente, é a manutenção da ideia de existência de uma “realidade objetiva”, isenta da intervenção humana.

O escritor húngaro argumenta que os escritores modernos devem fazer mais do que simplesmente refletir o desespero e a insatisfação da sociedade burguesa tardia; eles devem tentar adotar uma perspectiva crítica dessa futilidade, revelando possibilidades positivas além dela. Para isso, eles devem fazer mais do que apenas refletir a sociedade, pois se o fizerem, introduzirão em sua arte as mesmas distorções que caracterizam a consciência burguesa moderna. Porém, ao exigir que os autores avancem além da “decadência” de Joyce e Beckett, Lukács não pede que o façam até alcançar o realismo socialista. É suficiente que cheguem ao que a crítica soviética chama de “realismo crítico”, que se refere àquela concepção positiva, crítica e completa da sociedade característica da grande ficção do século XIX, como Thomas Mann, segundo Lukács (EAGLETON, 2011, p. 95-96). O que seria interessante, se, não fosse esse “realismo crítico” assim como o “realismo socialista”, definido e controlado pelo que a burocracia soviética entendia como o mais apropriado, conforme suas próprias conveniências políticas. Seria uma obra literária que explicitasse a continuidade da exploração de mais-valor, em uma URSS pretensamente “comunista”, considerada uma obra de “realismo crítico” ou “realismo socialista”? Evidentemente, essa obra não seria aceita entre aquelas do cânone soviético.

Todavia, ainda segundo Terry Eagleton, a noção de reflexo aplicada à arte não deve supor a transformação mecânica de uma categoria gnoseológica em estética.

A verdade artística não se determina através da correspondência plena entre arte e ideologia, mas tampouco – e nisto se diferencia do conhecimento científico através de sua plena concordância com a realidade objetiva tal como existe fora e independentemente do homem. Num quadro ou num poema não entra, por exemplo, a árvore em si, precisamente a árvore que o botânico trata de apreender, mas uma árvore humanizada, isto é, uma árvore que testemunha a presença do humano (VÁZQUEZ, 2010, p. 29).

É exatamente essa historicidade do humano, experimentada na arte, que o “realismo socialista” castra em suas posições politicistas e na avaliação de obras como a de Kafka, por exemplo. O que Terry Eagleton, na realidade parece não ter se dado conta, afinal mantém a ideia da existência de uma suposta “realidade objetiva”.

No entanto, segundo ele mesmo, a debilidade da posição de Lukács pode ser evidenciada em seu apelo para que os escritores “pelo menos levassem o socialismo em conta”. O contraste que propõe entre realismo crítico e a decadência formalista tem suas raízes no período da Guerra Fria, quando era fundamental ao mundo stalinista forjar alianças

com os intelectuais progressistas burgueses pacifistas e, portanto, minimizar a importância do engajamento revolucionário. Os elogios embaraçosos de Lukács a autores antifascistas de terceira categoria em *The Historical Novel* [O romance histórico] refletem a política do período da Frente Popular, com sua oposição democrática (ao invés de socialista revolucionária) ao poder crescente do fascismo (EAGLETON, 2011, p. 97- 98).

Lucien Goldmann, por sua vez, é o mais importante discípulo de Georg Lukács naquela que é chamada de escola neohegeliana de crítica marxista. Seu interesse é examinar a estrutura do texto literário para determinar em que medida ele incorpora a estrutura de pensamento (ou “visão de mundo”) de um grupo ou de uma classe social. Quanto mais o texto se aproxima de uma elaboração completa e coerente da “visão de mundo” da classe social, maior é a sua validade como obra de arte, segundo Goldmann em sua defesa do realismo literário (EAGLETON, 2011, p.63).

Ele entende que as obras devem primeiro ser vistas não como criação de indivíduos, mas sim daquilo que chama “estruturas mentais transindividuais” (estrutura de ideias, valores e aspirações que um grupo compartilha) de um grupo social (EAGLETON, 2011, p. 63). O que leva a ignorar aspectos singulares da trajetória dos escritores. Já que dá pouca importância a biografia de cada autor e vincula as obras ao comportamento de determinadas classes sociais. Portanto, um posicionamento impróprio quando em uma obra como a de Lima Barreto temos tantos personagens autobiográficos, sem prejuízos para a ficção.

Goldmann busca um conjunto de relações estruturais entre o texto literário, a visão de mundo e a própria história. “Ele deseja mostrar como a situação histórica de um grupo ou uma classe social é transposta, por meio da mediação da sua visão de mundo, para a estrutura de uma obra literária” (EAGLETON, 2011, p. 66). O que requer um método dialético de crítica que se desloca constantemente entre o texto, a visão de mundo e a história, ajustando cada um deles de acordo com os outros (EAGLETON, 2011, p. 66).

Dentre os principais conceitos da sociologia da literatura de Goldmann, está o de visão do mundo, recurso que julga fundamental à compreensão do sentido das obras dos autores estudados.

A história da filosofia e da literatura só poderá, assim, se tornar científica no dia em que for forjado um instrumento objetivo e controlável permitindo separar numa obra o essencial do acidental, instrumento do qual se poderá, aliás, controlar a validade e o emprego pelo fato de que sua aplicação nunca deverá eliminar como não essenciais obras esteticamente bem sucedidas. Ora, este instrumento nos parece ser a noção de visão do mundo (GOLDMANN, 1967, p. 16).

Dilthey e sua escola aplicou abundantemente esse conceito. Georg Lukács, no entanto,

segundo Goldman, fez dele um instrumento de trabalho (GOLDMANN, 1967, p. 16).

Explicita-se, assim, o que Goldman entende por esse conceito: “uma visão do mundo é precisamente esse conceito de aspirações, de sentimentos e de ideias que reúne os membros de um grupo (mais frequentemente, de uma classe social) e os opõem aos outros grupos” (GOLDMANN, 1967, p. 20).

Essas classes são ligadas por um fundamento econômico que, até hoje, tem uma importância primordial para a vida ideológica dos homens, simplesmente porque os homens são obrigados a dedicar a maior parte de suas preocupações e de suas atividades a garantir sua existência e quando se trata das classes dominantes, à conservação de seus privilégios, à gerência e ao aumento de sua fortuna (GOLDMANN, 1967, p. 19).

Esse conceito de classe social, utilizado por Goldman, evidencia seu economicismo e o imediatismo pressuposto em sua análise, que compreende sua concepção de estruturas homólogas entre literatura e sociedade.

Essa concepção de estruturas homólogas pode ser evidenciada na concepção de Goldman de que não é o comportamento de um autor que permite compreender a sua obra, mas o comportamento de um grupo social que ele possa pertencer ou não. O conjunto múltiplo e complexo de relações humanas que envolve todo indivíduo pode criar rupturas entre sua vida cotidiana e seu pensamento conceitual e imaginação criadora. Segundo ele, o critério que separa os partidários dos métodos dialéticos dos partidários do método positivista é “a possibilidade de compreender o conjunto de textos e sua significação mais ou menos coerente...” (GOLDMANN, 1967, p. 8). Essa definição faz parecer, conforme interpretações equivocadas, que a grande novidade do materialismo histórico dialético (um dos métodos dialéticos, segundo Goldman) seria uma concepção quantitativa do todo. Sendo necessário conhecer toda a obra de um autor, para a caracterização da sua visão de mundo. No entanto, esse processo é mais complexo, afinal, a concepção de totalidade do marxismo não é quantitativa, mas qualitativa. Daí a importância de Goldman insistir na necessidade de distinguirmos quais seriam os “textos essenciais”, após a leitura de toda a obra de um determinado autor. No entanto, o que se pretende na perspectiva marxista, na realidade, é a compreensão da determinação fundamental e as determinações formais de um determinado acontecimento, assim como elas se relacionam entre si.

Segundo Goldman, as biografias são sempre auxiliares e parciais. O importante são os “textos essenciais”, sem os quais as obras dos autores são incompreensíveis. Sendo que o procedimento que ele indica é o seguinte: primeiro, é preciso distinguir o essencial do acidental; segundo, a significação de um texto não é certa e unívoca. Criam-se analogias

artificiais ao isolar arbitrariamente certos elementos de uma obra para aproximá-los de outros de uma obra radicalmente diferente. O que se faz ignorando o contexto em que esses textos foram produzidos (GOLDMANN, 1967, p. 8). Já nesse aspecto, quanto a aproximação de textos fragmentados a obras escritas em um contexto distinto, consideramos a posição de Goldmann apropriada, por mais que discordemos da sua concepção de textos essenciais e não essenciais, já que consideramos que qualquer texto tem sua importância específica e pode ser esclarecedor acerca da posição de um autor se analisado em uma perspectiva heurística.

Eagleton considera que a iniciativa de Goldmann foi frustrada pelos seguintes problemas: seu conceito de consciência social é hegeliano e não marxista (enxerga-o como expressão direta de uma classe social, assim como a obra literária então se torna a expressão direta dessa consciência), seu modelo é exageradamente simétrico (incapaz de acomodar complexidades e conflitos dialéticos/ irregularidades e descontinuidades) e ele se deteriora em sua obra posterior, *Pour une sociologie du roman* [Para uma sociologia do Romance] (1964), em uma visão essencialmente mecanicista da relação entre o que muitas vezes se chamou de base e superestrutura (EAGLETON, 2011, p. 66-67).

No entanto, ainda, se faz necessário refletirmos sobre as posições de Goldmann e Lukács, e fazermos indicativos do caminho que devemos trilhar nesse trabalho de compreensão da obra barretiana, por mais que já tenhamos apresentado alguns elementos de concordância e discordância nas páginas anteriores.

Nildo Viana diferencia a sua abordagem das concepções de Lukács em *Introdução a Uma Estética Marxista*, e Goldmann, em *A Sociologia do Romance, Crítica e Dogmatismo na Cultura Moderna e Dialética e Cultura* (VIANA, 2016). Explica que Lucien Goldmann analisa a literatura a partir da ideia de “visão de mundo”. Esse vê a obra literária como expressão de uma visão de mundo de uma determinada classe social. Desse modo, descarta a biografia do autor para a explicação da obra literária, tal como alguns autores defendem. Na perspectiva de Goldmann a biografia não explica a obra literária, pois, se fosse assim, seria necessário explicar como Balzac, um legitimista (partidário da aristocracia), desenvolveu em sua obra uma visão de mundo nitidamente burguesa. Assim como um indivíduo que possui uma determinada posição de classe (aristocracia), e ideologia política, apresenta uma visão de mundo que corresponde à outra classe, a burguesia, por exemplo (VIANA, 2016).

O objetivo da análise sociológica da literatura, na perspectiva de Goldmann, reside em reconhecer qual visão de mundo a obra expressa e a qual classe social corresponde. Trata-se de uma concepção em que a visão de mundo de uma classe social teria uma estrutura

homóloga a da obra literária. Um exemplo disso é como ele entende o romance e seu herói problemático, que supõe traduzir para a literatura o indivíduo problemático da sociedade burguesa, em sua compreensão, na verdade (VIANA, 2016, p. 189).

A concepção de Goldmann se afasta do materialismo histórico, pois esta perspectiva não filia-se às análises mecanicistas da realidade. Além disso, a desconsideração dos indivíduos e sua singularidade psíquica acabam empobrecendo a percepção da realidade, do processo histórico e da literatura. “Uma obra literária para ser compreendida precisa ser analisada em suas múltiplas determinações, e entre essas determinações há o processo de elaboração individual e este só pode ser compreendido como um ser social singular” (VIANA, 2016, p. 189-190). Essas análises, que tem implícitas essa homologia entre obra literária e sociedade, acabam ignorando as contradições próprias a cada processo de produção dessas. Em Lima Barreto, por exemplo, sua autoria está diretamente relacionada à sua singularidade psíquica, afinal, trata-se de autor que contraria os cânones dominantes e elabora sua própria síntese estética. Desse modo, não filiado a correntes literárias, as implicações da sua singularidade psíquica ainda são maiores que a de autores limitados a determinada concepção literária.

A abordagem de Goldmann deixa de lado várias determinações da realidade e por isso produz uma concepção simplificadora da realidade. Trata-se de uma inspiração dada sobretudo pela obra de Georg Lukács. Este, por sua vez, devido à ascensão do movimento operário na Hungria e outros países, tinha maior proximidade com o marxismo. No entanto, a derrota da revolução húngara e outros processos históricos fez com que aderisse ao capitalismo estatal russo e se aproximasse da ideologia stalinista. Suas análises literárias passaram à reprodução da ideologia leninista do reflexo. É por isso que afirmara que a arte é expressão da autoconsciência da história da humanidade⁴.

Lukács entende a arte como reflexo da realidade, reproduzindo os elementos mais típicos existentes. O que leva à análise da arte e da literatura outra concepção mecanicista e abstrata. Tanto quanto Goldmann, em sua análise do romance, o herói seria o típico “indivíduo problemático”. Mas, este recusa a ideologia do reflexo, no entanto, a sua solução é weberiana, inspirada no jovem Lukács, que tinha uma posição ambígua no plano metodológico, ficando entre Marx e Weber. O que o levou a uma compreensão metafísica, ou

⁴ Interessante notarmos que o jovem Lukács, de *História e Consciência de Classe*, no período da Revolução Húngara e outras revoluções proletárias inacabadas, contribuiu com a reflexão sobre dialética, mas a partir das críticas social-democratas e bolchevistas, fez “autocrítica”, adotando posteriormente a “ideologia do reflexo”, de Lenin em *Materialismo e Empiriocrítica* (VIANA, 2016, p. 190).

seja, a relação de estruturas homólogas entre obra literária e sociedade (VIANA, 2016).

Em oposição a isso, Nildo Viana propõe que a pesquisa histórica e concreta – que apresenta uma análise complexa das múltiplas determinações da obra literária e da literatura – superaria essa concepção holista e pouco dialética. No fundo, a fonte de tal pensamento de Goldmann está em Lukács e Weber, mesclados com Marx. A metáfora do edifício social (infraestrutura e superestrutura) é o ponto de partida, mas ao invés de compreender como mera metáfora ilustrativa, como compreende Korsch em seu *Karl Marx*, é tomada como algo “real” e fundante da análise⁵. Em Goldmann, portanto, não é explicada concretamente a relação real entre modo de produção e formas sociais (“superestrutura”) e sim através de meros recursos tipológicos e discursivos, no qual a ideia de inspiração weberiana da oposição entre “consciência real” e “consciência possível” se manifesta como falsa solução do problema (VIANA, 2016).

Goldmann e Lukács oferecem elementos para pensarmos a história da literatura e a relação desta com a sociedade. Mas Viana destaca que Goldmann produz durante o regime de acumulação conjugado, período do reprodutivismo como paradigma hegemônico, e o estruturalismo é sua principal ideologia. O que ocorreu sob inspiração de Lukács, que vivia em um regime capitalista estatal e serviu de fonte para Goldmann, apesar de algumas diferenças em relação ao “último Lukács”. Todavia, não é possível negarmos que a análise lukacsiana da literatura ocorreu sob pressão stalinista, a empobrecendo. Ambos, em sua essência e totalidade, têm concepções limitadas e empobrecedoras da análise social da literatura (VIANA, 2016, p. 191).

Diante desses elementos da sociologia da literatura, nos possibilitando pensarmos aspectos para nossa análise da obra barretiana, passamos agora a aprofundar a relação entre marxismo, arte e literatura.

1.2 - Marxismo, Arte e Literatura

É partindo do geral – arte – para o específico – literatura – que pretendemos apreender elementos que sejam esclarecedores na nossa análise da obra barretiana. No que se refere à relação entre marxismo e arte, tendo em vista a natureza do primeiro, é impossível a dissociarmos das questões políticas e seus respectivos contextos. No entanto, pretendemos

⁵ O caráter metafórico da proposição de Marx é mais reconhecido devido à obra de Althusser, em *Ler O Capital*, mas este inspirou-se em Korsch, apesar de omiti-lo e empobrecer a análise korschiana. No entanto, Canclini em *A Produção Simbólica: teoria e metodologia em sociologia da arte*, reafirma o caráter metafórico da proposição de Marx (VIANA, 2016).

ainda neste item nos aproximarmos de uma teoria marxista da literatura.

Lima Barreto, por exemplo, tem sua trajetória política reconhecidamente vinculada a concepção anarquista acerca da sociedade, com seus respectivos ideários e formas organizacionais, afinal essa constituía-se na maior força social de organização do operariado brasileiro nas duas primeiras décadas do século XX. Desse modo, sua produção artística e sua militância política, configuram-se numa única práxis. Entretanto, assim como sua vida assumiu conotações dramáticas, também suas representações do nacionalismo não foram suficientemente esclarecidas pelo que se produziu sobre ele e sua obra, provocando intensos debates. Em parte, sem dúvida, se chegou a isso pela incompreensão de elementos próprios a arte que foram depreciados por uma espécie de sociologismos, economicismos, historicismos – entre outros desdobramentos das respectivas especializações.

Um debate tão intenso acerca da obra de Lima Barreto, para nós, enfatiza a importância de analisarmos às custas do instrumental teórico oferecido pelo materialismo histórico-dialético. Todavia, a problemática não pode ser elucidada por uma análise exclusivamente interna da obra – como se se constituísse em uma dimensão artística isolada das demais relações sociais – nos levando a abordar as mesmas no conjunto dessas e as expressões artísticas como sua parte. Tendo a literatura suas especificidades, comparada a outras formas de manifestações artísticas, é preciso considerarmos também o processo social de produção destas obras literárias e questões que dizem respeito a biografia do seu autor. Tendo isso em vista, pretendemos ser auxiliados nesse processo de apreensão das representações de Lima Barreto, pelo debate acerca da relação entre marxismo, arte e literatura.

Na tentativa de chegarmos a uma concepção verdadeiramente marxista da arte, e da literatura especialmente, é preciso entendermos que sua perspectiva é a da totalidade e nos possibilita compreendermos as representações de Lima Barreto do nacionalismo em sua vasta e profunda produção literária.

A concepção marxista da totalidade possui outras características: em primeiro lugar, ela é uma categoria e não um conceito; em segundo lugar, ela é histórica, ou seja, só pode ser concebida como tendo uma historicidade, tal como qualquer referente que ela possua; em terceiro lugar, ela é aplicável a um fenômeno, à sociedade e à natureza. Essa terceira característica é a mais importante. Buscar compreender a totalidade de um fenômeno significa apreendê-lo em todos os seus aspectos e determinar qual deles é essencial e qual é a relação estabelecida entre eles (VIANA, 2007, p. 108-109).

Há, nesse sentido, um conjunto de elementos gerais que devem ser considerados quando remetemos à relação entre sociedade e literatura. É nessa perspectiva que, os estilos

literários, gêneros e conteúdos deverão ser considerados na sua historicidade, portanto, resultado da ação de homens e mulheres concretos que têm necessidades naturais e históricas a satisfazer. A carta de Marx a Annenkov, que em algumas edições de a *Miséria da Filosofia* aparece em anexo, por exemplo, é esclarecedora sobre a natureza das relações sociais e do quanto estas são permeadas pelas lutas sociais de nosso tempo (MARX, 2001, p. 175-186), como também ocorre com a arte e a literatura.

Quando falamos em totalidade, na perspectiva marxista, retomamos a importância de que o indivíduo seja considerado em sua relação com o contexto social em que vive. No que se refere a Marx, como constatamos em sua posição acerca do livro *Filosofia da Miséria*, de Proudhon, evidencia-se a incompreensão deste quanto à realidade devido à separação que faz entre desenvolvimento social e desenvolvimento individual (MARX, 2001, p. 175-186). Considerar o indivíduo e a sociedade, em sua interação, a partir da análise dialética, na qual, a produção literária seja compreendida na totalidade das relações sociais; os fenômenos explicados na sua constituição histórica e contrária a essas perspectivas dicotômicas, possibilita-nos chegarmos às suas múltiplas determinações.

Já que a arte e a literatura, na perspectiva marxista, só são compreensíveis se inseridas na totalidade, nesse caso “parte [-se] da análise da realidade concreta e daí retira [-se] um conjunto de relações que são expressas por categorias e que passam a servir de recursos heurísticos para se compreender esta realidade ou qualquer outra” (VIANA, 2007, p. 100). As categorias da dialética materialista (totalidade, determinação fundamental, abstrato/concreto, forma, conteúdo, ser etc.) não possuem leis próprias, são uma criação histórica, e não determinam *a priori* a realidade (VIANA, 2007, p. 101). Desse modo, a produção literária, assim como outras tantas manifestações artísticas, se dá em um conjunto múltiplo e complexo de relações que envolvem todo indivíduo, podendo levar às rupturas entre sua vida cotidiana, seu pensamento conceitual e imaginação criadora (GOLDMANN, 1967).

Nesse debate temos de nos atentarmos para o que o marxismo entende como arte. Já que essa compreensão será distinta daquela postulada pela episteme burguesa. Desse modo, segundo o marxismo, a obra artística é um produto do homem, historicamente condicionado, e o universal humano que ela realiza não é o universal abstrato e intemporal de que falam as estéticas idealistas após estabelecerem um abismo entre arte e ideologia, ou entre arte e sociedade, mas, sim, o universal humano que surge *no e pelo* particular (VÁZQUEZ, 2010, p. 25). Todavia, tendo em vista não incorrer em mecanicismos, em análises pouco reflexivas, lembramos que a obra de arte supera o húmus histórico-social que a fez nascer. Por sua

origem de classe, por seu caráter ideológico⁶, a arte é a expressão do dilaceramento ou divisão social da humanidade; mas, por sua capacidade de estender uma ponte entre os homens através da época e das sociedades de classe, a arte revela uma vocação de universalidade e prefigura, de certo modo, o destino universal humano que só chegará a efetivar-se numa nova sociedade, mediante a abolição dos particularismos – materiais e ideológicos – de classe (VÁZQUEZ, 2010, p. 24).

Destaca-se, portanto, o caráter histórico da arte e a necessidade da superação da sociedade de classes para sua manifestação emancipada. A linguagem acima, de Vázquez, inspira-se nos escritos de Marx nos *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Nesses textos, introdutórios no que diz respeito a obra que Marx ainda produziria, temos indicativos da relação entre arte e o trabalho alienado que ali já era indicado como impeditivo da autorrealização humana. No entanto, a função cognoscitiva da arte e, em particular, da literatura, foi destacada por Marx e Engels em seus juízos sobre diferentes obras dos grandes escritores realistas do século XIX. Eles destacavam o caráter cognoscitivo da arte sem desligá-la de sua natureza ideológica, mas reconhecendo a complexidade da relação entre os dois planos. Isso pode ser comprovado na análise que fizeram de Goethe, Balzac ou Tolstoi, por exemplo (VÁZQUEZ, 2010, p. 28). Uma perspectiva ideológica pode afetar negativamente a verdade artística e os méritos estéticos de uma obra, como demonstra Marx nos comentários acerca de *Os mistérios de Paris* de Eugène Sue e as suas observações críticas e de Engels sobre a tragédia de Lassale, *Franz von Sickingen*. Ao contrário, as análises deles sobre *A comédia humana* de Balzac e a de Lenin com relação à obra de Tolstoi, considera-as um dos maiores triunfos do realismo e da verdade artística sobre um horizonte ideológico falso (VÁZQUEZ, 2010, p. 28-29).

Infelizmente, essas afirmações de Marx e Engels acerca da importância do realismo desses autores – o modo com que captavam na ficção os acontecimentos – foram muitas vezes utilizadas para justificar posteriormente o chamado “realismo socialista”. Esse, na verdade, limitava a capacidade cognitiva dos artistas e os submetiam a interesses pragmáticos da política institucional dos Partidos Comunistas, especialmente do Partido Comunista da União Soviética.

A estética marxista não deve reduzir-se a uma estética do realismo e não pode tentar

⁶ Ideologia na concepção marxista, “falsa consciência sistematizada da realidade”, não se aplica a arte. No entanto, Vázquez equivocadamente faz referência a esta. Portanto, não concordamos com esse posicionamento do autor, mas a mantivemos no texto, tendo em vista preservar a integridade da citação indireta. Mas destacamos a necessidade do questionamento da posição deste.

julgar a inteira história da arte à luz dos princípios e categorias vigentes num movimento artístico determinado. A estética marxista tem um fundamento filosófico – o materialismo dialético e histórico – e não pode, portanto, considerar a atividade artística, enquanto esfera essencial da existência humana, à margem da concepção do homem como criador, histórico e social. Não podemos cair no subjetivismo, nem tampouco numa generalização vazia que dissolva o específico da arte. De nossa concepção de religião, por exemplo, não se depreende que possamos ignorar sua significação para a arte medieval. O normativismo é a expressão de um subjetivismo que termina por congelar ou fixar o desenvolvimento do real, da própria vida (VÁZQUEZ, 2010, p. 102).

Diante disso, temos de considerar que a reconstituição do real no pensamento, segundo Marx, se dá por meio do processo de abstração. Daí propor a superação das categorias abstratas, no que se refere à ausência de concretude dessas, assim como uma retomada das relações sociais que constituem o ser. Trata-se, portanto, da passagem do concreto-dado, a imediatez empírica, para o concreto-pensado, por meio do processo de abstração possibilitado pela reflexão teórica. Portanto, em vez de considerarmos a produção literária em seu caráter abstrato, deslocada do conjunto de relações sociais que a circunscreve, consideraremos as condições concretas que dão à produção literária, assim como à arte em geral. Já que a totalidade concreta que buscamos reconstituir, como um concreto de pensamento é um produto do pensar, mas não é de modo nenhum produto do que se possa imaginar como existindo separado e acima da realidade. Portanto, o curso do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo corresponde ao processo histórico efetivo (MARX, 1982, p.18).

Essa discussão serve para analisarmos a arte, ao invés de entendermos o seu funcionamento, já que este não é um saber que visa reconstituir fielmente a realidade no pensamento, mas expressá-la figurativamente. Já que

os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência [*Bewusstsein*] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [*bewusste Sein*], e o ser dos homens é o seu processo de vida real (MARX e ENGELS, 2007, p. 94).

Desse modo, sendo a consciência o ser consciente, como é demonstrado n'*A Ideologia Alemã*, o ser consciente de um cientista, como de qualquer um que esteja submetido à divisão social do trabalho (e do trabalho intelectual), com seus interesses específicos, necessidades,

desejos etc., usando determinados procedimentos (científicos), produzem uma concepção da realidade inseridos nela, na sua época, etc., o artista, por sua vez, faz o mesmo, com a diferença de que a sua posição na divisão social do trabalho, seus interesses, seus procedimentos (artísticos), seus desejos, etc., são distintos. Por isso, o realismo – tão defendido por Lukács – é apenas repassar para a arte um procedimento próprio à ciência, o que resultava do fato de ser este o cânone literário hegemônico na época do cientificismo.

No entanto, por mais que discordemos da posição de Vázquez, de que o materialismo histórico-dialético seria mais uma vertente do pensamento filosófico, endossamos a posição de que a estética marxista, contanto que não se constitua em mais um modo de especialização, inserindo-se na lógica da divisão social do trabalho descrita acima, não deve se limitar a um movimento artístico determinado: o realismo, por exemplo. Sua potencialidade, afinal, está em seu caráter antidogmático, e não em um imperativo normatizador da prática dos artistas. No que se refere à literatura, avaliá-la sob essa métrica do realismo, significaria a sua redução ao politicismo.

A crítica marxista faz parte de um conjunto mais amplo de análises teóricas que tem como objetivo entender *ideologias* – as ideias, os valores e os sentimentos por meio dos quais os homens vivem e concebem a sociedade em diversas épocas. E algumas dessas ideias, valores e sentimentos só se tornam disponíveis a nós na literatura. Entender ideologias significa entender tanto o passado quanto o presente de modo mais profundo; e tal entendimento contribui para a nossa libertação (EAGLETON, 2011, p. 10).

Marx e Engels, portanto, não consideraram a literatura insignificante, com menos importância na explicação do social, como muitas vezes pseudomarxistas fizeram, apesar deles serem mais conhecidos por suas obras políticas e econômicas do que pelas literárias (EAGLETON, 2011, p. 11)

O objetivo da crítica marxista é *explicar* a obra literária de forma mais plena; e isso significa uma atenção sensível às suas formas, estilos e significados. Mas isso requer compreendê-las como produtos de uma história específica. Pierre Macherey, em *Pour une théorie de la production littéraire* [Por uma teoria da produção literária], diz que a tarefa do crítico não é “interpretar” mas “explicar” (EAGLETON, 2011, p. 14-15).

“Entender a literatura significa, então, entender todo o processo social do qual ela faz parte” (EAGLETON, 2011, p. 19). As obras literárias não são misteriosamente inspiradas, nem explicáveis simplesmente em termos da psicologia dos autores. Elas são formas de percepção, formas específicas de se ver o mundo; e como tais, elas devem ter uma relação com a maneira dominante de ver o mundo, a “mentalidade social” ou ideologia de uma época.

Essa ideologia, por sua vez, é produto das relações sociais concretas das quais os homens participam em um tempo e espaços específicos (EAGLETON, 2011, p. 19-20).

A crítica marxista não se move mecanicamente do “texto” para a “ideologia”, para as “relações sociais” e então para as “forças produtivas”. Ela lida, em vez disso, com a *unidade* desses “níveis” da sociedade. A literatura faz parte da superestrutura – linguagem utilizada por Terry Eagleton –, mas ela não é apenas um reflexo passivo da base econômica. Engels esclareceu esse ponto em uma carta a Joseph Bloch, em 1890, quando afirmou que para a concepção materialista da História, o elemento determinante desta é, *em última instância*, a produção e reprodução da vida real (EAGLETON, 2011 p. 24). O texto de Eagleton, neste ponto, não faz crítica a concepção metafísica endossada por Engels nessa afirmação, inclusive, substitui a expressão “econômicas”, que ele utiliza em toda a carta, de caráter profundamente metafísico, por “produção e reprodução da vida real”.

Marx acreditava que a literatura deveria revelar uma unidade entre forma e conteúdo, e queimou alguns dos seus primeiros poemas líricos porque seus sentimentos rapsódicos eram perigosamente desenfreados; mas ele também desconfiava da escrita excessivamente formalista (EAGLETON, 2011, p. 44). Temos aqui um ponto de aproximação entre Lima Barreto e Marx, ambos críticos da escrita formalista, que além de hermética geralmente é evasiva. Em um dos seus primeiros artigos de jornal sobre as canções dos tecelões silesianos, Marx afirmou que meros exercícios estilísticos levavam a um “conteúdo pervertido”, que por sua vez imprimiam na forma literária a marca da “vulgaridade” (EAGLETON, 2011, p. 44).

Para o marxismo há grande importância na questão da arte, ou seja, não devemos nos limitarmos a explicar que a influência profunda e duradoura de uma de suas obras, atestada pela história da arte, é que evidencia o seu valor como legítima, e que esse valor se evidencia na sua influência profunda e duradoura. Essa profundidade de influência cultural é um dado de avaliação extremamente problemático, já que a intensidade momentânea da sua repercussão pode nos iludir e nos fazer aceitar como profundo o que é episódico. Não se deve achar também que essas avaliações são meras discussões bizantinas quando se coloca a questão da revolução. Não devemos esquecer que as forças políticas mais profundamente empenhadas na transformação revolucionária do nosso mundo possuem uma política cultural (KONDER, 2013, p.23).

Uma outra questão fundamental para a estética marxista e o caráter da concepção marxista do mundo, é que deve-se ver em toda e qualquer realização humana a sua conexão essencial com o seu tempo, com as condições históricas da sua concretização. As obras de

arte, como qualquer outras obras do ser humano, não podem ser desligadas da época em que surgiram. O que não quer dizer que a obra de arte esgote os seus efeitos no momento em que aparece; as obras de arte não podem ser reduzidas às condições da sua gênese histórica e social⁷ (KONDER, 2013 p. 42).

Finalmente, uma outra característica a se considerar quando tratamos da questão da arte, é a sua relação com a divisão social do trabalho. A condição de uma teoria, filosofia, teologia separada do mundo é resultado da divisão social do trabalho. Porém, essa mesma só se dá devido a contradição da qual resulta (MARX; ENGELS, 2007, p. 35-36). Desse modo, a riqueza espiritual dos indivíduos depende da riqueza das suas relações reais;

somente assim os indivíduos singulares são libertados das diversas limitações nacionais e locais, são postos em contato prático com a produção (incluindo a produção espiritual) do mundo inteiro e em condições de adquirir a capacidade de fruição dessa multifacetada produção de toda a terra (criação dos homens) (MARX; ENGELS, 2007, p. 41).

Os escritos sobre estética, feitos por Marx e Engels, são esclarecedores da compreensão desses acerca da arte. Todavia, deve-se considerar que esses jamais se ocuparam de escrever uma teoria estética, mas deixaram comentários esparsos importantes sobre o tema. Esses temas são parte integrante do pensamento de Marx e Engels. Há ali um pensamento estético cuja compreensão, entretanto, exige o conhecimento prévio da teoria geral marxista e, em especial, das complexas relações com o legado hegeliano⁸ (KONDER, 2013, p. 12). O marxismo possui sua própria teoria estética, que integra, a sua teoria do conhecimento. No entanto, no interior do marxismo, posições teóricas diversas têm se formado e reivindicado o direito de representar a estética marxista. Isso levou historicamente a posições estéticas

⁷ O *historicismo* marxista não exclui o reconhecimento da *durabilidade* da criação estética. Um dos problemas cruciais da teoria estética marxista é explicar essa durabilidade sem sair do terreno do rigoroso *immanentismo historicista*, ou seja, sem recorrer a categorias metafísicas, a-históricas. Marx discutiu isso se referindo a obra de Homero, Ésquilo, Sófocles e Eurípedes, em *Contribuição à crítica da Economia Política* (KONDER, 2013, p. 42-43).

⁸ Leandro Konder recorda que Hegel subordinou o seu esquema histórico a um esquema lógico apriorístico que implicava o aviltamento dos sentidos e da materialidade em geral. Ele vê a arte como a expressão de um estágio já superado da consciência humana em seu caminho para a racionalidade absoluta. Acima do *momento artístico*, Hegel coloca o *momento religioso* e o *momento filosófico*. A arte não passaria, na sua compreensão, de uma preocupação sensível para o conhecimento filosófico (o conhecimento racional plenamente desenvolvido). A arte teve o seu momento da cultura grega pagã da Antiguidade Clássica; a religião teve o seu momento no auge da Idade Média; e a filosofia se impôs, através do idealismo alemão, como a fase superior do processo do conhecimento humano (KONDER, 2013 p. 37-38). Os *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* marcam a rejeição do idealismo hegeliano por Marx. Há ali uma franca *historicização* dos sentidos humanos. A perspectiva marxista dignifica os sentidos na medida em que eles se tornam mais humanos, o que se vê notadamente na distinção que faz entre o olho humano e o olho animal, por exemplo (KONDER, 2013, p. 38).

controvertidas que deram feição contraditória à elaboração conceitual da doutrina estética do marxismo (KONDER, 2013, p. 17). Uma boa parte dos problemas das tentativas de elaboração de uma teoria estética marxista está exatamente na tentativa de elaboração de uma especialização no interior de uma sistematização voltada para a totalidade como o materialismo histórico-dialético.

Engels, nos seus escritos sobre estética, em especial na carta à jovem romancista srta. Harkness, de abril de 1888, fala do gênio de Balzac, regozijando-se de na obra balzaquiana o realismo do ficcionista ter prevalecido sobre a sua mentalidade conservadora. Nesta, Engels distingue as ideias *realizadas* na obra e as ideias *proclamadas* pelo autor. O plano da criação estética lhe aparece como capaz de revelar valores que não derivam de maneira apriorística dos valores conscientemente adotados pelos escritores na atividade pública não criadora destes⁹, sejam essas de caráter político, vida literária etc. (KONDER, 2013, p. 17-18.). Esse item pode ainda ser ampliado pelo conceito de inconsciente de Freud, que nos deixa ainda mais atentos às manifestações inconscientes que estão implícitas nas produções literárias de diversos autores. No entanto, remete diretamente à possibilidade de um literato expressar uma consciência de classe distinta da classe social da qual é parte integrante.

Marx revelou sempre um profundo interesse pelas questões estéticas em geral, e pela arte e literatura em particular. Em vários de seus trabalhos (*Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, *Para uma crítica da Economia Política*, *O capital*, *História crítica da teoria da mais-valia* etc.) encontramos ideias de Marx que possuem uma relação direta com problemas estéticos e artísticos fundamentais: a arte e o trabalho, a essência do estético, a natureza social e criadora da arte, o caráter social dos sentidos estéticos, o condicionamento de classe e a relativa autonomia da obra artística, o desenvolvimento desigual da arte e da sociedade, as relações entre arte e realidade, a criação artística e a produção material sob o capitalismo, a perdurabilidade da obra artística etc. (KONDER, 2013, p. 11).

As sementes desse entendimento revolucionário aparecem em *A ideologia alemã*, de Marx e Engels, quando afirmam que a produção de ideias, conceitos e consciência está ligada às relações materiais do homem, à linguagem da vida real, e que a consciência não determina a vida: a vida determina a consciência. Uma exposição mais completa do que isso significa pode ser encontrada no Prefácio de *Contribuição à crítica da economia política* (1859): “O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual

⁹ No entanto, também essa carta, assim como outros escritos de Marx e Engels sobre arte, só foi divulgada na segunda metade do século XX (KONDER, 2013, p. 17-18).

em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, seu ser social determina sua consciência” (EAGLETON, 2011, p. 16-17).

Quando Marx discutiu a relação entre base e superestrutura – linguagem metafórica pouco utilizada por ele – escolheu justamente a arte como exemplo do caráter complexo e indireto dessa relação: afirmando que com relação as artes a magnitude de certos períodos de florescimento não corresponde ao nível geral de desenvolvimento da sociedade. Tomou como exemplo, os gregos, com relação aos modernos ou mesmo Shakespeare, e determinadas formas de arte, como a epopeia, não podem mais ser produzidas com a mesma estatura histórica de outrora, desde que a produção da arte começou. A dificuldade está, sobretudo, na formulação geral dessas contradições (EAGLETON, 2011, p. 26).

Marx reflete, então, sobre o que ele chama de “a relação desigual entre o desenvolvimento da produção material [...] e a produção artística”. Isso não significa que os maiores feitos artísticos dependam do mais alto desenvolvimento das forças produtivas. Um exemplo disso, nesse caso, são os gregos. Já que Marx afirma que a dificuldade não está em entender que a arte grega e a epopeia estão intimamente associadas a certas formas de desenvolvimento social, mas em entendermos porque elas ainda nos proporcionam prazer estético e que, em certos aspectos, representam um padrão e um modelo inigualável (EAGLETON, 2011, p. 26-27)¹⁰.

Vários autores tentaram responder a essa questão. Entre eles está Terry Eagleton, por exemplo, que afirma que nossa reação emocional diante da arte grega, a partir da resposta de Marx, assim como no que se refere a Espártaco, se dá porque nossa própria história se vincula a essas sociedades antigas; encontramos nelas um estágio anterior das forças que nos condicionam e também uma imagem primitiva de “proporcionalidade” entre o homem e a natureza que a sociedade capitalista necessariamente destrói, e essa mesma sociedade pode reproduzir em um nível incomparavelmente mais alto. Segundo ele, devemos pensar a “História” em termos mais abrangentes do que a nossa própria História contemporânea. Refletir sobre a relação de Dickens com a História não significa apenas perguntar sobre sua relação com a Inglaterra vitoriana, pois essa sociedade também era produto de uma longa História que incluía Shakespeare e Milton (EAGLETON, 2011, p. 30-31).

¹⁰ Marx deixa claro, naquele escrito dos *Grundrisse*, que não há uma relação simétrica entre base e superestrutura. Cada elemento da superestrutura de uma sociedade – a arte, as leis, a política, a religião – possui seu próprio ritmo de desenvolvimento, sua própria evolução externa (sic), que não é reduzível a mera expressão da luta de classes ou ao estado da economia, por exemplo (EAGLETON, 2011, p. 31-32). Nota-se que o autor fala em evolução externa, no entanto, o mais apropriado, considerando-se a discussão que propõe, nos parece que seria falar em evolução interna.

Porém, a resposta de Eagleton apresenta alguns aspectos que julgamos problemáticos, afinal chegou a uma concepção linear e etapista do processo histórico. Já que vincula de modo metafísico a nossa história às sociedades antigas e nos torna condicionados por elas, assim como, pressupõe uma metafísica “proporcionalidade” entre o homem e a natureza. Por isso, insatisfeitos com a posição do crítico literário, preferimos aprofundar a discussão acerca desse texto de Marx, apontando inclusive o limite da sua resposta a questão que ele mesmo formulara.

Segundo Nildo Viana, a resposta de Marx não é satisfatória e se assemelha a de outros autores que fogem ao materialismo histórico, como o historiador inglês Jacob Burckhardt, por exemplo, que afirma que os gregos eram “adolescentes eternos”. No entanto, Viana esclarece que o que Marx diz é que não podemos voltar a produzir a arte grega – já que isto seria infantil – mas que podemos, devido ao encanto que ela exerce, procurar reproduzi-la num nível superior. A razão desse encanto, para ele, se explica pelo fato de assim como um adulto pode admirar as qualidades de uma criança, a humanidade em sua época de maturidade pode admirar as qualidades de sua época infantil. Daí seria possível retirarmos as seguintes conclusões: primeiro, não se pode dizer que Marx tenha postulado uma “lei do desenvolvimento desigual entre arte e economia”, como afirma Vásquez (1978), por exemplo. O que ele colocou é que é possível que em “sociedades atrasadas” se produza uma “arte avançada” e vice-versa e somente o estudo concreto de um caso histórico específico pode descobrir suas causas; segundo, a perdurabilidade da obra de arte é “explicada” por Marx pela analogia entre a admiração que o adulto possui das qualidades da infância. Uma colocação problemática, mas que o próprio Marx, em outros textos onde trata da relação entre arte e sociedade, nos dá elementos para superá-la. Ele retoma a questão da determinação da produção material sobre a produção intelectual: da forma definida da produção material resulta, em primeiro lugar, uma estrutura definida de sociedade e, em segundo lugar, uma relação definida dos homens com a natureza. As suas formas de Estado e a produção intelectual são determinados por ambas (VIANA, 2007b, p. 22-23).

No entanto, segundo Viana, isso ainda não explica o problema da arte grega, pois, na realidade, essa continua despertando admiração por causa das necessidades da época. Marx aponta para uma solução materialista da perdurabilidade da obra de arte, ou seja, essa perdura porque satisfaz a determinadas necessidades. Portanto, não se trata de nenhum “encanto eterno”, mas da possibilidade de uso (que pode provocar sua deformação) de acordo com as necessidades atuais. Assim se pode explicar a admiração pela arte grega em tempos históricos

distintos daqueles que a originaram (VIANA, 2007b, p. 28).

Infelizmente, ainda hoje, temos de combater posições em que os “marxistas” não consideraram questões como essas, que evocam a complexidade da relação entre arte e sociedade, e se deixaram envolver por seus adversários acabando por sacrificar a riqueza estética à firmeza da posição política. Em vez de combaterem a mistificação do esteticismo em nome da arte, ele foi realizado em nome exclusivamente da política e, especialmente, em nome das exigências mais imediatas da ação política revolucionária. Desse modo, limitaram o marxismo, que ficou privado de uma teoria estética convenientemente desenvolvida. São exemplos de uma autocrítica a isso, fundamental nesse processo, as afirmações do italiano Galvano Della Volpe e do polonês Jan Kott (KONDER, 2013, p. 25-26). Esses, dentre vários, procuraram restabelecer a importância da arte no universo de temas sobre os quais devem refletir os marxistas. No entanto, esse não é um problema que se encontra originalmente nas obras de Marx e Engels, tanto que ainda tratam da literatura em diversos outros textos.

A literatura, como podemos notar, sempre foi objeto de reflexões de Marx e Engels. Afinal, no século XIX, essa era uma das formas de manifestação artística que os trabalhadores mais tinham acesso. Quando Lassalle publicou seu drama *Sickingen*, Marx lhe escreveu uma carta na qual reprovava ter escrito a peça mais na linha de Schiller do que na de Shakespeare, compondo um drama no qual os personagens careciam de um realismo mais profundo e, por vezes, se tornavam *raisonneurs* [raciocinadores]. Engels também escreveu a Lassalle e disse que a obra se beneficiaria se as motivações históricas do comportamento dos personagens fossem transmitidas de maneira mais viva, ativa, natural, através da própria ação e dispensassem os discursos cheios de argumentos, onde se reconhecia o talento de advogado de Lassalle (KONDER, 2013, p. 40-41).

No caso de Engels, ele desenvolveu seu ponto de vista em inúmeras cartas. Ele preocupava-se com a possibilidade das ideias não estar funcionalmente integradas ao todo da obra de arte e, com isso, podem pesar sobre esta como pingentes incômodos. Em carta à romancista Minna Kautsky, em 26 de novembro de 1885, diz não ser contra a poesia de *tese* (com seus claros discursos políticos que glorificam as ideias políticas e sociais do escritor), que pode ser encontrado em *Os velhos e jovens*, dessa autora. Mas, prefere que a *tese* brote da própria situação e da própria ação, sem que seja explicitamente formulada. O poeta não é obrigado a dar já pronta ao leitor a solução histórica futura dos conflitos sociais que descreve (KONDER, 2013, p. 41).

Em carta enviada por Engels à jovem escritora inglesa senhorita Harkness, a propósito

do romance *Moça da cidade*, dessa autora, ele critica a obra por seu deficiente realismo e indica à autora o caminho do velho Balzac. Essa deficiência de realismo, explica, nada tem a ver com a ausência de proclamações revolucionárias nas páginas da jovem autora. Entende que quanto mais as opiniões políticas do autor ficam escondidas, tanto melhor para a obra de arte (KONDER, 2013, p. 41). O realismo preconizado por Engels consiste na “fiel reprodução de caracteres típicos em situações típicas”. O que propõe como modelo é a produção literária de Balzac, em *A comédia humana*, onde explicita em seus personagens caracteres típicos em situações típicas. Pessoalmente Balzac era conservador, legitimista, simpático a velha classe dos aristocratas. Ao escrever, entretanto, empolgava-se, entregando-se à sua imaginação criadora e ao exercício realista (rigoroso) dela: esquecia-se de seus preconceitos e representava os aristocratas em suas deficiências básicas, como homens que mereciam a sorte que a história lhes reservava (KONDER, 2013, p. 42).

Já quando falamos em Lima Barreto, assim como Kafka, tratam-se de autores que escreveram sobretudo em períodos de crise e transição. O primeiro, objeto aqui das nossas reflexões, escreveu e contestou acidamente a Primeira República brasileira, que durou de 1889-1930. Uma outra característica desse período, na história das nossas letras, foi a crescente especialização e constituição da profissão de literato. Esta é uma decorrência do processo de expansão capitalista, experimentado no Brasil, naquele contexto. Em oposição a isso, afirma Maurício Tragtenberg o seguinte:

numa época de especialização, a literatura define os ideais de um período de crise e transição. Pois, esse período coloca ao homem a interpolação sobre qual o sentido de sua vida... Na época moderna à literatura cabe um papel integrador. O papel de superar o abismo existente entre a arte e a vida, arte e ciência, na medida em que ela mesma é concebida como uma forma de conhecimento dessa totalidade, que é o homem (TRAGTENBERG, 2015).

No entanto,

antes, pois, de perguntar como uma obra literária se situa no tocante às relações de produção da época, gostaria de perguntar: como ela se situa dentro dessas relações? Essa pergunta visa imediatamente a função exercida pela obra no interior das relações literárias de produção de uma época. Em outras palavras, ela visa de modo imediato a técnica literária das obras. Designei com o conceito de técnica aquele conceito que torna os produtos literários acessíveis a uma análise imediatamente social, e portanto a uma análise materialista (BENJAMIN, 1994, p. 122).

Benjamin deixa claro que uma análise dialética não pode se restringir à romance, novela etc. como se fosse possível tratarmos esses gêneros isoladamente (BENJAMIN, 1994, p. 123-124). Portanto, trata-se de não considerarmos somente a forma assumida nas produções literárias, mas também o conteúdo.

No que se refere ao papel de Marx como produtor – produtor de textos literários –

ficaram registradas algumas iniciativas, inclusive. As obras de Marx – ele próprio um jovem autor de poemas líricos, de um fragmento de verso dramático e de um romance cômico inacabado com grande influência de Laurence Sterne – são carregadas de conceitos e alusões literárias; dele também há um manuscrito não publicado, de volume considerável, sobre arte e religião, além de ter planejado um periódico de crítica teatral, um estudo completo sobre Balzac e um tratado de estética (EAGLETON, 2011, p. 12).

A arte e a literatura faziam parte do próprio ar que Marx respirava, como um intelectual alemão formidavelmente culto dentro da grande tradição clássica da sua sociedade. Tinha familiaridade com a literatura, de Sófocles ao romance espanhol, de Lucrécio à ficção comercial inglesa, tinha um alcance impressionante: o círculo de trabalhadores alemães que ele fundou em Bruxelas dedicava uma noite por semana à discussão das artes, e o próprio Marx era um frequentador inveterado de teatro, declamador de poesia, devorador de todas as espécies de arte literária, desde a prosa augustana até as baladas industriais. Em carta a Engels, ele descreveu suas próprias obras como formadoras de um “todo artístico”, tendo escolhido não por acaso essa metáfora, além de ser escrupulosamente sensível a questões de estilo literário, especialmente o seu (EAGLETON, 2011, p. 12).

O caráter fragmentário dos comentários de Marx e Engels sobre a arte e a literatura levam a uma situação em que a crítica literária marxista deve, então, envolver mais do que a mera reafirmação de argumentos expostos pelos fundadores do marxismo e mais do que a “sociologia da literatura”.

A sociologia da literatura lida sobretudo com aquilo que pode ser chamado de meios de produção, distribuição e troca literária em uma sociedade específica – como os livros são publicados, a distribuição social dos seus autores e leitores, os níveis de alfabetização, os determinantes sociais do “gosto”. Tal campo também examina textos literários em busca da sua relevância “sociológica”, fazendo incursões em obras literárias para abstrair delas os temas de interesse do historiador social (EAGLETON, 2011, p. 13-14).

Lukács, segundo Eagleton, afirma que os verdadeiros condutores da ideologia na arte são as formas da própria obra, não o conteúdo que delas podemos abstrair (EAGLETON, 2011, p. 50). No entanto, consideramos essa afirmação problemática, assim como quando se afirma ao contrário que é o conteúdo a determinação fundamental do caráter político de uma obra literária. Trata-se, portanto, de duas formas de simplificar a relação entre forma e conteúdo. Todavia, concordamos com Eagleton quando afirma que encontramos a marca da história na obra literária precisamente *como literária*, não como qualquer forma superior de documentação social (EAGLETON, 2011, p. 50). Há a necessidade, para além de apriorismos

aqui já criticados, da constituição de uma crítica de fato marxista: historicizante, totalizadora e radical.

É nesse sentido que Nildo Viana destaca que a evolução do capitalismo gera épocas literárias distintas ligadas ao regime de acumulação¹¹ existente. Este constitui determinada época literária em um processo marcado por múltiplas determinações e a sucessão de um regime de acumulação por outro é a determinação fundamental nesse processo, já que isso gera um conjunto de mudanças que afetam a produção literária. Nisso todo literato é atingido, de uma forma ou de outra, pela produção cultural de sua época, surgindo tendências poderosas de pensamento com uma renovação hegemônica. Uma outra determinação é o aparato estatal que, especialmente a partir do regime de acumulação conjugado, efetiva uma política cultural, implicando financiamento, reconhecimento, divulgação, etc., que aponta para o fortalecimento da nova hegemonia. Novos interesses, valores, são criados ou adaptados, como a mudança de paradigma intelectual, e essas são outras determinações (VIANA, 2016, p. 195).

Desse modo, a sucessão de regimes de acumulação é fundamental para compreendermos as diversas épocas literárias, como indica Viana. Esclarece que a formação de uma época literária é um resultado da constituição de um novo regime de acumulação, com todas as mutações, mas isso não significa algo simples e homogêneo. É um processo complexo no qual as mutações sociais são expressas nas produções literárias, na formação de formas, estilos, processos, escolas, etc. Em cada época literária, é possível identificarmos um cânone literário hegemônico, portanto. Mas o que é um cânone literário? Um cânone literário é uma forma de criação literária fundamentada em um conjunto de princípios norteadores. A palavra cânone em sua origem etimológica (vem do grego *kánon*, uma unidade ou instrumento de medida), é considerada como semelhante a regra ou norma. Na abordagem de Viana, significa um conjunto de princípios norteadores, que variam em quantidade, fixidez, etc. É possível, então, constatarmos que a cada regime de acumulação corresponde um cânone literário hegemônico (VIANA, 2016, p. 196-197).

Diante das questões aqui apresentadas, em nossa tentativa de relacionarmos marxismo, arte e literatura, passamos às reflexões acerca da teoria da literatura e elementos próprios a análise literária por meio da análise do discurso.

¹¹ “Um regime de acumulação é um determinado estágio do desenvolvimento capitalista, marcado por determinada forma de organização do trabalho (processo de valorização), determinada forma estatal e determinada forma de exploração internacional. O processo de valorização sob uma determinada forma de organização do trabalho expressa uma correlação de forças entre burguesia e proletariado em certo momento histórico. Manifesta, portanto, um determinado estágio da luta de classes” (VIANA, 2007c, p. 22).

1.3 – Teoria da Literatura e Análise Literária

Também nos servirão de instrumentos para nossa reflexão, acerca da produção literária barretiana, indicativos da teoria da literatura e da análise literária. Será por meio da análise do discurso que faremos nossa análise literária. A utilização desse mecanismo não é uma novidade na perspectiva marxista. Inclusive, ao final desse item, demonstraremos como houve acusações contra Marx, e foi por meio de uma análise de discurso que o fato foi esclarecido. Naquele contexto questionavam o modo com que ele fazia citações, chegavam a afirmar que ele havia incluído frases em um discurso, no entanto na contradição ficou claro que os acusadores estavam equivocados. Então, nessa parte, pretendemos demonstrar uma teoria de um fenômeno mais específico relacionada com o método de análise. O foco é a discussão metodológica relacionada a análise de obras literárias.

Sempre que nos propomos a tomar a literatura como fonte – fonte de descoberta e produção de conhecimento – surgem questões como as seguintes: o que é literatura? Como essa pode nos servir de fontes? Qual sua relação com a arte e a sociedade? Etc. Por isso, diante dessas perguntas, apresentamos alguns aspectos da teoria da literatura e também da análise literária.

Há, como sabemos, uma ampla bibliografia sobre arte e literatura que pode ser consultada, sendo ponto de partida para uma reflexão teórica a respeito das relações entre literatura e sociedade. Essa relação nos remete a questões como a das classes sociais, da mentalidade, da cultura, bem como o contexto histórico-social implícito nos elementos referidos (SILVA; VIANA; SOUZA, 2014)

Nesse caso, iniciaremos com o registro de definições literárias, apontadas por Eagleton e Sartre.

Eagleton propõe que a literatura seja definida por empregar “a linguagem de forma peculiar” (EAGLETON, 2003). Na verdade, “a literatura pode ser tanto uma questão daquilo que as pessoas fazem com a escrita, como daquilo que a escrita faz com as pessoas”. O anúncio do metrô poderia ser lido como literatura, por exemplo, se fosse a literatura reduzida a uma simples engenhosidade da palavra ou estranheza que nos provocasse sua organização (EAGLETON, 2003, p.9). Um outro aspecto, que devemos considerar, é que “todas as obras literárias, em outras palavras, são 'reescritas', mesmo que inconscientemente, pelas sociedades que as leem; na verdade, não há releitura de uma obra que não seja também uma 'reescritura’” (EAGLETON, 2003, p.17).

Sartre em *Qu'est-ce que la littérature?* [O que é a literatura?] (1948), afirma que a obra nunca é apenas um “fato exterior a ela”, ela seria mais que isso. Já que todas elas têm uma imagem do seu pretenso leitor. Há, portanto, um “leitor implícito”. Ou seja, o “consumo” é parte do processo de produção. Um certo leitor já está implícito no ato de escrever (EAGLETON, 2003, p.117).

Uma determinada produção literária é inseparável da sociedade que lhe produz e tal inseparabilidade se manifesta em alguns aspectos fundamentais: a) as obras literárias são produzidas socialmente, em determinada época e sociedade; b) as mensagens (valores, representações, concepções, sentimentos, etc.) manifestas numa obra literária são também constituídas socialmente; c) essa reprodução do social na obra literária significa que ela manifesta o social, a partir da perspectiva de quem a produziu, sendo uma expressão do real que sempre expressa alguém e sua situação na sociedade, ou seja, enquanto particularidade; d) as obras literárias podem exercer influência ou servir de inspiração para novas pessoas e por isso atuam também sobre a sociedade, fortalecendo uma ou outra tendência no seu interior (SILVA; VIANA; SOUZA, 2014, p. 39).

Essas quatro indicações acima serão fundamentais, enquanto teoria da literatura, em nossa análise da obra barretiana. Daí estarmos atentos ao repertório temático do literato carioca, assim como as questões sociais que se colocavam naquele contexto. São esses processos sociais responsáveis pela constituição da obra literária e, por conseguinte, manifestam valores, representações, concepções, sentimentos, etc., de quem a produz, a partir de sua posição na sociedade, sua inserção na divisão social do trabalho, etc. Na obra literária, contudo, as manifestações apresentam elementos que remetem à sociedade em seu conjunto e também a inserção do seu produtor na mesma. Há, portanto, uma grande complexidade marcada por uma multiplicidade de determinações. Não é possível entender que a mensagem ou o conteúdo de uma obra literária – seja ela qual for – manifeste a realidade, sendo mero reflexo dela, mas sim que ela expressa a realidade sob a forma específica derivada daquele que é seu produtor (SILVA; VIANA; SOUZA, 2014, p. 42).

Essa relação da literatura com a sociedade já aparece em reflexões de Mikhail Bakhtin, em *Marxismo e filosofia da linguagem*, onde discorre que é impensável afastarmos do estudo das “ideologias”¹² o estudo dos signos, e que a questão do signo se prolonga na questão das “ideologias”. Há entre ambas uma relação de dependência que nos levaria a crer que só é

¹² Mikhail Bakhtin utiliza o termo ideologia se referindo ao conjunto das produções intelectuais, ou seja, não se trata do conceito marxista de ideologia enquanto “falsa consciência sistematizada da sociedade”.

possível o estudo dos valores e ideias contidos nos discursos se nos atentarmos para a natureza dos signos que os constroem. Assim, os recursos retóricos que entram na organização de um texto, não são meros recursos “formais”, jogos de “embelezar” a frase; mas o modo de dispor o signo, a escolha de um ou outro recurso linguístico, revela múltiplos comprometimentos de cunho ideológico (CITELLI, 2000, p. 26).

O signo nasce, segundo Bakhtin, e se desenvolve em contato com as várias formas de organizações sociais. Então, o signo deve ser pensado socialmente, contextualmente, ou seja, em uma relação estreita entre a formação da consciência individual e o universo dos signos. Está claro que a formação da consciência se dá dentro de um prisma concreto, derivado, do embate entre os signos (CITELLI, 200, p. 28).

Um dos elementos a ser considerado nessa situação em que se constitui a consciência, os signos e a literatura é a classe social do literato, tanto a classe de origem quanto a de quando produziu, bem como outras divisões e posições que o indivíduo possui na sociedade e deixam suas marcas nele (SILVA; VIANA; SOUZA, 2014, p. 40).

O autor manifesta sua classe social de pertencimento, conscientemente ou não, pois além de determinado modo de vida que compartilhou ou compartilha, bem como costumes, valores, predisposições mentais determinadas, ou seja, um conjunto amplo que engloba a mentalidade do indivíduo (seu universo psíquico) como também os costumes, hábitos, formas de comportamento, que herdou da classe que pertence e/ou pertenceu (embora mesmo mudando de classe, o indivíduo ainda mantém, por mínimo que seja, algumas características oriundas de sua classe social) (SILVA; VIANA; SOUZA, 2014, p. 40)

Temos uma determinação mais geral, da sociedade e época em seu conjunto, através da hegemonia cultural, modo de vida dominante, etc., e também uma determinação de classe social. Se recordarmos que uma classe social se divide em diversas frações de classe, então isso se complexifica bastante. Além disso, um indivíduo pode pertencer a uma classe social e se identificar com outra. Ao contrário do que pensa Goldmann, com sua abstração das estruturas homólogas, é necessário analisar o indivíduo e sua inserção na sociedade, não apenas abstratamente ou derivando mecanicamente de seu pertencimento de classe, mas observando as demais determinações, tanto as relacionadas com a classe quanto outras (sexo, raça, etc.), bem como sua história de vida (SILVA; VIANA; SOUZA, 2014, p. 40)

É a singularidade psíquica a forma singular como o indivíduo desenvolve sua mentalidade individual, expressão específica da mentalidade coletiva. Essa singularidade psíquica também é constituída socialmente, mas não é analisando as relações sociais gerais, a sociabilidade dominante, a hegemonia cultural, que se pode descobrir e entender isso, mas através do seu processo de vida, marcado por uma história de relações sociais e processos

vivididos apenas por este indivíduo, envolvendo múltiplas determinações. Inclusive, o que vai ser percebido como mais marcante, a partir de um certo momento da história do indivíduo, é definido diferentemente por pessoas com diferenças em sua singularidade psíquica a este respeito (SILVA; VIANA; SOUZA, 2014, p. 41).

Já que falamos em questões psíquicas, sempre muito acessadas em diversos escritos sobre Lima Barreto, estabelecemos um diálogo com Freud. Este quando discute o poeta e explica as diferenças entre este e o “sonhador à luz do dia”, nos faz as seguintes indicações: é necessário diferenciarmos os autores que criam com base em materiais prontos e aceitos, como os antigos épicos e trágicos, e aqueles que parecem criá-los livremente. Nesses últimos – buscando para a nossa comparação não aquele autor tido em alto conceito pela crítica, mas sim o despretensioso narrador de romances, novelas e histórias, apreciados por ávidos e numerosos leitores – em sua criação salta aos olhos que todos têm um herói para o qual o autor procura, por todos os meios, angariar simpatia, e ao qual ele parece proteger. Se, ao final do capítulo de um romance, deparo com o herói inconsciente e sangrando, posso estar certo de que, ao iniciar o capítulo seguinte, irei encontrá-lo sob zelosos cuidados e em vias de restabelecimento. O sentimento de segurança com que acompanho os heróis em seu perigoso destino é bem aquele que leva o verdadeiro herói a se lançar às águas para salvar quem está se afogando ou se expor a fogo inimigo. É o autêntico sentimento do herói, ao qual um de nossos melhores autores dramaturgos, Anzengruber, emprestou a deliciosa expressão: “Nada lhe acontecerá”. É, portanto, nesses indícios traiçoeiros de invulnerabilidade, que pode-se facilmente reconhecer Sua Majestade o eu, o herói de todo sonhar acordado, bem como de todos os romances (FREUD, 2014, p. 86). Esses indicativos feitos por Freud, nos ajudam a pensarmos a figura do herói em Lima Barreto, em especial Policarpo Quaresma, que para alguns seria um verdadeiro herói nacionalista. Destacando-se que, o literato em questão, apresenta um herói completamente distinto do que aquele que Freud apontara ser característico dos romancistas, no que se refere a Policarpo Quaresma.

No entanto, essas questões exigem reflexão a partir dos elementos teóricos aqui apresentados, mas também um instrumental metodológico que buscaremos na análise literária por meio da análise do discurso. O que nos leva primeiro a discutirmos aspectos da análise discursiva, para, finalmente, analisarmos um caso específico em que isso foi esclarecedor em questões relacionadas ao marxismo.

Na análise do discurso, seu “gesto inaugural”, foi empreendido em um duplo sentido: a construção de um outro olhar sobre as práticas languageiras e o redimensionamento do objeto

de análise (ROCHA; DEUSDARÁ, 2015, p. 305). Pode-se situar o surgimento da chamada Análise do Discurso no fim dos anos 1960, em decorrência de insuficiências de uma análise do texto que se vinha praticando e que se pautava prioritariamente por uma visão conteudista, característica central das práticas de leitura que localizamos nos estudos em Análise de Conteúdo (ROCHA; DEUSDARÁ, 2015, p. 307).

Uma das tendências na qual se desenvolveu a análise do discurso foi a que ficou conhecida como “escola francesa de análise do discurso”. Tendo surgido na década de 1960-1970 na França, país que tinha forte tradição escolar no estudo do texto literário, influenciando depois estudiosos brasileiros. Ela foi inicialmente definida como “o estudo linguístico das condições de produção de um enunciado”, no entanto, além disso, requer a compreensão dos elementos históricos, sociais, culturais, intelectuais que cercam a produção de um discurso e o espaço que este ocupa em relação a outros discursos (BRANDÃO, 2017, p. 5-6).

Esta teve de 1966 a 1983, como grande referência intelectual Pêcheux, que publicou suas teses sobre análise do discurso a partir da influência de autores como Marx, Freud, Saussure, Louis Althusser e Jacques Lacan. No Brasil, na década de 1970, Eni Orlandi contribui na instituição da análise do discurso no país em consonância com o materialismo histórico, a psicanálise e a linguística¹³.

O que se propõe na análise do discurso é analisar em que perspectiva se constrói a relação social de poder no plano discursivo. Tem-se o pesquisador como um agente participante de uma determinada ordem, contribuindo para a construção de uma articulação entre linguagem e sociedade, tendo o texto como a materialidade do discurso e concebendo a linguagem como ação no mundo (ROCHA; DEUSDARÁ, 2015, p. 321).

É necessário, ainda, discutirmos a natureza do discurso. “O discurso reproduz ou contradiz o poder, tem um caráter mobilizador, age no sentido de reproduzir ou questionar as relações de poder” (VIANA, 2006b, p. 53).

Nas sociedades marcadas pela divisão em classes sociais antagônicas e com uma divisão social do trabalho complexa, a linguagem passa a ser perpassada pelos conflitos de classe.

A classe dominante possui o interesse em emperrar um livre desenvolvimento da consciência humana além de um determinado limite. Ela busca, de forma às vezes inintencional, impor sua ideologia, suas concepções, sua mentalidade. As demais

¹³ Como se pode notar, tanto em Michel Pêcheux como em Eni Orlandi, o marxismo teve influência na análise do discurso, mas essa era uma dentre outras influências e com o tempo isso se perdeu, especialmente na escola de origem francesa.

classes sociais buscam resistir e as classes exploradas esboçam uma linguagem diferenciada. Entretanto, a diferença de linguagem ocorre no interior de uma totalidade, ou seja, a diferença vem acompanhada por uma semelhança (VIANA, 2006b, p. 54).

Mas no que se refere ao discurso temos de considerar o papel de mediação que a língua realiza. Nesse caso, tanto a língua culta como a coloquial. Apesar da língua-padrão (ou “cultua”) ser imposta socialmente pelo Estado e instituições auxiliares, especialmente a escola, existe uma língua diferenciada, chamada de linguagem coloquial ou “popular” (VIANA, 2006b, p. 54.). Se há uma característica presente em toda a obra de Lima Barreto é a adoção do segundo tipo de língua, ou seja, a linguagem coloquial. Ele destacou-se, assim como também foi preterido nos espaços mais formalistas, pela utilização na literatura de uma linguagem popular e não apreciada pelos acadêmicos.

Afinal, a ideologia dominante atribui sentido dominante às palavras. Em toda sociedade dividida em classes existe uma mentalidade e uma ideologia dominantes e estas produzem uma atribuição de sentido às palavras que também é dominante. Existe um processo de significação e ressignificação das palavras e tal processo é marcado pelas relações e lutas sociais (VIANA, 2006b, p. 54-55).

O caráter social da linguagem repercute sobre a análise da linguagem e sobre as explicações desta, em todo caso, fazem-se necessárias algumas observações: primeiro, o discurso se manifesta através da linguagem e essa é o meio de manifestação do discurso; segundo, linguagem e discurso se distinguem pelo fato de que a primeira é polissêmica (e é por isso que ela pode ser portadora de diversos discursos) e o segundo é unissêmico, ou seja, possui uma coerência semântica. Se na linguagem uma palavra possui significados diferentes, dependendo de quem a profere, no discurso só existe um significado próprio que pode, em certos casos, conviver com diversos significados alheios (VIANA, 2006b, p. 55).

Em um discurso a mesma palavra pode ter mais de um significado, pois ele é composto por elementos internos e externos. Os elementos internos são parte do discurso que apresenta suas características próprias, as atribuições de significado que lhes são próprias, os elementos constituídos pelo próprio discurso. Os elementos externos são elementos auxiliares extraídos da linguagem existente (tradição, cultura popular etc.) (VIANA, 2006b, p. 55).

No que se refere a produção literária temos de considerar os elementos internos, com suas características específicas, mas também as influências externas, a constituição social do discurso, por exemplo, que muitas vezes é representado na produção literária.

O discurso é constituído socialmente e para descobrir seu processo de produção é preciso compreender o seu produtor. O discurso não é uma “entidade abstrata”, mera peça de uma unidade mais ampla chamada “formação discursiva”, como em

Foucault, e sim uma manifestação concreta da linguagem mas não é derivado e constituído pela linguagem e sim pelos seres sociais que usam a linguagem sob uma forma concreta e particular (VIANA, 2006b, p. 57).

A formação de um discurso depende do contexto social, como já enfatizamos aqui, mas também do contexto cultural. O discurso científico, por exemplo, não poderia surgir imediatamente do contexto social, pois é necessário a mediação de formas de pensar, de palavras, de concepções (VIANA, 2006b, p. 57). Há, todavia, condições que possibilitam o discurso e essas estão indissociavelmente ligadas ao desenvolvimento histórico das lutas de classes e cada discurso corresponde ao interesse de uma ou outra classe em luta. Daí que o discurso é um produto social, ou seja, produção de indivíduos que pertencem a determinadas classes sociais que entram em conflito com outras classes. Assim, o processo de constituição de um discurso, recorda Nildo Viana, possui “múltiplas determinações”, sendo que o contexto social é sua determinação fundamental e o contexto cultural sua determinação formal, embora exista uma influência recíproca entre ambos (VIANA, 2006b, p. 58).

Entretanto, um discurso é estruturado no interior de um contexto social e cultural, sendo, pois, perpassado pela luta de classes e sendo assim a totalidade do discurso está inserida numa totalidade mais ampla, que é a totalidade da sociedade que lhe produz e determina. Este é um ponto essencial para a compreensão do discurso e, portanto, para a sua relação com o poder (VIANA, 2006, p. 58).

Nos referimos aqui a análise do discurso, instrumento para a análise literária de vários textos de Lima Barreto, pudemos destacar também o quanto o discurso é uma construção social, recebendo várias implicações, e também tem sua determinação formal em aspectos culturais. Mas não é novidade a importância da análise do discurso, mesmo que de modo não sistemático, entre as polêmicas abordadas pelo marxismo.

Porém, se o discurso se materializa sob a forma concreta de texto, esses podem ser classificados em narração – quando pretendemos apresentar acontecimentos; descrição – se o que pretendemos é caracterizar o objeto, fazê-lo conhecido; a argumentação – se queremos refletir, comentar, avaliar, expor ideias e pontos de vista e, finalmente, a exposição ou explicação – se o que pretendemos é fazer compreender fatos, processos, transmitir saberes. Essa tipologia de textos está diretamente relacionada a gêneros do discurso que são distintos. Esses podem ser, respectivamente, o conto; aqueles que tem por objetivo a caracterização de seres, lugar, tempo ou que tem por objetivo dar instruções e prescrições; textos opinativos, carta e, finalmente, relatório (técnico, científico), aula, conferência etc (BRANDÃO, 2017, p. 25-26).

Remontamos a importância da análise do discurso no marxismo ao procedimento

explicitado no prefácio da quarta edição alemã de *O Capital*, assinado por Engels, escrito em Londres e datado de 25 de junho de 1890. Ele destacou a contribuição da filha mais jovem de Marx, Eleanor, na organização do material deste que possibilitou a publicação do segundo livro de *O Capital* (MARX, 1988, p.37).

Neste prefácio Engels retoma as acusações feitas no *Concórdia*, de Berlim, em 7 de março de 1872, órgão da União dos Fabricantes Alemães, em um artigo anônimo intitulado *Como Karl Marx cita*, em que este é acusado de ter mentido e acrescentado em um de seus textos (a saudação inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores, de 1864, e repetida em *O Capital*) uma frase no discurso de Gladstone sobre o orçamento em 16 de abril de 1863. Marx já havia se defendido, pois, respondeu ao Anônimo no *Volksstaat*, de 1º de junho do mesmo ano, que da citação extraída do discurso nenhuma palavra da frase “este aumento embriagador de riqueza e poder (...) está totalmente limitado às classes possuidoras” foi acrescentada por ele. Mas como não se lembrava mais que relato jornalístico havia citado, limitou-se, primeiro, a comprovar a mesma citação em duas publicações inglesas e citar, em seguida, o relato do *Times*. A frase em questão, a qual acusavam Marx de ter acrescentado ao discurso de Gladstone, é a que afirma que a riqueza e o poder tem “um aumento inteiramente confinado às classes proprietárias”, sem que nunca Gladstone a tivesse afirmado (MARX, 1988, p.38). Como se pode ver, nela o político conservador reconhece o caráter privado da distribuição da riqueza na sociedade capitalista, e atestar esse reconhecimento por meio desta personalidade, levou à irritação do acusador de Marx.

Porém, os argumentos de Marx não são aceitos pelo acusador, que se irrita cada vez mais, e lança um segundo artigo no *Concórdia* de 11 de julho de 1863.

Marx respondeu mais uma vez no *Volksstaat* de 7 de agosto, trazendo os relatos do *Morning Star* e do *Morning Advertiser* de 17 de abril de 1863. De acordo com ambos, Gladstone diz que veria com preocupação etc. esse aumento embriagador de riqueza e poder se o acreditasse limitado às classes realmente abastadas (*classes in easy circumstances*). Mas que esse aumento *estaria* realmente limitado a classes possuidoras de propriedades (*entirely confined to classes possessed of property*). Portanto, também esses relatos reproduzem de modo literal a frase considerada “mentirosamente acrescentada”. Além disso, confrontando os textos do *Times* e de Hansard, Marx novamente constatou que nos relatos de três jornais, independentes entre si, publicados na manhã seguinte, estava a mesma frase como tendo sido realmente dita, faltando ela no texto de Hansard porque revisto segundo o notório “costume”, ou seja, Gladstone “escamoteou-a posteriormente”, segundo as palavras de Marx, que, para concluir, declarava não ter mais tempo para perder com o Anônimo” (MARX, 1988, p.39).

No entanto, após a morte de Marx aparecem novas acusações e é reavivada a anterior;

Com isso, a coisa parecia estar morta e enterrada. Desde então chegaram-nos, no

entanto, uma ou duas vezes, por meio de pessoas que tinham relações com a Universidade de Cambridge, rumores quanto a um inominável crime literário que Marx teria cometido em *O Capital*; mas, apesar de todas as nossas investigações, nada se conseguiu apurar de concreto. De repente, em 26 de novembro de 1883, oito meses depois da morte de Marx, apareceu no *Times* uma carta, oriunda do Trinity College, Cambridge, e assinada por Sedley Taylor, na qual o homenzinho, que mexe com o tipo mais inofensivo de cooperativismo, de súbito, inoportunamente, lançou-nos luz afinal não só sobre a boataria de Cambridge, como também sobre o Anônimo do *Concórdia*... (MARX, 1988, p.39-40).

No entanto, logo passou-se a não falar mais em “acréscimos mentirosos”, de “falsificação”, mas de “citação capciosamente isolada” (*craftily isolated quotation*). Como o *Times* recusou-se a publicar a réplica a isto, Eleanor Marx encaminhou-a à revista mensal *To-Day* de fevereiro de 1884, reconduzindo o debate ao único ponto de que se tratava: Marx havia ou não “acrescentado mentirosamente aquela frase”? (MARX, 1988, p.40).

Foi fácil a Eleanor Marx, no mesmo número do *To-Day*, reduzir essa argumentação a pó. Afirmando o seguinte:

Pelo contrário, Marx nada ocultou digno de menção nem acrescentou a mínima mentira. Mas ele reconstituiu e arrancou do esquecimento determinada frase do discurso de Gladstone que indubitavelmente foi dita, mas que, de um jeito ou de outro, encontrou o seu caminho — para fora de Hansard (MARX, 1988, p.40-41).

Essas controvérsias acerca do discurso de Gladstone, transcrito por Marx, demonstra exatamente o quanto os sentidos de um determinado discurso estão sempre em disputa. O mesmo podemos pensar acerca das obras literárias de Lima Barreto, ou seja, foram muitas as disputas quanto a interpretação dos seus textos e aqui nos interessa sobretudo o que se referir a problemática do nacionalismo. Passamos, agora, a apresentação de conceitos que nos auxiliarão na análise literária das obras que aqui tomaremos como fonte. Sobretudo naquilo que diz respeito à relação entre intelectuais, representações e literatura.

1.4– Intelectuais e Representações

Entre os conceitos que utilizaremos, por considerá-los expressivos e coerentes com a produção literária barretiana, está o de *intelectual engajado*. Em Lima Barreto temos esta postura intelectual, considerado por Sartre como aquele que “se metia onde não era chamado”, tomava partido contra si mesmo (em sua crítica à intelectualidade brasileira) e mantinha nítidos traços de vinculação com as lutas sociais e os interesses do operariado de seu tempo¹⁴. O que ocorreu em um período, da vida intelectual brasileira, em que do início da

¹⁴ Daniel Pécaut, no livro *Os intelectuais e a política no Brasil*, entende que, após a Segunda Guerra Mundial, passou-se a viver a hora do “engajamento”. Esse, segundo Sartre, consistia no intelectual se envolver em questões geralmente consideradas fora do campo intelectual, onde esses “não eram chamados”, e com isso assumia a decisão arbitrária de tomar partido contra si mesmo, ou seja, reconhecia-se como intelectual

campanha abolicionista até a década de 1920, a *intelligentsia* nacional é caracterizada por uma síntese de anseios e frustrações (SEVCENKO, 2003, p. 15).

As relações sociais de produção nas quais o escritor está inserido, já foram objetos de preocupações e apontamentos por parte de Marx e Engels. Quando esses manifestam, por exemplo, que o escritor deve ganhar dinheiro para poder viver e escrever, mas não deve viver e escrever para ganhar dinheiro (MARX e ENGELS, 1986, p. 32). O poeta, nesse ponto de vista, se degrada quando a poesia se torna para ele um meio e a liberdade, para o escritor, deve ser considerada sob a seguinte circunstância: “a primeira liberdade para a imprensa consiste em não ser uma indústria. O escritor que a rebaixa, até fazer dela um meio material, merece como punição desse cativo interior, o cativo exterior, a censura, cuja simples existência já é a sua punição” (MARX e ENGELS, 1986, p. 32-33). Em contraposição tanto ao escritor que tem como fim um meio material e também a censura, Marx aponta que o pensador tem um papel revolucionário.

No que se refere à questão metodológica, ao materialismo histórico-dialético, Marx e Engels opõem-se também ao caráter empiricista representado, por exemplo, pelo empirismo inglês. O materialismo intuitivo - que não concebe o mundo material como atividade prática - vê os indivíduos encarados isoladamente na “sociedade burguesa”. O ponto de vista do materialismo antigo é a sociedade “burguesa”, enquanto, o ponto de vista do novo materialismo é a sociedade humana (MARX e ENGELS, 1986, p. 33). Explicitando a importância de que o escritor/pensador seja de fato revolucionário, ou, como definiu Sartre, engajado.

No entanto, essa noção de intelectual engajado que julgamos apropriada quando falamos na trajetória de Lima Barreto, pode ser aproximada do conceito de “refuncionalização”, criado por Brecht. Esse pretende caracterizar a transformação de formas e instrumentos de produção por parte dos intelectuais, que aqui consideramos engajados e, portanto, interessados na apropriação dos meios de produção pelo proletariado. Ele foi o primeiro a confrontar o intelectual com a exigência fundamental: não abastecer o aparelho de produção, sem o modificar, na medida do possível, num sentido socialista.

Sabemos, e isso foi abundantemente demonstrado nos últimos dez anos, na Alemanha, que o aparelho burguês de produção e publicação pode assimilar uma surpreendente quantidade de temas revolucionários, e até mesmo propagá-los, sem colocar seriamente em risco sua própria existência e a existência das classes que o

pequeno-burguês e buscava resolver essa contradição se aproximando do operariado e do campesinato (PÉCAUT, 1990, p. 5-18). Já que as lutas sociais, e os interesses revolucionários dessas classes, possibilitaram o engajamento com as grandes causas em questão.

controlam. Isso continuará sendo verdade enquanto esse aparelho for abastecido por escritores rotineiros, ainda que socialistas. Defino o escritor rotineiro como o homem que renuncia por princípio a modificar o aparelho produtivo a fim de romper sua ligação com a classe dominante, em benefício do socialismo (BENJAMIN, 1994, p. 127-128).

Mas a questão da literatura “engajada” foi discutida de forma bem menos sutil pela crítica marxista inglesa, na década de 1930, quando era uma questão que perpassava as preocupações dos marxistas ingleses, mas que permaneceu sem solução por causa de uma confusão teórica específica. Segundo Raymond Williams, essa confusão está no fato de grande parte dos críticos adotarem ao mesmo tempo uma concepção mecanicista da arte como “reflexo” e uma crença romântica na arte, que projeta um mundo ideal, e instiga novos valores nos homens. Em certos aspectos, destaca Eagleton, essa mistura de ideias pragmáticas e românticas sobre a arte se assemelha ao “romantismo revolucionário” russo – uma imagem ideal do que pode ser, adicionada a uma descrição fiel do que é, para incitar o homem a realizações mais altas. Autores como Caudwell ampliam ainda essa confusão, devido a forte influência do romantismo inglês, que enxerga a arte como a encarnação de um mundo de valores ideais. Outros críticos marxistas ingleses nas décadas de 1930 e 1940, por sua vez, foram igualmente malsucedidos em definir essa relação entre arte e engajamento (EAGLETON, 2011, p. 99-101).

Um outro conceito que utilizaremos na compreensão da prática intelectual de Lima Barreto é o de *representações*, já que trataremos daquelas que se referem ao nacionalismo, principalmente. Para isso, faz-se necessário considerarmos o processo de constituição das representações cotidianas, portanto, relacionadas às relações sociais concretas vividas no subúrbio do Rio de Janeiro e as consequentes determinações do capital. “É na vida cotidiana, no modo de vida dos indivíduos, que se constituem sua consciência, suas ideias, suas representações” (VIANA, 2008, p. 85). No entanto, além de Lima Barreto ter suas representações cotidianas, ele também tinha acesso, por meio do estudo, por exemplo, à saber complexo. Também seu contato com ciências e doutrinas, como o anarquismo, era intenso. O que o leva a transcender, em grande parte, as condições colocadas pelas representações cotidianas. Pois, quando materializa suas concepções em suas obras literárias, apresenta elementos do saber complexo etc. Daí a necessidade de discutirmos o conceito de representações que será utilizado neste trabalho.

Essas representações, reais ou ilusórias, são sempre expressões das relações sociais concretas e só quando partimos da realidade é que é possível compreendê-las. No que diz

respeito a sua relação com a literatura, como observa Fredric Jameson (1985, p. 287), para a crítica marxista a obra não é completa em si mesmo e se torna incompreensível se não considerarmos a situação em que a mesma foi produzida. “Portanto, a criação literária corresponde a certas necessidades de representação do mundo, às vezes como preâmbulo a uma *praxis* socialmente condicionada” (CANDIDO, 2000, p. 49).

O conceito de representações, diante da perspectiva de totalidade colocada pelo materialismo histórico-dialético, requer considerações teóricas acerca da relação entre essas e as relações sociais concretas. Segundo Marx, “... cada forma de produção cria suas próprias relações de direito, formas de governo etc. A grosseria e a incompreensão consistem em não relacionar, senão fortuitamente, uns aos outros, em não enlaçar, senão como mera reflexão, elementos que se acham unidos organicamente” (MARX, 1982, p. 06). Na atualidade, ao contrário, a valorização dada ao discurso ideológico subjetivista e seus ideólogos, faz parecer que são as ideias, as categorias, os conceitos, a cultura que produzem a história, como acreditava Proudhon (MARX, 2001, p. 175-186). O que impossibilita encontrarmos os seres humanos concretos nas suas necessidades naturais e históricas que na realidade são aqueles que fazem a história. Implicando, essa necessidade, na busca de uma concepção de representação que contribua na construção desse caminho.

A produção literária, assim como as representações de um autor, não se limita à sua biografia, mas sua trajetória individual também é decisiva na consolidação de valores que levam à negação ou afirmação da sociedade existente, portanto a expressar uma determinada consciência de classe, por exemplo (VIANA, 2004, p. 10). Inclusive, no que se refere à produção barretiana, consideraremos as possíveis contradições que lhe possam ser inerentes, se colocada frente a frente com os pressupostos da concepção política e organizacional anarquista. Já que Lima Barreto propõe-se a produzir uma literatura militante, que olha a modernização brasileira a partir daqueles que eram considerados obstáculos para o desenvolvimento do país.

No que se refere à obra de Lima Barreto não é possível reduzi-la a uniformidade, por isso, falamos em representações do nacionalismo em seus múltiplos aspectos. Logo, em sua dimensão plural, e geradora de inúmeros debates. Já que o mesmo tratou de temas variados, que em geral tratam-se de problemas sociais ainda latentes. Todavia, isso não se constitui um problema, pelo contrário, pois

vale a pena repetir que a categoria da totalidade não reduz, portanto, seus elementos a uma uniformidade indiferenciada, a uma identidade; a manifestação de sua independência, de sua autonomia – autonomia que eles possuem na ordem de

produção capitalista – só se revela como pura aparência na medida em que eles chegam a uma inter-relação dialética e dinâmica e passam a ser compreendidos como aspectos dialéticos e dinâmicos de um todo igualmente dialético e dinâmico (LUKÁCS, 2003, p.83-84).

Como, então, fica o conceito de representações nessa perspectiva de totalidade? O conceito de representações cotidianas, na perspectiva marxista, nos leva a considerarmos o processo social de produção das representações e a superarmos àquelas que ficam limitadas às representações em si. No caso da literatura de Lima Barreto, que consideramos ter como uma das suas principais características essa preocupação de apreender a vida cotidiana, é importante não perdermos de vista as condições impostas ao subúrbio do Rio de Janeiro no processo de modernização capitalista, mas também o modo com que o literato carioca superava as limitações impostas pela alienação cotidiana e apresentava sua crítica a essas relações. O que implica reconhecermos o quanto o cotidiano na modernidade apresenta indícios das múltiplas formas que a vida social assume e os diversos significados atribuídos a essa.

No caso de Lima Barreto, consideramos que sua consciência de classe também implicava em suas representações cotidianas, que assim como o saber complexo, também aparece na produção literária. Já que “ [essas] são formas de consciência de classe não complexas e por isso podem ser reais, contraditórias ou ilusórias, tal como já colocamos. Assim, toda representação cotidiana é consciência de classe, mas nem toda consciência de classe é representação cotidiana” (VIANA, 2008, p. 115).

No *Dicionário Básico de Filosofia*, encontramos a representação definida como uma operação pela qual a mente tem presente em si mesma uma imagem mental, uma ideia ou um conceito correspondendo a um objeto externo. A função de representação é exatamente a de tornar presente à consciência a realidade externa, tornando-a um objeto da consciência, e estabelecendo assim a relação entre a consciência e o real. É formar uma imagem de algo, tratando-se no caso de uma “imagem não-sensível, não-visual”. Sob vários aspectos, entretanto, a relação de representação parece problemática, sendo por vezes entendida como uma relação causal entre o objeto externo e a consciência, por vezes como uma relação de correspondência ou semelhança (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 235).

Todavia, há também uma definição psicanalítica do termo representação, destacando-se que a representação é um termo clássico em Filosofia e Psicologia para designar “aquilo que se representa, o que forma o conteúdo concreto de um ato de pensamento” e “em especial a reprodução de uma percepção anterior”. Freud, por exemplo, fala de “representações

inconscientes”, e no uso que faz do termo *Vorstellung*, há um aspecto predominante na Filosofia clássica que passa para segundo plano, o de representar subjetivamente um objeto. A representação seria aquilo que do objeto vem inscrever-se nos “sistemas mnésicos” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 448-449).

Então, este vocábulo de origem medieval – representação – indica imagem ou ideia, ou ambas as coisas. O uso desse termo foi sugerido aos escolásticos pelo conceito de conhecimento como “semelhança” do objeto. “Representar algo” – dizia Tomás de Aquino – “significa conter a semelhança da coisa”. Ockham distinguia três significados fundamentais: 1- designa-se com este termo aquilo por meio do qual se conhece algo; nesse sentido, o conhecimento é representativo, e representar significa ser aquilo com que se conhece alguma coisa; 2- por representar entende-se conhecer alguma coisa, após cujo conhecimento conhece-se outra coisa; nesse sentido, a imagem representa aquilo de que é imagem, no ato de lembrar; 3- por representar entende-se causar o conhecimento do mesmo modo como o objeto causa conhecimento. No primeiro caso, a representação é a ideia no sentido mais geral; no segundo, é a imagem; no terceiro, é o próprio objeto (ABBAGNANO, 2012, p. 1007).

O termo voltou a ter importância com a noção cartesiana de ideia como “quadro” ou “imagem” da coisa e foi difundido sobretudo por Leibniz, para quem a mônada era uma representação do universo. Kant estabeleceu seu significado generalíssimo, considerando-o gênero de todos os atos ou manifestações cognitivas, independentemente de sua natureza de quadro ou semelhança e foi desse modo que o termo passou a ser mais usado na linguagem filosófica (ABBAGNANO, 2012, p. 1007). No caso da psicologia brentaniana e da análise fenomenológica, o conceito de representação é ainda o kantiano, substitutivo da “ideia” dos empiristas e também significa que o mental não se resolve em mera reprodutividade, mas é sobretudo atividade constitutiva (ABBAGNANO, 2012, p. 1007). Em epistemologia, sobretudo em decorrência da obra de Richard Rorty – que retoma a crítica deweyana à ideia do conhecimento “como espectadores” e a crítica do “segundo” Wittgenstein aos conceitos psicológicos de *Bild* e de *Vorstellung* – o “representacionismo” veio a significar uma atitude profundamente radicada na tradição ocidental e emblematicamente identificada com Descartes, para quem o conhecimento do mundo é filtrado por um *tertium* entre sujeito e objeto (ABBAGNANO, 2012, p. 1008).

No entanto, desde a origem da teoria marxista, esta também se posicionou acerca do que entendia por representações.

Portanto, o fundamento da teoria materialista da consciência é a relação entre ser e

consciência. O ser é o ser humano histórico-concreto envolvido em relações sociais que garantem a produção e reprodução da vida material e a consciência só pode ser as representações “reais” ou “ilusórias” que ele elabora a respeito de suas relações com a natureza e a sociedade (VIANA, 2007, p. 29).

Deste modo, todas as representações tem a marca dos interesses, capacidades e perspectivas da humanidade. Deste modo,

esta representação pode ser real e ilusória e isto depende de condições históricas concretas. Acontece que a humanidade não consegue expressar este ser em si mesmo, pois, para ela, este ser só existe porque ele é perceptível por ela e na elaboração com ela. Logo, a representação que a humanidade cria da história e não da história em si mesma (VIANA, 2007, p.53).

Isso tudo exige descobrirmos as representações verdadeiras a partir dos interesses por trás de cada uma delas (VIANA, 2007, p. 53).

Essa discussão sobre representações ao longo da história desdobrou-se em outras, ainda. Recordamos a discussão sobre representações coletivas de Durkheim, logo, também, das representações sociais de Serge Moscovici. Esta última abordagem se inicia em 1960 e se inspira nas representações coletivas de Durkheim (VIANA, 2008).

Nildo Viana esclarece que as representações sociais podem ser entendidas como fenômeno (objeto de estudo), teoria (explicação científica do fenômeno) e/ou “metateoria” (a discussão em torno da teoria). Porém, segundo ele, essa divisão está equivocada. Pois, seria o mesmo que dizer que a sociedade é ao mesmo tempo o fenômeno, sua teoria e sua epistemologia. Na realidade, as representações sociais são fenômenos sociais e esses não se confundem com sua teoria. Então, as representações são uma coisa e suas explicações outra. Assim como o Estado não é a mesma coisa que a teoria do Estado, por exemplo (VIANA, 2008).

Na perspectiva marxista, que tem seu surgimento e desenvolvimento inexoravelmente ligado ao movimento operário, a consciência não pode ser outra coisa que não o “ser consciente”, como afirmaram Marx e Engels. Desse modo, a consciência não é separável do ser que a desenvolve e este é um ser social. O “ser consciente” só pode ser real, vivo, concreto. As representações não são, assim, mais do que expressão dos indivíduos reais, históricos, concretos. “É na vida cotidiana, no modo de vida dos indivíduos, que se constituem sua consciência, suas ideias, suas representações” (VIANA, 2008, p.85). Portanto, são as relações sociais limitadas, graças a divisão social do trabalho, que possibilitam as representações ilusórias (VIANA, 2008, p.86).

Há uma unidade e uma contradição entre consciência e realidade:

A unidade se revela no fato de que a consciência só pode ser consciência da realidade, mas tal como o indivíduo a vê, o que revela sua contradição, pois ele a vê a partir de sua relação com ela, e esta, devido à divisão social do trabalho, não é vista em sua totalidade, o que possibilita a consciência ilusória (VIANA, 2008, p.86).

Esses elementos da unidade e da contradição nos ajudam na definição daquilo que tomaremos como o conceito de representações, após esse breve histórico que apresentamos, Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, explicam o processo de constituição dessas:

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas (MARX e ENGELS, 2007, p. 93-94).

Está claro que o representar, o pensar, está relacionado ao homem concreto, ou seja, circunscrito a um conjunto de relações sociais, com as contradições próprias à divisão social do trabalho. Desse modo, tomaremos como representações as ideias que são elaboradas a partir da relação do ser com a natureza e a sociedade, que no nosso caso interessam enquanto representações literárias, ou seja, a transposição de determinada representação sob a forma figurativa com as especificidades da literatura.

No que se refere a representações como nação ou pátria, por exemplo, que aqui serão investigada na produção literária de Lima Barreto, Marx e Engels já apontavam o seu caráter ilusório e a necessidade de ruptura com as representações desse tipo no processo de emancipação humana.

O homem que, quando jovem, encheu sua cabeça com toda sorte de tolices sobre poderes e relações existentes, tais como o imperador, a pátria, o Estado etc., e que as conheceu apenas como suas próprias “fantasias delirantes”, sob a forma de suas representações, este homem, *de acordo com São Max, destrói verdadeiramente esses poderes* ao expulsar de sua cabeça a falsa opinião que deles tinha. Ao contrário, agora que não enxerga mais o mundo através das lentes de sua imaginação, ele tem de atentar para a estrutura prática deste mundo, tomar conhecimento dela e agir de acordo com ela. Ao destruir a corporeidade *imaginária* que, para ele, o mundo encarnava, ele acaba por encontrar a real corporeidade do mundo, fora de sua imaginação. Com o desaparecimento da corporeidade *fantasmagórica* do imperador, desaparece para ele não a corporeidade mas sim o caráter fantasmagórico do imperador, cujo poder ele pode agora, enfim, apreciar em toda a sua extensão (MARX e ENGELS, 2007, p. 130).

Portanto, as representações que os indivíduos produzem, em seus limites, suas formas, só serão compreendidas na medida em que compreendermos a sociedade na qual se

constituíram. Isso significa que as formas de consciência são fenômenos sociais explicados a partir das relações sociais concretas e não das ideias anteriores, por mais que essas últimas sejam também suas determinações, mas não são as únicas e nem são sua determinação fundamental (VIANA, 2015, p. 31-32). Na literatura as representações do escritor são manifestas por meio dos seus personagens, do enredo, do tempo, do espaço etc. O que nos leva a refletirmos o papel do escritor e particularidades que se colocam a intelectuais desse tipo.

Entre as muitas liberdades do escritor está a de escolher o seu universo de representação, de modo a fazê-la coincidir com a realidade que nos é familiar ou, de algum modo, distanciar-se dela. O universo dos contos de fada, por exemplo, abandonou por antecipação o solo de realidade e professou a aceitação de convicções animistas. Satisfações de desejos, forças secretas, pensamento onipotente, animação do inanimado, tão comuns nos contos de fada, não manifestarão aqui nenhum efeito estranho, pois para o surgimento de um efeito estranho é necessária a controvérsia em torno do juízo, o superado e indigno de crença não sendo possível no mundo real, o que devido aos pressupostos dos contos de fadas, já está excluída de antemão. Os contos de fadas, portanto, concretizam que no reino da ficção não são estranhas muitas coisas que o seriam se acontecessem na vida (FREUD, 2014, p. 73).

O autor pode também criar outros mundos para si, que, menos fantásticos que os do universo dos contos de fadas, se apartam do mundo real pela aceitação de seres espirituais mais elevados, demônios ou espíritos de mortos. Todo estranho, que poderia aderir a essas formas, então se dissipa, à medida mesma que se estende às premissas dessa realidade poética (FREUD, 2014, p. 73-74).

Evitemos representar como estáticos e imutáveis os produtos dessa atividade fantasiadora, em suas fantasias individuais, castelos de vento ou sonhos de vigília. Estes mais se acomodam às impressões de vida mutáveis, alteram-se com toda e qualquer oscilação das condições de vida, acolhidos a cada impressão nova e operante de uma “marca temporal” (FREUD, 2014, p. 83-84).

Dentre as condições de vida, com as suas respectivas marcas temporais, recordamos que Lima Barreto escreve em um contexto de diálogos, sobretudo com intelectuais de sua época, e isso nos leva a utilização do conceito de *campo literário*. Em especial, a partir da noção de campo artístico, que se subdivide em campo literário. Os intelectuais na construção da produção literária, por exemplo, nos levam a considerarmos questões que se colocam propriamente ao campo artístico, com suas respectivas contradições.

O conceito de campo artístico (*champ artistique*) desenvolvido por Bourdieu é

ferramenta para uma abordagem especificamente sociológica da estética. Foi criado nos anos 1970 e teve variados usos até a década de 1990. Teve, entre outros, papel fundamental na abordagem de Bourdieu da lógica peculiar dos universos da literatura, pintura, poesia, teatro, alta costura e “bens simbólicos” afins. O seu principal objetivo é revogar as eternas oposições que fragmentaram a compreensão das práticas e da produção artística – entre texto e contexto, inovação individual e constrangimento coletivo, essência e história, interpretação e explicação – fundando uma *ciência histórica das obras culturais*, reconciliando a necessidade social que estas incorporam e o potencial que possuem para expressar verdades e valores trans-históricos (WACQUANT, 2015, p. 117).

O campo artístico é um fenômeno recente que surge com a sociedade moderna, é uma arena particular ou espaço estruturado de posições e tomadas de posição, onde indivíduos e instituições competem pelo monopólio sobre a autoridade artística à medida que supostamente esta se autonomiza dos poderes econômicos, políticos e burocráticos. No entanto, enfatizamos os limites desse conceito, sobretudo na suposta autonomia que atribui às manifestações artísticas diante das relações sociais de várias matizes. Já que considera, segundo Wacquant, que dentro dessa esfera relativamente autônoma de ação e disputa assim constituída, a lógica da economia foi suspensa; critérios de avaliação especificamente estéticos são afirmados para além de, e contra, os critérios comerciais; e os participantes travam entre si uma luta incessante para estabelecer o valor de seu trabalho de acordo com o princípio predominante da percepção artística (WACQUANT, 2015, p. 117). Seria assim que o campo produz e reproduz, através do seu próprio funcionamento, a crença compartilhada tanto pelos membros ativos como pelos aspirantes a sê-lo, de que a arte é um domínio “sagrado”, que transcenderia a conduta mundana e os interesses materiais (WACQUANT, 2015, p. 117). Porém, na nossa compreensão, essa autonomia relativa da arte tem seus limites bem demarcados, afinal, essa é produto de seres humanos concretos que não estão acima e além das relações sociais de modo a se autonomizar completamente. Então, adotaremos o conceito de campo com reservas, o aproximando da concepção de totalidade do marxismo.

Todavia, dentre as características do campo artístico, primeiro, destaca-se que, como qualquer outro campo, o campo artístico – ou mais genericamente “campo da produção cultural” – é um *campo de forças*, uma rede de determinações objetivas que pesam sobre todos que agem no seu interior (WACQUANT, 2015, p.117). Um exemplo é Lima Barreto, que escrevendo no início do século XX, no Brasil, quando iniciava-se a consolidação de um campo especificamente literário, passou por vários constrangimentos, várias portas se

fecharam, devido suas opções não serem bem recebidas nesse campo que se formava, então. Segundo, o campo artístico é também um *campo de batalha*: terreno de luta em que os participantes procuram preservar ou ultrapassar critérios de avaliação alterando o peso relativo dos diferentes tipos de “capital artístico”. Quem ocupa posições dominantes na distribuição de capital artístico estarão inclinados para estratégias de conservação (ortodoxia), enquanto os que ocupam posições dominadas e marginais tenderão a seguir estratégias de subversão, heterodoxia ou mesmo heresia (WACQUANT, 2015, p. 117-118).

É desse tipo de prática que Lima Barreto é contemporâneo, portanto, é possível encontrarmos aqui indícios de formação do campo literário do qual estamos falando, enquanto subdivisão do campo artístico. Entre os elementos dessa realidade, consideramos fundamental discutirmos o conceito de nação e de nacionalismo, cujas as representações do último procuramos encontrar na obra barretiana, portanto.

É certo que Marx e Engels não tiveram a nacionalidade como um tema que lhes interessa-se tanto. A expectativa era que ela desaparecesse logo e, enquanto isso não acontecia, interessavam-se muito mais pelos elementos que as compõem, as classes sociais. Na segunda parte do *Manifesto Comunista*, por exemplo, Marx e Engels sentenciam que “o trabalhador não tem pátria” (BOTTOMORE, 2001, p. 274). No entanto, a política prática forçou-os a levar as questões nacionais mais a sério, mas coube aos seus sucessores sistematizar uma concepção marxista a respeito. No *Dicionário do Pensamento Marxista*, recorda-se, por exemplo, a importância da obra clássica de Otto Bauer (1907) que entende o nacionalismo e a nação não como um fenômeno racial ou tribal e que esta teria cinco características essenciais: deve ser uma comunidade estável e permanente, ter linguagem comum, um território próprio e coesão econômica, e possuir um caráter coletivo (BOTTOMORE, 2001, p. 274).

Voltando a Marx e Engels, esses nem sempre tiveram uma orientação adequada quanto ao nacionalismo, principalmente em seus primeiros anos, subestimando excessivamente uma força que estava na iminência de se tornar explosiva. Os acontecimentos, porém, obrigaram-nos a reconhecer a importância das questões nacionais, e, como organizadores práticos, eles dificilmente poderiam deixar de compreender que o ambiente e a tradição nacionais eram coisas que o movimento operário não podia ignorar (BOTTOMORE, 2001, p. 275).

Na realidade o termo Nação faz seu aparecimento no discurso político – na Europa – durante a Revolução Francesa, embora não fosse unívoca sua compreensão; na literatura, o termo aparece com o romantismo alemão, especialmente nas obras de Herder e Fichte, onde é

usado na acepção linguístico-cultural. Encontraremos uma teorização consciente da Nação como fundamento natural do poder político, isto é, da fusão necessária entre Nação e Estado, em meados do século XIX, já nas obras de Giuseppe Mazzini. O termo Nação, desse modo, deixou de ser vago e apresentar as condições para ser atribuído à simples ideia de grupo, ou à ideia de toda e qualquer forma de comunidade política¹⁵ (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010, p. 795).

No decorrer da Revolução Francesa e desde meados do século XIX, até nossos dias, a referência a Nação destaca um comportamento muito típico ao longo da história política e social. Em nome da Nação se fizeram guerras, revoluções, modificou-se o mapa político do mundo. Na Idade Média uma pessoa, como destaca Boyd C. Shafer, deveria se sentir antes um cristão, depois um borgonês e, somente em terceiro lugar, um francês. Na história recente do continente europeu, após a emergência do fenômeno nacional, foi invertida a ordem das lealdades, assim o sentimento de pertença à Nação adquiriu predominância sobre qualquer outro sentimento de pertença territorial, religiosa ou ideológica (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010, p. 795).

Normalmente a Nação é concebida como um grupo de pessoas unidas por laços naturais e portanto eternos – ou pelo menos existentes *ab immemorabili* – e que por causa desses laços, se torna a base necessária para a organização do poder sob a forma do Estado nacional. As dificuldades surgem quando se busca definir a natureza destes laços. Em primeiro lugar, a ideia de “laços naturais” sugere a ideia de raça: a identificação de Nação e raça tem sido comum até à época do nazismo e permanece ainda hoje, embora na maioria dos casos de modo implícito. Uma segunda maneira de conceber a Nação nos é dada pela confusa representação de uma “pessoa coletiva”, de um “organismo” vivendo vida própria, diferente da vida dos indivíduos que o compõem. A amplitude destas “pessoas coletivas” coincidiria com a de grupos que teriam em comum determinadas características, tais como a língua, os costumes, a religião, o território etc. Uma última concepção, que remonta a Ernest Renan, identifica a Nação – para além de quaisquer outros laços objetivos – com a “vontade de viver juntos”, o “plebiscito de todos os dias”. Esta definição foge do problema, pois o que definiria Nação, neste caso, seria sua distinção de todos os outros grupos baseados na adesão

¹⁵ Os europeus, antes da Revolução Francesa, utilizavam o termo Nação para se referir a toda a Europa, ou Estados como a França e a Espanha, ou os Estados regionais, ou as simples cidades-Estado. Em Gioberti, por exemplo, encontramos a expressão “Nação europeia”. Onde não aconteceram manifestações típicas da ideia de Nação, isto é, no contexto anglo-saxônico, o termo Nação visa significar mais a ideia genérica de comunidade política do que um tipo bem definido de comunidade política (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010, p. 795).

voluntária, seria a maneira de viver juntos (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010, p. 796).

Quanto ao nacionalismo, trata-se de um comportamento de fidelidade com relação às entidades “França”, “Alemanha”, “Itália”, “Brasil” etc... Em segundo lugar, este comportamento de fidelidade não se manifesta apenas como fidelidade política ao Estado, mas implica a presença de outros valores, e que poderia ser suficiente para identificar grupos de amplitude diferente da amplitude nacional. O sentimento italiano, por exemplo, é o sentimento de pertencer ao mesmo tempo ao Estado italiano e a uma entidade pensada como uma realidade social orgânica. Esta caracterização deforma o quadro natural de referência de inúmeros comportamentos cognitivos e valorativos, introduzindo a representação falsa, por exemplo, de uma paisagem italiana, em que desaparece o fato concreto da paisagem ou de uma hipotética realidade estética e cultural italiana. Trata-se de uma entidade ilusória, a qual não corresponde grupo algum, concretamente identificável, que possa servir de referência. A Nação não passa de uma entidade ideológica, isto é, do reflexo na mente dos indivíduos de uma situação de poder (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010, p. 797).

Desta situação decorre que a Nação é a ideologia de um determinado tipo de Estado, visto ser o Estado a entidade a que se dirige concretamente o sentimento de fidelidade que a ideia de Nação suscita e mantém. Historicamente este sentimento foi criado pela extensão forçada a todos os cidadãos do Estado de alguns conteúdos típicos da nacionalidade espontânea (por exemplo, a língua) ou, no caso de se revelar inviável esta extensão, pela imposição da falsa ideia de que alguns conteúdos típicos da nacionalidade espontânea eram comuns a todos os cidadãos (por exemplo, os costumes) (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010, p. 797).

No entanto, tendo em vista as relações sociais concretas, temos de concordar com a seguinte afirmação no *Dicionário de Política*: o comportamento nacional não seria imaginável antes da Revolução Industrial, afinal, foi esta que criou contextos de interdependência no agir humano – mesmo limitados, num primeiro momento, unicamente à classe burguesa – que correspondem em extensão aos modernos Estados nacionais. A evolução do “sistema de produção”, provocada pela Revolução Industrial, criou mercados de dimensões “nacionais”, ampliou consequentemente os horizontes da vida cotidiana de camadas cada vez mais amplas da população e ligou ao Estado um conjunto de comportamentos econômicos, políticos, administrativos, jurídicos que, na fase anterior, eram totalmente independentes. Essas foram algumas das condições necessárias para o nascimento da ideologia nacional. Porém, não eram ainda condições suficientes. A ideologia nacional pressupõe a ligação ao Estado não apenas dos comportamentos, meramente exteriores, mas também dos que constituem o sentimento

íntimo da personalidade e da afinidade básica do grupo, ligação esta que não pode ser provocada apenas pela evolução do “sistema de produção” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010, p.798).

Mas a crítica a concepções como a Nação ou o nacionalismo, tornaram alguns dos seus portadores, revolucionários que se atentaram à limitação do seu significado na vida humana e à proposição de superação do Estado enquanto forma de dominação. No entanto, o apego à ideia de nação, presente no nacionalismo, foi muitas vezes a melhor demonstração do caráter autoritário de certos indivíduos. Por isso, passamos a uma discussão sobre o conceito de *caráter revolucionário* e o *caráter autoritário*.

O conceito de caráter revolucionário é político e psicológico, assim como o conceito de caráter autoritário. Este último foi cunhado com a intenção de compreender, aproximadamente na Alemanha de 1930, se as pessoas lutariam pelas suas ideias se isso se fizesse necessário. A premissa era a de que ter uma opinião é uma coisa, ter uma convicção é outra. Qualquer pessoa pode adotar uma opinião, trata-se de uma questão circunstancial. Mas, somente as opiniões arraigadas na estrutura do caráter da pessoa, atrás da qual está a energia encerrada em seu caráter – somente essas opiniões se tornam convicções. Dessas os indivíduos, ao longo da sua trajetória, não abrem mão, em qualquer circunstância. A estrutura do caráter decide qual a ideia que o homem escolherá, e decide também a força da ideia escolhida, pois o homem não somente pensa de certa forma como também seu pensamento mesmo é proveniente de suas inclinações e emoções (FROMM, 1964, p. 116-117).

Já quanto a estrutura de caráter autoritária, essa encontra-se na pessoa cujo senso de força e identidade baseia-se numa subordinação simbiótica às autoridades, e ao mesmo tempo um domínio simbiótico dos que estão submetidos à sua autoridade. Logo, o caráter autoritário sente-se mais forte quando pode submeter-se a uma autoridade, e ser parte dela, desde que seja (e até certo ponto apoiado na realidade) exagerada, deificada, e quando ao mesmo tempo pode crescer pelo fato de incorporar os que lhe estão sujeitos à autoridade. É um estado de simbiose sádico-masoquista que lhe dá uma sensação de força e de identidade. Sendo parte de algo grande (qualquer que seja), ele se torna grande, conforme sua própria representação. Daí que uma ameaça à autoridade e uma ameaça à sua estrutura autoritária são, para o caráter autoritário, uma ameaça a si mesmo – à sua sanidade (FROMM, 1964, p. 118).

Pensando no caráter revolucionário, devemos dizer que os que são marcados por esse, não são rebeldes. Sendo que Fromm define o rebelde como a pessoa profundamente ressentida contra a autoridade por não ser apreciada, amada, aceita. Ele deseja derrubar a

autoridade devido seu ressentimento e, em consequência, constituir-se na autoridade em seu lugar. Frequentemente, no momento em que atinge tal objetivo, torna-se amigo da própria autoridade que combatia tão acerbamente, antes (FROMM, 1964, p. 118). Chama nossa atenção que tantas vezes Lima Barreto tenha sido chamado de ressentido, no entanto, conforme a definição de Fromm, colocamos em questão essa caracterização feita do literato.

O caráter revolucionário não é um fanático e fanático não é o homem que tem uma convicção. Clinicamente o fanático é a pessoa excessivamente narcisista – é uma pessoa que está próxima da psicose (depressão, frequentemente unida a tendências paranoicas), uma pessoa completamente desligada, como qualquer psicótico, do mundo exterior. O que o fanático encontra como uma solução para a psicose é escolher uma causa, qualquer que seja – política, religiosa ou outra – e a endeusar. Fez dela um ídolo, e, pela completa submissão a ele, adquire um apaixonado senso da vida, um sentido para a vida, pois em sua submissão se identifica com o ídolo, que endeusou e transformou num absoluto (FROMM, 1964, p. 119-120).

O traço mais fundamental do caráter revolucionário é ser independente – é ser livre. A independência é o oposto da ligação simbiótica aos poderosos (que ocupam posições superiores) e os impotentes (que ocupam posições inferiores). E liberdade e independência totais só existem quando o indivíduo pensa, sente e decide por si. Só pode fazê-lo autenticamente quando atinge uma relação produtiva com o mundo exterior, que lhe permite reagir de forma autêntica. Marx, por exemplo, afirma que o ser independente é senhor de si próprio e só é seu senhor quando deve sua existência a si mesmo. O homem que vive por favor de outro é um ser dependente. A vida deve ser minha própria criação para que eu seja um ser independente. Também afirmou que o homem só é independente se afirma sua individualidade como homem total em todas as suas relações com o mundo, na visão, audição, olfato, paladar, sentimento, desejo, pensamento, amor – em suma, se afirma e expressa todos os órgãos de sua individualidade (FROMM, 1964, p. 123).

O caráter revolucionário identifica-se com a humanidade, transcende os estreitos limites de sua própria sociedade e pode criticá-la, ou a qualquer outra, do ponto de vista da razão e da humanidade. Não está preso no culto paroquial da cultura em que tenha nascido, e que, nesse caso, representa apenas um acidente de tempo e geografia. Pode examinar seu meio com os olhos abertos de um homem acordado que baseia seu critério para julgar as coisas acidentais naquilo que não é acidental (a razão), nas normas que existem na raça humana e para ela (FROMM, 1964 p. 124). O caráter revolucionário identifica-se com a

humanidade. Encerra ainda uma profunda “reverência pela vida”, para usarmos a expressão de Albert Schweitzer, uma profunda afinidade com a vida e um profundo amor por ela. Mas o apego a vida é algo diferente do amor à vida. Já que há o necrófilo, ou seja, um tipo de personalidade atraída pela morte, destruição e decadência, e não pela vida, um exemplo dessa é Hitler (FROMM, 1964, p. 125).

O caráter revolucionário pensa e sente de acordo com o que chamamos de “sentimento crítico”, segundo Fromm. Duvidar de tudo é parte importante da sua reação ao mundo. Esta tendência crítica não é o cinismo, mas uma percepção da realidade, em contraste com as ficções feitas para substituir a realidade. Enquanto o caráter não-revolucionário inclina-se a acreditar nas coisas ditas pela maioria, a pessoa de espírito crítico reagirá de forma oposta, adotando uma atitude crítica ao ouvir o julgamento da maioria (FROMM, 1964, p. 125). Além de ter um espírito crítico o caráter revolucionário tem uma relação particular com o poder. Ele jamais vê o poder como algo santificado, jamais toma o papel da verdade, da moral e do bem. (FROMM, 1964, p. 126). O caráter revolucionário é capaz de dizer “não”, ou seja, é capaz de desobediência, que para ele pode ser uma virtude. E esse caráter não é necessariamente aquele que se manifesta apenas na política. Está também na religião, arte e filosofia. Encontramos esse caráter também no homem que não está em nenhum desses setores, num homem cujo “sim” é “sim” e o “não” é “não”, que é capaz de ver a realidade, tal como o menino na história *A Roupas do Imperador* de Andersen. Viu que o imperador estava nu, e o que disse correspondia ao que via (FROMM, 1964, p. 128).

O caráter revolucionário se concretiza no pensamento revolucionário, que é caracterizado por Viana como um pensamento aberto. Isto em relação às novas experiências pessoais, às mudanças na sociedade e no processo histórico, para aprofundamento da reflexão crítica, para o questionamento das próprias ideias, enquanto característica do pensamento revolucionário. O pensamento conservador é fechado, é dogmático. É limitado, incapaz de acompanhar a historicidade do real. Não é só pensamento da conservação, mas conservação do pensamento, conservado e conservador. O pensamento conservador evita a crítica, a não ser ao pensamento revolucionário, pois são dois polos opostos (VIANA, 2015, p. 10).

A vida do pensador revolucionário, em sua historicidade, ajuda a compreender o pensamento revolucionário, não o substitui. O seu pertencimento de classe, sua história de vida, seus valores, sua vida cotidiana, suas atividades políticas e profissionais, etc., ajudam a entender, mais ou menos, suas concepções, mas isso, a não ser em casos claros de interesses pessoais que geram determinadas produções culturais, deve ser analisado mais profundamente, principalmente se a análise se fundamenta no materialismo histórico-dialético (VIANA, 2015, p. 11).

Diante dessas questões que se colocam à relação entre literatura e sociedade, no próximo capítulo, pretendemos abordar as relações sociais que envolviam Lima Barreto e algumas das lutas sociais do seu tempo.

CAPÍTULO 2

LIMA BARRETO E SUA ÉPOCA

Neste capítulo temos como objetivo demonstrarmos as relações sociais concretas que envolveram Lima Barreto, no início do século XX, a partir dos seus principais acontecimentos, o campo literário e algumas das suas principais intervenções na realidade. O que requer que nos ocupemos das questões implicadas na Proclamação da República, assim como na transição da Monarquia a esse regime político, um contexto de profícua produção barretiana.

2.1- A Sociedade Brasileira no Início do Século XX

A sociedade brasileira do início do século XX foi profundamente marcada pela Proclamação da República, que encerrava em si algumas contradições. No entanto, antes recordemos que esse episódio, ainda, não contou com a ativa participação da classe operária no Brasil. Esta era incipiente. Tratou-se, portanto, de uma mudança de cúpula, sobretudo, uma nova composição das classes dominantes. Temos ali a substituição da classe escravista (de mentalidade colonial) por aqueles ligados ao setor cafeeiro, que apoderou-se do aparelho de Estado para colocá-lo inteiramente – já que antes estava parcialmente – a seu serviço. Esta é, então, a consolidação de um governo burguês oligárquico.

Trata-se de uma situação em que, em alguma medida, rompe-se com os quadros antiquados e conservadores do Império, abrindo-se perspectivas mais coerentes com a fase de desenvolvimento econômico que se abria no final do século XIX. Muito se diz, sobretudo entre os defensores da Monarquia, que a abolição da escravatura teria tido um papel fundamental na destituição do regime monárquico. Porém, esta medida afetou apenas os setores escravistas que, no final da década de 1880, representava uma parcela pouco dinâmica do país (Vale do Paraíba, sobretudo). No entanto, aqui nos interessa, na realidade, as implicações que um acontecimento como a Proclamação da República teve no contexto em que vivia Lima Barreto, subsequente a essa situação.

Lima Barreto produz em um contexto em que a República já está consolidada; e a Monarquia vive apenas nos corações dos seus ferrenhos defensores. No entanto, ainda assim sua obra expressa o contexto de frustrações inauguradas pelo novo regime; que não cumprira

as suas promessas, como alguns tanto esperavam. Trata-se, portanto, de um autor de transição, como já dissemos (nas páginas anteriores), assim como Franz Kafka, mas produz em um contexto de crise e de superação da predominância do trabalho escravo pelo trabalho assalariado. Nesse sentido, a Proclamação da República é um marco que nos interessa na compreensão das relações sociais concretas vividas por Lima Barreto.

Recordamos que as contradições presentes no movimento de 1889, segundo a historiadora Emília Viotti da Costa, vieram à tona já nos primeiros meses da República. Já que as forças que momentaneamente se tinham unido em torno da ideia republicana entraram em choque. Nesse caso, os representantes de setores da lavoura, fazendeiros de café das áreas mais dinâmicas e produtivas, elementos ligados à incipiente indústria, representantes das profissões liberais e militares nem sempre tinham as mesmas aspirações e interesses. Então as divergências entre eles repercutiram no Parlamento e eclodiam em movimentos sediciosos que polarizavam momentaneamente todos os descontentamentos, reunindo desde monarquistas até republicanos insatisfeitos (COSTA, 2010). Foi nesse contexto que inaugurou-se a República no Brasil.

Logo depois de 1889, o clima era de euforia e otimismo. Idealistas, negociantes e carreiristas passaram a ver uma chance de reorganizar ou simplesmente explorar o Estado e a sociedade como bem entendessem. Em fevereiro de 1891, o Congresso Constituinte promulgou a nova Constituição dos Estados Unidos do Brasil e convocou o primeiro Congresso da era republicana. Ao qual, na literatura barretiana, o personagem Policarpo Quaresma enviaria sua petição por uma nova língua nacional. O Brasil estava passando por uma séria crise econômica e financeira, tendo que se defender também de revoltas tachadas de contrarrevolucionárias (ZILLY, 2015, p. 8). Recordamos que de 1889 a 1894, a historiografia brasileira considera esse período o da República da Espada, devido o governo ter sido exercido sucessivamente por dois militares, daí a utilização do seu principal instrumento de repressão e guerra como nomenclatura desse contexto. A retórica consistia em afirmar que o Exército estava apenas, naquele momento, preparando o caminho, com a consolidação das instituições republicanas, para que depois os civis pudessem assumir o comando dos governos.

Muitos esperavam uma solução para os desmandos do Império e exigiam reformas democráticas, a consolidação de um Estado de direito, maiores perspectivas de carreira para a classe média, medidas de descentralização, mais eficiência na administração pública e maior dinamismo no comércio. Os republicanos radicais, sobretudo os nacionalistas pequeno-

burgueses, se autodenominavam “jacobinos”, chamavam-se entre si de “cidadãos”, além de terem conseguido declarar o dia 14 de julho feriado nacional, dia da Tomada da Bastilha em 1789 (ZILLY, 2015, p. 8-9).

Uma questão a considerarmos, já que uma das principais causas de Lima Barreto será o antimilitarismo, é o papel que os militares muito cedo assumiram na história do Brasil. No que diz respeito a superação da Monarquia pela República é que a tensão entre elementos civis e militares existia desde o Império. Mas uniram-se momentaneamente, para proclamar a República, políticos civis e representantes das forças armadas. Passado o 15 de Novembro, no entanto, as hostilidades recomeçaram. Desde os primeiros tempos alguns políticos sentiram-se desnorteados diante da ação dos militares. Já que talvez esperassem que depois de proclamada a República esses voltassem aos quartéis e entregassem o poder aos civis. Havia aqueles que, representando a posição positivista no Brasil, como Benjamin Constant, eram contrários a presença dos militares no governo. Julgavam que o predomínio da espada, segundo este, incorre sempre nos meios mais fáceis de se chegar aos abusos e prepotências. Floriano Peixoto, por sua vez, manifestava-se favorável à ditadura da espada naquele contexto, mas afirmava que como liberal que era, não podia querer para o seu país o governo da espada. Porém, acrescentava que não havia quem desconhecesse que é a ditadura militar que sabe purificar o sangue do corpo social que, segundo ele, naquele momento estava corrompido (COSTA, 2010).

Essas disputas, no interior do recém-formado governo republicano, caracterizariam os primeiros tempos dessa nova forma de regime por grande instabilidade. Esta prontamente seria explorada conforme determinados interesses políticos. Desse modo, proclamada a República, alguns civis, com receio de uma contrarrevolução, apoiaram a candidatura do marechal Deodoro da Fonseca à presidência da República, preferindo o militar ao candidato civil (COSTA, 2010).

Esclarecemos que Deodoro da Fonseca respondeu como chefe do poder executivo em dois mandatos: o governo provisório (1889-1891) – quando separou-se formalmente Igreja e Estado, instituiu-se o registro e casamentos civis, secularizou-se os cemitérios e estabeleceu-se o voto universal masculino – e, finalmente, o governo constitucional (1891), caracterizado pelo autoritarismo e centralização, forte oposição parlamentar, e por ter dissolvido o Congresso Nacional e decretado o estado de sítio.

O governo de Deodoro, em suas duas oportunidades, em síntese, caracterizou-se por uma grande instabilidade política que culminou com sua renúncia. O vice, Floriano Peixoto,

assumindo o governo colocou em prática suas ideias sobre a necessidade de um governo forte. As agitações não cessaram. Os numerosos atritos ocorridos no período acirraram os ânimos e criaram antagonismos irreconciliáveis. Terminado o período governamental, Floriano entregou o governo ao primeiro presidente civil¹⁶(COSTA, 2010). Os conflitos desse período, assim como os principais interesses políticos que se experimentavam nesse contexto, foram objetos de crônicas e de reflexões de Lima Barreto.

Em um contexto tão marcado pela presença do militarismo, tão criticado por Lima Barreto, haviam também disputas quanto ao significado da ação dos militares na história do Brasil. Entre os exemplos, podemos dizer que, em 1925, José de Souza Soares publicava *O militarismo na República*, obra escrita sob a impressão da revolução de 1924. O livro é violentamente antimilitarista e faz um retrospecto da participação das forças armadas na história da República (COSTA, 2010). Os militaristas, entretanto, tinham outra visão dos fatos. Entre os numerosos depoimentos sobre a proclamação da República existem alguns que exaltam a participação dos militares. Um dos intérpretes desse pensamento foi um ilustre militar positivista, Ximeno de Villeroy, autor de uma obra sobre Benjamin Constant, publicada em 1928 (COSTA 2010). Ele postula que duas causas principais concorreram para a aflitiva situação em que os militares tinham de intervir, sendo uma de ordem geral e outra especial. Esta última, segundo ele, consiste essencialmente no imoral predomínio dessa casta de politiqueiros profissionais que fez da política a arte de bater moeda; e aquela, na desordem permanente, na “indisciplina geral em que vive o povo brasileiro” (COSTA, 2010).

Portanto, não é nenhuma novidade que nos períodos de crise, ainda hoje, setores conservadores e reacionários conclamem os militares a substituírem governos civis caracterizados por esses como corruptos. Segundo Costa, foi com argumentos como os de Ximeno de Villeroy que na historiografia brasileira acentuou-se o caráter militar do movimento de gênese da República e atribuía-se à Questão Militar um papel primordial nessa. No entanto, essa ênfase não deixou de ocorrer também entre os civilistas, não ficando restrita aos militaristas (COSTA, 2010). Porém, anos antes da publicação da obra sobre Benjamin Constant e essa questão da defesa do militarismo, Lima Barreto já se opunha a campanha

¹⁶ Esses primeiros anos da República foram de agitação, revoltas, conflitos e conspirações que eclodiam por toda parte. Em meio a toda efervescência sobressaía a ação das forças armadas (COSTA, 2010). Emília Viotti da Costa analisando a Questão Militar procura mostrar que, favorecida pelas agitações abolicionistas, crescera a indisciplina nos meios militares e multiplicaram-se os choques com o poder civil; tudo isso levava à conspiração e à República (COSTA, 2010). O conflito entre civis e militares não quer dizer que não ocorressem conflitos entre frações desses grupos. Um exemplo é que quando da renúncia de Deodoro da Fonseca, em novembro de 1891, ela foi precipitada também pela oposição de setores oriundos do militarismo, como a esquadra sublevada pelo Almirante Custódio de Mello.

promovida por Olavo Bilac pelo alistamento militar obrigatório dos jovens brasileiros. Essa posição do literato carioca pode ser atestada em várias de suas crônicas e no tratamento dado aos personagens militares em sua produção ficcional, sobre os quais sempre posiciona a sombra do ridículo.

Mas na década dos vinte, do século homônimo, apareciam numerosas publicações sobre o assunto e que discutiam essa questão do lugar dos militares e civis na vida política brasileira. Até aquele momento várias decepções se tinham acumulado e a República já revelara as próprias fraquezas. Profundas modificações anunciavam-se na economia e na sociedade. Os grupos sociais que em 1889 apenas se esboçavam, os industriais, a pequena e média burguesia e o proletariado urbano ganhavam importância e passavam a ter maior participação política com o tempo (COSTA, 2010). A Proclamação da República no Brasil, então, levou a uma forte preocupação por parte da elite política e dos governantes em introduzir na sociedade brasileira o ideal de democracia e progresso. Um exemplo disso é a construção de monumentos em saudação à República, a criação de vários símbolos (a bandeira, o hino nacional) e a erupção de discursos que procuravam induzir os indivíduos a fomentar um novo imaginário social, pautado na noção de cidadania e identidade nacional (SILVEIRA, 2015, p. 129).

Foi nessa época que Tiradentes, líder da Inconfidência Mineira, também de 1789, passou a ser homenageado *a posteriori* como herói nacional. Portanto, não é por acaso que Policarpo Quaresma preso, se lembra dos inconfidentes que estiveram no mesmo cárcere havia um século. As constantes referências à Guerra do Paraguai, aparentemente uma mera nostalgia de veteranos excêntricos, também faziam parte deste clima de euforia e da tentativa de resgatar as tradições nacionais. Afinal, aquela guerra já remota representa o batismo de fogo do Exército brasileiro e o primeiro momento de glória militar da nação, ao qual o Exército devia sua reputação e a legitimação de sua atual participação política (ZILLY, 2015, p. 9). São as guerras fundamentais, no que diz respeito a definição de fronteiras e novas condições sociais de produção, daí seu uso na configuração de uma ideia de nação e do sentimento nacionalista.

O advento do regime republicano patrocinou abertamente a segregação e esta, por sua vez, criou condições favoráveis para inúmeras revoltas. Os conflitos sociais que eclodem na República Velha, testemunhados por Lima Barreto em *Os Bruzundangas*, são demonstração cabal desse fenômeno. A revolta de Canudos, por exemplo, pintada pelos arautos da “civilização” como um surto anacrônico de “barbárie”, é contundente resposta à absurda

desigualdade espacial do país. Uma situação em que lavradores despojados de suas terras por “coronéis” da Guarda Nacional – uma herança do império – organizam-se em uma comunidade libertária e promovem a mais célebre guerrilha rural do Nordeste, só equiparada a luta dos roceiros do Contestado, que resistiam ao confisco de terras empreendidos pelos capitais ingleses, sob o argumento de construção de uma ferrovia, com a tácita cumplicidade das autoridades locais (LEITÃO, 2014, p. 48-49).

As duas primeiras décadas desse século experimentaram a vigência e o predomínio de correntes realistas de nítidas intenções sociais. Inspiradas nas linhagens intelectuais características da *Belle Époque* – utilitarismo, liberalismo, positivismo, humanitarismo - , faziam assentar toda a sua energia sobre conceito éticos bem definidos e de larga difusão em todo esse período. Assim, abstratos universais como os de humanidade, nação, bem, verdade e justiça operavam como os padrões de referência básicos, as unidades semânticas constitutivas dessa produção artística. O dilema entre o impulso de colaborar para a composição de um acervo literário universal e o anseio de interferir na ordenação da sua comunidade de origem assinalou a crise de consciência maior desses intelectuais (SEVCENKO, 2003, p. 31).

Esses primeiros anos de República foram de intensos acontecimentos e de crises que mereceram destaque na historiografia desse contexto. O advento da ordem republicana levou a um processo de desestabilização, reajustamento social e crises políticas (1889, 1891, 1893, 1897, 1904). Essas últimas foram marcadas por grandes ondas de “deposições”, “degolas”, “exílios”, “deportações” etc. E atingiram principalmente as elites tradicionais do Império e seu vasto círculo de clientes, e, sobretudo nos seus dois últimos movimentos, buscava-se eliminar também da cena política os grupos comprometidos com os anseios populares mais latentes e envolvidos nas correntes mais férvidas do republicanismo (SEVCENKO, 2003, p. 36-37). Esses acontecimentos levaram a várias interpretações acerca dos seus significados e republicanos e monarquistas também disputaram nessa arena. Já que elementos desta sempre foram objetos de rememoração, sobretudo, quando se tem como objetivo a consolidação de determinada ideia de nacionalidade, inclusive no que diz respeito a construção da ideia de que o “povo” seria agente ativo nesse processo, em detrimento da classe dominante.

Foi assim que surgiram duas linhas de interpretação, já nos primeiros anos: a dos vencedores (republicanos) e dos vencidos (monarquistas). A esses últimos vieram juntar-se com o tempo alguns republicanos que, desiludidos com a experiência, aumentaram o rol dos descontentes, exaltando as glórias do Império e ressaltando os vícios do regime republicano (COSTA, 2010). Muitas vezes, biógrafos de Lima Barreto, como Francisco de Assis Barbosa, ao caracterizá-lo como um “monarquista nostálgico”, o situou como um desses desiludidos e indiretamente o circunscreveu a crítica deste aos limites de ser um monarquista ou um

republicano. Essas análises dualistas, que reduzem as opções políticas dos indivíduos a um passado recente ou ao imediatismo do presente, limitam as possibilidades interpretativas e os projetos políticos de alguns autores. Entendemos que teria ocorrido isso quando se fala em Lima Barreto especialmente quando lhe atribuem a pecha de monarquista.

Todavia, a versão dos monarquistas não desapareceu, como se pode ver, e a essa interpretação aderiram em breve os desiludidos da República. Os livros, panfletos, manifestos e protestos divulgados pela imprensa “sebastianista”¹⁷ registraram a versão monarquista, segundo a qual a Proclamação da República não passava de um levante militar, alheio à vontade do povo. Era tida como fruto da indisciplina das forças armadas que contavam com o apoio de alguns fazendeiros descontentes com a manumissão dos escravos. Alegavam que o regime monárquico dera ao país setenta anos de paz interna e externa garantindo a unidade nacional, o progresso, a liberdade e o prestígio internacional. Uma simples parada militar teria substituído esse regime por um outro instável, incapaz de garantir a segurança e a ordem ou de promover o equilíbrio econômico e financeiro e, que além de tudo, restringia a liberdade individual (COSTA, 2010). Então, como se pode notar, enquanto os monarquistas queriam reduzir esse acontecimento da história brasileira a uma “parada militar”, a deslegitimando, os republicanos buscavam demonstrar que a República era um anseio popular e não poderia ser reduzida ao interesse militar.

A opinião dos monarquistas, e dos desiludidos da República, idealizava o passado e com olhos pessimistas observavam o presente que lhes afigurava uma época de desmandos e confusão. Enquanto os republicanos consideravam a República a concretização dos ideais republicanos, obra de um punhado de idealistas auxiliados pelo que consideravam as valorosas forças militares – que eram consideradas pelos monarquistas como impregnadas de orgulho vão e minadas pela indisciplina, haviam sido instrumentos de grupos civis desejosos do poder, desenganados da Monarquia ou ressentidos (COSTA, 2010). Segundo Berthold Zilly, em *Triste fim de Policarpo Quaresma* a época aparentemente fundadora da República é apresentada como uma época de decadência, de expectativas frustradas, o que coloca Policarpo Quaresma, personagem da literatura barretiana, em contraste com a “ficção fundadora [fundacional]” apontada por Doris Sommer como importante temática na literatura das Américas (ZILLY, 2015, p. 10). O personagem em questão era um entusiasta da

¹⁷ Este termo é aqui utilizado como sinônimo de monarquista, pois, chamou-se de “sebastianista” os movimentos messiânicos e proféticos que se baseavam na crença de que um dia o rei português D. Sebastião (1554-1578), desaparecido em uma batalha na África, em Alcácer Quibir, iria um dia regressar a Portugal para conduzir o país a uma nova era.

República, um homem que via nesta a possibilidade de resolução dos grandes problemas nacionais. Esse elemento – um personagem principal otimista, em um contexto de desilusões – reforça o caráter ridículo do personagem. Na realidade, Policarpo Quaresma com seu otimismo, assim como seu amor pelos livros, representa muito bem o entusiasmo com que muitos intelectuais ainda recebiam a novidade que era a República.

Nesse contexto Lima Barreto é um dos raros intelectuais a desafinar o “coro dos contentes” que reinava no seio da “inteligência” nacional da época. Segundo Luiz Ricardo Leitão, só um dos seus contemporâneos, Euclides da Cunha, ousara desmascarar os mitos da República Velha, autor de *Os sertões* (1902), um libelo contra o estigma de “barbárie” que a ideologia dominante havia lançado sobre os sertanejos rebelados em Canudos. Cunha contrapôs-se ao velho ideologema que um liberal argentino, Domingos Fausto Sarmiento, já consagrara em livro na metade do século XIX. Este chegava a propor o extermínio dos ameríndios para acelerar a plena europeização da Argentina. Ele chegou, com propostas como essa, a ser presidente da Argentina. E defendia o unitarismo contra o federalismo, pois, entendia que as províncias era o lugar da barbárie e a civilização só poderia brotar da cosmopolita Buenos Aires. Euclides da Cunha, ao contrário, se perguntaria que civilização era essa que recorria ao Exército para aniquilar lavradores que pretendiam apenas cultivar um pedaço de terra (LEITÃO, 2014, p. 67-68). No entanto, consideramos necessário problematizarmos essas afirmações, contrariando o paralelo estabelecido entre este autor e Lima Barreto, já que a obra de Euclides da Cunha, como de outros intelectuais da época, tem os parâmetros raça e meio fundamentando o solo epistemológico dos intelectuais brasileiros de fins do século XIX e início do XX. Não é casual que *Os Sertões* inicie com dois capítulos longos sobre a Terra e o Homem. Desse modo, o autor contrapõe a neurastenia do mulato do litoral à rigidez do mestiço do interior, e não supera a perspectiva estigmatizadora da ideologia dominante quanto aos sertanejos (ORTIZ, 1994, p. 15-16).

Porém, *Os sertões* ainda situa-nos quanto a dramaticidade da questão agrária brasileira e o tratamento que a República daria aos problemas sociais como uma questão de polícia. Lima Barreto, situado em uma condição distinta, suburbana, também indigna-se com a situação dos trabalhadores do campo e, no nível pessoal, revoltou-se com sua condução pela Guarda Municipal em “carro forte” – como era chamado os veículos que conduziam doentes mentais – para o hospício, diante do chamado do seu irmão.

Nesse contexto de transição, segundo Maria Cristina Teixeira Machado, os escritores brasileiros do final do XIX e início do XX, viveram a expectativa de que a República

trouxesse transformações que conduziriam à modernização do país, segundo a sua interpretação da literatura que tomou como fonte de conhecimento sociológico. E a expectativa a efetivação produziram discursos sobre as transformações que o país viveu. Eles quebraram a visão do paraíso, presente na conquista, descobrimento e que se manteve na transfiguração barroca das manifestações literárias da colônia, construindo uma literatura crítica que tornou-se um marco da literatura brasileira (MACHADO, 1997, p. 6-7).

Porém, o que vimos, na verdade, foram os descontentamentos se multiplicarem com o passar do tempo. Era impossível manter a paz e a estabilidade quando tantos grupos disputavam a liderança. Os monarquistas sonhavam com a Restauração, baseando-se na aparente fraqueza do regime recém-criado. Os militares eram, como sempre, solicitados a intervir nas questões políticas que dividiam a nação.

Depois de um curto domínio da espada, as oligarquias cafeicultoras afirmaram-se no poder garantidas por uma base econômica aparentemente sólida oferecida pela crescente produção cafeeira. O agitado período governamental do paulista Prudente de Moraes foi sucedido pelo governo também paulista Campos Salles que conseguiu impor uma relativa calma ao cenário político, ideando a “política dos governadores”. Entregou os estados ao domínio das oligarquias locais, concedendo-lhes plena autonomia na direção dos assuntos regionais, e recebendo em troca o apoio de que necessitava na esfera federal. A fraude eleitoral campeava por toda parte, favorecida pelo voto a descoberto e pela falta de independência do eleitorado. Nos pleitos a oposição era sistematicamente sacrificada (COSTA, 2010).

Nos primeiros anos do século vinte a conjuntura internacional iria favorecer o desenvolvimento do militarismo. Essa mística militarista ganharia um notável reforço. No Brasil, militaristas e civilistas digladiavam-se em torno da sucessão presidencial. Em 1910, teve-se que escolher entre um líder militar e um civil (COSTA, 2010): Rui Barbosa, o candidato civilista, combatia em discursos candentes a candidatura do marechal Hermes da Fonseca e o militarismo. A vitória final do militar, ao invés de eliminar as tensões, agravou-as. A sua política de “salvação nacional”, o expurgo dos governadores, a intervenção das forças armadas no cenário político e na administração fizeram recrudescer os antagonismos entre civis e militares. Foi sob a impressão desses antagonismos que seria reexaminada a história do movimento de 1889 (COSTA, 2010).

Antes de avançarmos, ainda, nessa questão do militarismo, recordamos que a “política dos governadores”, havia sido delineada por Prudente de Moraes e oficializada por Campos Sales e representava um compromisso entre o governo federal e os grupos que dominavam os estados. Ela consistia na supremacia do poder executivo sobre o legislativo e consolidava o poder das oligarquias locais. Qualquer intervenção feita nesse pacto entre oligarquias,

necessariamente levaria à instabilidade e à insatisfação por parte dos poderes locais. Essa era uma das características básicas da nossa conhecida República das Oligarquias (1894-1930), como ficou conhecido esse período da Primeira República brasileira.

Mas nesse debate, diante dos vários acordos no interior da classe dominante, a versão antimilitarista não era nova. Já em 1889, Eduardo Prado, como bom monarquista, condenava nos *Fastos da Ditadura Militar no Brasil* o caráter de pronunciamento militar que tivera a proclamação da República. Tobias Monteiro publicou em 1913, ainda no período Hermes da Fonseca, uma obra intitulada *Pesquisas e Depoimentos para a História*. Nesta apresenta os militares como meros instrumentos nas mãos dos políticos e diz que a maior praga dos países sul-americanos tem consistido na exploração do elemento militar pela velhacaria política. Sempre que aparece uma situação delicada, onde um “elemento estranho” possa “desviar o eixo da política”, segundo ele, não faltava quem estivesse disposto a acordar nos quartéis os soldados de prontidão e os venha trazer pelo braço, como salvadores do momento que transformam a espada em talismã (COSTA, 2010). Homens feitos para o mister de comandar, rarissimamente se poderão adaptar ao governo da sociedade civil, cuja tendência é ambicionar a conquista cada vez maior da liberdade, a independência cada vez mais acentuada da pressão do Estado, segundo esses autores (COSTA, 2010). Nesse livro, ainda, Tobias Monteiro passa a analisar a situação do exército desde a Guerra do Paraguai, afirmando que a partir de então se desenvolvera no país o militarismo e o caudilhismo, inspirados no exemplo das nações vizinhas, nesse caso (COSTA, 2010).

No que se refere a essa tradição militarista, o governo Hermes da Fonseca foi marcado pelo autoritarismo, pelo estado de sítio e pela repressão aos opositores. Jornalistas que se opuseram à gestão do Marechal, como Edmundo Bittencourt, do *Correio da Manhã*, Macedo Soares, do *Imparcial*, Vicente Piragibe, da *Época*, e Leônidas Rezende. Após esse período conturbado da política nacional, Lima Barreto estreia na *Careta*, com uma crônica que daria o tom de boa parte da sua colaboração que estava por vir neste. Na edição de 27 de março de 1915, lá estava o escritor narrando o retorno à cidade do Rio de Janeiro de um certo senador Bastos, vindo de uma temporada em Poços de Caldas, Minas Gerais. Essa narrativa é apenas um pretexto para o exercício da crítica política tão frequente em seus escritos nesta revista (BOTELHO, 2001, p. 94-95). Na verdade a política de “Salvação Nacional” deste governo, consistia na substituição de velhas oligarquias por novas que estariam sob o comando do caudilho gaúcho Pinheiro Machado, fundador do Partido Republicano Conservador.

Esse autoritarismo dos governos da Primeira República, não é casual, arbitrário, e está

diretamente relacionado à expansão das relações de produção capitalistas, em sua apropriação da posse da terra, por exemplo, que é transformada em propriedade. O presidente eleito Hermes da Fonseca, numa das suas primeiras medidas após tomar posse, pareceu se revelar herdeiro político do ditador Floriano Peixoto, ordenando um massacre. Em novembro de 1909, eclodira a Revolta da Chibata dentro da Armada. Os rebeldes voltaram os navios contra o Rio, como em 1893-94, mas desta vez os marinheiros comandados pelo “Almirante Negro” João Cândido – assim denominado por causa de sua cor e de suas qualidades de liderança – apontaram os canhões contra a cidade. Não pretendiam derrubar o governo, mas protestar contra as deploráveis condições do serviço à bordo, contra a comida deteriorada e sobretudo contra os castigos físicos e a humilhante punição com a “chibata”. Após o Congresso e o governo garantirem que atenderiam as reivindicações e não puniriam os responsáveis pelo motim, os revoltosos se entregaram. Todavia, as autoridades não cumpriram sua palavra, punindo-os de forma tão bárbara quanto aos marinheiros traídos por seus oficiais dezesseis anos antes. Desta forma, Lima Barreto transformou seu romance histórico, o que era compreensível a qualquer leitor da época, num comentário implícito sobre acontecimentos bastante recentes (ZILLY, 2015, p. 10).

Todavia, se os trabalhadores não podiam contar com o Estado brasileiro para intervir na “questão social”, assegurando direitos mínimos, o mesmo não ocorria com padrões dos setores mais “sensíveis” da economia da Primeira República, como os portos e as ferrovias (essenciais para o escoamento da produção cafeeira) e algumas indústrias de maior porte, como a tecelagem, que quase sempre tinham no Estado um aliado. Tinham-se prisões arbitrárias, expulsões de estrangeiros sem processo regular, invasões de domicílio, espancamentos, empastelamento de jornais, aprisionamento em lugares inóspitos da Amazônia, mortes em manifestações etc. Essas são algumas das práticas adotadas pelo Estado contra o operariado (BATALHA, 2000, p. 13).

Notamos, então, que o Estado agindo a serviço da classe dominante, na repressão de manifestações, não é novidade na história republicana brasileira. O caráter autoritário da República, com o qual Lima Barreto se indispôs em várias ocasiões, exercia importante ação contra a organização dos trabalhadores e as práticas desses que colocavam em questão o processo de industrialização em desenvolvimento. Desse modo, as lutas por melhores condições de trabalho, diminuição da jornada e melhoria salarial, por exemplo, já eram consideradas fortes ameaças aos interesses dos capitalistas da nascente industrialização.

Esse conjunto de práticas repressivas variou de acordo com uma série de fatores. No

caso da repressão a movimentos grevistas, a importância e o porte da indústria eram determinantes. Interviam também fatores de ordem conjuntural, particularmente os momentos de implantação do estado de sítio, como 1922-26, que deram margem a todo tipo de desmandos contra as organizações operárias (BATALHA, 2000, p. 14).

Toda essa repressão aos trabalhadores, resultado e manifestação da luta de classes, tendo em vista que o Estado age na criação das condições gerais de produção do interesse da classe dominante, também implica em disputas linguísticas, ou seja, há um esforço na tentativa de consolidar determinada forma de se entender a língua. Uma característica comum aos processos de construção de uma nação. Em vista de atender os interesses da classe dominante. A obra de Lima Barreto contém e sintetiza a realidade de sua época. A compreensão dessa realidade requer seu exame junto a aspectos constitutivos da história dessa época. Vista assim, como totalidade, a obra barretiana, ao mesmo tempo em que apreende, promove mudanças ainda em gestação na sociedade. Esse contexto de *belle époque* retrata o panorama sócio-político-econômico-cultural do país (ASSIS, 2008, p. 29).

O século XIX, no Brasil, foi marcado por uma intensa produção intelectual que visava demonstrar que a língua, falada e escrita aqui, era diferente daquela de Portugal, apesar de ainda não ser considerada a língua nacional, ou seja, de uso oficial e da administração pública – a institucionalizada (ASSIS, 2008, p. 22-23). Esse século termina ainda com uma grande corrente purista, que considerava afirmar o português do Brasil o mesmo que nivelar por baixo. Desse modo, perdurou a norma culta portuguesa, ensinada apenas a quem tinha rigorosa educação, garantindo o processo de exclusão, que não se deu somente a partir de uma relação subjetiva e natural das formas linguísticas com determinados grupos dominantes, nem só pela promoção de determinadas formas pelo aparelho ideológico do Estado (ASSIS, 2008, p. 26).

Ainda no século XIX as discussões avolumaram-se e o emprego de neologismos tornou-se a questão central a respeito da existência de uma língua brasileira. Na metade deste século, o problema da língua ganhou status de interesse nacional, já que principiaram as afirmações de que o Português do Brasil era uma língua diferenciada, principalmente na modalidade falada. Nesse momento, ascende uma força conservadora que defende a pureza de estilo como manejo de formas vernáculas legítimas de uso corrente e também sancionadas pelos clássicos e pelo consenso dos literatos. O problema, no entanto, era visto limitando-se apenas à linguagem literária (ASSIS, 2008, p. 27).

No final deste século, a discussão é ampliada, alcançando o patamar de uma discussão

sobre a língua nacional em todas as instâncias, não somente literária. A discussão perdura e, somente no início do século XX, ocorre a superação da polêmica noção de hierarquia das variantes brasileira e portuguesa e, secundariamente, a consciência do caráter social de algumas variantes linguísticas, conforme afirma Pimentel Pinto, em *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos 1 – 1820/1920 – Fontes para a teoria e a história* (ASSIS, 2008, p. 27).

Lima Barreto sempre se opusera a essa perspectiva purista, valorizando a utilização da linguagem coloquial em sua produção. Esse aspecto, sua tentativa de popularizar a leitura das obras literárias, sempre foi motivo para a crítica dos setores eruditos ao literato carioca. Foi em oposição ao purismo, como a exclusão da maioria da população leitora da época, que ele se indispusera, entre outros motivos, com a Academia Brasileira de Letras.

Trata-se de uma fase única na história cultural brasileira. Época em que os conceitos e valores surgiam da crescente necessidade de modernização pela qual o Rio de Janeiro passava, pois era uma cidade formada por uma sociedade dividida entre senhores e escravos, fazendas e portos. Há, de um lado, uma população poderosa e rica e, de outro, um grande número de negros, mulatos, escravos e libertos, que sobreviviam como trabalhadores rurais, empregados domésticos, artesãos, ao lado de meeiros empobrecidos e sitiantes. Entre essas duas classes, viviam pressionados os profissionais liberais, os burocratas dos escalões inferiores, os empregados dos escritórios e os pequenos lojistas, uma vez que não eram nem ricos nem exatamente pobres (ASSIS, 2008, p. 30). O operariado urbano, ao qual Lima Barreto estará necessariamente ligado por suas ideias, era ainda incipiente no final do século XIX e estava em formação no início do século XX.

No início da República existia, de certa forma, uma aliança entre as letras (literatura) e a classe dominante. Mas alguns literatos não aceitavam o poder constituído nessa aliança e tentavam lutar contra isso. O resultado certamente seria o fracasso como escritor, o desconhecimento e o desprezo, já que é a classe dominante que dita o que deve ser lido, o que deve ser considerada como a literatura clássica. Temos que lembrar que trata-se de um país onde leitura e escrita jamais foram acessíveis a todos e, mais ainda, numa sociedade periférica, onde valores estéticos e categorias literárias vêm de fora, produzidos nos mesmos centros hegemônicos de onde vêm as políticas financeiras (ASSIS, 2008, p. 44-45).

Lima Barreto sempre se opusera a essa perspectiva purista, valorizando a utilização da linguagem coloquial em sua produção. Esse aspecto, sua tentativa de popularizar a leitura das obras literárias, sempre foi motivo para a crítica dos setores eruditos ao literato carioca. Foi

em oposição ao purismo, como a exclusão da maioria da população leitora da época, que ele se indispusera, entre outros motivos, com a Academia Brasileira de Letras. Entre as consequências da sua atitude estaria a exclusão da posição hegemônica no interior do campo literário, como demonstraremos nas páginas seguintes.

No começo do século XX, o purismo ortodoxo coloca que a língua portuguesa devia ficar fixada no período clássico, tido como o de maior esplendor e beleza. Tudo levava a preservar a tradição clássica do português. O purismo ortodoxo foi praticado para se alcançar esse objetivo. Quanto ao nacionalista, é fundamental observar que o nacionalismo se reflete na negação da presença portuguesa na linguagem e na tentativa de levar à escrita uma linguagem mais próxima da que se usava no Brasil, o que ocorre, por exemplo, na metalinguagem de Mário de Andrade (ASSIS, 2008, p. 55). Os puristas ortodoxos, por sua vez, defendiam uma língua vernácula, vinda de Portugal. Havia, assim, duas correntes que se opunham em relação ao idioma falado no Brasil de modo que de um lado, os puristas ou legitimistas, defensores da aplicação estrita dos cânones gramaticais e avessos a tudo o que se afastasse da língua culta; e de outro, aqueles que, enfatizando o distanciamento – em termos dialetais ou separatista – do português da América, combatiam o apego ao formalismo e academicismo, advogando a legitimidade dos brasileiros e das construções populares (ASSIS, 2008, p. 58).

Entre os puristas legitimistas, estava o parnasiano Olavo Bilac, conceituado crítico da corrupção do idioma. Apesar de defender o purismo ou a unidade linguística entre Brasil e Portugal, o poeta não se considerava um purista extremado, pois acreditava na necessidade política de se preservar e proteger o português, ameaçado pelos imigrantes que afluíam ao país. Entendia que para defender o país é primeiro necessário defender a língua (ASSIS, 2008, p. 58). Do outro lado, havia o grupo que considerava um absurdo o fato de o Brasil ainda dever compromisso linguístico a Portugal. Entendia que a autoafirmação da nação brasileira deveria passar pela negação da herança portuguesa. Em outras palavras, Portugal não poderia continuar ditando as regras do campo intelectual. Os separatistas defendiam que existisse uma língua definitivamente brasileira (ASSIS, 2008, p.58). Diante dessa exposição da posição de Olavo Bilac, é possível melhor compreendermos a oposição de Lima Barreto a este, principalmente se considerarmos que o último, em vários dos seus personagens, manifesta simpatia aos imigrantes e oposição ao militarismo do primeiro. Sem dúvida, a defesa de um projeto purista, estava longe dos anseios barretianos e também não se é possível definir sua posição entre os defensores do nacionalismo linguístico, já que a questão da literatura para

esse é uma questão de cunho universal, não se prestando a localismos e demais identidades bairristas.

Mas, de fato, a defesa da língua, por um grupo ou outro, possuía uma conotação política. Nesse sentido, ascendia um discurso que pretendia ressaltar as dimensões gigantescas do Brasil em relação à extensão do território, à população que ele poderia abrigar e às potencialidades econômicas. Tudo em busca de demonstrar que a posse de uma língua própria, capaz de dar vazão à expressividade nativa, desempenhava papel estratégico e deveria ser encarada como sinal de afirmação racial (ASSIS, 2008, p. 59).

Em todo caso, de fato, tratava-se do início de um novo regime político, como atesta Assis, era uma sociedade em fase de mudança, o que deveria refletir-se também na língua, pois revolucionar a língua é a mais profunda revolução que se pode fazer, segundo esta autora. Se revolucionar a língua é revolucionar ideias, Lima Barreto estava certo ao afirmar que aquela modalidade purista não representava mais a sociedade brasileira, que tinha de se representar de maneira diferente (ASSIS, 2008, p. 62).

No que se refere às questões da cultura, como podemos notar nas questões relativas a linguagem, essas recebem a influência e reciprocamente também influem nas condições econômicas dessas primeiras décadas do século XX.

Diante dessas condições, pelo menos por duas vezes, em 1898 e 1914, o país esteve à beira de um colapso financeiro, tendo sido salvo pela assinatura de acordos com os credores externos, os chamados *Funding Loans*. Nessas ocasiões, o Tesouro Nacional conseguiu refinar suas dívidas, dispondo-se a pagar os antigos empréstimos com novos empréstimos e juros elevados (BOTELHO, 2001, p. 119-120). Paralelamente, os governos da Primeira República ainda procuravam contemplar os interesses dos produtores de café, que viam o preço e as exportações do produto despencar no mercado externo ao longo dos anos. Tentando ignorar a “lei” da oferta e da procura, os produtores reuniram-se em Taubaté, em 1906, a fim de implementar uma frustrada política de valorização e sustentação do preço do café, que consistiu em reduzir a oferta do produto e a taxa cambial (BOTELHO, 2001, p. 120).

Eram essas épocas febris que os artistas não poderiam captar com a frieza e afastamento de outros tempos. Já não havia mais lugar para a elegante ironia na investigação das mazelas humanas, como se habituava Machado de Assis. Os que ocupam seu lugar nos meios literários, após sua morte em 1908, pouco tinham sido influenciados por ele. Poetas e prosadores da *Belle Époque*, cultores da “arte pela arte” e servos fiéis dos modelos europeus de criação estética, promovem o completo esvaziamento da herança machadiana. Essa

geração apelidada de “sorriso da sociedade”, impõe o formalismo na literatura brasileira: professa-se um distanciamento sem crítica social, uma serenidade aristocrática e o intimismo à sombra do poder se reveste de uma nova fórmula – a “artisticidade”. São exemplos disso Olavo Bilac e Ruy Barbosa. Esgotar esse período “artístico” que requeria a sutil ironia do “bruxo das Laranjeiras”, será substituída pela sátira amarga contra os poderosos, o impiedoso sarcasmo que, no bulício da Bahia colonial, já havíamos conhecido na poesia ferina de Gregório. Quem poderia se incluir no hiato entre 1908 (morte de Machado) e 1922? O jovem Lima Barreto (LEITÃO, 2014, p. 40-41).

O ano de 1922 também foi marcado, além da morte de Lima Barreto, pela eclosão no cenário artístico nacional, do Modernismo, esse movimento ambíguo e descontínuo. Lima Barreto representa uma dissonância, um contraponto espinhoso e desconcertante a toda essa efervescência de um campo intelectual incipiente e precário, de escribas medíocres à procura de padrinhos e recomendações, que mendigavam postos nas redações de jornais e muitas vezes apodreciam no ranço sombrio das repartições (LEITÃO, 2014, p. 12). Como podemos notar, Lima Barreto é reconhecido por Luiz Ricardo Leitão como um autor fundamental. Este não afinava com o contexto de purismos da época e apresentava-se como crítico dessa geração de autores descomprometidos com os interesses da classe operária.

Enfatizamos que essas questões relacionadas à disputa linguística, por exemplo, estão diretamente relacionadas a tentativa de construção de uma identidade nacional. O que não preenche os interesses da nascente classe operária.

Segundo a historiadora Márcia Regina Naxara, a segunda metade do século XIX e a passagem para o século XX, foi um período privilegiado para a constituição e emergência do imaginário da identidade nacional brasileira. Foi nesse momento que consolidou-se a imagem do brasileiro como *indolente, vadio, preguiçoso e não civilizado*. Imagens construídas para justificar a política de imigração do trabalhador europeu, pois o trabalhador negro foi colocado como incapaz de exercer o trabalho livre de forma eficiente (SILVEIRA, 2015, p. 129). Nesse contexto, muitas singularidades nacionais foram silenciadas para se forjar uma noção homogênea de identidade nacional. O discurso de construção da identidade nacional nesse momento caminha contra o passado e a própria realidade vivida no Brasil, cuja multiplicidade cultural e étnica formou o *ser brasileiro*, e esse não era apenas branco, como queriam as elites, mas uma mistura de nacionalidades e culturas (SILVEIRA, 2015, p. 130).

No que se refere a questão agrária na Primeira República, por exemplo, assunto do qual também se ocupa Lima Barreto, as regiões do sudeste produtor de café tinham prioridade

no sentido de apoio a vinda dos imigrantes. A grande extensão territorial, a baixa densidade demográfica e as leis de terra de 1850 só podiam terminar sendo apoio à expansão do latifúndio. Foi legitimada pela constituição de 1891 que a terra mantinha-se como direito de propriedade, salvo a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia (artigo 73 inciso 17) (ANDRADE, 1991).

Essa estrutura agrária foi determinante na constituição de novas relações de produção, na medida em que “nas áreas menos dinâmicas, onde as terras eram muito abundantes e faltava mão de obra, surgiram outras formas de relações, como o arrendamento de pequenos sítios, a parceria e a concessão de terras pelo escambo da produção”, assim como o “barracão”, que prendia o trabalhador rural ao seu patrão por meio das dívidas, onde se compravam os alimentos (ANDRADE, 1991, p. 42). A agricultura, assim como no período imperial, continuava a ser o principal setor da economia nas primeiras décadas republicanas, visto que em 1920 verifica-se que 66,7% da população economicamente ativa do país ocupa-se desta atividade. Esta predominância coincide com a permanência de uma estrutura fundiária de forte concentração. Nesse caso, em face da falta de liquidez e de crédito que marcaram o fim do século XIX, o governo busca uma forma de financiar a lavoura e adota uma política de ampliação do crédito interno e emissão de moeda, lastreada por empréstimos tomados no exterior (BOTELHO, 2001, p. 119).

Na Constituição republicana de 1891, por sua vez, é oficializada uma cidadania seletiva, ou seja, que excluía determinados cidadãos. O artigo 64, desta, é um exemplo de como se transferiu, na República Velha, terras públicas para os bens privados, pois transferia aos cuidados dos estados da federação a tutela sobre as terras, o que era um prato cheio para as oligarquias locais¹⁸(LINHARES e SILVA, 1999). Em boa parte a questão agrária no Brasil, nesse contexto, ainda é desdobramento da abolição da escravidão e suas implicações nas novas relações de produção que surgiam.

Diante da abolição e a luta pela terra, desenvolveram-se várias relações de produção com a terra, como a meação, o arrendo e a prestação de serviços gratuitos em troca do uso de pequenas porções de terra. A revolta contra isso se deu através do banditismo social e dos

¹⁸ Entre os anos de estabilidade política e hegemonia agrário-conservadora, de 1912 a 1930, a anexação do Acre, por exemplo, levou à revisão do estatuto da terra no país. Em 1912, o governo federal reconhece todo e qualquer título existente no Acre, até uma área de 10.000 metros quadrados, e anuncia a revisão da lei 601, de 1850 (chamada lei de terras do império), bem como de sua regulamentação, o decreto 1.318, de 1854. A nova medida editada vai ser um estímulo a concentração de terras, pois legitimava além da compra de terra a invasão e o apossamento de terras públicas por grandes proprietários. O que vemos no “Novo regulamento de terras devolutas”, de 1913. A República, por sua vez, incentivava a expansão para a Amazônia e o Meio Norte onde predominava o extrativismo e o Centro-Oeste em que predominava a pecuária (LINHARES e SILVA, 1999).

movimentos considerados fanáticos (ANDRADE, 1991). Essas manifestações sociais, muitas vezes, foram ignoradas pela historiografia, sobretudo nas suas especificidades, e reduzidas a um tratamento pejorativo que não se ocupava das relações entre as classes, por exemplo. Mas o auge do conflito social, ainda no século XIX, se dá em 1888, com a abolição do escravismo. Muitos latifundiários já sabiam e achavam necessário o seu fim, mas mantinham-se até o fim com a intenção de obrigar o império a indenizá-los. Com a chegada da República, Rui Barbosa, ministro das finanças, acaba com a esperança da indenização e ameaça criar o Banco Hipotecário Nacional, o que levou os latifundiaristas a reagir contrários, pois, desde o império o acordo era de jamais se tomar suas terras como pagamento de dívida e isso sempre era cobrado nos gêneros e alimentos. Rui Barbosa pretendia imprimir um sistema de *via farmer*, copiando os norte-americanos (pequenos fazendeiros) e mudando a estrutura agrária (LINHARES e SILVA, 1999).

Mas a República, também se veria em apuros, afinal as manifestações e os conflitos sociais não terminariam ali. Esses chegariam à produção literária. Márcia Regina Naxara diz que a literatura produzida nessa época muito contribuiu para a consolidação de imagens relacionadas à identidade nacional e consideradas com o fim do “descobrimento” do Brasil. Entre esses, especialmente, está o personagem *Jeca Tatu*, de Monteiro Lobato. Portanto, na virada do século XIX para o XX estavam presentes na sociedade discursos de democracia e a generalização da figura do trabalhador nacional, mas também a gestação da exclusão desses sujeitos como pertencentes à noção nova que se formava de identidade nacional brasileira (SILVEIRA, 2015, p. 129-130). Nesse momento busca-se maior disciplina e intensificação do trabalho e aqueles que não se sujeitam a isso são definidos na figura do Jeca Tatu, preguiçoso, insolente e que não quer progredir na vida (LINHARES e SILVA, 1999).

No início do século XX, sob o signo da Primeira Guerra Mundial, a velha ordem liberal-oligárquica que patrocinara a queda do Império e o advento da República no Brasil, assentada no poder dos latifundiários regionais e na burguesia mercantil urbana encarregada da agro-exportação, vive sucessivas crises. Há vigorosas manifestações em distintas áreas do país. Entre os exemplos podemos citar a Revolta do Contestado (1912-1916), em Santa Catarina, que foi uma reação à expropriação de terras ao longo do trecho traçado para a ferrovia que os capitalistas ingleses construíram a oeste do Estado. Essa guerra de contestado explicitava o problema da concentração fundiária no Brasil das capitânicas hereditárias e da grilagem desenfreada de terras, agravada na República Velha pelo fim do poder centralizador do imperador (legalmente o único autorizado, naquele contexto, a conceder títulos de

propriedade rural) e pelo excessivo poder que o novo regime concedera às oligarquias locais (LEITÃO, 2014, p. 38). O trabalhador camponês, na realidade, tendia a reagir através da formação de grupos de cangaceiros que andavam armados e realizavam saques ou através de movimentos de “fanáticos” religiosos, os conhecidos movimentos messiânicos (LINHARES e SILVA, 1999).

Todas essas revoltas camponesas, somadas ao que ocorria no contexto urbano em que vivia Lima Barreto, demonstrava a instabilidade das questões políticas latentes. O literato, assim como o cronista, sempre se ocupou de assuntos relacionados a esses dramas sociais do campo e da cidade. O cotidiano dos trabalhadores do campo pode ser identificado em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, por exemplo. Já a situação das mulheres do subúrbio, inclusive o desamparo e o desespero provocado por oportunistas, pode ser mensurados, por sua vez, em *Clara dos Anjos*, dentre outras obras ficcionais e crônicas. Mas como comportava-se o Estado diante dessas mazelas? Esse tão criticado por Lima Barreto. Isso é o que podemos vislumbrar na composição de classes sociais que o dirige e os interesses a que atende.

Na realidade configura-se um Estado oligárquico, onde a classe dominante estava inteiramente comprometida com a reprodução dos seus interesses, então as oligarquias imperavam por toda parte, mas o seu domínio não se exercia sem a resistência dos grupos minoritários. Também, as oligarquias que dominavam nos vários estados lutavam entre si no plano federal, onde frequentemente se opunham à oligarquia paulista. Diante disso, a política financeira realizada por Campos Salles, por exemplo, sob pressão dos credores britânicos, obtinha o apoio de certos setores, mas despertava em outros uma séria oposição. Os setores mais apegados a métodos tradicionais de produção agrícola, em seu lugar, já se sentiam preteridos diante das zonas progressistas. Então, a animosidade era dirigida particularmente contra a oligarquia paulista que detinha o poder. Configura-se, assim, o domínio das oligarquias e a preponderância paulista, assim, a vivência desse processo sugeria novas explicações, estimulando a revisão da História do Império e da República (COSTA, 2010).

Notamos que enquanto o café mostrou-se um produto lucrativo e interessante, fazendeiros e comerciantes foram os primeiros a ganhar com isso. Quando este produto se desvalorizou, o prejuízo foi “democraticamente” compartilhado pelo conjunto da sociedade, reservando-se parte substancial deste às classes trabalhadoras. Tratava-se de um contexto de crescente endividamento externo, inflação e carestia generalizada. Na Europa em guerra crescia a demanda por gêneros alimentícios e, conseqüentemente, diminui a sua oferta no mercado interno, contribuindo para a alta dos preços destes produtos (BOTELHO, 2001, p.

120-121). A situação de carestia, e as dificuldades para a sobrevivência da classe trabalhadora nesse contexto, serão abordadas constantemente por Lima Barreto em suas crônicas. O tom crítico dessas, muitas vezes, ultrapassavam os limites circunscritos à crítica da época.

O coronelismo, expressão da força da classe latifundiária, é caracterizado, segundo Berthold Zilly, pela hegemonia de líderes locais, sobretudo latifundiários, que praticavam o clientelismo com a conivência de autoridades estaduais e federais e conseguiam controlar um ou mais municípios através de intrigas, violência e fraudes eleitorais, combatendo todos os que não se enquadrassem nesta estrutura. Um dos instrumentos de poder mais apreciados pelo coronelismo é a parcialidade com que se cumprem regulamentos e leis, segundo o princípio: “para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei” (ZILLY, 2015, p. 9).

Há, ainda um outro aspecto revelador das práticas no contexto de origem da República no Brasil: a política exterior. No governo republicano esta despertara, também, desde 1889, numerosas críticas. A orientação do governo de estreitar laços com os Estados Unidos não era aprovada por todos e a assinatura de tratado de reciprocidade comercial entre os dois países, em 1891, suscitou comentários pouco favoráveis. Um grande número de negociantes e industriais externou seu descontentamento através da imprensa. Deve-se considerar que, o governo americano isentava o café e certos tipos de direitos de importação, mas recebia em troca isenção de direitos sobre as farinhas de trigo e vários outros artigos americanos, obtendo ainda para os demais produtos uma redução de 25% nas tarifas alfandegárias. As cláusulas prioritárias prejudicavam empresas nacionais chegando a arruinar algumas (COSTA, 2010).

A política de aproximação entre o Brasil e Estados Unidos, convinha aos cafeicultores que para lá enviavam boa parte do café, mas desagradara a outros setores. Havia profundas divergências entre cafeicultores e industriais quando discutiam a política de proteção à indústria. O governo pressionado por uns e outros desenvolvia uma política hesitante e instável, descontentando a todos. Protecionistas e antiprotecionistas divergiam na Câmara a propósito da política econômica. Além dos interesses industriais, os interesses agropecuários de São Paulo e Rio de Janeiro, opunham-se às diretrizes políticas traçadas pela lavoura cafeeira. A ideologia dos industrialistas caracterizada por um tom nacionalista e protecionista opunha-se à ideologia antiprotecionista das classes rurais que eram apoiadas pelos grupos importadores (COSTA, 2010).

Nas mudanças das relações de produção, quando ainda vivíamos sob o escravismo colonial, a escassez de força de trabalho e a expectativa de fim em médio prazo das relações de escravidão fez com que se fosse desenvolvendo formas mais dinâmicas de explorar a

classe trabalhadora como uma política de preparação para o fim da escravidão, daí que se buscavam trabalhadores europeus por preconceito ao caboclo remanescente do preconceito ao negro (ANDRADE, 1991). Com a abolição do tráfico o escravo encarece, então se vê o quanto é agora mais rentável o trabalhador livre na forma de um morador, que pode receber terras para cultivar e prestar serviço gratuito por alguns dias para os grandes proprietários etc. Nas áreas de economia estagnada os escravos ficam ociosos, enquanto nos centros mais dinâmicos se busca importar de província para província a considerada cara força de trabalho negra (ANDRADE, 1991).

A partir dos anos 1890, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, passou a predominar a força de trabalho estrangeira, especialmente italiana. As migrações inter-regionais e internacionais formaram a base social da classe operária brasileira deste período. O imigrante italiano provinha de várias regiões, tal como Nápoles, Vêneto, Sicília, Calábria, entre outras (VIANA, 2006, p. 5).

Segundo Viana, o primeiro ponto a destacar são os motivos da imigração italiana, sobre a qual há aqueles que afirmam os seguinte: o desemprego na Itália ou a expansão demográfica italiana. Todavia houve um conjunto de determinações para o processo migratório, e aqui podemos considerar, por exemplo, a pobreza e miséria do Norte da Itália, as doenças (malária, cólera, etc.), a concentração fundiária, a política estatal, etc. Em síntese, essas determinações resumem-se ao processo social italiano, marcado por relações de produção fundadas num alto grau de exploração dos trabalhadores agrícolas. É um contexto em que as relações de produção feudais permaneciam ao lado, vivendo em paralelo, com novas relações de produção e comandavam as ações estatais. Os trabalhadores rurais, por sua vez, reagiam através de “greves agrárias”, que foram aumentando a partir do final do século XIX e início do XX. O desemprego e a pobreza geral era visível, a alimentação era pobre em alimentos mais nutritivos e quase não se consumia carne, ovos, leite e verduras frescas, sendo a polenta o alimento básico para milhares de pessoas. Esta situação alimentar e a desnutrição que lhe é derivada, aliada a algumas catástrofes naturais – enchentes e inundações – abria caminho para o desenvolvimento de diversas doenças (VIANA, 2016, p. 7).

No entanto, esta tendência só se concretizou devido à política imigratória do governo brasileiro e ao conjunto de interesses ligado a ela. Esta política imigratória tinha dois objetivos diferentes: por um lado, pretendia realizar uma colonização das províncias meridionais, implantando colônias no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná; por outro lado, o processo de industrialização paulista, que promovia programas de imigração e colonização, sob as formas de assalariamento, parceria, empreitada, entre outras (VIANA, 2016, p. 8).

A hegemonia anarquista no movimento operário brasileiro pode, portanto, também, ser explicada pela presença italiana (VIANA, 2016, p. 9). No final do século XIX, portanto, cresce o número de militantes e agrupamentos anarquistas. Imigrantes italianos anarquistas formavam centros de cultura social, grupos por afinidades, escolas para alfabetização de operários. Eles incitaram, ainda, a formação de associações, e logo surgiram a dos sapateiros, vidreiros, tecelões, operários da construção civil, etc. Os anarquistas conseguiram realizar a sua primeira grande mobilização no dia primeiro de maio de 1898 (VIANA, 2016, p. 15). Os imigrantes, que acabaram por integrar o proletariado urbano no Brasil, em sua maioria provinham de áreas rurais dos seus países de origem e não tinham experiência com o trabalho industrial ou organização sindical; com frequência iniciavam seus trabalhos na agricultura, caso das fazendas de café no estado de São Paulo. Em alguns casos, aceitavam condições de trabalho que os brasileiros (muitos deles ex-escravos) não aceitariam, como os portugueses e espanhóis, descritos na crônica “Fome negra” (1908) de João do Rio, trabalhando como carregadores de carvão e manganês, isolado na Ilha da Conceição na Baía de Guanabara, tendo como único objetivo juntar algum dinheiro (BATALHA, 2000, p. 12-13).

As novas condições de trabalho que se colocam, portanto, levam a uma nova realidade e a presença anarquista dá densidade às manifestações do operariado. Nesse contexto é essa a perspectiva predominante e isso marcará a história da classe operária no Brasil. Na historiografia, alguns autores consideram que o operariado teria iniciado sua organização em 1922, com a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), tratando esse período como a pré-história do movimento operário brasileiro. No entanto, esse tratamento pejorativo da influência do anarquismo no operariado, não corresponde ao nível real de manifestações que teremos nesse momento da história do Brasil, inclusive considerando-se a ameaça que representavam aos capitalistas nesse país.

Com a chegada de imigrantes os proprietários temem seu caráter altivo, e aumentam os seus cuidados, assim como o controle sobre as forças produtivas e a organização dos trabalhadores. O principal instrumento para isso era a polícia e, por isso, nesses tempos, Olavo Bilac propôs o serviço militar obrigatório (LINHARES e SILVA, 1999). Ao qual, como já dissemos, Lima Barreto se opôs frontalmente.

Considerando a presença italiana, referência fundamental na constituição do operariado urbano brasileiro, passamos agora a considerar as condições de vida desse operariado, a partir de alguns aspectos, especialmente sua origem – na transição do escravismo colonial para o capitalismo subordinado –, sua expulsão do centro da cidade, suas

lutas sociais e o impacto da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa.

Nota-se que a classe operária brasileira é formada através de um longo processo histórico. A passagem do escravismo colonial para o capitalismo subordinado no Brasil foi marcada pela abolição da escravidão – resultado de intensas lutas sociais (dos escravos, abolicionistas, senhores de escravos, burguesia nacional interessada em trabalhadores livres, potências estrangeiras, no caso a interferência inglesa, etc.). Trata-se da formação de uma classe operária diferenciada do caso clássico europeu, geralmente muito conhecido. Na Europa, na transição do feudalismo para o capitalismo o trabalho servil foi paulatinamente substituído. No Brasil, a transição do escravismo colonial para o trabalho semilivre e “livre”. Mas, ainda assim, a abolição do trabalho escravo foi uma ampla mudança na sociedade brasileira, instaurando novas relações de produção, e demandando uma forte presença da imigração (VIANA, 2016, p. 3).

A transição do escravismo colonial para o capitalismo foi marcada pela ampliação das relações de produção capitalistas, no campo e na cidade, e também pela instauração de relações de produção não-capitalistas, expressas no chamado “coronelismo”. O trabalho assalariado vai se desenvolvendo paulatinamente, mas somente ganha impulso real com a imigração. O proletariado brasileiro é formado não por uma população camponesa e artesã, tal como na Europa, mas principalmente pela vinda de estrangeiros para o Brasil, tendo a população camponesa e artesã contribuído modestamente, do ponto de vista quantitativo (VIANA, 2016, p. 3).

O coronelismo é uma das características fundamentais da Primeira República, consistindo a base principal da oligarquia no coronel, principal responsável pela vitória dos candidatos dos grandes grupos estaduais. Geralmente era um grande proprietário, considerado chefe político de uma região, o que conseguia votos de seu “curral eleitoral”, numa relação de clientelismo político. Será nesse contexto de troca de favores, e relações políticas personalíssimas, caracterizadas pelas indicações a posições de poder, que se desenvolverá em meio a relações não-capitalistas de produção as relações tipicamente capitalistas.

A industrialização brasileira começa timidamente, a partir de 1840 e foi, num primeiro momento, uma “industrialização descentralizada”, o que impediu uma maior articulação do movimento operário. Tal industrialização foi se concentrando cada vez mais na Região Centro-Sul (VIANA, 2016, p. 3-4). A origem social do proletariado brasileiro, no período anterior à abolição, advinha da camada mais pobre da população urbana, no qual se destacava a forte presença de força de trabalho feminina e precoce, inclusive crianças e jovens (VIANA,

2016, p. 4). Nesse ponto, a constituição de relações capitalistas de produção se assemelha às condições vividas na Europa da primeira Revolução Industrial, com extensas jornadas de trabalho e a utilização de força de trabalho em condições aviltantes.

Essas condições de vida do operariado, certamente, assim como a transição pela qual passava o Brasil, teve implicações na produção literária brasileira. Daí que o período em que as obras do naturalismo brasileiro surgem, por exemplo, é marcado pela pós-abolição, o fim da classe social dos escravos e o enfraquecimento da classe senhorial que vai se metamorfoseando em sua classe latifundiária. Os ex-escravos se inserem na nova realidade marginalmente, se incluindo nas novas classes emergentes e nas mais empobrecidas (lumpemproletariado, campesinato, proletariado, artesanato, etc.). Então, as novas classes vão surgindo paulatinamente no interior da sociedade brasileira, sendo que o proletariado, elemento vital para a criação literária europeia, emerge aqui tardiamente, tendo o final do século XIX como a época de implantação das primeiras indústrias no país. Essa é uma das determinações da narrativa naturalista no Brasil, sem dúvida, focalizando os indivíduos e não grupos e classes sociais (SILVA, VIANA, SOUZA, 2014, p. 45). Diante dessa breve análise das determinações do naturalismo no Brasil, precisamos vislumbrar as determinações do período posterior, do contexto barretiano, e suas respectivas especificidades, ao modo dialético e materialista.

O anarquismo brasileiro tornou-se a força hegemônica no movimento operário brasileiro, quando este surgiu, e era uma força política poderosa presente nas lutas operárias de forma intensiva no início do século XX (VIANA, 2016, p. 1). Neste período observa-se um crescimento do trabalho assalariado nas cidades e do trabalho semilivre (sob as mais variadas formas) no campo. A industrialização brasileira ganha impulso após este período, provendo um crescimento quantitativo da classe operária. Depois de 1880, há um aceleração do desenvolvimento industrial e este provoca uma demanda por força de trabalho. É a partir do final do século XIX e início do século XX que o processo de imigração ganha impulso (VIANA, 2016, p. 4).

Na primeira década do século XX, com a tentativa de fazer do Rio de Janeiro o cartão-postal da República, efervesceu o espírito *belle époque*. As fórmulas europeias, em especial a parisiense, tornaram-se o modelo a ser seguido. No governo Campos Sales, o centro do Rio foi modificado às pressas, abrindo-se avenidas, criando-se e reformando-se jardins; os bondes ganharam tração elétrica e o novo porto foi construído. Tudo seguindo o molde de Paris. Observando as modificações ocorridas na aparência do Rio de Janeiro, Lima Barreto,

criticando o regime europeu, escreveu em *A política republicana* que “a República é o regime da fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo de *parvenu*, tendo como *repoussoir*...” (ASSIS, 2008, p. 33-34).

Essas reformas deslocaram a população pobre para os morros, para a Cidade Nova ou para os subúrbios da Central. Abria-se, assim, mais espaço para o mundo elegante que se restringia a Botafogo e à Rua do Ouvidor. O mundo *belle époque* circulava no Rio reformado que tentava mostrar um Brasil branco, europeizado e civilizado. Essas mudanças firmavam-se em quatro princípios básicos: condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que maculasse a imagem civilizada da sociedade; uma política de expulsão dos grupos populares da área central; cosmopolitismo agressivo, identificado com a vida parisiense (ASSIS, 2008, p. 34).

Mesmo diante da modernidade que transfigura a fisionomia urbana do Rio, no início do século XX, em meio à avalanche de demolições promovidas pelo prefeito Pereira Passos no coração da cidade, foi com os signos da “barbárie sertaneja” que os “bestializados” improvisaram uma outra solução urbanística contra a exclusão social: a ocupação dos morros que se espalhavam pelos arredores do sítio histórico, logo denominados de favelas. Lembrando que favela é designação de arbusto que Euclides da Cunha (*Os Sertões*) diz pertencer à família das Leguminosas, tal como fava. Já a alcunha das toscas habitações dos morros cariocas, vale-se de Antenor Nascentes: o termo apareceu após a campanha de Canudos (1896-1997); por falta de moradias, veteranos das expedições militares solicitam do ministro da Guerra permissão para construir as casas de suas famílias no morro da Providência, um sítio privilegiado da cidade, por sua localização entre o porto e as grandes avenidas (LEITÃO, 2014, p. 21-22).

Durante todo o século XX, os sertões continuariam a enviar para a capital vários homens, principalmente pelos trilhos das ferrovias. Lima Barreto testemunhou isso instalado às margens da estrada de ferro Central do Brasil, na distante estação de Todos os Santos, uma simples parada entre o Méier e o Engenho de Dentro. Ali escreveria seu primeiro romance. Em casa relativamente modesta da Rua Boa Vista. Ele reeditou a sátira implacável de Gregório de Matos, o “Boca do Inferno”, que já o fizera com a Bahia colonial. Basta lembrar para isso que seus personagens, sentados em um vagão dos trens da Central, cumpririam a missão do bem frequente olheiro que a vida do vizinho e da vizinha “pesquisa, escuta, espreita e esquadrinha”, não para o levar “à praça e ao terreiro”, mas sim para registrar, de maneira incomparável, o vigor espiritual de sua gente, a avidez intelectual das moças do subúrbio, a

curiosidade sem fim do mundo periférico (LEITÃO, 2014, p. 22-23).

Na década de 1910, a indústria de calçados no Brasil reunia nesse período mais de 4.000 estabelecimentos, destes apenas 116 empregavam mais do que 12 pessoas. O que torna clara a coexistência nesse setor, do sistema de fábrica, do sistema de produção por peça e da produção doméstica. Todas as etapas de produção percorridas na interpretação clássica pela Revolução Industrial, do artesanato à indústria, estavam aí presentes: as diversas experiências de trabalho e de relações de trabalho do artesão independente, passando pelo trabalhador doméstico produzindo para um empregador, o empregado em uma pequena oficina e, finalmente, o operário industrial (BATALHA, 2000, p. 8-9). O caso da indústria de calçados ilustra bem o que era o mundo urbano no Brasil das primeiras décadas do século XX. A imagem das grandes fábricas de tecido, com chaminés que destacam-se no horizonte, mudando a paisagem urbana e empregando milhares de trabalhadores (homens, mulheres e crianças), é apenas uma parte do complexo e heterogêneo mundo do trabalho (BATALHA, 2000, p.9).

No que se refere a indústria têxtil, por exemplo, no Rio de Janeiro (Distrito Federal) eram empregadas 27% de mulheres, mas na indústria têxtil era de apenas 39% (BATALHA, 200, p. 9-10). Os salários pagos neste setor também são reveladores dos diversos fatores de diferenciação. No Distrito Federal o salário diário médio pago a um tecelão com mais de 14 anos era cerca de 25 % mais alto que em São Paulo e quase o dobro do que era pago em Minas Gerais e em estados do Nordeste. Entretanto, no escalão mais alto da indústria têxtil, essa relação de salários entre os diferentes estados não se mantinham: os mestres recebiam em Sergipe o maior salário diário da federação, 14% a mais do que no Distrito Federal, 32 % a mais do que em São Paulo e mais do que o dobro do que era pago na maioria dos demais estados (BATALHA, 2000, p. 10).

Destacamos que o nível salarial, um dos aspectos de diferenciação escolhido, para a análise, por Cláudio Batalha, não foi suficiente para diminuir as manifestações desses trabalhadores por melhores condições de vida, bem como, por novas formas de organização social. Então, essas manifestações não estavam limitadas a demandas econômicas, pois colocavam em pauta o projeto de sociedade como um todo. Como veremos em algumas crônicas de Lima Barreto, esse aspecto é determinante para a compreensão da visão de mundo do operariado naquele contexto do início do século XX.

A maioria dos trabalhadores estava submetida a longas jornadas de trabalho – que nos primeiros anos do século XX atingiam 14 horas no Distrito Federal e 16 horas em São Paulo –

com pouco lazer e descanso. Esses trabalhadores moravam em habitações precárias, como os cortiços; na periferia dos centros urbanos, com problemas de transporte e infraestrutura; ou, submetidos ao controle patronal, caso das vilas operárias das empresas. No caso de doença, invalidez ou desemprego, o trabalhador que não tivesse um fundo beneficente da empresa, ou que não contribuísse por iniciativa própria para alguma forma de sociedade que fornecesse auxílios, via-se inteiramente desassistido e tinha sua sobrevivência ameaçada. Havia diferença entre trabalhadores mais ou menos qualificados: os primeiros tinham condições de trabalho e vida bem melhores, devido sua maior capacidade de barganha e seus ganhos mais elevados; e, frequentemente, participavam de ofícios com a tradição de participar de associações mutualistas – estando melhor amparados no caso de infortúnios (BATALHA, 2000, p. 11-12).

Essa situação vivida pelo operariado, nas primeiras décadas do século XX, propiciou condições para várias manifestações. Daí que as lutas operárias foram intensas. Elas ganharam força principalmente por três motivos: primeiro, a situação da classe trabalhadora no Brasil em sua época de “Revolução Industrial”; segundo, a conjuntura internacional marcada por uma radicalização do movimento operário e por lutas intensas a partir do final do século XIX e, principalmente no início do século XX, como a Revolução Russa de 1905 e a nova tentativa de 1917, derrotada pela vitória bolchevique, uma contrarrevolução burocrática e as tentativas de revolução socialista na Alemanha, Hungria, Itália, etc.; terceiro, finalmente, a influência das ideias socialistas vindas da Europa, principalmente o anarquismo que acompanhava os imigrantes italianos (VIANA, 2016, p. 11).

Uma das primeiras manifestações de radicalidade do movimento operário brasileiro foram as greves. Esparsas, a partir de meados do século XIX, vão aumentando paulatinamente até 1900. As greves tinham sempre uma feição econômica, neste final do século XIX. Na Bahia, os trabalhadores das docas vão à greve no ano de 1897, enquanto Santos era palco duma parede que durou 15 dias, terminando com as investidas policiais e ameaça de intervenção da Marinha e do Exército. Na Estrada de Ferro Central do Brasil, em São Félix, Bahia, os trabalhadores pleiteavam melhorias salariais e o pagamento em dia, tendo o Governo prometido resolver a questão. Medidas semelhantes são reclamadas no ano de 1898, aos donos da fábrica de fósforos Vila Mariana e da indústria de tecidos “São Caetano”, ambas do Estado de São Paulo. O não atendimento das reivindicações levou os trabalhadores a se declararem em greve¹⁹. Esses exemplos são trazidos no livro *Trabalho e Conflito (1906-*

¹⁹ A formação de associações ou “sindicatos” foi constante e foi a forma organizativa principal neste período do movimento operário brasileiro. Estes “sindicatos”, entretanto, não eram idênticos aos sindicatos burocratizados do período histórico posterior. Eram associações de luta e reivindicações, cuja forma

1937), de autoria de Edgar Rodrigues (VIANA, 2016, p. 12).

Nesse contexto a difusão das greves ocorreu por todo o país. No Rio de Janeiro, cerca de 50 mil operários entraram em greve e confronto com tropas policiais. Essas, por sua vez, também atacaram a sede da Federação Operária do Rio de Janeiro, tida como “centro dos anarquistas” nesta cidade. Também se desencadeou greves em Pernambuco e Rio Grande do Sul. Em 1919, novas greves seriam desencadeadas em São Paulo, assim como Rio de Janeiro e Porto Alegre. Na capital federal houve uma tentativa de insurreição armada incentivada por anarquistas, mas a repressão policial impediu o seu desencadeamento. A Greve de Maio, em São Paulo, contou com cerca de 50 mil trabalhadores e foi acompanhada por greves em Salvador, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Recife (VIANA, 2016, p. 17).

O processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, com o aprofundamento de suas instituições (Estado, legislação, etc.) e o amplo processo de burocratização e mercantilização das relações sociais, abre um novo período de lutas sociais e de fortalecimento das forças conservadoras em nosso país. Os sindicatos e os partidos são apenas os exemplos mais visíveis de todo este processo que abrange, cada vez mais, o cotidiano dos trabalhadores, tal como o lazer, o futebol, o tempo livre, que passam cada vez mais a ser apropriado pela burguesia e suas instituições, no qual o último reduto de autonomia e liberdade proletária se vê controlado, mercantilizado e burocratizado. Ao invés de jogar futebol de várzea com os demais trabalhadores, o operário passou a ir aos grandes estádios de futebol ver o espetáculo futebolístico, isto é, de agente ativo passa a agente passivo, de participante a espectador (VIANA, 2016, p. 19-20).

Notamos que as décadas iniciais do século XX caracterizaram-se pela expressão pública e difusa, em âmbito nacional, de uma premente questão social. Inúmeras greves, movimentos sociais diversos e reivindicações democratizantes eclodiram nas principais cidades. Nos anos 1920, a Coluna Prestes e o Bloco Operário e Camponês demonstraram o quanto o universo rural, com suas violentas revoltas, ainda escassamente organizado do ponto de vista nacional e pouco conhecido pelo mundo urbano, figurava como elemento crucial. Foram essas lutas que geraram, sob uma ditadura implementada exatamente para contê-las, a primeira legislação geral do trabalho que, não por acaso, segregava cuidadosamente trabalhadores rurais e urbanos. Consolida-se, ainda, o processo de intensificação da industrialização brasileira, de caráter “substitutivo de importações”, inicialmente restrito, mas que se ampliaria a partir da década de 1950 (FONTES, 2010, p. 315- 316).

Mas desde o século XIX, em particular na sua segunda metade, os trabalhadores

organizativa e objetivos eram bem diferentes dos atuais sindicatos. Tinham dois objetivos principais: os imediatos, tais como o “melhoramento das condições presentes, a propaganda associativa e a educação” e o objetivo final, “a emancipação integral do trabalhador”, conforme Edgar Rodrigues. Eles não participavam nas lutas partidárias, não aceitavam em suas fileiras patrões, mestres e encarregados, bem como não admitiam funcionários pagos. A administração era composta por cinco pessoas: 1 secretário, 1 tesoureiro, 1 revisor de contas e 2 vogais (VIANA, 2016, p. 12).

urbanos livres mais qualificados, geralmente exercendo ofícios artesanais, passaram a se organizar em sociedade de socorros mútuos. A Constituição de 1824 proibia qualquer forma de organização sindical, encontrando os trabalhadores nas sociedades mutualistas tanto o meio para exercer a solidariedade como para zelar pelos interesses de seu ofício. Muitas dessas sociedades mutualistas continuaram suas atividades no início do século XX; entretanto, tiveram que desenvolver atividades sindicais ou enfrentar a concorrência de novas associações primordialmente voltadas para a ação sindical (BATALHA, 2000, p. 14-15).

Já sob a constituição republicana – na última década do século XIX e início do XX – surgiram uma nova forma de organização de novo tipo: o sindicato operário. Voltados para a “ação econômica” esses enfrentavam questões como a jornada e as condições de trabalho, os salários, a forma de pagamento etc. Tinham nomes diversos: associação, centro, grêmio, liga, sociedade, união e, até mesmo, sindicato. Muitas vezes na denominação havia a qualificação “de resistência”, para diferenciar das sociedades mutualistas, consideradas “benéficas”. Essa diferença estava mais no discurso, pois diversas dessas organizações continuaram prestando auxílios das sociedades mutualistas (BATALHA, 2000, p. 15-16).

Nessas condições a imprensa operária não consegue competir com os grandes jornais burgueses, que com toda a sua estrutura proporciona uma homogeneização da informação, de acordo com os interesses dominantes. O operário e o militante deixam de ser produtores de notícias para serem leitores. Estes exemplos mostram a mudança social e o contexto desfavorável ao anarquismo e ao socialismo libertário no período pós-1919, o que fica ainda mais forte a partir de 1930, com o chamado “Estado Novo”, a revolução burguesa tardia no Brasil (VIANA, 2016, p. 20).

A economia brasileira nesse período da Primeira República passava realmente por um momento crítico, pois, as camadas populares urbanas percebiam isso nos frequentes aumentos dos preços dos gêneros alimentícios. A década de 1910 foi particularmente dolorosa para o bolso das “classes sociais mais baixas”, pois a grande guerra agravaria os problemas que já vinham se acumulando desde o final do século XIX (BOTELHO, 2001, p. 119). Segundo Foot Hardman e Victor Leonardi, em *História da Indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*, um dos levantamentos mais completos sobre a pauperização crescente das famílias proletárias nesse momento foi feito por Hélio Negro e Edgard Leuenroth, mostrando que a situação concreta da vida operária era mais grave do que essas estatísticas sugeriam (BOTELHO, 2001, p. 128).

Foi morando no subúrbio de Todos os Santos, que descreveu como o “refúgio dos

infelizes”, sendo usuário frequente dos trens da Central do Brasil e sustentando a família com o minguado salário de amanuense do Ministério da Guerra, que Lima Barreto não só convivía de perto com a parcela da população que mais sofria com a crise e a carestia, como sentia na própria pele as dificuldades impostas por uma vida material cheia de limitações (BOTELHO, 2001, p. 129).

A Primeira Guerra e a Revolução Russa, assim como o agravamento da crise econômica pela qual passava o país, levaram Lima Barreto a um engajamento mais efetivo nas lutas políticas e sociais daquele momento e isso se reflete na sua passagem pelo *O Debate*. O que é observável nos artigos e crônicas publicados a partir de 1916 e 1917 com uma inclinação cada vez maior pelas ideias socialistas. Este jornal, como todos os outros de cunho operário, também terá duração efêmera e não sobreviverá sequer ao fim da guerra. Contudo, foi nele que veiculou algumas de suas críticas mais contundentes à conjuntura política, econômica e social do país naquele 1917 (BOTELHO, 2001, p. 126-127). Essa reflexão de Denilson Botelho destaca muito bem a atuação de Lima Barreto no ano de 1917, ano marcante para a história mundial, bem como para a história pessoal do literato carioca, no entanto, acaba minimizando a atuação mais difusa desse autor ao longo de toda a sua trajetória como cronista e literato.

Em 1917, governava o Brasil o presidente Venceslau Brás, que externamente lidava com os desdobramentos da Grande Guerra iniciada em 1914 e, internamente, administrava um país em crise. Até o começo do grande conflito mundial sediado na Europa, o Brasil importava a grande maioria dos produtos manufaturados que consumia, a partir daí viveu-se um incremento significativo da indústria nacional. Os operários industriais no início da República, em 1889, apenas 0,4% da população se enquadrava nesse segmento, representando cerca de 54 mil operários. Em 1919, logo após a Guerra, esta porcentagem alcançava 1% da população, ou cerca de 275 mil operários. O país onde até então predominara a agricultura como principal atividade econômica, vê entrar em cena nos grandes centros urbanos um número cada vez maior de operários empregados na indústria. No censo de 1920 os operários chegavam a um contingente de 293.673 operários. Essa parcela da população enfrentava então duras condições de vida e de trabalho: eram baixos salários, longas jornadas de 10 a 12 horas por dia, crianças e mulheres recebendo salários mais aviltantes ainda, e além disso, os preços dos gêneros alimentícios andavam em constante alta, o que tornava a carestia insuportável (BOTELHO, 2001, p. 127).

A Revolução Russa, no Brasil, influenciou na tentativa de organizar uma greve geral

de cunho revolucionário em novembro de 1918. Várias categorias aderiram, até mesmo soldados da Vila Militar, e os trabalhadores fizeram circular boletins sediciosos. A tarde de segunda-feira, 18 de novembro de 1918, foi marcada por uma greve simultânea, iniciada às 16 horas, nas fábricas de tecidos do Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis e Magé. Um comício deveria reunir os trabalhadores no campo de São Cristóvão, no fim daquela tarde, mas a repressão violenta transformou o lugar numa praça de guerra (BOTELHO, 2001, p. 145). Nesse dia, Lima Barreto estava internado no Hospital Central do Exército. Foram dois longos meses de internação a partir de 4 de novembro. Fazia mais de um mês que desaparecera da repartição e se entregara por inteiro à bebida. Em seguida sumiu de casa e se pôs a vagar pelos subúrbios. A pedido da família, o fiel amigo Antônio Noronha Santos saiu a sua procura, tendo o encontrado junto à plataforma da estação de Todos os Santos completamente desvairado, em crise de alucinação alcoólica e com a clavícula quebrada. No *Diário íntimo* do escritor, em relação a 1917, há registros dos problemas com relação ao alcoolismo (BOTELHO, 2001, p. 145-146). Porém, mesmo internado acompanha atentamente os episódios de 18 de novembro de 1918. Primeiro lê cuidadosamente a cobertura feita pelos jornais e faz anotações em seu diário. Em seguida, escreve artigo para o *A.B.C.*, solidarizando-se com os grevistas, atacando o chefe de polícia Aurelino Leal e os jornalistas que defenderam a repressão policial (BOTELHO, 2001, p.146).

A Revolução Russa incendiara os ânimos de Lima Barreto e fizera crescer a sua esperança de ver o país mudar. Nesse momento caminha-se para o fim da Primeira Guerra Mundial e, no Brasil, agravam-se as condições de vida e há intensa mobilização dos operários que sacode o país – particularmente Rio de Janeiro e São Paulo – com inúmeras greves. Lima Barreto, diante disso, publica um texto onde sintetiza as propostas que gostaria de ver implantadas na nossa sociedade. Este seu artigo, intitulado *No ajuste de contas*, foi publicado em 1918, no mesmo *ABC* que fizera ressalvas quanto ao comunismo de Basílio Torrezão. Ele assumia que inspirava-se nos acontecimentos da Rússia e veria o artigo ser reconhecido como um “manifesto maximalista” (BOTELHO, 2001, p. 147).

É diante desse quadro que se desenvolverá o campo literário no Brasil, assim como o engajamento intelectual de Lima Barreto, como dissemos, ainda, muito mais difuso do que a militância concentrada que alguns só veriam em textos explicitamente hegemonizados por alguma questão política latente.

2.2- A Formação do Campo Literário no Brasil

Depois de consideradas as relações sociais concretas no início do século XX, nas quais Lima Barreto estava inserido, passamos a considerar a formação do campo literário no Brasil. Tendo em vista o compreendermos melhor, apresentamos questões que se colocam ao campo literário, por exemplo, na situação de qualquer jovem poeta, que ao entrar no campo literário da França dos anos 1880, enfrentaria um conjunto de constrangimentos prováveis que limitariam suas opções e orientariam as suas práticas através de uma hierarquia de técnicas e escolas literárias, tópicos e estilos, problemáticas, aceites e um panteão de *personas* exemplares (WACQUANT, 2015, p.117).

A análise de obras culturais, em termos de campo, implica três operações indispensáveis e estreitamente ligadas, que no caso de Lima Barreto as abordaremos do seguinte modo: primeiro, pretendemos localizar o microcosmos artístico (literário) no conjunto das relações sociais, de instituições e na luta social no início do século XX que a classe dominante esforça-se por preservar; depois, traçaremos “topologia da estrutura interna” do campo artístico, desvendando a estruturação das relações (de supremacia e subordinação, distância e proximidade, complementaridade e antagonismo) que vigoram, em determinado momento, entre os agentes e instituições. Finalmente, consideraremos a trajetória social e individual de Lima Barreto diante desse campo artístico.

Destacamos que o conceito de campo artístico tem valor heurístico em estudos empíricos tão variados que tem sido aplicado não só à literatura, mas também à música, à pintura e iconografia, e à vida e obra de artistas tão singulares quanto Odilon Redon e Van Gogh. Sendo parte de uma teoria da prática mais ampla, o conceito de campo artístico possibilitou estabelecer contrastes com as lógicas de outros campos de produção cultural, tais como religião, a ciência, o direito, o jornalismo, a educação e a filosofia, assim como proporcionou transferências frutíferas de resultado de investigações paralelas com esses mesmos campos (WACQUANT, 2015, p. 119-120).

No que se refere ao microcosmos artístico – o campo literário – inserido no conjunto das relações sociais, com suas respectivas instituições e na luta social no início do século XX, recordamos que os escritos mais lineares, mais fechados e preocupados com a exposição de certas teses, costumam sacrificar a invenção à convenção, cristalizando, conseqüentemente, aquelas múltiplas direções que os sentidos poderiam tomar no texto literário. Os discursos literários de maior invenção são os menos persuasivos, portanto. Um exemplo é a obra de

João Guimarães Rosa. O grau de ambiguidade, de polissemia, torna um texto como *Grande sertão: veredas* ao mesmo tempo extremamente rico de sugestões ao leitor e um verdadeiro laboratório de experimentos sobre a construção de um romance (CITTELI, 2000, p. 63).

Dentre as peculiaridades do solo brasileiro temos que considerar que o desenvolvimento da imprensa, a expansão dos jornais como principal meio de comunicação, foi um elemento propulsor do campo literário, embora tenha se dado por meio da mescla entre atividade literária e jornalística, como atesta Marta Scherer (2014) no artigo “*No Rio de Janeiro é Raro o Homem de Letras que não é Jornalista*” e Maria Isabel Pires (2014) em *O jornalista na literatura brasileira contemporânea* (SILVA, VIANA, SOUZA, 2014, p. 46).

É nesse processo de formação da subesfera literária, que vai avançando paulatinamente, tal como a criação da Academia Brasileira de Letras, em 1897, por Machado de Assis, apesar de sua precariedade, entre outras mudanças na produção da época, que explica algumas características da produção literária da época, sendo uma das peculiaridades nacionais (SILVA, VIANA, SOUZA, 2014, p. 46).

A segunda metade do século XIX e início do século XX foi uma época de grandes questionamentos sobre a cidadania e a língua portuguesa do Brasil. O início do século passado foi denominado período Pré-Modernista e está na transição entre Parnasianismo e Modernismo (ASSIS, 2008, p. 11). Segundo Bosi e Alice Penteado, o termo pré-modernista deve ser considerado em dois sentidos contrastantes: 1) o prefixo (pré) assume conotação de mera anterioridade temporal e o período literário assim designado caracteriza-se como extremamente conservador, aglutinando escritores neoparnasianos tradicionalistas que, sob o critério estético, podem ser considerados anti-modernistas; 2) o prefixo (pré) conota forte sentido de precedência temática e formal em relação aos valores da literatura modernistas, notadamente do período de 1930, devendo ser visto como movimento renovador, oposto ao conservadorismo entranhado no sentido citado anteriormente (ASSIS, 2008, p. 11).

Durante a inauguração da Academia Brasileira de Letras, Machado de Assis discursou reportando-se à necessidade de padronização da língua portuguesa naquela nova era política. Os acadêmicos tinham uma paixão romântica pela tradição literária nacional e por um instrumento linguístico puro. Também buscavam respeito, reconhecimento e, principalmente, recursos, pois se consideravam produtores de cultura, embora contribuíssem para a reprodução dos modelos europeus e do fetichismo de consumo desses “produtos” importados (ASSIS, 2008, p. 37).

Faziam sucesso nos jornais e revistas, naquela época, reportagens sensacionalistas, entrevistas e perfis. Esses se fixavam como os novos gêneros e, juntamente com ilustrações,

fotografias e vinhetas *art-nouveau*, tornavam-se abundantes e atraíam um público fiel, composto por mulheres da elite, dos setores médios que a imitavam, e um contingente masculino de estudantes, literatos e aspirantes a literatos, as únicas pessoas com tempo livre, dinheiro e interesse em obter cultura superior. Esses novos gêneros vieram agregar-se à poesia, à crônica, ao conto e ao folhetim, gêneros já bastante lidos (ASSIS, 2008, p. 37-38).

Desse modo, os literatos viam-se obrigados a ceder às limitações impostas pela elite, que praticamente ditava o que se devia escrever. Os livreiros também dirigiam o estilo dos autores; eram imigrantes da França e também estimulavam o emprego do modelo francês nos periódicos cariocas. Tudo isso fazia crescer, no Brasil, o gosto pelos francesismos. Trata-se de um período em que a literatura francesa voltava-se para o ego narcisista; era descompromissada, escapista, sensual, refinada e aristocrática; significava uma reação ao período conturbado que a cultura francesa enfrentava. Ela refletia a desilusão e a incerteza dos escritores franceses, preocupados com o futuro problemático. No Brasil, esse modelo foi assimilado, sobreviveu ao longo da *belle époque* e teve como maior defensor Olavo Bilac, poeta conservador e prosador mundano (ASSIS, 2008, p.38). Como se pode notar pela descrição, essas características não eram incorporadas pela literatura barretiana. Na verdade, Lima Barreto situava-se na condição de antípoda a perspectiva parnasiana e a esses preciosismos. Enquanto Bilac em sua prosa, apresenta racismo e eurocentrismo, cultivados em Paris e típicos da *belle époque*; isso mostra sua insatisfação frente à civilização brasileira que não se conseguia moldar aos padrões franceses (ASSIS, 2008, p. 38.).

Um outro importante representante dessa época foi Coelho Neto. Sevcenko, em *Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*, recorda que este escritor aceitou nomeações, cargos políticos, colocações acadêmicas e burocráticas a fim de sustentar sua família, já que não era ainda possível viver de literatura. Fez parte do grupo de fundadores da Academia Brasileira de Letras e comandou um famoso salão no Flamengo, frequentado pela elite (ASSIS, 2008, p. 38-39). Sua obra retratava o gosto do público da época, com excesso de superficialidade ornamentada, sensual, fantástica e refinada, o que se comprova pela técnica verbal e a associação com preocupações formais, imagens e mitos clássicos – era um parnasiano. Devido a esse estilo, também recebeu a crítica de Lima Barreto em *Literatura e política*: ele diz que o deputado foi o romancista que só se preocupou com o estilo, com o vocabulário, com a paisagem, mas que não fez do seu instrumento artístico um veículo de difusão das grandes ideias do tempo, em quem não repercutiram as ânsias de infinita justiça dos seus dias; em quem não encontrou eco nem

revolta o clamor das vítimas da nossa brutalidade burguesa, feita de avidez de ganho, com a mais sinistra amoralidade para edificar uma utopia ou ajudar a solapar a construção social que já encontrou balançando. A literatura de Coelho Neto ficou sendo puramente contemplativa, estilizante, sem outras cogitações que não as de arte poética, consagrada no círculo dos grandes burgueses embotados pelo dinheiro (ASSIS, 2008, p. 39).

Essa geração ainda apresentou autores como Paulo Barreto (João do Rio), que mais que os outros, parecia estar completamente à vontade naquele ambiente, pois sua produção exacerbava o gosto pelos francesismos, a atração pelo decadente, pela ostentação e ironia desiludida. Esse, com tanta extravagância, tornou-se o jornalista mais famoso da época (ASSIS, 2008, p. 39). Quando acreditava-se que a literatura tinha o papel de conservação da expressão linguística. Sua defesa não se amparava na língua em si mesma, mas no prestígio sociocultural e político-econômico das pessoas que a utilizavam. O que se deve ao fato de, ainda hoje, não haver usos linguísticos que possam ser considerados melhores ou piores que outros. Portanto, não cabem julgamentos de valor forjados no fundo linguístico para que se tome um destes como melhor ou mais puro. Na prática, o purismo deve ser considerado em relação ao discurso, ao idioma e à ideologia da classe dominante (ASSIS, 2008, p. 54). Como podemos notar, a disputa linguística, em uma perspectiva dialética, é parte da luta de classes e Lima Barreto faz opções nesse contexto. Ele não filiou-se à corrente purista e também não se colocou com a nacionalista, desse modo ficou preterido de associações como a Academia Brasileira de Letras.

Os puristas preocupavam-se com os desvios da norma, com as inadequações e ajustamentos corretivos da linguagem, considerando que o leitor fazia uma avaliação negativa daquilo que lia. Dedicavam-se à condenação do emprego de estrangeirismos e neologismos. O purismo é uma atitude de preservação de norma e não apenas de correção, uma vez que a língua é por natureza ideológica e o purismo é um fato decorrente do uso da língua. A norma é imposta ao indivíduo, limitando sua liberdade de expressão e restringindo as possibilidades de realização do sistema (ASSIS, 2008, p. 54).

Mas, tendo em vista esse contexto em que se desenvolvia o campo literário, recordamos que na segunda metade do século XIX, a imprensa ocupa um papel maior na sociedade brasileira. Nessa época o jornalismo político e a literatura fundiram-se num mesmo veículo e os literatos passaram a se empregar nos jornais, para que pudessem publicar suas criações literárias. Nas décadas de 1860 e 1870, enquanto em São Paulo surgiam periódicos a toda hora, engajados em alguma causa, o combate à escravidão, por exemplo, na Corte (Rio

de Janeiro), predominava a oratória vazia. O público leitor era formado por moças e estudantes, o que definia, via de regra, os temas abordados pela imprensa (ASSIS, 2008, p. 80).

Segundo Antonio Candido, a linguagem “simplória” faz com que haja maior proximidade entre as normas da língua escrita e da língua falada, pois o cronista elabora seu texto à semelhança de um diálogo entre ele e o leitor. É o dialogismo fundamental para equilibrar o coloquial e o literário, permitindo que o lado espontâneo e sensível permaneça como elemento provocador de outras visões do tema, assim como acontece em nossas conversas diárias e em nossas reflexões. A crônica relata um pequeno acontecimento do dia a dia, transformando-o em um diálogo sobre a condição humana; porque o cronista com seu toque de lirismo reflexivo, capta o instante brevíssimo e lhe confere a dignidade de um núcleo estruturante de outros núcleos (ASSIS, 2008, p. 90-91).

Essa crítica ao formalismo e ao uso de um linguajar “obsoleto” também se evidencia quando Lima Barreto se refere às atividades dos literatos. Trata, em caricatura, de um grupo de escritores que nada tinham escrito e que não passavam, na verdade, de oradores de “batizados ou casamentos”, utilizando palavras obsoletas, impressionando as “moças ricas”. Ele critica também os críticos literários do período, especialistas em definir as tendências e selecionar os “expoentes” literários de uma época. Então, não era por acaso que Lima Barreto era marginalizado pelos críticos da literatura do período, já que até eles eram satirizados pelo escritor. Um dos sinais de dissonância entre o literato e o campo intelectual em que se move, é o escudo de silêncio, formado em torno de sua obra, traduzindo a resistência do pensamento crítico dominante (SILVA, 2016, p. 134).

No período colonial nossos escritores foram formados em Portugal ou à portuguesa, presos aos instrumentos expressivos da metrópole. A literatura que era produzida, então, destinava-se a um público português ou originada para fins puramente práticos, como administrativos e religiosos. Daí que ou a obra se confundia com uma atividade prática como elemento dela (sermão, relatório, polêmica, catequese), ou se fechava na fronteira de pequenos grupos letrados, socialmente ligados às classes dominantes, com tendências ao requinte formal. Em ambos os casos pesava na composição da obra o destino que ela teria: o auditório de Igreja e os convivas de sarau seriam os públicos mais constantes (MACHADO, 1997, p. 22).

As manifestações literárias que se desenvolveram no Brasil até a segunda metade do século XVIII se realizaram sob a diretriz da religião e da transfiguração. Orientado

religiosamente, o verbo literário transfigura toda a realidade – ampliando, torcendo, suprimindo e requintando – sob os padrões estéticos do Barroco que atuaram como modelos decisivos da arte europeia, se estendendo a América e sobre o Brasil por quase dois séculos, com uma visão ideológica e estética que se fixa na apoteose da realidade e no destino de europeu, do pecador resgatado pela conquista e premiado pelos bens da terra quando não redimido pela morte justa. Era uma arte que pela ideologia religiosa e pela estética barroca justificava a conquista e a catequese, a defesa contra o estrangeiro e a própria cultura intelectual (MACHADO, 1997, p. 23).

Somente em meados do século XVIII, sob influência do Classicismo de origem francesa e do Arcaísmo italiano, se diversifica a forma literária no Brasil. Desenvolve-se uma pequena “Época das Luzes” no país, que alargou a visão religiosa, introduzindo a confiança na razão, completou o ponto de vista moral pela fé, no princípio de progresso e procurou substituir a visão transfiguradora pela fidelidade ao real. A ilustração brasileira, estimulada historicamente pelo pombalismo, se encaminhou para a independência política e para as teorias da emancipação intelectual que predominariam no Romantismo após 1830 (MACHADO, 1997, p. 23).

O novo ambiente intelectual resultou no incremento do nativismo, voltado, agora, não apenas para a transfiguração do país, mas para a investigação sistemática da sua realidade e para os problemas de transformação do seu estatuto político. As revoluções americana e francesa, o exemplo das instituições inglesas, o nascente liberalismo oriundo de certas tendências ilustradas, completariam o impacto do pombalismo. No período joanino emergiu um entrosamento entre a vida intelectual e as preocupações político-sociais. Demonstrou-se que o Brasil tinha capacidade de criar. Nesta fase da transição do cultismo ao arcaísmo, destacaram-se Cláudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto, Tomás Antônio Gonzaga que, envolvidos com a Inconfidência Mineira, compuseram o primeiro e, segundo Cândido, maior holocausto da inteligência brasileira às ideias de progresso social (MACHADO, 1997, p. 23-24).

Esses elementos antecederam o Romantismo do século XIX (1836/1870). Esse procura superar a influência portuguesa e afirmar contra ela a peculiaridade literária do Brasil. Segundo Cândido, o Romantismo só encontrou equivalente, enquanto definidor de uma literatura nacional, no Modernismo (1922/1945). No Romantismo a afirmação de uma identidade literária se faz ainda em contraponto com Portugal, no modernismo o diálogo desenvolvido desde a colonização desaparece e cede lugar a um distanciamento crítico dos

textos fundadores da nossa cultura. Com os modernistas o particularismo literário se afirma contra todo o academicismo, inclusive o que se consolidará no primeiro quartel do século XX. Mas em ambos os casos o exemplo vem dos europeus (MACHADO, 1997, p. 25). Neste contexto Sílvio Romero, Araripe Júnior e José Veríssimo eram críticos literários nacionalistas e que tinham a nacionalidade como critério fundamental na avaliação dos autores, considerados se conseguiam mais ou menos expressar a terra e a sociedade brasileira (MACHADO, 1997, p. 27).

No período aqui em foco, o diletantismo e o amadorismo constituíam um alarmante sintoma de esgotamento, de fim de época. Machado de Assis, desde 1881, com a publicação das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, mantinha incontestável prestígio. O século se inicia com desanimo com relação ao país e, pouco mais tarde, a euforia provocada pelo surto de progresso industrial e urbano, observado nas gestões dos três primeiros presidentes civis – Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves – concorreu, paradoxalmente, para o fortalecimento do cosmopolitismo literário (MACHADO, 1997, p. 29). Os romances, sem densidade, versavam sobre as coisas do Brasil, mas marcados por um cosmopolitismo esterilizante, revelavam quase sempre desinteresse pela nossa realidade. Contrastando com um otimismo estritamente oficial, havia uma espécie de pessimismo entre nossos intelectuais, oriundo de um produto complexo de colonialismo. A maioria da *intelligentsia* brasileira via a Europa como o lugar ideal (MACHADO, 1997, p. 29).

Um ano antes da morte de Machado de Assis (1907) inicia-se uma reação. Afinal, Lima Barreto começa a publicar as *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* na revista *Floreal*, de inspiração e timbre inteiramente brasileiros. No universo ficcional do período, tanto Machado quanto Lima Barreto são escritores atípicos, na medida em que suas obras são explorações dos temas que focalizam, contrastando com a superficialidade que domina o pós-romantismo (MACHADO, 1997, p. 30). Segundo Sevcenko, por sua vez, as obras de Lima Barreto e Euclides da Cunha, revelam os anseios e tensões no país por ocasião da República, constituindo-se nas manifestações literárias mais significativas para a elucidação tanto das tensões históricas do período, quanto de seus dilemas culturais. O engajamento político destes literatos – “Mosqueteiros Intelectuais” segundo Sevcenko –, os configurou como expressões inigualáveis de seu tempo. Em suas obras os níveis social e cultural se entrecruzam a partir do universo da cidade do Rio de Janeiro, centro econômico e cultural do Brasil à época (MACHADO, 1997, p. 30-31).

Mas um dos mais instigantes fenômenos da Historiografia Literária brasileira é o

aparecimento, no final do século XIX, de um movimento academicista que se forma no Rio de Janeiro, a partir do qual buscavam-se equacionar, num mesmo conjunto de atitudes sociais e representações literárias, uma *ética* e uma *estética* rigidamente reguladas (SILVA, 2016, p. 188). Porém, algumas de suas mais flagrantes características mantêm uma clara relação – mais simbólica do que histórica – com o movimento academicista de dois séculos atrás, sobretudo no que se refere ao ideário encomiástico que movia seus pares, às estratégias de preservação de seus membros, ao retoricismo estilístico e linguístico, ao sentido gregário e corporativo do grupo e, finalmente, ao profundo sentimento de aristocracia cultural que presidia a instituição academicista. Todas essas práticas traduziam-se em atitudes cujo alcance ultrapassava os limites estreitos da atividade literária, ganhando, um sentido mais explicitamente político²⁰(SILVA, 2016, p. 189).

Uma outra maneira de propagar esse sentido de autopreservação acadêmica, era atuar em campo inverso do mútuo louvor, uma tática que participava do mesmo ideário encomiástico, e assim ao invés de elogiar os amigos, partia-se para o ataque aos inimigos, enfatizando a atmosfera corporativista que prevalecia no ambiente acadêmico. Os ataques objetivavam o combate aos chamados *novos*, fossem eles os simbolistas (que a partir de uma estética anti-parnasiana e, por extensão, antiacadêmica, propunham uma nova relação arte/sociedade), fossem eles modernistas (também antiacadêmicos, mas agora com propostas diferenciadas no campo artístico, a partir de um ideário vanguardista de renovação estética) (SILVA, 2016, p. 192).

A estratégia da promoção ampla de um ideário encomiástico teve o seu reverso, a sua contradita. A Academia não foi apenas uma entidade cujos espaços institucionalizados eram avidamente almejados por todos aqueles que ambicionavam destacar-se no meio literário brasileiro, mas foi também o alvo preferencial daqueles que dela não faziam parte, numa nítida reação à monopolização literária promovida pela ética e pela estética academicistas (SILVA, 2016, p. 194). Algumas críticas, apesar da severidade dos ataques, eram esporádicas e outras mais recorrentes. Antônio Torres, por exemplo, um crítico contumaz das personalidades e instituições culturais oficiais, destaca-se pela inclemência de seus ataques, não hesitando em chamar a Academia Brasileira de Letras, em crônica publicada em 1920, de

²⁰ Verificam-se, ali, esforços no sentido de consolidação de uma sociabilidade literária definida a partir de padrões de comportamento pré-determinados. As principais diferenças ficam por conta das várias idiossincrasias que o academicismo do século XVIII possuía. Caracterizando-se pelo reforço “do sentimento nativista”, pelo desenvolvimento de uma atividade crítica orientada e valorizada sobretudo dos estudos históricos e científicos e pela intensificação de estudos dos aspectos fundamentais de nossa vida e formação, tudo com o “esforço de unificação” da colônia (SILVA, 2016, p. 189).

“preguiçosa e inútil”. Os ataques, ainda mais incisivos, ressurgem na correspondência trocada com Gastão Cruls, por volta da década de 1930, ao considerar a Academia Brasileira de Letras um autêntico “grêmio de patuscos” e prognosticando sua breve transformação na “Academia Brasileira de Lixo”(SILVA, 2016, p. 195).

Segundo Maurício Silva, também não poupavam críticas à instituição personalidades tão diferentes quanto Gilberto Amado, Frota Pessoa, Monteiro Lobato ou Graça Aranha. Um dos mais assíduos, contudo, era Lima Barreto, manifestando-se, segundo este autor, com sua célebre neurastenia e em uma ótica fundada no ressentimento, contra tudo aquilo que podia ser considerado iníquo e desarrazoado. Nesse sentido, podem-se destacar três vertentes críticas à Academia na produção literária de Lima Barreto: os ataques diretos à instituição; as críticas mediadas pelas alegorias, em que a Academia e seus membros são ridicularizados de forma disfarçada; e as agressões indiretas, em que se critica o academicismo por meio de investidas à oficialidade literária²¹ (SILVA, 2016, p. 195).

Novamente é trazida à baila a questão dos ressentimentos de Lima Barreto, no entanto, enfatizamos nossa discordância com relação a esta abordagem. Ela acaba por *a priori* deslegitimar a crítica barretiana. Ou seja, o problema é atribuído ao indivíduo e retirada do seu contexto concreto. Reconhecemos que o ressentimento de Lima Barreto poderia até existir, afinal, tem consciência da sua capacidade intelectual e do ambiente inóspito. No entanto, não deixou de enraizar sua crítica na experiência concreta, demonstrando vários exemplos do quanto injustas e desarrazoadas eram as relações sociais promovidas pela Academia Brasileira de Letras.

Todavia, há além da ideologia encomiástica outras aproximações que se mostram mais relevantes para o entendimento do papel desempenhado pelo autor vinculado à Academia Brasileira de Letras e, sobretudo, para a compreensão da formação do que se poderia chamar de *homo academicus* (SILVA, 2016, p. 197). Antônio Cândido, em *Formação da Literatura*

²¹ Em relação à primeira vertente, avulta uma crônica, datada de 1921, em que Lima Barreto faz um comentário acintosamente pejorativo em relação à Academia e seus membros (SILVA, 2016, p. 195). Em relação à segunda vertente, a alegoria foi um recurso bastante usado por Lima Barreto, como forma de atacar e criticar instituições e personalidades de sua época, as quais considerava injustas ou pouco éticas. Um exemplo é a novela *Os Bruzundangas* (1923), com ataques desferidos aos literatos e acadêmicos da imaginária Bruzundanga. Também em *Harakashy e as Escolas de Java*, uma curiosa *estória* de Lima Barreto, o romancista destila seu fel irônico contra a Academia, ao tratar de algumas peculiaridades culturais da Batávia, ilha imaginária de Java, em que as semelhanças com o Brasil são mais do que mera coincidência (SILVA, 2016, p. 196). Em relação à terceira vertente, pode-se dizer que seus ataques ao que considerava *estilo oficial*, representado pela literatura academicista, perpassava quase todo seu espólio literário. Crítica à padronização narrativa, já presente em seu primeiro romance (*Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, 1909) quanto no último (*Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá*, 1919), já se manifestara, como desencantada confissão, em 1905, no seu *Diário Íntimo*, ao atacar a subserviência dos literatos brasileiros aos escritores portugueses *menores*, numa clara crítica ao etilo de nossos acadêmicos (SILVA, 2016, p. 196).

Brasileira, diz que pelo menos três fenômenos sócio literários marcaram o surgimento e a manutenção daquilo que ele chamou de *literatura congregada*: o favorecimento de uma consciência de grupo entre homens cultos da época, levando-os à produção literária de fato, identificando o indivíduo como *letrado* e definindo-lhe um *status* de escritor; a formação de um público leitor; a manutenção de uma cultura dominante e erudita, direta ou indiretamente ligada ao *establishment* político-administrativo e religioso (SILVA, 2016, p. 198).

Esse sentido claro de valorização do acadêmico, de afirmação de sua identidade como *homem de letras* e de preservação de um *status quo* a muito custo adquirido, reverbera os anseios do letrado do século XVIII, tal como na França de Luís XV, quando começa a se consolidar um campo literário (SILVA, 2016, p. 199). Com as devidas ressalvas, esse mesmo espírito corporativista, ligado a interesses tanto pessoais quanto de mercado, imperou incontestavelmente durante a passagem do século XIX para o XX no Brasil, o que trazia inúmeras vantagens ao literato brasileiro: a recepção/veiculação de suas obras, lidas e consumidas senão pela totalidade do parco público leitor da obra, ao menos por seus pares intelectuais. É o que mostra a enquete promovida por João do Rio nas páginas da *Gazeta de Notícias*, a partir de 1905, e, posteriormente, publicado sob o título *O Momento Literário*, de 1907 (SILVA, 2016, p. 199).

São esses pressupostos – mais sociais do que estéticos – que fundamentam a ideologia academicista, norteando o modo de atuação literário e social, e contribuindo de maneira decisiva para a formação do *homo academicus* (SILVA, 2016, p. 201).

Nossos literatos do início do século, período em que viveu e se engajou Lima Barreto, traziam as contradições peculiares à intelectualidade da época. Suas atividades ligadas ao aparelho de Estado e ao setor de serviços, fortemente vinculadas à estrutura social gerada pela oligarquia, favoreciam a dependência do *status quo*. Além disso, havia o medo da proletarianização. Por outro lado, com o avanço da urbanização, o fato de ocuparem postos na burocracia estatal e no comércio imprimia, nessas camadas, a ilusão de uma autonomia em relação aos setores oligárquicos. Também, durante esse período, se desenvolveram as condições sociais para a profissionalização intelectual e a constituição de um campo intelectual relativamente autônomo. Essa situação peculiar das camadas médias, dos intelectuais, sobretudo, carregava de ambiguidade as suas posições ideológicas, fazendo com que oscilassem entre aliar-se às camadas populares e aderir à elite (LOPES, 2015, p. 79). Se há algo que caracteriza a produção literária barretiana, se fosse necessário a reduzirmos a um único aspecto, seria a ausência dessa ambiguidade. O que pode ser evidenciado, nos diversos

trabalhos sobre esse autor, não cogitem qualquer compromisso seu com o *status quo*.

Em uma posição de clara oposição a esses intelectuais comprometidos com os projetos da classe dominante, em 1919, Lima Barreto volta a concorrer, aos 38 anos, à Academia Brasileira de Letras. É sua segunda tentativa de ingressar na instituição, fundada duas décadas antes por Machado de Assis, segundo o modelo da *Académie Française*. O romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* já havia sido elogiado por críticos importantes. A segunda recusa da Academia provavelmente nem chegou a surpreender (ZILLY, 2015, p. 1). Há uma grande discussão no que se refere a Lima Barreto, se suas tentativas de conseguir uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, era mesmo uma expectativa sincera de ascensão social, por meio do *status* dali proveniente, ou mais uma tentativa de ridicularizar a instituição com mais uma negativa esperada, por parte de quem tinha clareza da sua capacidade intelectual de ali estar.

O papel representativo, oficial e quase estatal que criticava na Academia foi o que levou seus membros a recusar um colega relativamente jovem, tido como boêmio e inadaptado, cuja conduta, modo de pensar, estilo de vida e estilo de escrita não correspondiam à imagem de um escritor *comme il faut*, respeitador das conveniências, digno do prestígio da categoria e merecedor de consagração. A ambição de usar o talento literário como meio de ascensão social entrava em conflito com sua honestidade e incorruptibilidade – um dilema de que Lima Barreto tratou em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909). Orgulhoso de sua origem modesta e da ascendência dos avós, antigos escravos, seu objetivo era expressar “os sofrimentos e sonhos do povo”, compreendendo sua vida e obra como um “contínuo protesto contra toda e qualquer injustiça” (ZILLY, 2015, p. 1). Essas últimas assertivas, reforçam a tese de que Lima Barreto na realidade nunca nutria uma expectativa sincera de ser aceito na Academia Brasileira de Letras – já que sabia que os objetivos desta não eram compatíveis com os seus – mas se candidatara para ridicularizá-la e a recusa não fizera mais que confirmar isso.

Essa tradição seletiva é uma possível explicação para a marginalização sofrida por Lima Barreto. Caracterizada – tanto a obra literária como a jornalística – pela participação social e militância literária, subverteu os padrões dominantes e se preocupou em refletir o real com maior verossimilhança para, a partir daí, conscientizar e propor mudanças para essa realidade (SILVA, 2016, p. 131).

Todas essas condições identificadas no campo literário, enfatizam a importância de continuarmos a considerar a trajetória social e individual de Lima Barreto diante desse campo

artístico, afinal, sua práxis serve de indicativo do que pretendia com suas obras literárias, assim como crônicas e demais produções intelectuais. Há, sobretudo, elementos para identificarmos as implicações desse campo literário com relação aos outros campos e, sobretudo, com as práticas políticas da época.

No que se refere a educação, por exemplo, Lima Barreto afirma que os romancistas teriam melhores condições de avaliar o ensino, do que os profissionais da educação daquela época, porque se atêm “a observação direta da realidade”, ao contrário do que fariam os especialistas. Ele considera que devido a essa produção teórica alheia à nossa realidade, os nossos pedagogos propõem alternativas inadequadas a essa sociedade e que, por isso, resultam inócuas na solução dos problemas educacionais brasileiros. Sua produção jornalística, ainda, é pródiga em ironia ao caráter ultrapassado de muitas dessas teorias (LOPES, 2015, p. 70). Lima Barreto, como podemos notar, põe a pena à serviço da sua indignação e exerce, no campo das letras, a sua militância. Vê as greves se multiplicando e sabe que na Rússia está em curso uma Revolução, acreditando que aqui possa ocorrer algo semelhante. Ele é um literato singular na Primeira República: é um dos poucos a ocupar-se da Revolução Russa e dos seus ideais com tanto empenho (BOTELHO, 2001, p. 142-143).

Tanto os posicionamentos de Lima Barreto acerca da educação, assim como no que diz respeito à Revolução Russa, são basilares da sua atuação no que diz respeito ao campo literário. Entende, no primeiro caso que os romancistas estariam mais preparados para compreender a educação no seu tempo do que os pedagogos, já quanto aos acontecimentos na Rússia, tem uma posição precursora na tentativa de entender o que aquele acontecimento histórico inaugurava. Isso nos possibilita pensarmos a relação que estabelecera com o que na época chamava-se de pré-modernismo.

Esse autor, geralmente é caracterizado como um romancista pré-modernista, sobretudo para aqueles que têm a Semana de Arte Moderna (1922) como o marco institucional do surgimento do modernismo no Brasil, nesse caso, em nossa opinião, sofreu a mesma rotulação pejorativa que atribuiu-se na historiografia às organizações operárias anteriores a fundação do Partido Comunista Brasileiro (1922). Esses movimentos, que culminaram na greve geral de 1917, por exemplo, são geralmente tidos como manifestações de uma consciência pré-política, economicista (imediatista) e espontaneísta. Logo, o operariado só seria considerado portador de uma consciência de classe política e revolucionária a partir do momento que fora fundado o Partido Comunista Brasileiro. No caso de Lima Barreto, ocorre algo parecido, pois, é considerado um pré-modernista, enquanto na realidade sua obra já apresenta características

fundamentais do modernismo, e mais que isso, expressava no Brasil algo que já estava constituído socialmente na Europa²².

Qual autor brasileiro teria rompido tanto com a tradição na literatura, sem que isso significasse menosprezar os clássicos, senão Lima Barreto? Entendemos que esse autor, sobretudo por sua crítica a tradição literária brasileira, poderia ser incluído entre os romancistas modernos que expressam a visão de um mundo em crise, e suscetível de transformação revolucionária, assim como Franz Kafka.

Por fim, sua literatura surgia na contramão do modelo da Academia Brasileira de Letras, instituição da qual durante certo tempo acalentou o desejo de fazer parte. Acusado de praticar erros gramaticais em suas edições baratas e sem cuidado, alegou sempre, em seu favor, afastar-se propositadamente do formalismo, dando à sua literatura uma oralidade aproximada ao espetáculo por ele observado nas ruas que percorria diariamente (SCHWARCZ, 2010, p. 14-15).

Essas fronteiras conceituais que se estabelecem, seja para caracterizar um autor como pré-modernista ou modernista, e mesmo para atribuir-lhe um projeto nacionalista, se referem a questões e estilos que a sociologia do romance pode nos ajudar a compreender. Já que torna imprescindível considerarmos aspectos artísticos, por exemplo, como parte da sociedade circundante e por isso permeada pelas contradições sociais próprias a sociedade em que viveu Lima Barreto. Logo, nossos procedimentos, explicitados em nossa introdução, se vinculam a seguinte afirmação de José de Souza Martins (2009, p. 174): “Sociólogos e antropólogos precisam de muito mais do que uma foto para compreender o que uma foto contém”. Nos recordando as limitações do procedimento empiricista, ou seja, limitado a “coisa em si”, seja uma fotografia, um texto literário, uma notícia vinculada nos jornais etc.

2.3- Lima Barreto no País de Bruzundangas

No colapso do império habsburgo produziu-se uma extraordinária explosão de literatura; a denúncia de *Os últimos dias da humanidade* (1922), de Karl Kraus; a ambígua bufoneria de *O bravo soldado Schwejk* (1921); A melancólica lamentação de *Radetskymarsch* (1932), de Joseph Roth; a interminável autorreflexão de *O homem sem qualidades* (1930), de Robert Musil (HOBSBAWM, 1995, p. 188). Foi nesse contexto que produzira Franz Kafka.

²² “Em 1914, praticamente tudo que se pode chamar pelo amplo e meio indefinido termo de 'modernismo' já se achava a postos: cubismo; expressionismo; abstracionismo puro na pintura; funcionalismo e ausência de ornamentos na arquitetura; o abandono da tonalidade na música; o rompimento com a tradição na literatura” (HOBSBAWM, 1995, p. 178). No entanto, quando falamos em modernismo literário, não devemos entender como tal *exclusivamente* uma ruptura com os códigos literários do primeiro vintênio do século XX, mas uma crítica global às estruturas mentais das velhas gerações e um esforço de compreender profundamente a realidade brasileira (BOSI, 2013, p. 354).

No nosso caso, Lima Barreto, em muito ainda sente as implicações de uma atmosfera de transição, a passagem da Monarquia para a República, no Brasil.

Todavia, Lima Barreto não assistiu a tudo isso passivamente, ao contrário, atuou como militante anarquista e como alguém para quem a luta pela liberdade se dá cotidianamente.

Lima Barreto, o autor em questão, era anarquista e assumia uma posição de negação da sociedade e isto é facilmente observado em suas obras. Lima Barreto, em *O Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1991) expõe as várias contradições da sociedade de sua época. Vê-se, ao longo do seu livro, a descrição de conflitos sociais que vão desde a questão da mulher até a questão agrária. Um texto tão rico em análise da sociedade, mesclado com poesia e humor, apresenta um aspecto fundamental: a crítica ao nacionalismo. A reconstrução literária da ideia de nacionalismo efetuada por Lima Barreto é colocada num plano histórico-concreto – o que significa que há, simultaneamente, uma reconstituição literária das contradições da sociedade brasileira daquela época – e assume um caráter crítico e realista (VIANA, 2004, p. 11).

É nessa perspectiva que Lima Barreto vai se apropriar de vários temas, dentre outros, por exemplo, está a questão racial no Brasil. Tendo sido ele mesmo inúmeras vezes vitimado por relações sociais racistas – ainda persistentes no país – apresentava posição singular sobre o assunto. Entretanto essa só é compreendida se circunscrita às condições de classes vividas no Brasil e suas correspondentes implicações nas produções culturais das primeiras décadas republicanas desse país. Ele, ainda, por meio dos seus personagens posicionava-se diante de várias outras questões.

Ele punha na boca de seus personagens críticas ao funcionalismo, à mania nacional de se fazer passar por doutor ou aos protecionismos de toda ordem. Já na vida real, foi o emprego como amanuense na Secretaria da Guerra que garantiu seu sustento, assim como o da família; tentou várias maneiras de fazer parte dos círculos intelectuais e de suas instituições diletas — sempre sem sucesso; e, quando pôde, lançou mão da sua rede de relações pessoais. Aí está, pois, uma literatura de oposição ou por oposição que, ao produzir a ficção, cria, ao mesmo tempo, o artista a partir da noção de não pertencimento e de exclusão (SCHWARTZ, 2010, p. 14).

Lima Barreto explora diversos tipos do cenário carioca: malandros, ingênuos, espertos, empresários, boêmios, bebedores, prostitutas, mães que são arrimos de família ou meninas que descobrem as mazelas do amor. Trata-se de uma “galeria de personagens” que parece conviver com a literatura consagrada de Machado de Assis, autor que descreveu um período um pouco anterior ao de Lima Barreto, assim como selecionou um Rio de Janeiro de certa maneira diferente; tanto em sua geografia (afetiva, real e simbólica) como em sua vida e cotidiano (SCHWARTZ, 2010, p. 21). Ele desenvolvia uma atividade de intensa divulgação das suas obras e de seus colegas. “Criava, assim, um circuito literário alternativo, paralelo ao grupo da ABL [Academia Brasileira de Letras] ou em contraste com este” (SCHWARTZ, 2010, p. 22).

Todavia, as representações de Lima Barreto do nacionalismo, são ainda profundamente marcadas pela concepção política anarquista, que se constituía, sem dúvida, na maior força social de organização do operariado brasileiro de sua época. Tanto que

durante a onda de crises sociais e de greves operárias que se alastram pelo país [em 1917], atua na imprensa proletária e apoia a plataforma do trabalhadores; pelas páginas do A.B.C. publica o seu “Manifesto maximalista” e as crônicas de orientação satírica *Os bruzundangas*, enfeixadas em livro, em 1923, por Jacinto Ribeiro dos Santos Filho Editor, Rua São José n°. 82, Rio de Janeiro (PRADO, 2008, p. XXXIV).

Foi assim que se tornou um crítico contundente dos vícios e distorções do regime republicano, tanto na imprensa libertária como nos livros *Bagatelas*, *Feiras e Mafuás* e *Os bruzundangas*. Nesse último, sobretudo, se assemelhando em sua crítica ao “livro vingador de Euclides da Cunha”, *Os sertões* (1902), e aos artigos deste sobre a Amazônia e a triste situação do seringueiro (BARBOSA Apud SEVCENKO, 2003, 17- 18). Desse modo, contestava com veemência a sociedade de seu tempo e as práticas consideradas “naturais” em sua época.

O escritor [Lima Barreto] achava absurdo todo aquele sonho de grandeza que vinha acentuar ainda mais o desequilíbrio entre o litoral e o sertão, a área metropolitana sempre beneficiada e o interior desamparado, o crescimento desmedido dos centros urbanos e o abandono sistemático das populações rurais. E acatou sem rebuços, nos seus artigos, como se fosse um cientista social, a “megalomania dos melhoramentos apressados, dos palácios e das avenidas” (Marginália), apontando-lhes as consequências inevitáveis que já se tornavam evidentes com as migrações internas, o deslocamento em massa de camponeses para os grandes centros metropolitanos, à procura de trabalho (BARBOSA Apud SEVCENKO, 2003, p. 20).

O Rio de Janeiro, tão importante para a produção de Lima Barreto, exercia no contexto nacional um papel fundamental, inclusive, como uma capital cultural, além de centro das decisões administrativas e políticas (SEVCENKO, 2003, p. 15). Em um contexto como esse, com lutas sociais intensas, e a forte presença anarquista no Brasil, pode-se constatar uma intensificação do dualismo na intervenção dos intelectuais.

A linha divisória central era nítida. De um lado, aqueles que defendiam e celebravam os poderosos do momento, tanto daqui quanto do exterior, em estreita aliança, reservando a eles o futuro do país. Do outro, uma minoria de consciências íntegras, animadas pela sensibilidade humana, pelo anseio de justiça e pela inteligência crítica, chamando corajosamente, embora em vão, por uma sociedade equilibrada, capaz de enfrentar os efeitos nefastos da escravidão, do colonialismo, da exploração predatória da natureza, tanto quanto de uma modernidade excludente, discriminatória, antidemocrática e concentradora de bens, riquezas e oportunidades. Como se vê, uma situação que nos é tristemente familiar e um debate que é ainda mais urgente hoje, em decorrência do modo como foi escamoteado outrora (SEVCENKO, 2003, p. 22-23).

Através da ficção, Lima Barreto procurava explicar o próprio caso, remontando às

origens obscuras da sua família. O fez em *Clara dos Anjos* e em um romance apenas esboçado, *Marco Aurélio e seus irmãos*, e parecia pensar no pai ao falar do nascimento de Manuel da Costa (um dos personagens), fruto “da mancebia de uma 'cabrocha' com um português, minhoto tenaz e paciente, estucador de ofício”. Este ao ser abandonado pela mãe aos 14 anos “estava nos costumes do tempo”– tornara-se operário litógrafo, adquirindo uma “pequena instrução mas segura”. Mais tarde, “protegido por uma influência do tempo”, conseguiu empregar-se numa repartição pública, casando aproximadamente aos 25 anos (BARBOSA, 1988).

Lima Barreto confessa no *Diário Íntimo* que aos sete anos, logo depois da morte de sua mãe, foi acusado injustamente de furto e teve vontade de se matar. “Reagirá sempre assim, com extrema violência ante as injustiças do mundo e as incompreensões das pessoas que o cercam com violência às vezes desmedida e inconsequente”. Guardou para sempre a imagem da mãe morta. Fala que a mãe o ter deixado ainda na primeira infância firmou o seu caráter; mas, em contrapeso, bem cedo lhe vieram o desgosto de viver, o retraimento, por desconfiar de todos, a capacidade de ruminar mágoas sem comunicá-las a ninguém. Logo, antes do que era natural, chegaram-lhe o tédio, o cansaço da vida e uma certa misantropia (aversão a sociedade/aos seres humanos). Barbosa, seu principal biógrafo, chega a essas reflexões a partir de *O único assassinato do Cazuza*, em *Gonzaga de Sá* (BARBOSA, 1988).

Entretanto, alguns pesquisadores procuraram explicar a obra de Lima Barreto apenas como resultante do *ressentimento* deste em relação à política de exclusão e preconceito contra a população marginalizada e por não ter conquistado o lugar desejado como grande escritor. Esse olhar reduziu, por muito tempo, o caráter combativo de sua literatura (SILVEIRA, 2015, p. 123). Essa pecha de ressentido, sem dúvida, pretende atenuar a força da sua crítica e o compromisso com um projeto político coletivo, fazendo parecer tratar-se de uma questão individual, alguém que ao não encontrar lugar para si, parte para a agressão ressentida. Analisando os diários e romances de Lima Barreto, Beatriz Jaguaribe chama a atenção para a caracterização da obra de Lima Barreto feita por Joel Rufino como fruto de ressentimento. Este entende a vida do romancista como grande sequência de fracassos. Ao buscar sair desse modelo esquemático de interpretação da relação vida/obra, em muitos momentos Jaguaribe é pega pela mesma armadilha. Ela diz que os escritos de Lima Barreto permanecem em dois campos de tensão: o que atinge o seu íntimo (diário) e o público (romance), mas o fracasso é revelado de modo amplo no primeiro. A punição recebida por Lima Barreto ao não se ajustar às regras impostas foi não conseguir alcançar seu sonhado lugar no meio intelectual

(SILVEIRA, 2015, p. 124).

No entanto, essas não-vitórias devem ser relativizadas, pois o momento não era para a exposição de pensamentos diferentes daqueles provenientes dos dirigentes da sociedade. Contudo, Lima Barreto tecia ácidas críticas contra eles. Ao atentarmos para a vida desse escritor, acreditamos que houve várias vitórias. Se sua vida fosse constituída apenas por fracassos, sua inserção social não teria se realizado. Mesmo à revelia dos intelectuais, Lima Barreto conseguiu trazer à tona o relato dos dominados e de sua insatisfação com os rumos tomados pela República. Ele pensou de maneira única na identidade desses marginais, mostrando-os como seres ativos em seu cotidiano, tarefa demasiadamente difícil (SILVEIRA, 2015, p. 124).

Osman Lins, em *Lima Barreto e o espaço romanesco*, aponta interessante reflexão sobre a obra de Lima Barreto: diz que ele não combate em benefício próprio, pois, os preconceitos e as injustiças despertam sua ira pelo que não são, e não pelo fato de atingirem a ele. Antes de ser “somente” um ressentido, ele é um lutador, um escritor consciente das desigualdades, das degradações de natureza ética e estética, um ser humano cheio de fervor, sonhando um mundo menos estúpido e clamando até a morte a sua verdade (SILVEIRA, 2015, p. 125). Portanto, ao produzir sua obra Lima Barreto explicita a dinâmica social na qual grande parte da população era sacrificada em benefício de poucos. Seus romances procuravam trazer à tona uma reflexão sobre os caminhos tomados pela recém-criada República. Seu interesse extrapolou sua experiência e buscou atingir o bem-estar da sociedade em geral (SILVEIRA, 2015, p. 125).

Lima Barreto refletiu profundamente sobre os problemas da nação brasileira. Tinha a forte convicção de que as instituições republicanas deveriam passar por profundas mudanças, principalmente na contenção do avanço da corrupção na burocracia. Julgava serem necessárias mudanças estruturais e funcionais no Estado, que, na maioria das vezes, contratava e promovia seus funcionários não de acordo com as necessidades reais, mas em troca de favores que beneficiavam amigos ou familiares. Tudo isso Lima Barreto presenciava em seu cotidiano na Secretaria de Guerra, onde trabalhava. Ele foi nomeado, em 27 de outubro de 1903, amanuense nesta, e permaneceu no cargo por 16 anos. O trabalho na Secretaria lhe causava profundo desgosto, pois representava o ostracismo da administração pública, com seus desmandos e relações corrompidas que tanto Lima Barreto desprezava (SILVEIRA, 2015, p. 126).

Diante da Reforma Pereira Passos, com pouco mais de 20 anos, Lima Barreto começa

a se questionar acerca do anúncio da construção do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. O projeto escolhido para a obra foi o do filho do prefeito, Francisco de Oliveira Passos. Tendo iniciado suas obras em 1905 o Teatro Municipal foi inaugurado em 1909. Num texto de 1903, publicado em *O Diabo – Revista infernal de troça e filosofia*, e tendo como título *O teatro municipal* (seção Problemas sociais), Barreto (sob o pseudônimo Diabo Coxo), defende a ideia de que a construção do Municipal seria uma coisa inútil e dispendiosa aos cofres públicos (GOMES e LOYOLLA, 2014, p. 245-246). Ele defendia inicialmente que o Rio de Janeiro não precisava de um teatro municipal, mas de uma “escola de Bom Gosto”, e acabou com o tempo conquistando considerável espaço nos jornais. Assistindo à execução dos projetos de Pereira Passos, assim como de prefeitos subsequentes, sua opinião continuou a mesma quanto ao Municipal ou ao desenvolvimento da arte dramática no Brasil. Destacava que Passos dizia fazer sua Reforma atendendo ao povo, mas, na realidade, o povo era com quem menos se importava. “O que ele queria, era um edifício suntuoso, onde os magnatas da política, do comércio, da lavoura e da indústria pudessem ouvir óperas, sem o flagelo das pulgas do antigo Pedro II. Era só isto” (BARRETO Apud GOMES e LOYOLLA, 2014, p. 246). Afirma, Lima Barreto, na crônica *O conselho municipal e a arte*, publicada originalmente em 1920. Onde intensifica a sua crítica, pautada agora nos dados históricos, ao afirmar que, para o povo, o teatro municipal nunca teve serventia alguma, posto que seria luxuoso demais (seguindo a mesma lógica aplicada à construção da Biblioteca Nacional). Ele conclui que a construção do Municipal tenha enriquecido muita gente e o pior é que sua construção teria servido apenas a um pequeno grupo de ricos, sendo que todo o dinheiro empregado tenha sido tirado dos pobres contribuintes, do “pobre mulato pé-no-chão” (GOMES e LOYOLLA, 2014, p. 246-247).

Lima Barreto avalia o que está por trás das relações sociais. Essa espécie de “fingimento” de modernidade no Rio de Janeiro, como que numa maquinação teatral, remete à crítica do literato à maneira como o Brasil republicano do início do século XX fingia ser uma coisa que não era. Assumia ares de espaço moderno de *civilização*, seja no discurso político, “teatralmente”, seja no projeto arquitetônico que buscou afrancesar aquela que seria a parte “nobre” da capital. Ao invés dele louvar o arrasamento de um morro inteiro preferia chamar a atenção para o fato de que 4.200 pessoas ficaram desalojadas em tal processo de terraplanagem. Ele afirma que o Rio de Janeiro, na verdade, permanecia como um perfeito espaço de *barbárie* (caos político, falta de educação para o povo e não cumprimento das leis, em todos os aspectos) (GOMES e LOYOLLA, 2014, p. 248).

Lima Barreto, desse modo, com esta determinação, recusa-se a reduzir a luta do movimento operário à conquista de melhores salários e observa que a questão é mais ampla e abrangente, inserida que está no bojo de uma “reforma social” capaz de promover uma distribuição mais igualitária de renda e a “felicidade e satisfação” das maiorias. Em seu argumento tem a esperança de que venha a desenvolver-se no país um projeto alternativo à sociedade civil, filiado ao anarquismo (BOTELHO, 2001, p. 114-115).

N'Os *Bruzundangas*, publicado em 1919, o literato suburbano critica a língua preciosista, a literatura empolada e fútil, as instituições de ensino que só servem para dar títulos à aristocracia, o ensino público, destinado a formar as pessoas da elite, a reforma urbana que desabriga as pessoas em nome de um retrato afrancesado do país, a República que desejava mostrar um Rio de Janeiro sem negros e pobres (ASSIS, 2008, p. 17). Enquanto Lima Barreto, em perspectiva oposta, acreditava numa arte literária que unisse as pessoas. Em palestra que faria em Rio Preto, caso não tivesse se embebedado, teria manifestado, conforme deixou registrado em *O Destino da Literatura*, que a arte tendo o poder de transmitir sentimentos e ideias, sob a forma de sentimentos, trabalha pela união da espécie, e assim concorre para o seu acréscimo de inteligência e de felicidade. Ela explicou e explica a dor dos humildes aos poderosos e as angustiosas dúvidas de todos esses. A literatura reforça o nosso natural sentimento de solidariedade com os nossos semelhantes, explicando-lhes os defeitos, realçando-lhes as qualidades e zombando dos fúteis motivos que nos separam uns dos outros. “Ela tende a obrigar a todos nós a nos tolerarmos e a nos compreendermos” (ASSIS, 2008, p. 43).

Lima Barreto estava preocupado com o desenvolvimento de uma literatura com uma linguagem mais adequada ao seu tempo, uma vez que a compreendia como um instrumento de comunhão e união entre os homens, desejava uma linguagem que denunciasses os entraves sociais ao conagraamento humano. Temos de considerar também que como eram poucos os leitores (alfabetizados), esses precisariam ser seduzidos pela leitura, uma vez que saber ler não implica hábito de leitura. Sendo assim, havia de existir um traço de oralidade nos textos literários, algo que causasse ao leitor comum a sensação de proximidade. Essa suposta oralidade pode ser observada na crônica *Uma outra*, na qual Lima Barreto reproduz a fala de camponeses que conversam com um engenheiro (ASSIS, 2008, p. 46). Um outro tempo recorrente, em sua obra, é aquele referente ao bacharelismo. Ele dizia que o literato não era considerado um cidadão qualquer, por isso via no título um instrumento de poder. Ele faz isso em *Vida Urbana*, por exemplo. Ainda sobre isso, ele publica em *A Folha* de 14 de fevereiro de

1920, *O caso da A Folha*, onde ele pergunta se só os doutores ou quase doutores têm pensamento e podem exprimi-lo nos jornais (ASSIS, 2008, p. 103).

Entre as críticas barretianas está aquela à situação da escola pública que, como ressalta o literato, não estava preocupada em atender aos pobres e não oferecia a qualidade necessária ao ensino. Trata-se de crítica clara à inadequação do ensino à realidade brasileira, pela falta de um programa que propiciasse uma efetiva formação técnica, ou pela importação de modelos que não correspondiam às necessidades nacionais (ASSIS, 2008, p. 107). Em um país agroexportador, como o Brasil da época, não havia a necessidade concreta de universalizar a alfabetização ou incrementar um desenvolvimento técnico e científico, mas a da formação dos quadros burocráticos, ampliados e diversificados, tanto no setor público quanto no privado. Essa situação colaborou para o aumento da demanda pela educação secundária e superior (ASSIS, 2008, p. 108).

A autora, Lúcia Maria de Assis, esclarece que considerará *Os Bruzundangas* como uma narrativa de ficção (a história de um país que não existe, com personagens imaginários), sem deixar de considerá-lo uma narrativa crítica (o país é o Brasil e os personagens, seus habitantes), sendo este um livro satírico, formado por crônicas ficcionais que descrevem um país muito distante daqui, denominado Bruzundanga (ASSIS, 2008, p. 124). O livro é o diário de viagem de um brasileiro que morou uns tempos na Bruzundanga, uma jovem república que lutava num ambiente de colapso do modelo escravocrata, deposto em 1889, embora ainda persistisse o predomínio dos grupos ligados à grande lavoura. Um país onde proliferavam elites incultas que dominavam o povo, racismo, pobreza, obsessão por títulos doutorais, literatura de enfeite, empolamento linguístico (ASSIS, 2008, p. 125).

Em *Os Bruzundangas* o narrador-viajante descreve a educação, a economia confusa, a legislação, a política, o processo democrático, a ciência, o exército. Açoita a República Velha, escrutina o estilo de ensino, debocha do modelo religioso, escarnece a Academia Brasileira de Letras, menospreza o valor do bacharelismo e o título doutoral e denuncia a profissionalização da política. O livro está dividido em 22 capítulos, um *Prefácio* e ainda uma última parte intitulada *Outras Histórias da Bruzundanga*. Cada um desses capítulos constitui uma crônica, que privilegia determinados temas. Nesta obra não predomina a realização artística, talvez porque se proponha abertamente como obra de combate (ASSIS, 2008, p. 125).

No prefácio deste livro, Lima Barreto explica a importância de se falar sobre a Bruzundanga, um país tão estranho e diferente do Brasil, formado por 18 ou 20 províncias de

acordo com a carta constitucional. Observar o funcionamento da Bruzundanga pode ajudar a população brasileira e, ainda, afirma que pretende ressaltar os pecados daquele país para que o Brasil não os cometa (ASSIS, 2008, p. 126-127). Lima Barreto satiriza o Brasil quando define o termo *bruzundanga* como um brasileirismo que significa palavreado confuso; algaravia; mixórdia; trapalhada; cozinhado mal feito, sujo ou repugnante. A República das Bruzundangas seria o país das trapalhadas (SILVA, 2016, p. 130).

Lima Barreto abraçaria causas ainda mais amplas do que Euclides da Cunha, por exemplo. O que nos é possível constatar, a partir de alguns acontecimentos, pelas suas opções e propostas políticas. Na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), sob influência do anarquismo, faz vigorosa defesa da paz. É contra o militarismo alemão e advoga a neutralidade do Brasil naquela que chamava “Guerra entre a Alemanha e Estados Unidos”. Quando o país rompe relações diplomáticas com a Alemanha, após afundamento dos navios mercantes “Pará” e “Macau”, Lima adverte em seu diário íntimo que isso poderia significar submissão aos Estados Unidos. Ele censura o chanceler Nilo Peçanha e reafirma seu sentimento anti-estadunidense, compreensível não só pela simpatia para com os negros, vítimas de tenaz perseguição no país, como também pelo temor do imperialismo econômico já visível na nova potência (LEITÃO, 2014, p. 68-69).

É possível notarmos que o compromisso de Lima Barreto com a participação social manifestava-se não apenas na sua visão de mundo, mas também na própria concepção estética do escritor. Decidido a romper com os “figurinos dos donos da literatura”, cultivava, por um lado, um estilo que feria o convencionalismo literário da época e, por outro, expressa sempre a convicção de que um grande autor não poderia nunca se abstrair das circunstâncias da realidade que o rodeia (LEITÃO, 2014, p. 71). Essas denúncias de caráter social também atingem a amplitude jurídica do Estado e o sistema político da época. Por isso é notável que Lima Barreto consiga articular de maneira disfarçada através da fala dos seus personagens uma série de situações intransigentes ao gasto ineficiente do erário da época, denunciando a péssima consciência desses políticos para o devido uso e investimento necessário a população. A literatura de Lima Barreto não cumpria apenas um olhar de deleite da sociedade de época, mas a função de questionar as instituições vigentes e problematizar de uma maneira mais consciente, outorgando a sua formulação de critérios de juízo. Por isso sua personagem Gonzaga explica que o Barão do Rio Branco faz do Rio de Janeiro a sua chácara e julga-se acima da Constituição e das leis. O que demonstra um alto grau de descontentamento por parte de Lima Barreto e outros pares amigos da mesma época (OLIVEIRA, 2012, p. 68).

CAPÍTULO 3

NACIONALISMO NOS ESCRITOS POLÍTICOS DE LIMA BARRETO

Neste capítulo temos como objetivo identificarmos as representações do nacionalismo nos escritos políticos de Lima Barreto, e a partir da sua crítica social, compreendermos a sua real vinculação política. Todavia, reconhecemos a condição dinâmica na qual Lima Barreto compreende a ficção e a realidade, tomando suas fronteiras como tênues, e os misturando a diversos gêneros literários. Daí a possibilidade de, ao discutirmos suas crônicas, interpormos elementos das suas diversas produções literárias.

Uma das principais características estéticas da produção barretina, no que se refere às suas crônicas, por exemplo, é o modo com que ao discutir aspectos do cotidiano os relaciona com aspectos da sociedade mais ampla. Todavia, destaca-se também o modo como mistura elementos da realidade a uma narrativa ficcional, atenuando a distância entre o real, e o modo com que tentamos apreendê-lo, a ficção – em ricos diálogos exemplares, caráter didático e na tentativa de explicar os acontecimentos diários.

Há, sem dúvida, a colaboração intelectual de Lima Barreto, por meio de suas crônicas, em veículos que faziam parte da poderosa imprensa da época. Porém, o que predomina, é sua contribuição com a imprensa popular, impressa por meio de poucos recursos, mas com grande engajamento nas lutas sociais da época. Nessas crônicas, abundam exemplos de enfrentamento a uma república entendida como *habitat* de uma grande plutocracia, que concilia burgueses e coronéis, assim como suas manifestações na produção intelectual, científica, literária e na política exterior.

São os fragmentos das crônicas aqui apresentados, assim como as representações do nacionalismo em discussão, fundamentais na compreensão da trajetória de intelectual engajado de Lima Barreto, em conflito com o campo literário que se constituía em sua época, diante da contradição provocada por essas condições e o caráter revolucionário desse pensador da realidade brasileira.

No entanto, antes de adentrarmos nos escritos políticos barretianos, recordamos alguns aspectos importantes no diálogo que estabelecemos com nossas fontes. O caráter concreto da concepção de representação do qual nos apropriamos, considerando-se o conjunto das relações sociais nas quais são constituídas, serão fundamentais na compreensão do discurso

barretiano. Tratando-se da produção de um intelectual engajado enquanto aquele que tomava partido contra si mesmo (em sua crítica à intelectualidade brasileira, da qual fazia parte) e mantinha nítidos traços de vinculação com as lutas sociais e os interesses do operariado de seu tempo.

3.1- Uma República de Plutocratas, Burgueses e Coronéis

Nas crônicas de Lima Barreto, uma característica é sua crítica ao que considerava uma república de plutocratas, burgueses e coronéis. Essas condições colocadas pela Primeira República brasileira, sem dúvida, foi objeto das suas preocupações e representações do nacionalismo em seus escritos políticos. Na tentativa de compreensão das enfáticas críticas barretinas passamos a discutir, assim como à apresentar, várias das suas crônicas e o quanto sua crítica ao nacionalismo vai crescendo em intensidade na medida em que se avança no tempo e acontecimentos como a Revolução Russa, por exemplo, passam a fundamentar suas obras políticas.

Na crônica *Ópera ou circo?*, publicada em *Tagarela*, no dia 23 de julho de 1903, Lima Barreto diante da visita ao Brasil do literato francês Anatole (Antoine) France, questiona se o que teria assistido nas homenagens ao ilustre visitante seria ópera ou circo. Vê-se claramente, ainda, a crítica a estrutura física, à arquitetura do local, e junto a isso explicita-se o como o *espagadão* da república tão bem se justapôs à “esfera armilar”²³ do Império. Demonstrando, nesse caso, que o novo regime não trouxe grandes mudanças na condição política do país. Nesta crônica podemos evidenciar o mal-estar com “às exigências da nossa civilização”, ou seja, com o processo de expansão do capitalismo que avançava. O lírico, representado como a moda do momento, é motivo para Lima Barreto criticar os costumes e aventurar-se – já que inicialmente suas crônicas se ocupavam sobretudo da produção cultural – na crítica à política nacional por meio da imagem de animais que representariam interesses econômicos e políticos daquela época. Mas, como *Uma coisa puxa a outra... II*, título que Lima Barreto deu a crônica publicada no periódico *A Estação Teatral* em 22 de abril de 1911, criticaria ainda o fato de que “armaram um teatro, cheio de mármore, de complicações luxuosas, um teatro que

²³ Chama-se esfera armilar a um instrumento de astronomia utilizado na navegação que baseia-se em um modelo reduzido do cosmos. Nesse caso, Lima Barreto quer dizer que a esta foi imposta a grande espada (espadação) da República, em uma clara referência ao comando militar que era dado ao novo regime político brasileiro e à pequenez da concepção acerca do mundo que regia o Império. Destacando-se, aqui, a sua crítica tanto a monarquia quanto à República.

exige casaca, altas *toilettes*²⁴, decotes, penteados, diademas, adereços, e querem com ele levantar a arte dramática, apelando para o povo do Rio de Janeiro” (LIMA BARRETO, 2004, p.71).

No entanto, Lima Barreto nesta crônica, faz questão de desmistificar o discurso demagógico típico daqueles que desejam sob o rótulo de nação eliminar as distinções de classe, que justificava o novo teatro como uma necessidade do povo, pois segundo ele este entra nisso tudo como Pilatos no Credo²⁵. O que se tinha em vista mesmo atingir não eram os interesses do povo, mas o chefe de seção, o médico da higiene, o engenheiro da prefeitura, gente entre seiscentos mil-réis mensais e cento e pouco. Mas essa gente, esclarece Lima Barreto, não tem casaca e não pode dar todo o mês uma *toilette* a cada filha, e também à mulher, para que possam ir ao teatro com os trajes exigidos (LIMA BARRETO, 2004, p. 71). O cronista, sobretudo, terá em vista dois aspectos: a construção de um Teatro Municipal suntuoso e desnecessário e a ausência de uma cultura nacional com relação ao teatro. Esse só seria viável, segundo Lima Barreto, se “vinte mil pessoas ricas” estivessem interessadas pelo teatro em português e contribuíssem anualmente com representações sucessivas de cinco ou seis “peças nacionais” (LIMA BARRETO, 2004, p. 71).

Quando vai Lima Barreto se ocupar do mês de seu nascimento, na crônica *Maio*, publicada pela *Gazeta da Tarde* em quatro de maio de 1911, observamos a relação que estabelece entre suas memórias da infância (passado), o seu saudosismo e o regime político monárquico. Ele fala das suas frustrações com a carreira, indo de sonhar em ser ministro a tornar-se amanuense, ainda das frustrações pessoais relacionadas ao amor e às viagens que pretendia, mas não concretizava. Trata-se, a considerar essa crônica, de um momento de angústia, melancolia, e opõem-se em sua narrativa suas expectativas e os objetivos alcançados, ou seja, o que vislumbrava-se e o que de fato era possível alcançar. Todavia, expressa também princípios de esperança no imprevisto, no amanhã, a partir do que se espera. Importante recordar que a narrativa começa com a ida a um evento com o pai, referência sob a qual vivera o sonho de tornar-se doutor por muitos anos, e a princesa Isabel, que assina a Lei Áurea, é vista na sua infância como uma verdadeira mãe. Encerra a crônica, finalmente, tratando do tema morte, que na compreensão do cronista, tem um papel redentor. Talvez,

²⁴ Toilette é uma palavra em inglês que foi aportuguesada com a grafia toalete, tendo seu significado popularizado como “banheiro”, no entanto também significa vestimenta, peça de roupa, traje de cerimônia e é a esse significado que Lima Barreto aqui se refere.

²⁵ Afirmar que alguém entrou em uma situação “como Pilatos no credo”, como fez Lima Barreto acerca do povo no discurso político sobre o novo teatro, tem a intencionalidade de destacar que aquele foi colocado ali como coadjuvante ou entrou circunstancialmente em uma situação, sem qualquer importância no desdobramento dos acontecimentos.

porque a suposta liberdade outorgada aos escravos, fosse uma ficção no que se refere ao alcance daquilo que se propunha. Nesse caso, logo vem substituir à memória da princesa “redentora” a morte como a redenção de fato.

Esta crônica explicita a situação do negro pós-abolição, o que Lima Barreto vivia cotidianamente, no subúrbio de Todos os Santos e em situação onde se proliferava no Rio de Janeiro os cortiços, que logo foram alvos da expansão das relações sociais capitalista com o “verniz” de “embelezamento da cidade”. No entanto, aqueles que não estavam incluídos no ideal de nação que se pretendia construir, reagiam às opressões que viviam. Afinal, fora nesse contexto que eclodira a Revolta da Vacina (1904) e a Revolta da Chibata (1909). Em comum, entre essas, há a condição de párias sociais do que a República entendia como nação. A primeira, foi uma revolta popular contra a vacinação obrigatória e a eugenia do governo na Primeira República, enquanto a segunda, ocorreu entre marinheiros negros, que se opuseram aos castigos físicos e condições de trabalho encontradas na marinha brasileira.

No entanto, se essa crônica comentada acima tem um caráter melancólico, no mesmo mês e jornal, no dia 26 de maio de 1911, publica uma crônica jocosa, intitulada *O caso do Mendigo*. Nesta o grande problema, que estaria levando à indignação social, teria sido a prisão de um mendigo que foi descoberto possuidor de pomposa poupança. Destaca-se a defesa que Lima Barreto faz do mendigo, que teria chegado à poupança por meio das circunstâncias e instabilidade oferecidas pelo seu ofício. No nosso caso, pensando sob o viés da totalidade, destacamos a propriedade da crônica na demonstração de elementos típicos do processo de acumulação primitiva de capital, descrito por Marx, em seu famoso capítulo de *O Capital*, em especial na mudança trazida pela expansão do capitalismo aos costumes, com seu cortejo de pauperização. Lima Barreto, enquanto intelectual engajado, explicita a destruição do humano, o seu mal-estar, opondo-se a esta situação. Destaca-se, ainda, o modo racional com que vai descrevendo os possíveis caminhos tomados por aquele mendigo, por meio da imaginação/fantasia, e com isso faz galhofa da sociedade e a sua particular defesa do mendigo considerando o modo com que fora jogado nessa condição.

Explicita-se n'*O caso do Mendigo*, como os novos costumes incluíam uma nova ética do trabalho, caracterizada pela persuasão ao trabalho em oposição à vadiagem, mendicância, ócio etc. Enquanto Lima Barreto nessa crônica demonstra as situações de pauperização que se vivia no Brasil, posteriormente, em 1914, Monteiro Lobato em *Urupês*, apresentara ao país o Jeca Tatu, um dos seus personagens mais famosos. Este era a representação literária da impropriedade dos camponeses brasileiros para o trabalho, com sua preguiça e doenças,

devido à ausência da ação do governo. Então, a construção da nação, para este eugenista, requeria a ação higienista do Estado brasileiro. Porém, para Lima Barreto, que comentara esta obra de Monteiro Lobato, o problema não estava nas doenças dos camponeses e não seria resolvido pela ação do Estado, mas na estrutura agrária brasileira, da qual a classe dominante não abriria mão. Essa nova ética do trabalho que pretendia se impor, por sua vez, e a intenção de não incluir o negro no ideal de nacionalidade, servia como justificativa para a defesa da presença de trabalhadores imigrantes da Europa no Brasil²⁶.

Mas a crônica de 21 de julho daquele ano, 1911, também publicada na *Gazeta da Tarde*, também vai explicitar a intolerância desse processo de expansão capitalista com uma estética que correspondia ao passado do Rio de Janeiro, observado ativamente por Lima Barreto. Daí ele encaminhar uma crítica à possível venda do Convento da Ajuda, a alguns ingleses e americanos, e a destruição de prédios antigos da cidade. Porém, explicita que isso não significa sujeitar-se ao passado, mas a necessidade de novas e radicais relações sociais, explicando que o que precisamos fazer é “desentupir a nossa inteligência de umas tantas crenças nefastas, que pensam sobre ela como castigos atrozes do destino” (LIMA BARRETO, 2004, p. 101).

Repito: não gosto do passado. Não é pelo passado em si; é pelo veneno que ele deposita em forma de preconceitos, de regras, de prejulgamentos nos nossos sentimentos. Ainda são a crueldade e o autoritarismo romanos que ditam inconscientemente as nossas leis; ainda é a imbecil honra dos bandidos feudais, barões, duques, marqueses, que determina a nossa taxinomia social, as nossas relações de família e de sexo para sexo, ainda são as coisas de fazenda, com senzalas, sinhás-moças e mucamas, que regulam as ideias da nossa diplomacia; ainda é, portanto, o passado, daqui dali, dacolá, que governa, não direi as ideias, mas os nossos sentimentos. É por isso que eu não gosto do passado; mas isso é pessoal, individual. Quando, entretanto, eu me faço cidadão da minha cidade não posso deixar de querer de pé os atestados de sua vida anterior, as suas igrejas feias e os seus conventos hediondos (LIMA BARRETO, 2004, p. 100).

Lima Barreto não colaborava com suas crônicas apenas na *Gazeta da Tarde*, mas também no jornal *A Voz do Trabalhador*²⁷, que em quinze de maio de 1913, publicou uma

²⁶ A segunda metade do século XIX e a passagem para o XX foi um período privilegiado para a constituição e emergência do imaginário da identidade nacional brasileira. Essa consolida-se a partir da imagem do brasileiro como indolente, vadio, preguiçoso e não civilizado. Justificando a política de imigração do trabalhador europeu. Assim, como a exclusão do negro, do ideal de nacionalidade que se constituía naquele contexto.

²⁷ *A Voz do Trabalhador* era órgão da Confederação Operária Brasileira, primeira organização operária de importância no Brasil. A criação do jornal foi decorrência do Primeiro Congresso Operário, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1906. A primeira fase (mensal) vai de 1908 a 1909 e a segunda (quinzenal) de 1913 a 1915. Diante da radicalidade do período e da crônica, não espanta que Lima Barreto, funcionário público, usasse pseudônimo (LIMA BARRETO, 2004, p. 113). Esse contexto de perseguições políticas, que afetava inclusive funcionários públicos, e que estava orientando a construção da nação, é retratado por Lima Barreto provavelmente no *A.B.C.*, no dia 25 de janeiro de 1919, na crônica *Quem será, afinal?*, onde afirma o seguinte: “Aposentado como estou, com relações muito tênues com o Estado, sinto-me completamente livre e

crônica sua com o título *Palavras de um snob anarquista*. Neste critica frontalmente a imprensa e pessoas que atacam os anarquistas dizendo que a realidade no Brasil é bem distinta daquela da Europa e que a atuação desses estaria, portanto, descontextualizada.

Há aí um bem inveterado engano. A civilização que nos domina, a forma de organização social sob que vivemos, é a mesma que a da Europa e tão antiga quanto a dela. Não há nenhuma diferença de tempo, não há nenhuma diferença de feição: é a mesma. O que caracteriza uma civilização são as suas ideias, os seus preceitos, as suas instituições e os seus sentimentos; e, por acaso, as ideias, os preceitos, as instituições que governam a Europa são diversos dos que nos governam? Absolutamente não. Quando no século XVI as primeiras naus portuguesas trouxeram para o Brasil conquistadores, guerreiros, padres e aventureiros, trouxeram também com eles as suas ideias de propriedade, de honra, de casta, de pátria, de rei e de Deus; e nunca mais os que ficaram deixaram de receber de lá essas ideias ou as modificações que elas foram sofrendo. Não houve, portanto, uma diferenciação de civilização, nas suas bases primordiais. Os antigos colonizadores gregos, quando partiam a fundar uma colônia na orla do Mediterrâneo, levavam nas suas trirremes uma parte do fogo sagrado que ardia no altar da cidade ou das famílias respectivas. Isto queria bem dizer que eles iam continuar em outra parte a vida social – religiosa, militar e civil – que tinham até então levado nas suas respectivas pátrias. Não havia ideia de mudança, mas de continuação. Se não foi tão total a ideia dos colonizadores da Renascença, contudo, contra a vontade, a coisa se operou da mesma forma. O caso do famoso Caramuru dá bem uma fricante ideia de como as concepções anteriores dominavam os povoadores nas novas terras que descobriram e como não se perturbavam elas, mesmo nas ocasiões mais favoráveis a uma total obliteração (LIMA BARRETO, 2004, p. 110-111).

Essas assertivas de Lima Barreto evidenciam sua compreensão do período colonizador da história do Brasil, inclusive, das implicações do processo internacional de expansão do capitalismo no que se refere a colônia e o papel que ideias como pátria teriam nisso. Ele evidencia, a partir do seu olhar para a história, que os colonizadores além das suas ideias de propriedade, honra, Deus, rei e casta, trouxeram também a ideia de pátria, que exerceria seu papel colonizador e continuava a ter implicações naqueles tempos. Em outras crônicas, como evidenciaremos posteriormente, discute o papel dos jesuítas nesses acontecimentos e os motivos que levaram a escravidão aos indígenas e negros. Desse modo, demonstra que as instituições que aqui se estruturaram, são as mesmas da Europa, onde nascera o ideal anarquista. Então, a crítica feita por jornalistas quanto à impropriedade da implantação do anarquismo na sociedade brasileira, é destituída dessa compreensão da história do Brasil.

feliz, podendo falar sem reboços sobre tudo o que julgar contrário aos interesses do país... Esperava desde muito estes dias de completa liberdade, de independência quase total, para poder dizer da minha pobreza e franca verdade aos poderosos e ricos que, assim, se fizeram por toda a sorte de maneiras, honestas e desonestas. Hei de dizer-lhes aos poucos... Durante os quinze para os dezesseis anos em que guardei as conveniências da minha situação burocrática, comprimi muito a custo a minha indignação e houve mesmo momentos em que ela, desta ou daquela forma, arrebentou...Nunca me importei com o emprego em que fui aposentado; mas a minha situação de filho, diante da de meu pai, e o meu cavalheirismo unicamente, porque não tenho nenhuma obrigação legal, pediam-me que me fosse mantendo nele, para ter “o tal certo” da covardia moral e intelectual da nossa gente, contra a minha própria consciência” (LIMA BARRETO, 2004, p. 450-451).

Se essa prova que se tira da história não basta para mostrar que a psique dos povoadores do Brasil se manteve a mesma, podemos obtê-las nos documentos políticos do tempo – cartas régias, alvarás, sesmarias, etc. - todos eles estabelecendo o regime da propriedade privada, base última do regime burguês-capitalista. Daí em diante, esse regime continuou e evoluiu da mesma forma que na Europa, com as mesmas vicissitudes que lá e, se a fortuna deixou de ser lá, com o advento da burguesia, essencialmente baseada na propriedade dos títulos e apólices, cá também tem deixado de o ser na mesma proporção. Teimam também os jornais em encontrar nessa questão da reforma social uma simples questão de salário. É uma teima que lhes fica bem, mas, é preciso que se lhes diga, não é das mais dignas nem das mais brilhantes. Há, em tal questão, mais uma questão de dignidade humana, de direito que têm todos a encontrar na Terra felicidade e satisfação, do que mesmo desejo de um maior ou menor ganho (LIMA BARRETO, 2004, p. 111-112).

Lima Barreto compreendia que a crítica ao regime “burguês-capitalista” necessariamente passa pela crítica a sua base, ou seja, aquilo que o sustenta, no caso a propriedade privada, como disse acima. Todavia, a indiferenciação que faz acerca do processo histórico (desde a renascença e escravidão, no caso brasileiro) mostra que seu conceito de capitalismo é incipiente, precário, considerando-se aquilo que o marxismo já havia compreendido e apresentado naquele contexto, o que é uma característica recorrente entre os anarquistas. Porém, evidenciando sua compreensão do que estava em disputa naquelas lutas políticas, demonstra não se tratar da mera reivindicação imediatista, economicista, salarial, mas a superação dessas condições próprias da sociedade capitalista. Dentre as condições que possibilitavam a conscientização de Lima Barreto, certamente, estavam as lutas sociais do seu tempo, que se originavam de um contexto em que se tinha em vista construir a nação a partir da aliança do Estado com a classe dominante ligada aos portos e ferrovias (essenciais para o escoamento da produção cafeeira) e algumas indústrias de maior porte, como a tecelagem. Com isso, a classe trabalhadora, sofria as prisões arbitrárias, expulsões de estrangeiros sem processo regular (Lei Adolfo Gordo, de 1907), invasões de domicílios, espancamento, empastelamento de jornais, aprisionamento em lugares inóspitos da Amazônia, mortes em manifestações etc.

O cronista ainda dá mais concreticidade a sua crítica ao demonstrar que a “civilização” do Brasil não é essencialmente diferente da Europa, se insurgindo contra a tese de que nesse país só não trabalha quem não quer, afinal terra para isso há em todo lugar. Diante disso se opõe frontalmente a tese típica do ufanismo brasileiro de que nesta terra em se plantando tudo dá. Em suas representações literárias, como nas crônicas, demonstrará em *Triste fim de Policarpo Quaresma* que a estrutura agrária brasileira desmistificava esse ufanismo e que a propriedade da terra por meio do latifúndio era responsável pela origem nestas terras de inúmeros problemas sociais.

Um personagem que evidencia a crítica barretiana a esse ufanismo que fundamenta o nacionalismo brasileiro – e a ilusão do país como uma terra de oportunidade para todos que queiram viver do seu trabalho – está presente desde o nome do jovem Isaías Caminha. Afinal, é de conhecimento geral, que o mito de que nesta terra em se plantando tudo daria, é de Pero Vaz de Caminha. Trata-se, portanto, de mais um elemento da crítica barretiana aos pressupostos de que esta seria uma terra de oportunidades e de que a nação daria as mesmas a todos.

Se nós retiramos da superfície imensa do Brasil as partes que são de alagadiços, as em que há secas, as cobertas de florestas, as estéreis, ela ficaria reduzida em muito. Se tirarmos aquelas que precisam de trabalhos de gerações, para serem aproveitadas, ainda ficaria mais reduzida. Há grandes regiões do Brasil, em que faltam, por condições que não vêm a pêlo citar, bases para uma vida estável. Uma grande parte do Amazonas tem uma população de apanhadores de borracha cuja moradia verdadeira é em Manaus ou alhures (LIMA BARRETO, 2004, p. 113).

Na interpretação barretiana da história do Brasil, como podemos notar, legitima-se as lutas sociais do contexto da Primeira República. Essas tem sua origem na sua compreensão no regime da propriedade privada, que considera oriundo do período colonizador, ao qual se opõe o intelectual engajado que assume para si a perspectiva do proletariado ao propor uma sociedade sob novas bases sociais e intelectuais.

As condições, portanto, da civilização do Brasil, quer as econômicas, quer as morais, quer as de território, justificam que haja quem desinteressadamente, brasileiro ou não, seja anarquista. Se a de lá está carunchosa, a de aqui também; uma é tão antiga quanto a outra: e convém lembrar também que é inútil nesta questão indagar-se se se é ou não de tal país, quando os jornalistas não se indagam deles mesmos se são ou não brasileiros, para se fazerem pinheiristas ou dantistas. Os anarquistas falam da humanidade para a humanidade, do gênero humano para o gênero humano, e não em nome de pequenas competências de personalidades políticas; e se há muitos que o são por ignorância ou “esnobismo” consoante o dizer do jornalista conservador, mesmo assim merecem simpatias dos desinteressados, porque não usam daquelas ignorâncias nem daqueles “esnobismos” que dão gordas sinecuras na política e sucessos sentimentais nos salões burgueses. Sentimos que o jornalista se haja emperrado no regime capitalista, mas estamos certos de que, por mais emperrado que seja, há de haver ocasiões em que pergunte de si para si: é justo que o esforço de tantos séculos, que a inteligência de tantas gerações, que o sangue de tantos homens de coração e o sofrimento de tantas raças, que tudo isso, enfim, venha simplesmente terminar nessa miséria, nesse opróbrio que anda por aí? É justo?²⁸ (LIMA BARRETO, 2004, p. 113-114).

No *Correio da Noite*, na crônica *A Amazônia*, publicada dia oito de janeiro de 1915, Lima Barreto, evidenciando o quanto as condições de um determinado tempo influenciam a

²⁸ Destaca-se nessas afirmações de Lima Barreto a ênfase que dá ao fato de não ver importância em ser brasileiro ou não para se ser anarquista. Não interessava “indagar-se se se é ou não de tal país”, um elemento utilizado pelos críticos do anarquismo para deslegitimar suas críticas às relações sociais no Brasil, já que isso não era colocado em questão quando os jornalistas se faziam pinheiristas ou dantistas. No que se refere ao anarquismo, o que interessava era falar “da humanidade para a humanidade, do gênero humano para o gênero humano, e não em nome de pequenas competências de personalidades políticas”.

produção intelectual, tece sua crítica à condição do país na Divisão Internacional do Trabalho que faz do Brasil um país produtor de matéria-prima e bens primários, mas também se identifica a uma preocupação própria aos nacionalistas daquela época: o risco da divisão do país em vários e seu regionalismo endossado por uma república de coronéis.

Nessa nossa vida de expediente, vida que nós levamos desde a descoberta, os estados do extremo Norte, Pará e Amazonas, contribuíram nos últimos decênios, com a sua borracha. Já tive ocasião de notar que nunca a nossa vida econômica se baseou na exploração e trabalho de um produto indispensável à vida e que, procurados como país de especiarias, continuamos a ser país de especiarias... Outro publicista que, desde muito, se vem batendo pelos interesses daquela curiosa região brasileira, é o capitão Félix Amélio, ou melhor: Félix Amélio, *tout court*. Félix tem o espírito da velha Escola Militar. É patriota, crê na pátria, crê no Brasil e se esforça para solver os seus problemas de modo que continuemos sempre unos e associados. O seu pensamento constante é evitar que se realize a profecia de Mitre, isto é, que nos separemos, que nos dividamos em pequenas pátrias, que ficarão mais fracas ainda que as próprias repúblicas espanholas. Tem posto, Félix, este pensamento em toda a sua atividade de jornalista; e aqui, no centro da República, procura encaminhar a opinião para os interesses da região em que nasceu... Félix é assim: estuda, pensa, escreve e revela ao Brasil, que ele quer sempre unido, as necessidades da região que conhece, para que o Brasil auxilie-o que é e deve continuar a ser Brasil (LIMA BARRETO, 2004, p. 142-143).

Na crônica que Lima Barreto intitulou *O novo manifesto*, publicada no *Correio da Noite*, em dezesseis de janeiro de 1915, de modo bastante irônico critica a política parlamentar e o papel que os políticos profissionais desempenham no país. Nesta, coloca-se em um lugar ficcional, demonstrando o cinismo dos supostos “representantes do povo”, para quem a melhoria das suas condições de vida, e dos seus familiares, significam a melhoria da nação. O literato explicita por meio da sátira a “conveniência” que há no discurso patriótico, nacionalista, ou seja, este é feito em nome do atendimento das necessidades de todos, porém, visa de fato o alcance de objetivos particulares.

Eu também sou candidato a deputado. Nada mais justo. Primeiro: eu não pretendo fazer cousa alguma pela Pátria, pela família, pela humanidade. Um deputado que quisesse fazer qualquer coisa dessas, ver-se-ia bambo, pois, teria, certamente, os duzentos e tantos espíritos dos seus colegas contra ele. Contra as suas ideias levantar-se-iam duas centenas de pessoas do mais profundo bom senso. Assim, para poder fazer alguma coisa útil, não farei coisa alguma, a não ser receber o subsídio. Eis aí em que vai consistir o máximo da minha ação parlamentar, caso o preclaro eleitorado sufrague o meu nome nas urnas. Recebendo os três contos mensais, darei mais conforto à mulher e aos filhos, ficando mais generoso nas facadas aos amigos. Desde que minha mulher e os meus filhos passem melhor de cama, mesa e roupas, a humanidade ganha. Ganha, porque, sendo eles parcelas da humanidade, a sua situação melhorando, essa melhoria reflete sobre o todo de que fazem parte... De resto, acresce que nada sei da história social, política e intelectual do país; que nada sei da sua geografia; que nada entendo de ciências sociais e próximas, para que o nobre eleitorado veja bem que vou dar um excelente deputado... Às urnas (LIMA BARRETO, 2004, p. 155-156).

No mesmo jornal, na crônica *O momento*, do dia três de março de 1915, Lima Barreto

ampliando sua crítica – pois agora não se trata de criticar apenas os “representantes do povo”, mas o próprio regime político – explicita o que pensa da República que havia sido proclamada a 26 anos.

Sempre fui contra a república. Tinha sete anos e vinha do colégio primário, do grande colégio que me lembro sempre com ternura e cheio de saudade da minha boa professora, Dona Teresa Pimentel do Amaral, quando me disseram que se havia proclamado a república. Não tinha naqueles tempos outras cogitações que não fossem a de glória, a da grande, imensa glória, feita por mim sem favor, nem misericórdia, e vi que a tal de república, que tinha sido feita, espalhava pelas ruas soldados embalados, de carabinas em funeral. Nunca mais a estimei, nunca mais a quis. Sem ser monarquista, não amo a república (LIMA BARRETO, 2004, p. 174).

Ele ainda acrescenta que nunca houve no Brasil um período em que os pardos, os malditos do seu Haeckel, tivessem sua situação ainda piorada e fossem mais postos à margem (LIMA BARRETO, 2004, p. 174). Mas, no processo de situarmos Lima Barreto quanto as formas de organização política que se apresentavam na época, não se deve incorrer, como fizeram alguns de seus interpretes, no equívoco de imaginar que sua crítica a República faria dele um monarquista ou um nostálgico daquele tempo. Isso, não só porque ele afirma que “sem ser monarquista, não amo a república”, mas porque suas críticas tanto nos seus escritos políticos como nas obras literárias, demonstram seu caráter revolucionário e seu papel como um pensador que contesta aquilo que é apresentado como hegemônico ou únicas alternativas de organização política²⁹.

Porém, Lima Barreto não faz uma crítica abstrata à República, mas às relações sociais que engendrara e as suas implicações nos costumes da nossa vida social.

O nosso régimen atual é da mais brutal plutocracia, da mais intensa adulação aos elementos estranhos, aos capitalistas internacionais, aos agentes de negócios, aos charlatães tintos com uma sabedoria de pacotilha. Não há entre os ricos, entre os poderosos, nenhuma generosidade; não há piedade, não há vontade, por parte deles, desejo de atenuar a sua felicidade, que é sempre uma injustiça, com a proteção aos outros, com o arrimo aos necessitados, com o fervor religioso de fazer bem. Têm medo de ser generosos, têm medo de dar uma esmola, têm medo de ser bons. Se a dissolução de costumes que todos anunciam como existente, há, antes dela houve a dissolução do sentimento, do imarcescível sentimento de solidariedade entre os homens. Eu, há mais de vinte anos, vi a implantação do régimen. Vi-a com desgosto e creio que tive razão (LIMA BARRETO, 2004, p. 174).

Essa crítica ao cotidiano, muito característica do gênero crônica, em Lima Barreto inclui diálogos ficcionais e a sua ampliação a aspectos próprios à realidade política do seu

²⁹ “O pensador revolucionário analisa as ideologias e seu processo de produção, seus vínculos com interesses (de classes, grupos, indivíduos. Etc.), sua totalidade e suas partes, criticamente, e após isso extrai os momentos de verdade, o que realmente expressa o real de forma não invertida. O pensamento revolucionário assimila os momentos de verdade do pensamento não-revolucionário ou das formas doutrinárias, utópicas, entre outras, no sentido de reconstruir a essência e totalidade da sociedade capitalista e a tendência a sua superação” (VIANA, 2015b, p. 10).

tempo. No recorte acima, faz novo apelo ao “sentimento de solidariedade entre os homens”, se opondo novamente ao nacionalismo e as fronteiras que colocam a nação à concretização do seu internacionalismo. Em *A chegada*, por exemplo, publicada na *Careta*³⁰, em 27 de março de 1915, afirma que o senador Bastos, ao voltar de Poços, “onde esteve a espiar a maré dos acontecimentos e a ler pela décima segunda vez *As democracias da América*, de García Calderón – o evangelho da ditadura militar” e chegou a Cascadura, esperava que os seus amigos o fosse buscar, assim como que houvesse uma banda de música a recepcioná-lo. Isso, porém, não aconteceu e só foi buscá-lo o seu amado discípulo Anófeles, “que estudava com Sua Excelência direito constitucional e a criação de galos de briga” (LIMA BARRETO, 2004, p. 182). O senador, por sua vez disfarçou o aborrecimento e continuou a viagem, até que em certo momento Anófeles lhe perguntou como devemos entender os princípios republicanos. Bastos tossiu, acendeu o cigarro de palha mais uma vez e explicou:

Primeiro: devemos entendê-los como sendo eu chefe absoluto do país, tal e qual o czar das Rússias; segundo: considerando que somos no Brasil um único povo, um estado tem o direito de reter cereais de que não precisa, para esfomear os outros; terceiro: para favorecer a liberdade, temos a obrigação de decretar um estado de sítio permanente; quarto (e este é o mais importante dos itens): as eleições ou a escolha dos representantes da Nação não deve ser feita pelo povo, mas por uma camarilha que vela como *muezzins* na catedral gótica da república. Podia dizer mais; creio, porém, que isto basta (LIMA BARRETO, 2004, p. 182).

A utilização de recursos como essa narrativa na crônica barretiana tem o papel de por meio da ficção construir imagens, representações, das relações sociais e políticas que se desenvolviam na Primeira República. Nesta história do senador evidencia-se o caráter autoritário dos “representantes do povo”, assim como, o quanto era restritiva a participação popular na política nacional. Interessante notarmos que na história republicana terminara em 1914 o mandato do Marechal Hermes da Fonseca, que de 1910-1914, vivera em constante estado de sítio, suspendendo garantias constitucionais, ainda que o Congresso Nacional se mantivesse em funcionamento. Destacava-se, ainda, o poder exercido nesse contexto pelo caudilho gaúcho Pinheiro Machado, fundador do Partido Republicano Conservador, e que há poucos anos havia sido violentamente reprimida a Revolta da Chibata³¹.

³⁰ Esta é uma das mais importantes revistas ilustradas da Primeira República, foi o periódico onde Lima Barreto publicou com maior frequência. A revista começou a circular em 1908, fundada por Jorge Schmidt (LIMA BARRETO, 2004, p. 183).

³¹ Na crônica *Futura notícia*, de 25 de setembro de 1915, na *Careta*, Lima Barreto ainda evidencia o caráter autoritário e põe sob suspeita as tramas da política nacional. Afirmando, por sua vez, o seguinte: “Há tempos, durante o longo sítio que o marechal Hermes decretou, o cabo Ramos, recolhido à Detenção, por ser acusado de ter tentado contra a vida do referido marechal, então ministro da Guerra, suicidou-se misteriosamente, com auxílio de uma bomba de dinamite, que ele fez explodir no cubículo em que estava recolhido” (LIMA BARRETO, 2004, p. 240). As perguntas de Lima Barreto, que endossavam suas suspeitas, giravam em torno de como presos teriam acesso a dinamite em sistema de enclausuramento.

Lima Barreto aprofunda, ainda, sua crítica às relações sociais e políticas da sua época, na crônica *Os quatro filhos d'Aymon*, publicada também na *Careta*, em dezessete de abril de 1915. Ele conta-nos que o chefe político do distrito de Anunciação, Felizardo José Senomenho teve quatro filhos: Manuel, José, Otávio e Carlos. Como havia lido *Doze pares de França*, o coronel sonhou logo com os quatro filhos célebres de d'Aymon e desejou para os seus a glória dos paladinos filhos deste. Mas o nosso tempo não pede guerreiros esforçados e invencíveis que andem pelo mundo a batalhar em prol de um qualquer Carlos Magno. Pensou bem e viu que os quatro deviam ser encaminhados para a política, onde atualmente se obtém “glórias retumbantes e proventos magníficos”, mais magníficos do que os despojos de reis mouros com suas mulheres estonteantes (LIMA BARRETO, 2004, p. 190). Qual trajeto teriam que percorrer para alcançarem seus objetivos? O próprio Lima Barreto nos indica que o primeiro trabalho de Felizardo foi fazer os seus quatro descendentes bacharéis em direito ou coisa que o valha – o que não foi difícil, graças à vivacidade dos filhos e à importância social do coronel. Chegaram em casa formados nisto ou naquilo, em “escadinha”, com a regularidade anual do nascimento deles (LIMA BARRETO, 2004, p. 190). Notemos que a crítica aqui às relações sociais e políticas representam também uma crítica ao “doutor”, ao papel que um diploma acadêmico ou o reconhecimento social que atribui a um indivíduo este título, tem na determinação do lugar social que se vai ocupar.

O coronelismo, com suas relações políticas estão representados nesta crônica, esse enquanto expressão da classe latifundiária baseava-se em práticas de clientelismo, conveniências de autoridades estaduais e federais, controle de um ou mais municípios, intrigas, violências e fraudes eleitorais. Nesse contexto o coronel conseguia votos por meio do seu “curral eleitoral” e a chamada “política dos governadores” delineada por Prudente de Moraes e oficializada por Campos Sales representava um compromisso entre o governo federal e as oligarquias locais. Era ela, em termos políticos, que garantia a supremacia do poder executivo sobre o legislativo, em uma clara característica da República das Oligarquias (1894-1930). São essas relações que se davam entre os “representantes da Nação Brasileira” que o literato carioca apresenta na sua crônica.

No entanto, Lima Barreto prossegue ainda na sua narrativa, dizendo que um certo dia Felizardo chamou o filho mais velho, Maneco, e disse que já havia falado com Magalão (o presidente do estado) e ele iria ser o seu oficial de gabinete e na próxima legislatura seria deputado. Não tardou para que o pai visse o rebento em lugar de tanta importância em seu fraque talhado no Rio, e tratou de encaminhar José (LIMA BARRETO, 2004, p. 190). Este

andava pela capital a publicar versos inócuos em revistas de grandes descortinos. Procurou-o o pai em seus aposentos de solteiro e disse-lhe que esta vida não lhe servia e era necessário fazer-te gente. Ele pretendia trabalhar na arte. Mas o pai disse-lhe que não e determinou que este trabalharia na redação da *Folha Independente*, mesmo ela sendo da oposição e o pai sendo do governo. Trabalharia com o senador Mariano. No dia seguinte, já no trabalho, o filho estreava com uma formidável descompostura ao presidente do estado (LIMA BARRETO, 2004, p. 190-191). Faltava ainda encaminhar dois filhos. O chefe de polícia, por causa de um assassinato, prendeu o principal capanga do senador estadual Juventino, amigo íntimo de Magalão. Juventino não obteve o “abafamento” do processo; zanga-se com Magalão por essa falta de consideração aos seus amigos e briga. Houve a cisão no partido situacionista, devido a divergência sobre os cardeais princípios da política republicana. Felizardo determinou a Otávio que aderisse a Juventino. Assim, ficou encaminhado. Depois de algum tempo encaminharia o quarto filho, Carlos. Houve que Brochado, deputado federal, grande amigo de Mariano, rompeu com este e fundou na capital do estado uma folha, para combater Mariano, Magalão e Justino. Felizardo coloca o último dos filhos na folha de Brochado (LIMA BARRETO, 2004, p. 191).

Estavam, afinal, os quatro encaminhados. Vieram as eleições federais. Manuel, José, Otávio e Carlos foram apresentados candidatos a deputado, respectivamente, por Magalão, Mariano, Justino e Brochado. Houve acordo no reconhecimento; e os filhos de Felizardo, a um só tempo, sentaram-se na Câmara dos Deputados. Não chegaram a paladinos; mas foram pais da Pátria (LIMA BARRETO, 2004, p. 191).

Em sua verve crítica, muitas vezes por meio da ironia, Lima Barreto continua sua contestação ao papel desempenhado pelos “representantes do povo” ou pelos “pais da Pátria”, como diz acima. Na crônica *Escola de deputados*, publicada na *Careta*, em 22 de maio de 1915, fala sobre a criação de uma Escola Profissional de Deputados, em uma sátira muito interessante sobre esses que seriam os “representantes da Nação Brasileira”.

De há muito, os deputados vitalícios – Dutras, Mascarenhas, Bonifácios e outros – reparavam que os calouros não se portavam bem e infringiam ao modo mais lamentável as praxes parlamentares. O senhor doutor B. Viana, especialista nestas coisas de fundar escolas, resolveu ir ao encontro de tão palpitante necessidade. Não se pode negar que o fosse, porque, não há muito tempo, simples amanuenses, redatores de jornais, boêmios, pequenos militares saíam dos seus obscuros ofícios para serem representantes da Nação Brasileira. O curso é meramente prático. Nada de coisas indigestas. Não há cadeiras de economia política, de finanças, de sociologia, de história social ou política, de geografia política; nada disso: o curso é prático, simplesmente prático e dura o pequeno espaço de dois anos. O primeiro ano compõe-se das seguintes cadeiras: francês das pensões *chics* e respectivos exercícios práticos; falsificação de atas e assinaturas de eleitores; meios e modos de fazer os defuntos votarem; o sistema de vestir economicamente na Barra do Rio ou no Brandão... Feito este ano, que é, como vêem, organizado da forma mais praticamente

americana possível, os alunos cursarão o seguinte, que consta: do engrossamento aos chefes e da maneira de lhes lustrar as botas; o que se pode tirar de certas concessões; como se arranjam casamentos bons; a melhor forma de não ter opinião alguma... O *Manual do perfeito engrossador* é muito recomendado, assim como a narração daquele Jerônimo Paturot, que andava à procura de uma posição social e acabou deputado. Os alunos, conquanto não tratem estritamente de assunto do programa, deverão ler *O processo Panamá* e as publicações do Senhor Gallis (LIMA BARRETO, 2004, p. 206-207).

Dando continuidade a essa crítica aos “representantes da Nação Brasileira”, algo que estava no foco de Lima Barreto naquele momento, mas que fora uma constante na sua militância por meio das letras, evidenciando que a crítica a esse tipo de relação política, nos escritos políticos e obras literárias de Lima Barreto, era algo oriundo de uma convicção e não de uma opinião, coerente com a característica do seu caráter revolucionário, publica *Uma anedota*, em *Careta*, no dia 29 de maio de 1915³².

Na legislatura passada, quando chegavam ao auge as proezas e violências do Dudu e o seu amigo Pinheiro, foi um dia anunciado que o Senhor I. Machado falaria. Os populares se moveram e, apesar das ameaças dos cacetes e navalhas dos secretas e capangas, encheram as galerias. O parlamentar tomou a palavra e, em breve, desandou uma formidável catilinária em ambos. Disse dos dois o que Mafoma não dissera do toucinho. “O senhor Pinheiro Machado, pronunciou o orador em certo ponto do seu discurso, está habituado a governar alimárias e pensa que o somos também. Nero, aquela crueldade, feito imperador de Roma, também se picava do bom cocheiro. A aproximação é eloquente... Não se compreende, senhor presidente, que este povo brasileiro se deixe assim governar como uma parrelha de caminhão; que consistia que os mais baixos temperamentos de sua raça subam ao poder e deem expansão às suas inclinações de magarefe, de almocreve e senhor de senzala”. Apesar dos capangas e dos cacetes, os populares das galerias desandaram em palmas entusiásticas... Houve palmas nas galerias e o presidente da Câmara, conforme tinha ameaçado anteriormente, mandou que os policiais evacuassem as arquibancadas... [I. Machado] Desceu da tribuna e foi muito cumprimentado. Um dos deputados disse-lhe ao ouvido: - Irineu, estiveste feroz com o Pinheiro. Não é do trato... Ele fica zangado... - Orá! Dirás a ele que não se apoquente... Estamos nas vésperas da reeleição... É para uso externo.- Assim mesmo, ele se aborrece. - Qual! Eu já lhe tinha mandado dizer que hoje ia dobrar a parada... Ele já está prevenido. Separaram-se e ainda vieram até à janela ver como os populares levavam pancada dos capangas, da polícia, a mais não poder. Houve quem dissesse: - Este povo é muito burro... - Por quê? Porque leva pancada? - Não; porque acreditava no Irineu (LIMA BARRETO, 2004, p. 208-209).

Todavia, Lima Barreto não se limitara a crítica aos políticos, ao parlamento, e ao modo como esta atividade burocrática era exercida, mas também ao refrão nacionalista que afirmara naquele momento que o café era a grande riqueza do Brasil. Esse discurso se devia ao fato de a sociedade brasileira, no início do século XX, estar profundamente marcada pela Proclamação da República. Essa teria sido uma mudança de cúpula, que explicita uma nova composição das classes dominantes. Temos, com isso, a substituição da classe escravista por

³² O caminho que o ser humano tomará, segundo Erich Fromm, depende da estrutura do caráter e é a partir desse que se identifica a força da ideia escolhida. A convicção está diretamente relacionada a essa estrutura, enquanto as opiniões são as ideias mais flexíveis e substituíveis na trajetória do ser social.

aqueles ligados ao setor cafeeiro, que apoderou-se do aparelho de Estado para colocá-lo a seu serviço. O que consolidou um governo a partir de uma forma estatal oligárquica. Na crônica *O café*, de 26 de junho de 1915, na *Careta*, o romancista opõe-se a esse discurso acerca do café afirmando:

tenho ouvido dizer que o café é a maior fortuna do Brasil; que ele, quase unicamente, contribui para a riqueza orçamentária da nossa pátria. São coisas que andam por aí afirmadas pelos jornais, sobretudo pelos de São Paulo. Pus-me a verificar e estudar as coisas com todo o método. A história não me pareceu assim tão inconcussa como parece. Sempre tenho ouvido dizer que quem tem dinheiro, dá dinheiro e não pede dinheiro. O tal de café, porém, só leva a pedir dinheiro. Como é que ele é riqueza do Brasil? (LIMA BARRETO, 2004, p. 214).

Ele, ainda, dirige sua crítica aos jornais. Já que, segundo constatara, não havia jornal que se abria, governista, neutro ou oposicionista, que não se encontre uma lamúria da lavoura do café. Um dia reclama-se porque os preços estão baixos; outro dia o cambio baixo; outro porque não pode ser exportado etc. Então, alguém, a economia política, segundo ele, precisa explicar por que razão tal riqueza anda sempre na pobreza (LIMA BARRETO, 2004, p. 214). A crítica aos cafeicultores, à burguesia agrária brasileira, é uma constante na obra barretiana, da qual citamos apenas um exemplo. Este é um dos seus alvos nessa república de coronéis e ao Estado que reprime aqueles que se oponham ao monopólio que exercem. Essa violência estatal está relacionada ao fato dos primeiros anos da Primeira República ser caracterizado por agitações, revoltas, conflitos e conspirações por toda parte. O autoritarismo do Estado, no seu projeto de construção de uma nação, tem o papel de favorecer a expansão das relações de produção capitalistas em sua apropriação da posse da terra e sua transformação em propriedades, no caso do presidente Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), por exemplo, foi um herdeiro político do ditador Floriano Peixoto (1891-1894), decretando estado de sítio, suspendendo garantias constitucionais e ordenando repressões como aos marinheiros da Revolta da Chibata.

Temos um exemplo do caráter repressivo do Estado brasileiro, e de submissão do operariado às condições escolhidas pela classe dominante, na crônica *O “muambeiro”*, publicada no mesmo jornal, no dia sete de agosto de 1915. Nesta ele descreve que quando sai de casa e vai à esquina da Estrada Real de Santa Cruz, esperar o bonde, vê bem a miséria do Rio de Janeiro. Naquela esquina foi até ele um homem com quem conversou alguns minutos. Ele lhe contou que era operário, ficara sem emprego, mas como tinha um pequeno sítio lá para as bandas do Timbó e algumas economias, não se atrapalhou em começo. As economias acabaram, mas o sítio restou-lhe, com suas laranjeiras, tangerineiras, bananeiras, “árvore de

futuro com a qual o senhor Cincinato Braga, depois de salvar o café, vai salvar o Brasil”. Este ano foi abundante em laranjas e o homem teve a feliz ideia de vendê-las. Vendo que os compradores na porta não lhe pagavam o preço devido, tratou de valorizar o produto, e comprou um cesto, encheu-o de laranjas e saiu a gritar para vendê-las. Foi feliz e pelo caminho apurou uns dois mil-réis. Quando, porém, chegou a Todos os Santos, saiu-lhe ao encontro a lei, na pessoa de um guarda municipal cobrando-lhe a licença. Como não tinha essa, logo foi chamado de muambeiro e convidado a ir para a agência. “Tomaram-lhe o cesto, as laranjas, o dinheiro e, a muito custo, deixaram-no com a roupa do corpo. Eis aí como se protege a pomicultura” (LIMA BARRETO, 2004, p. 225-224).

Por outro lado, se o ex-operariado recebe esse tratamento por parte da república, a burocracia, por meio dos seus parlamentares, ministros e demais componentes do governo, a cada reforma estatal que realiza, tem como objetivo moldar o Estado aos atendimentos dos seus interesses privados e à reprodução da política de apadrinhamento que se faz na Primeira República. É o que se pode evidenciar, no contraponto apresentado por Lima Barreto, na crônica *Novas reformas*, na *Careta*, no dia sete de agosto de 1915.

A nossa administração pública se caracteriza pelas reformas. Não há ministro novo que não traga na cabeça uma nova em folha, muito oposta à do antecedente, com a qual vai “salvar” a sua pasta. Eles sempre têm por escopo economias, mas acontece que todas as reformas que eles fazem aumentam as despesas. O motivo? É simples: querem dar lugares a amigos e, para isso, põem os funcionários velhos adidos e nomeiam os seus apaniguados para os lugares das repartições que criam (LIMA BARRETO, 2004, p. 226).

Nas crônicas *Firmeza política* e *Ex-homem*, publicadas na *Careta*, respectivamente nos dias onze e 25 de setembro de 1915, Lima Barreto demonstra que a firmeza política por parte dos políticos no Brasil não é uma questão de convicção, mas de opinião, entre senadores, por exemplo, considerando-se a história que conta. Por sua vez, os eleitores, se em um momento afirmam “este é o meu homem”, alguns meses depois, quando esses assumem seus mandatos, e tornam-se partícipes de “cavações” e se submetem aos mais diversos interesses, não se é mais possível afirmar aquilo; de modo que se tornaram ex-homem (LIMA BARRETO, 2004, p. 232; 238-239). Desse modo, é possível considerarmos o quanto Lima Barreto estava atento tanto ao comportamento dos políticos como dos eleitores diante da dinâmica política brasileira³³.

³³ O patriotismo dos “representantes da Nação Brasileira”, segundo Lima Barreto, na crônica *Projeto de Lei*, publicada provavelmente na *Careta*, no dia quatro de setembro de 1915, pode ser ilustrado pela seguinte representação literária: um belo dia, na Câmara dos Deputados de certo país, um dos seus augustos e digníssimos representantes, ergueu-se e pediu a palavra dizendo que a pátria estava em perigo, o tesouro exausto e os recursos da Nação esgotados. Urgia, então, tomar providências, a fim de evitar a bancarrota. O que mais pesa no orçamento, segundo ele, são os funcionários públicos. Disse que era preciso acabar com

No entanto, para além das tramas feitas por partidos políticos, havia uma grande discussão sobre as leis eleitorais, por exemplo, que pretendiam colocar fim às costumeiras fraudes. Todos pretendiam, como afirma ironicamente Lima Barreto, salvar a pátria. O que pode ser ilustrado pela crônica *A fraude eleitoral*, de trinta de outubro, de 1915, na *Careta*. Ele demonstra assim o real significado da representação nacional legitimada pelas urnas.

Desde muito que várias personalidades da República, próceres de vários partidos e facções que se propunham salvar a pátria, mediante inócuas ou simplórios cortes sistemáticos na arraia-miúda; desde muito, dizíamos, que várias personalidades se reuniam para resolver o problema da verdade eleitoral. A comissão, como fazia há seis anos, se congregou naquela tarde para apresentar ideias tendentes a obter da exata manifestação das urnas a legítima representação nacional (LIMA BARRETO, 2004, p. 246).

Entre as sugestões dadas na comissão, várias afetavam os interesses de vários políticos. Propôs-se na reforma eleitoral que não houvesse voto cumulativo; que só houvesse um deputado por distrito e que estes fossem equivalentes ao número de deputados que cada estado tem; medidas que acabariam com as atas falsas nas eleições. O resultado disso foi que “o projeto, como era de esperar, não foi apresentado ao plenário e a comissão ainda estuda os meios eficazes de acabar com a fraude eleitoral” (LIMA BARRETO, 2004, p. 247). A análise do discurso barretiano, por sua vez, considerando-se o uso da figura de linguagem ironia, nos possibilita notarmos como as supostas intenções de “salvar a pátria” serviam retoricamente aos partidos políticos, que na realidade reproduziam os mecanismos de dominação já conhecidos, que eram prolongados no tempo por meio de suas comissões e demais subterfúgios.

Tendo em vista esclarecer seu ponto de vista aos leitores, numa intensa militância crítica à política no Brasil, Lima Barreto narra a história da cidade L. Tratava-se, segundo ele, de uma cidade muito pobre que vivia sempre a pedir dinheiro emprestado. O dinheiro que se depositava no cofre sumia. Entretanto, para servir aos interesses do chefe político Leitão, a sua municipalidade possuía um exército de funcionários e até os seus vereadores eram pagos

essa chaga que corrói o organismo do país. Sugere que eles podem ir plantar batatas, como aquele general romano chamado Cincinato, e que se ele mesmo ainda não fez isso, é porque faltou-lhe algumas centenas de contos, para comprar uma fazenda rendosa, onde pegaria uma enxada e se faria agricultor. Ao funcionário público seria fácil obter isso, como não é para ele, fica obrigado a manter relações com os banqueiros. Diz ser necessário retirar da agricultura a base da nossa vida; é o que sempre aconselha a todos, principalmente àqueles que lhe pedem empregos. Reconhece que árdua é a vida dos pequenos agricultores, para quem não pede auxílio, já que defende os grandes latifúndios de grandes propriedades, que podem sustentar grandes famílias na opulência. Daí propôs o seguinte projeto de lei: Art. 1º - É o governo autorizado a emprestar aos bancos acreditados até à quantia de duzentos mil contos, para auxiliar os cultivadores de tâmaras. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário. O deputado, então, teria se sentado e sido muito cumprimentado. O projeto passou, o dinheiro foi emprestado aos bancos, que depois pagaram o Estado em títulos do próprio Estado, comprados na praça com abatimento de vinte por cento. “Ainda hoje, o deputado se gaba de ter protegido o cultivo das tâmaras do país, que ele estima e venera” (LIMA BARRETO, 2004, p. 231).

regiamente. Justificava-se esse pagamento com o argumento de que homens ricos não queriam ocupar os lugares de edis. Como esses pobres tinham muitos parentes, naturalmente também pobres, os vereadores tinham necessidade de colocar os filhos, sobrinhos, primos, netos, genros, etc em um emprego público. Daí não encontravam outro caminho que não fosse criar lugares na secretaria do conselho e o faziam com abundância e tenacidade³⁴ (LIMA BARRETO, 2004, p. 255).

Aconteceu um dia que o chefe dos chefes políticos do país, uma espécie do falecido General Pinheiro Machado, veio a falecer e Leitão perdeu consequentemente todo o prestígio, pois não tinha outro senão aquele que lhe emprestava o tal chefe dos chefes. Logo que tal fato se deu, os fabricantes de delegados do povo se insubordinaram e os vereadores de L. começaram a palpar qual deles seria o mais poderoso. Um tratou de agradar Cunegundes; outro namorou Bernardino; um outro requestrou Bertoldo; e todos brigavam entre si. O fato é que as sessões, que eram até aí harmoniosas como as representações de óperas, passaram a ser um charivari de todos os diabos. Houve bate-bocas terríveis e descomposturas de mercado. Toda a gente imaginou que o diabo tinha entrado no corpo daquela gente, mas logo se soube a explicação natural da profunda desavença que surgiu entre os vereadores de L. Aproximava-se a terminação da sessão ordinária e cada um dos edis desejava a prorrogação em extraordinária, para poderem vencer o respectivo subsídio. Estavam todos brigados e houve temor de que o respectivo projeto não fosse aprovado. Um mais ousado, porém, apresentou-o e, ao contrário da expectativa, a coisa passou por unanimidade. Estava feito o congraçamento dos partidos (LIMA BARRETO, 2004, p. 255-256).

Foi assim que em *O congraçamento*, na *Careta*, do dia dezoito de dezembro de 1915, Lima Barreto construiu uma representação de como os interesses privados se colocavam como determinantes da burocracia brasileira, explicitando o caráter fictício da existência de uma suposta nação.

Dentre as várias crônicas barretianas, destaca-se a que intitulou *Sobre a carestia*, publicada em *O Debate*, no dia quinze de setembro de 1917. Diante da expansão do movimento grevista no Brasil, como atestamos aqui no capítulo dois, ele afirma o seguinte:

as várias partes do nosso complicadíssimo governo se têm movido para estudar e debelar as causas da crescente carestia dos gêneros de primeira necessidade à nossa vida. As greves que têm estalado em vários pontos do país muito têm concorrido para esses passos do Estado. Entretanto, a vida continua a encarecer e as providências não aparecem (LIMA BARRETO, 2004, p. 285).

Nesse contexto as lutas por melhores condições de trabalho, diminuição da jornada de trabalho e melhoria salarial já incomodavam os capitalistas da nascente industrialização. Um outro elemento a se considerar, já que foi fundamental na situação de carestia criticada por

³⁴ “A cada conselho novo correspondia nova reforma na secretaria e a criação de mais meia dúzia de oficiais, amanuenses, redatores de debates, taquígrafos, etc., e de tal forma que a Câmara Municipal de L. veio a ter mais empregados na sua secretaria que o Senado e a Câmara Federais nas deles. Lembrem-se bem de que esses dois últimos corpos legislativos não são parcimoniosos em tal assunto, embora estejam sempre dispostos a censurar a burocratomania do executivo e do judiciário” (LIMA BARRETO, 2004, p. 255).

Lima Barreto, é o fato de que a guerra levou a uma maior demanda externa por alimentos e, com isso, foi diminuída a sua oferta no mercado interno, levando à alta dos preços. Enquanto isso, o café passava por um momento de desvalorização, “socializando” os prejuízos dos cafeicultores junto aos trabalhadores. Sendo este contexto desta crônica, caracterizado pelo endividamento externo, inflação e carestia generalizada. Mas, Lima Barreto, também se preocupa em indicar em pormenores o que considera as causas de semelhante encarecimento das utilidades primordiais à nossa existência.

Nunca o Brasil as produziu tanto e nunca elas foram tão caras. O plantador, o operário agrícola continua a ganhar o mesmo; mas o consumidor as está pagando pelo dobro. Quem ganha? O capitalista. Ele e unicamente ele, porquanto o fisco mesmo continua a receber o mesmo ou quase o mesmo que antigamente. O açúcar, por exemplo, que descera de preço neste últimos anos, é um caso típico da ladroeira capitalista, da mais nojenta. Os usineiros e os seus comparsas, comissários, etc., no intuito de esfolarem a população nacional ou residente no Brasil, descobriram que o melhor meio de o fazerem era vender grandes partidas, para o estrangeiro, pela metade do preço por que as vendem aqui. Semelhantes patifes, com umas teorias econômicas da Escola do Pinhal de Azambuja, dizem que, se não fizessem tal coisa, seria a *débâcle* do seu negócio. Isto veio escrito nos jornais, com aquela arrogância peculiar a fazendeiros, especialmente os de cana, e fabricantes de açúcar. É o que eles chamam o “alívio”. Nada mais absurdo e mais besta. Todo o fito do aperfeiçoamento das nossas máquinas, dos nossos processos industriais (é o caso do açúcar), tem sido produzir muito, rapidamente, para vender barato, de modo que o lucro, por mais insignificante que seja em um quilo, somado nas toneladas, dê, por fim, um lucro fabuloso (LIMA BARRETO, 2004, p. 285).

Considerando a luta de classes no Brasil, desmistificando o discurso ideológico no qual se assenta a ideologia nacionalista, Lima Barreto demonstra o quanto por trás do discurso patriótico está o atendimento dos diversos interesses da classe social dominante. Ele explicita que no seu tempo costumava-se dizer que a pátria, a nação, é um laço moral – no entanto, ao qual sempre há aqueles dispostos a romper – com os quais, por sua vez, não pretende Lima Barreto ter qualquer compromisso³⁵.

Entretanto, a ganância, o cinismo, a desfaçatez, a alma de piratas dos caciques do açúcar não querem ver isto e esfomeiam os seus patrícios. Por falar em pátria... A pátria é um laço moral, dizem; mas, quando os Zés Bezerras, os Pereiras Limas e outros rompem esses laços, de forma tão bucaneira, como acabo de mostrar no caso do açúcar, de que modo posso mais respeitá-los, a eles, nas suas vidas e nos seus haveres? Creio que me acho desobrigado de toda e qualquer prisão moral com semelhantes patifes. Em presença deles, devo proceder como em presença do salteador que me toma os passos, em lugar ermo, e me exige os niquéis que tenho no bolso. Só há um remédio, se não quero ficar sem os magros cobres: é matá-lo. Não há necessidade, entretanto, de o fazer, na parte relativa a esses cínicos do açúcar e outros. Semelhante gente não incomoda em morrer: incomoda-se em perder dinheiro ou em deixar de ganhá-lo. É tocar-lhes na bolsa, que eles choram que nem bezerros desmamados. O povo até agora tem esperado por leis repressivas de tão escandaloso

³⁵ A posição de Lima Barreto nessas crônicas, dentre outras, evidencia que como afirma Erich Fromm, o caráter revolucionário identifica-se com a humanidade e transcende os estreitos limites de sua própria sociedade. Não está preso ao culto paroquial da cultura em que nasceu, que, na realidade, representa apenas um acidente de tempo e geografia.

estanco, que é presidido por um ministro de Estado. Elas não virão, fique certo; mas há ainda um remédio: é a violência. Só com a violência os oprimidos têm podido se libertar de uma minoria opressora, ávida e cínica; e, ainda, infelizmente, não se fechou o ciclo das violências. Quando um ministro de Estado, como o Rufino o é, cuja missão, na especialidade do seu departamento, é prover às necessidades gerais da população, atender aos seus clamores, impedir a opressão de uma classe sobre as demais, regular o equilíbrio das forças sociais, se faz caixeiro ou chefe de *trust*, para esfomear um país, não há mais para onde apelar senão para a violência, para a brutalidade da força! Não há outra esperança, pois eles dominam todo o mecanismo legal – o Congresso, os juízes, os tribunais – e tudo isso só fará o que eles quiserem, e seria vão socorrermos-nos desse aparelho. É doloroso chegar a semelhante conclusão; é doloroso ver tanto sangue generoso derramado, tanta lágrima chorada, tanto estudo, tanta abnegação, tanto sacrifício, tanta dor de grandes homens e aqueles que os amaram e apoiaram, é doloroso, dizia, ver acabar tudo isto nas mãos de um tipo alvar, idiota, ignorante, cúpido, cínico, como Zé Bezerra, para, com o trabalho de tantas gerações e a meditação de tantos sábios, trabalho e meditação que estão nas máquinas de suas usinas e nos processos do fabrico, esfomear um país e rir-se de sua miséria. Nós sabemos por que ele ri-se; é porque conta com a força armada para apoiar o seu saque legal (LIMA BARRETO, 2004, p. 287).

Destaca-se no discurso de Lima Barreto a desmistificação da ideia de pátria enquanto um laço moral, que congregaria a todos, portanto. Enquanto, na realidade, o que nós entendemos como a classe burocrática – representada ali pelos ministros de Estado – estão sempre rompendo esses laços. Atestando Lima Barreto (2004, p. 285), como demonstramos acima, que os principais beneficiados, ao se esfolar a população nacional com a carestia, são os capitalistas. Demonstrando o cronista que essa preocupação moral não se estende a todos e que, a classe trabalhadora, por sua vez, também não deveria se submeter a tal discurso ideológico. Mas, Lima Barreto aponta também uma saída desse estado de coisas: o uso da violência. Ele, que sempre fora um antimilitarista, avesso às guerras, admite o uso da violência e a sua legitimidade se exercida pela classe de espoliados, vítimas da ação da classe dominante, inclusive por meio dos seus “representantes”. Esse caminho está necessariamente na contraposição à esperança de que pudessem surgir leis repressivas à ação desse “sindicato de argentários cúpidos”, pois, afinal, ele tem o controle de todos os mecanismos legais. Tudo isso, segundo ele, originara-se do interesse em atender a classe dominante. Mas, Lima Barreto não se opõe somente à oligarquia canavieira, característica do Brasil colonial e imperial. Pois recordamos que várias vezes se opusera à burguesia cafeeira da Primeira República, ainda, aos latifundiários plantadores de feijão, como veremos à seguir.

O que fica aí dito pode-se aplicar ao feijão, com Matarazzo à frente; à carne verde, com o açougueiro Antônio Prado e o seu caixeiro-viajante Graça Aranha, ambos à testa da especulação indecente das carnes frigorificadas, fornecidas, a baixo preço, aos estrangeiros, enquanto nós, aqui, pagamos o dobro pelo quilo da mesma mercadoria; e assim por diante. Meditem que eles mesmos ou os seus prepostos são os fabricantes das leis e, à sombra delas, estão organizando esse torpe saque à miséria dos pobres e à mediania dos remediados, sem dó nem piedade, sem freio moral, religioso, filantrópico, patriótico, cavalheiresco ou outro de qualquer

natureza; e digam se podemos nós outros, que sofremos agruras da sua crueldade gananciosa, da sua avidez cínica, da sua imunda traficância, ter em relação a eles qualquer prisão por laços morais, religiosos, patrióticos, cavaleirescos ou outros quaisquer? Todos eles estão rompidos, todos eles não existem mais, e toda e qualquer violência, sobre eles ou sobre as suas propriedades, é justa e legítima. É, porém, preferível sobre os teres e haveres deles, antes do que sobre as suas pessoas, pois só assim esses Shylocks chorarão como bezerros ou bezerros desmamados. A nossa República, com o exemplo de São Paulo, se transformou no domínio de um feroz sindicato de argentários cúpidos, com os quais só se pode lutar com armas na mão. Deles saem todas as autoridades, deles são os grandes jornais; deles saem as graças e os privilégios; e sobre a Nação eles teceram uma rede de malhas estreitas, por onde não passa senão aquilo que lhes convém. Só há um remédio: é rasgar a rede à faca, sem atender a considerações morais, religiosas, filosóficas, doutrinárias, de qualquer natureza que seja. *Alea jacta est...* (LIMA BARRETO, 2004, p. 287).

A locomotiva do modelo adotado por esse “sindicato de argentários cúpidos”, seria São Paulo, ou seja, o tipo mais avançado no Brasil daquela época das relações sociais de produção capitalistas. Novamente, Lima Barreto, portanto, volta à carga, enfatizando isso e nos exortando a considerarmos a ficção que significa os laços morais, entre eles o patriótico, bem como a não atendermos a considerações dessa natureza, religiosas, filosóficas, doutrinárias ou qualquer outra que fosse capaz de paralisar a ação das classes espoliadas. No entanto, deixa claro que não se trata de avançarmos sobre os capitalistas enquanto indivíduos, mas enquanto personificação do capital, ou seja, enquanto classe social. Logo, nossa ação é “preferível sobre os teres e haveres deles, antes do que sobre as suas pessoas”, sendo que ao falar dos seus teres e haveres nos leva a pensar a importância da apropriação coletiva dos meios de produção, já implícita na sua exortação. Esse caminho seria necessário diante de uma situação em que sobre a nação eles teriam tecido uma rede de malhas estreitas onde só o que eles querem se realiza, afinal é deles que se origina todas as autoridades, os grandes jornais, as graças e os privilégios.

Em boa parte dos leitores contemporâneos, o uso da violência, pode soar como algo estranho e equívoco. Essa estranheza, em boa parte, é oriunda de uma concepção natural de história, onde nos processos sociais não cabem sobressaltos e grandes rupturas. Porém, essas concepções românticas acerca do processo social, baseadas em um progresso contínuo que distribuiria seus benefícios a todos igualmente, ignora o uso da violência, na afirmação das forças que se estabeleceram como classe dominante e chegaram inclusive a impor seu próprio conceito de violência. Lima Barreto, ao contrário, em suas recordações de quando tinha oito anos, diz ter vivas recordações do 13 de maio e os festejos da abolição da escravidão; mas da Proclamação da República só se lembra que as patrulhas andavam, nas ruas, armadas de carabinas e que seu pai foi alguns dias depois demitido, já que não mantinha relações com o

novo grupo em ascensão (LIMA BARRETO, 2004, p. 288). Nessa mesma crônica – *São Paulo e os estrangeiros [I]*, do dia seis de outubro de 1917, n'*O Debate* - acrescenta que a fisionomia da cidade era de estupor e temor quando da Proclamação.

Nascendo, como nasceu, com esse aspecto de terror, de violência, ela vai aos poucos acentuando as feições que já trazia no berço. Não quero falar aqui de levantes, de revoltas, de motins, que são, de todas as coisas violentas da política, em geral, as mais inocentes talvez. Há uma outra violência que é constante, seguida, tenaz e não espasmódica e passageira como a das rebeliões de que falei. Refiro-me à ação dos plutocratas, da sua influência seguida, constante, diurna e noturna, sobre as leis e sobre os governantes, em prol do seu insaciável enriquecimento. A República, mais do que o antigo regímen, acentuou esse poder do dinheiro, sem freio moral de espécie alguma; e nunca os argentários do Brasil se fingiram mais religiosos do que agora e tiveram da Igreja mais apoio. Em outras épocas, no tempo do nosso Império regalista, céptico e voltairiano, os ricos, mesmo quando senhores de escravos, tinham, em geral, a concepção de que o poder do dinheiro não era ilimitado, e o escrúpulo de consciência de que, para aumentar as suas fortunas, se devia fazer uma escolha dos meios. Mas veio a república e o ascendente nela da política de São Paulo fez apagar-se toda essa franca disciplina moral, esse freio na consciência dos que possuem fortuna. Todos os meios ficaram sendo bons para se chegar a ela e aumentá-la desmarcadamente (LIMA BARRETO, 2004, p. 288).

O fragmento acima ainda nos possibilita refletirmos acerca do estranhamento, sentido por Lima Barreto e muitos dos seus contemporâneos, na medida em que se aprofunda o processo expansionista e universalizante do capitalismo. No caso do literato em questão, essa é percebida nas distintas práticas da classe dominante por meio dos regimes monárquico e republicano, mas a violência desencadeada pelo mesmo também podem ser medidas em processos explícitos como os casos de Canudos e Contestado, para nos atermos a dois exemplos de verdadeiras chacinas, implementada pelo Estado, em favor de uma estrutura agrária concentracionista ou de empresas estrangeiras representativas das novas formas de exploração. Então, a violência estatal em seu papel repressor, corresponde à finalidade de garantir as condições gerais de produção demandadas pelo capitalismo, e configurar um tipo de nação que pretendia negar as possibilidades de existência de negros e camponeses. Esses últimos foram rotulados como fanáticos, tendo boa parte dos intelectuais desse período submetido suas análises a categorias como meio e raça que pretendiam o branqueamento da população brasileira.

Lima Barreto, ainda nesta crônica, demonstra como a burguesia agrária paulista foi protegida por uma fabulosa alta no preço da arroba de café, de que, após a república, os ricos da Paulicéia se fizeram os principais produtores, podendo eles melhorar os seus serviços públicos e ostentar, durante algum tempo, uma magnificência que parecia fortemente estabelecida. Essa diferenciação das condições, do apoio estatal, oferecido a oligarquia paulista, apontada pelo literato carioca, evidencia que o Estado Oligárquico favorecia os

interesses das oligarquias por todas as partes do país. Porém, essas lutavam entre si no plano federal, onde havia oposição à oligarquia paulista. Desde o governo de Campos Sales (1898-1902), com sua “política dos governadores”, as iniciativas do Estado, sob pressão dos credores britânicos, obtinham o apoio de certos setores, mas também a oposição de outros, inclusive com muita animosidade dirigida particularmente contra a oligarquia paulista. Sobre esta, Lima Barreto afirma que

Seguros de que essa gruta alibabesca do café a quarenta mil-réis a arroba não tinha conta em tesouros, trataram de atrair para as suas lavouras imigrantes, espalhando nos países de emigração folhetos de propaganda em que o clima do estado, a facilidade de arranjar fortuna nele, as garantias legais – tudo, enfim, era excelente e excepcional (LIMA BARRETO, 2004, p. 289).

Esses escritos políticos de Lima Barreto, contestam a nova forma de exploração estabelecida no campo e na cidade, seja por meio do colonato ou da exploração de mais-valor absoluto de operários imigrados nas grandes cidades. Já que afirma, ainda nesta crônica, que a esperança é forte nos governos aqui, na Itália ou na Espanha; e desses dois últimos países acorreram famílias inteiras e milhares de indivíduos isolados, em busca de abastança, que os homens do Estado diziam ser fácil de obter. Nesse contexto a gente que vinha dominando o Estado há cerca de trinta anos enchia-se de contentamento e até estabeleceu a exclusão da sua polícia de pessoas que tivessem “sangue negro nas veias”³⁶ (LIMA BARRETO, 2004, p. 289).

A produção do café, porém, foi transpondo o limite do consumo universal e a descer de preço, portanto; e os doges do Tietê começaram a encher-se de susto e a inventar paliativos e remédios de feitiçaria, para evitar a depreciação. Um dos primeiros lembrados foi a proibição do plantio de mais um pé de café que fosse. Esta sábia disposição legislativa tinha antecedentes em certos alvarás ou cartas régias do tempo da colônia, nos quais se proibiam certas culturas que fizessem concorrência às especiárias da Índia, e também o estabelecimento de fábricas de tecido de lã e mesmo de oficinas de artefatos de ouro, para não tirar a freguesia dos do reino. Que progresso administrativo! Os paliativos, porém, não deram em nada e um judeu alemão ou americano inventou a tal história da valorização com que a gente de São Paulo taxou mais fortemente os agricultores e favoreceu os grandes e poderosos, nas suas especulações. A situação interna principiou a ser horrível, a vida cara, enquanto os salários eram mais ou menos os mesmos anteriores. O descontentamento se fez e os pobres começaram a ver que, enquanto eles ficavam mais pobres, os ricos ficavam mais ricos (LIMA BARRETO, 2004, p. 289).

O romancista, como podem notar os conhecedores da história do Brasil, apreende muito bem os processos de valorização das mercadorias e de extração de mais-valor absoluto, por meio de uma alta no preço de produtos necessários à subsistência, e a manutenção das

³⁶ A imigração, como dissemos no capítulo dois, no caso brasileiro, tem como uma de suas principais referências a presença italiana. Essa foi intensificada pelas condições sociais da Itália com o desemprego, expansão demográfica, pobreza e miséria do norte da Itália, as doenças (malária, cólera etc.), a concentração fundiária, a política estatal etc. Inclusive, a hegemonia anarquista no operariado brasileiro pode ser explicada pela presença italiana. Tanto que em 1898 os anarquistas realizaram a sua primeira grande manifestação no Brasil no dia primeiro de maio.

mesmas condições salariais. O que se deve a partir da perspectiva do proletariado, de modo a compreender inclusive a intensificação das lutas sociais do operariado que assistira no seu tempo, exercendo o seu papel enquanto um intelectual engajado e pensador revolucionário. No entanto, a esse processo de resistência do operariado à exploração, com a intensa colaboração de imigrantes vinculados à concepção anarquista, o Estado responderia com a proibição da entrada de estrangeiros no país – antes advogada por este na substituição a força de trabalho escrava – e com a aquisição de um arsenal ainda maior de repressão ao operariado. Se antes o que se pretendia era a construção de uma nação branca e europeia, agora, o que se considerava era que a presença dos imigrantes havia sido pernicioso fomentando no país os ideais anarquistas. O que nos atesta Lima Barreto, na seguinte afirmação, cuja longa citação julgamos necessária:

Os governantes do estado, que influíam quase soberanamente nas decisões da União, deixaram de fazer a tal propaganda do Estado no estrangeiro, mas aumentaram a polícia, para a qual adquiriram instrutores e mortíferas metralhadoras e deram de excomungar os estrangeiros a que chamam de anarquistas, de inimigos da ordem social, esquecidos de que andavam antes a proclamar que a elegância da sua capital, os seus lambrequins, as suas fanfreluches eram devidas a eles, sobretudo aos italianos. A influência dos estrangeiros, diziam, fez de São Paulo a única coisa decente do Brasil. E todos acreditavam, porque os dominadores de São Paulo sempre se esforçaram por esconder as dilapidações ou coisas parecidas, convencendo os seus patrícios de que o estado, a sua capital, sobretudo, era coisa nunca vista... Tudo o que havia em São Paulo não havia em parte alguma do Brasil. A sua capital era uma cidade europeia e a capital artística do país... Além de proclamar isso dentro do estado, começaram a subvencionar jornais e escritores de todo o país para espalharem tão pretensiosas afirmações, que o povo do estado recebia como artigos de fê a fazer respeitar o *trust* político que o explorava ignobilmente. *Vanitas vanitatum*... Os estrangeiros, agora, já não serviam e eles queria livrar-se do incômodo que os forasteiros lhes davam, criticando-lhes os atos, a sua cupidez, o esquecimento dos seus deveres de governantes, para só protegerem os ricos, os monopolistas, que eram também estrangeiros, mas não no ponto de vista do governo estadual, que só julga assim aqueles que não partilham a opinião de que ele é o mais sábio do mundo e afirmam que, em vez de estar fazendo a felicidade geral, está concorrendo para enriquecer os seus filhos, seus genros, seus primos, seus netos e afilhados e os plutocratas ávidos. Trataram logo de se armar de leis que fizessem abafar os seus gemidos; e uma delas é a célebre de expulsão que não se coaduna com o espírito da nossa Constituição; que é inconsequente com a propaganda feita por nós para atrair estrangeiros, que podem e devem fiscalizar as nossas coisas, pois nós os chamamos e eles suam por aí. Sem mais querer dizer, podemos afirmar que todo o nosso mal-estar atual, todo o cinismo dos especuladores com a guerra, inclusive Zé Bezerra e Pereira Lima, vêm desse maléfico espírito de cupidez de riqueza com que São Paulo infeccionou o Brasil, tacitamente admitindo não se dever respeitar qualquer escrúpulo, fosse dessa ou daquela ordem, para obtê-las, nem mesmo o de levar em conta o esforço, a dignidade e o trabalho dos imigrantes, os quais só lhe servem, quando curvam a cerviz à sua desumana ambição crematística³⁷ (LIMA BARRETO, 2004, p. 290-291).

³⁷ Lima Barreto explicita aqui o quanto a posição nacionalista, que tendo em vista a necessidade da classe dominante de força de trabalho assalariada e o branqueamento da população brasileira, incentivava a presença de imigrantes europeus no país, agora diante da ameaça anarquista (sobretudo italiana) passara a expulsar os estrangeiros. O que demonstra a conveniência da ação nacionalista que agora se necessário

Na crônica *São Paulo e os estrangeiros [III]*, n'O Debate, do dia treze de outubro de 1917, Lima Barreto continuou suas reflexões acerca desse assunto. Explicita que a compra da imprensa paulista, por parte da sua burguesia, fazia com que essa afirmasse que São Paulo era Paris, Veneza, Roma; já tinham ruínas históricas, relíquias de santos, já possuíam nas escolas um Arago etc. Já tinham os paulistas conseguido que tudo isto se incrustasse nos cérebros dos seus caipiras patricios, tratavam de conseguir agora que o país ficasse crente de que todos esses panegíricos jornalísticos eram verdadeiros e alcançaram-no (LIMA BARRETO, 2004, p. 292-293).

Encarapitados na presidência da República, por intermédio de representantes seus, o pessoal político-agrícola-industrial e São Paulo tratou de assentar o seu domínio sobre o país, de modo a sempre facilmente obter da União endosso de empréstimos ou mesmo empréstimos para a sua jogatina de café, quando não, tarifas que fizessem multimilionários os seus pernósticos industriais, enobrecidos pelo rei de Cunani. Conseguiram; e, se não se eternizaram na presidência, deve-se isto a um dissídio doméstico ou comercial no seio do sindicato político que nos governa. Com doze anos de presidência seguida, semelhante gente fez do país, do seu prestígio como nação, do seu crédito, o que quis, e todos eles enriqueceram fabulosamente (LIMA BARRETO, 2004, p. 293).

No entanto, Lima Barreto não reduzira a compreensão da realidade nacional a esse aspecto, buscara também pelas contradições no interior da classe dominante e seus representantes políticos. Expôs que no seu interior, esse grupo político-agrícola-industrial, logo veria ascender à presidência da República o “fantasma de Hermes da Fonseca”.

É preciso que se saiba que eles não se opuseram à candidatura do Senhor Hermes Rodrigues da Fonseca, estribados nesta ou naquela ideia; eles a combateram porque temiam que, com o prestígio do Exército, dispondo, por ser marechal, da dedicação dele, o presidente fardado não lhes temesse as manobras políticas, pusesse abaixo a sua igreja de “cavações” administrativas e legais; e – adeus! Um Rockefeller – a única glória a que eles podem aspirar legitimamente (LIMA BARRETO, 2004, p. 293).

Segundo Lima Barreto, não é de espantar que esses tipos vivam apavorados com a sombra dos seus próprios crimes, da sua prepotência inumana, das suas “soezes cavilações liberticidas”, que não se detêm perante consideração alguma e só pensam em enriquecer furiosamente, para enriquecer os filhos, a fim de que esses possam fugir aos castigos que deveria cair sobre suas cabeças. Lembremos que Luís XVI morreu na guilhotina. Os laços morais nacionalistas, então, não resistiam à tentação dessa gente pelas vantagens oriundas das suas “cavações”. À frente deles está esse “idiota” Altino Arantes, criatura meio dos padres jesuítas, meio dos maçons, émulo do sabichão Miguel Calmon e do francês Georges Duroy, que, com a alcunha de “Bel-Ami”, Maupassant estudou e imortalizou. “Altino é uma ignoraria “o esforço, a dignidade e o trabalho dos imigrantes”.

definição da época e queira Deus que ele não pare no Catete, fazendo na presidência ainda pior do que acaba de fazer no estado, para vergonha de nossa cultura e sentimentos liberais” (LIMA BARRETO, 2004, p. 294).

Mas essa não seria a única crítica de Lima Barreto aos jesuítas, à Igreja, como a que tece quando se refere a Altino Arantes. Ele aprofunda a crítica, desmistificando a falácia da existência de um Estado laico, e demonstrando sua perspectiva de sempre indignar-se. Daí dirigir-se a esse debate na crônica *Padres e frades*, em *Lanterna*, do dia 23 de março de 1918.

Eu não me canso nunca de protestar. Minha vida há de ser um protesto eterno contra todas as injustiças. Li agora nos jornais que o Senhor Venceslau Brás, que dizem ser presidente da República, consentiu que padres católicos embarcassem no navio de guerra nossos, que vão ficar a serviço da Inglaterra. Protesto! Eu creio (vejam que gosto sempre de falar na primeira pessoa) eu creio que o Senhor Venceslau Brás deve saber a Constituição; e, se ele não sabe, muito menos eu, e tenho, portanto, o direito de fazer o que quiser. Mas sei, porque a li agora. Vejamos, Senhor Venceslau Brás, o Art. 72, Seção II, 'Declarações de Direitos', parág. 7: 'Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência, ou aliança com o Governo da União, ou dos estados'. Onde foi, portanto, Vossa Excelência, que é assessorado pela grande inteligência do Hélios Lobo, vulgo secretário da presidência, buscar autoridade para consentir que, nos navios de guerra do Brasil, embarquem padres? Se Vossa Excelência julga que isso é uma simples assistência espiritual, tomo a liberdade de dizer a Vossa Excelência que lá tenho um parente que é simplesmente espiritista, e como tal tem direito a essa assistência, só sendo ela regularmente feita por um médium vidente da minha amizade... Eu, Senhor doutor Venceslau Brás, sou budista, e, quando embarcar, quero um bonzo ao meu lado, mesmo que seja o Pelino Guedes. O que esses padres querem é solidificar a burguesia, à custa de fingir caridade e piedade (LIMA BARRETO, 2004, p. 326).

Lima Barreto explicita a relação entre essa subvenção religiosa e o interesse de solidificar a burguesia. Em todo caso, uma das suas crônicas mais conhecidas é intitulada *No ajuste de contas...*, publicada no *A.B.C.*, no dia onze de maio de 1918, ela ficou mais conhecida como *Manifesto Maximalista*. Nessa ele inicia dizendo que a nossa burguesa finança governamental só conhece dois remédios para equilibrar os orçamentos: aumentar os impostos e cortar lugares de amanuenses e serventes. “Fora desses dous paliativos, ela não tem mais beberagem de feiticeiro para curar a crônica moléstia do *deficit*” (LIMA BARRETO, 2004, p. 336).

Enquanto as reformas com hipotéticas economias são em geral obra dos ministros, o aumento de imposto parte, em geral, dos nossos financeiros parlamentares. Eles torram os miolos para encontrar meios e modos de inventar novos; e, como bons burgueses que são, ou seus prepostos, sabem, melhor que o imperador Vespasiano, que o dinheiro não tem cheiro. Partem desse postulado que lhes remove muito obstáculo e muitas dificuldades e chegam até às latrinas, como aconteceu o ano passado. Essa pesada massa de impostos, geralmente sobre gêneros de primeira necessidade, devendo ser democraticamente igual para todos, vem verdadeiramente recair sobre os pobres, isto é, sobre a quase-totalidade da população brasileira, que é de necessitados e pobríssimos, de forma que as taxas dos Colberts da nossa representação parlamentar conseguem esta cousa maravilhosa, com as suas medidas

financeiras: arranham superficialmente os ricos e apunham mortalmente os pobres. Pais da pátria. Desde que o governo da República ficou entregue à voracidade insaciável dos políticos de São Paulo, observo que o seu desenvolvimento econômico é guiado pela seguinte lei: tornar mais ricos os ricos; e fazer mais pobres os pobres (LIMA BARRETO, 2004, p. 336).

Ele intensifica sua crítica aos “pais da pátria”, apontando a origem de todos os seus interesses, o uso da propriedade privada, e demonstra o significado da estrutura agrária brasileira e seu caráter concentrador. Isso tudo, é bom que se diga, apesar da limitação de Lima Barreto em atribuir à oligarquia de São Paulo a grande responsabilidade por tornar os ricos cada vez mais ricos e os pobres mais pobres, de certa maneira eximindo as demais oligarquias locais, que na realidade também eram parte do acerto de expansão das relações de produção capitalistas e dessas beneficiárias, nos moldes das relações políticas na Primeira República. Por outro lado, sua ênfase no papel hegemônico exercido pela oligarquia paulista, explicita a importância das frações de classe e a predominância de interesses locais sobre os supostos interesses nacionais.

Ora, os fundamentos da propriedade têm sido revistos modernamente por toda a espécie de pensadores e nenhum lhe dá esse caráter no indivíduo que a detém. Nenhum deles admite que ela assim seja nas mãos do indivíduo, a ponto de lesar a comunhão social, permitindo até que meia dúzia de sujeitos espertos e sem escrúpulos, em geral fervorosos católicos, monopolizem as terras de uma província inteira, títulos de dívida de um país, enquanto o Estado esmaga os que nada têm com os mais atrozes impostos. A propriedade é social e o indivíduo só pode e deve conservar, para ele, de terras e outros bens, tão somente aquilo que precisar manter a sua vida e de sua família, devendo todos trabalhar da forma que lhes for mais agradável e o menos possível, em benefício comum. Não é possível compreender que um tipo bronco, egoísta e mau, residente no Flamengo ou em São Clemente, num casarão monstruoso e que não sabe plantar um pé de couve, tenha a propriedade de quarenta ou sessenta fazendas nos estados próximos, muitas das quais ele nem conhece nem as visitou, enquanto, nos lugares em que estão tais latifúndios, há centenas de pessoas que não têm um palmo de terra para fincar quatro paus e erguer um rancho de sapê, cultivando nos fundos uma quadra de aipim e batata-doce (LIMA BARRETO, 2004, p. 338-338).

“É difícil de imaginar, para quem se atém unicamente 'ao que se vê', como esse negócio de apólices é o cancro do orçamento e a fonte de todos os nossos males, provocados pelo critério supersticioso que tem os nossos financistas sobre a propriedade privada” (LIMA BARRETO, 2004, p. 339). Segundo Lima Barreto, como se pode notar, uma atitude fundamental é a capacidade de desmistificar os mecanismos subterrâneos de reprodução das relações de dominação e exploração baseados na propriedade privada.

No entanto, como a crítica de Lima Barreto é uma crítica revolucionária, ele também sugere a alternativa política, a revolução social, necessária para se por fim a esse estado de coisas. Pois afirma que uma outra medida que se impõe é o confisco dos bens de certas ordens

religiosas, bens que representam dádivas e ofertas da piedade, de várias gerações de brasileiros e agora estão em mãos de estranhos, porque os nacionais não querem mais ser frades. Pode-se admitir que os conventos sejam asilos de crentes de ambos os sexos que se desgostaram com o mundo. Mas, para os conventos de freiras não se entra sem um bom dote em dinheiro, um caríssimo enxoval, e, afora exigências de raça, de sangue e de família. Só se desgosta com o mundo e tem ânsia de ser esposa de Cristo as damas ricas e brancas, como a Nossa Senhora da Aparecida, de São Paulo. Nos mosteiros de frades, também, são todos ricos, e não se é possível entender como criam tantos entraves a entrada no mosteiro quando o interesse da Igreja seria facilitar a entrada de pessoas. Há quem suspeite que esse dinheiro todo, os santos monges pretendem empregá-lo para a nossa desunião (LIMA BARRETO, 2004, p. 340). Já eram conhecidas, nesse contexto, medidas de expropriação da Igreja como àquelas tomadas pela Comuna de Paris, e o caráter proletário desse tipo de apropriação da propriedade privada e a necessidade de seu uso para fins coletivos. Incluindo, necessariamente, o fim da educação de caráter confessional.

Desse modo, segundo Lima Barreto, um governo enérgico e oriundo do povo que surgir tem o dever de confiscar esses bens, de retalhar as suas imensas fazendas, de aproveitar seus edifícios para estabelecimentos públicos e vender, assim como as terras divididas, os prédios de aluguel que essas ordens possuem, em hasta pública. Isso ainda deveria ser complementado pela supressão pelo governo dos colégios de religiosos de ambos os sexos, sobretudo os destinados a moças ricas, por intermédio dos quais o clero acaba dominando os seus futuros maridos e amantes e influindo, quando ocupam cargos no governo, decisivamente nos atos dos poderes políticos do país e obtém nossa regressão aos áureos tempos das fogueiras e do beatício hipócrita (LIMA BARRETO, 2004, p. 341). Evidencia o literato carioca, já nas primeiras linhas que apontamos abaixo, o caráter ficcional do discurso nacionalista. Afinal, em nome da nação, a partir do século XIX, se fez guerras, revoluções e modificações no mapa político mundial. No caso em questão, esse discurso na realidade obscurece que o interesse da classe dominante se sobrepõe à ficção nacionalista, e Lima Barreto percebe isso.

Uma das mais urgentes medidas do nosso tempo é fazer cessar essa fome de enriquecer característica da burguesia que, além de todas as infâmias que, para tal, emprega, corrompe, pelo exemplo, a totalidade da nação. Para amontoar milhões, a burguesia não vê óbices morais, sentimentais nem mesmo legais. Toca para adiante, passa por cima de cadáveres, tropeça em moribundos, derruba aleijados, engana mentecaptos; e desculpa-se de todas essas baixeiras, com a segurança da vida futura dos filhos. Não encontraria mais motivo para proceder dessa maneira, mais infame do que o dos antigos salteadores dos grandes caminhos, se riscássemos do Código

Civil o direito de testar, e as fortunas, por morte dos seus detentores, voltassem para o Estado; e nisto, imitariamos os seus maiores, os burgueses da Revolução Francesa, que golpearam profundamente a nobreza, estabelecendo a igualdade de herança entre os filhos. O feudo, o castelo desapareceram, pois a fortuna deixou de passar intacta ou quase intacta, do marquês para o seu filho mais velho. Todas essas medidas têm caráter financeiro, sem deixar de ter social; mas, a que me parece, mais urgente, é uma reforma radical do casamento, medida puramente social (LIMA BARRETO, 2004, p. 341, destaque nosso).

O divórcio, na opinião de Lima Barreto, seria completo e poderia ser requerido por um dos cônjuges e sempre decretado, mesmo que o motivo alegado fosse o amor deles por uma terceira pessoa (LIMA BARRETO, 2004, p. 341-342). Mas, em sua atividade de “crítica desapiedada do existente”, como dizia Marx, o literato enfatiza a necessidade de superação do fetichismo das leis e da compreensão das relações sociais como dado imutável e natural. É por isso que continua a desmistificar as leis e demais expressões jurídicas de uma realidade contraditória e marcada pela luta de classes. Esse fetichismo acerca das leis, que Lima Barreto propõe a superação, é um elemento fundamental na sustentação de ideologias como o nacionalismo, assim como o caráter natural atribuído ao Estado.

Apelo para todos aqueles que não têm a superstição da lei, dos códigos, dos praxistas, dos acórdãos, dos arestos, do Pegas, do Lobão, das Ordenações e outros alfarrábios caducos; e quanto aos doutores do Direito que estão envenenados, intoxicados até à medula, com tudo o que decorre do sinistro e cruel direito romano, codificado, em grande parte, por um tirano das margens do Propôntida e pela prostituta sua mulher, como diz Condorcet, nas suas *Réflexions sur l'Esclavage des Nègres*; quanto a tais chacais e hienas a serviço dos burgueses, eu tomo a liberdade de dizer-lhes que, tarde ou cedo, sem eles ou com eles, há de se fazer uma reforma social contra “o Direito” de que são sacerdotes, pois o seu deus já está morto no coração da massa humana e só falta enterrá-lo, com o seu cortejo de apostilas e sebentas, de consolidações e manuais, não levando tal enterro senão as grinaldas dos arqueólogos, antiquários, geólogos e paleontólogos. “Resquiescat in pace” (LIMA BARRETO, 2004, p. 342).

O romancista ainda atesta que muitas outras medidas radicais lhe passam pela cabeça, como, por exemplo: revisão draconiana nas pensões graciosas; reforma cataclísmica no ensino público, “suprimindo o 'doutor' ou tirando deste a feição de brâmane do código de Manu, cheio de privilégios e isenções”; a confiscação de certas fortunas e o acerto de contas com a burguesia etc. (LIMA BARRETO, 2004, p. 342).

Iremos, porém, devagar e por partes; e, logo acabada esta guerra que é o maior crime da humanidade, quando os filhos e os outros parentes dos pobres-diabos que lá estão morrendo às centenas de milhares, ou se estropiando, tiverem de ajustar contas com esta burguesia cruel, sem caridade, piedade e cavalheirismo, que enriqueceu e está se enriquecendo de apodrecer, com esse horroroso crime, nós, os brasileiros, devemos iniciar a nossa Revolução Social, com essas quatro medidas que expus. Será a primeira parte; as outras, depois³⁸ (LIMA BARRETO, 2004, p. 342).

³⁸ As outras medidas sugeridas por Lima Barreto, que afirma ter se inspirado na Revolução Russa, e que apontamos acima, seria o confisco dos bens de certas ordens religiosas, o estabelecimento de um governo enérgico e oriundo do povo que retalharia as imensas fazendas, suprimiria os colégios religiosos,

Neste manifesto de Lima Barreto pode-se mensurar a influência da Revolução Russa na sua militância política. Assim como evidenciar aspectos que foram para ele uma convicção, no sentido proposto por Erich Fromm, ou seja, distinguindo-se da opinião, que é circunstancial, enquanto aquela é parte do seu caráter revolucionário e uma constante ao longo da sua trajetória. Um exemplo é sua caracterização da guerra, naquele caso a que ficaria posteriormente conhecida como a Primeira Guerra Mundial, como “o maior crime da humanidade”. Essas medidas que propôs, compreendendo os seus limites do ponto de vista revolucionário, seriam somente a primeira parte que deveria ainda se desdobrar em outras. Seu manifesto é encerrado com a esperançosa constatação de que, como disse Goethe diante da Revolução Francesa, “a face do mundo mudou”. Agora, no entanto, considerando as coisas próprias de seu tempo, era a sua vez de dizer, *Ave Rússia!*

Sobre esse processo, que faz de Lima Barreto um pensador revolucionário preocupado em compreender seu tempo, ele toma como referência a militante política russa Vera Zassulitch. Daí afirmar em crônica que ganhou como título o nome desta revolucionária russa, no jornal *Brás Cubas*, do dia quatorze de julho de 1918, que como

afirmou Dostoievski, não me lembro onde, que a realidade é mais fantástica do que tudo o que a nossa inteligência pode fantasiar. Passam-se, na verdade, diante dos nossos olhos coisas que a mais poderosa imaginação criadora seria incapaz de combinar os seus dados para criá-las. Esse caso de Vera Zassulitch, cujo retumbante processo fez estremecer a Europa, em 1878, é um deles. Tudo nele é estranho e convém ser ele lembrado agora, quando a Revolução Russa abala, não unicamente os tronos, mas os fundamentos da nossa vilã e ávida sociedade burguesa. Não posso negar a grande simpatia que me merece um tal movimento; não posso esconder o desejo que tenho de ver um semelhante aqui, de modo a acabar com essa chusma de tiranos burgueses, acorados covardemente por detrás da Lei, para nos matarem de fome, elevando artificialmente o preço dos gêneros e artigos de primeira necessidade, como: o açúcar, a carne, o feijão, o arroz, o café, o sal, o pano, à custa de estancos, de *trusts*, de *corners*, de “alívios”, tráficos de homens e outras inacreditáveis espécies de assaltos à economia de toda uma população miserável, que já não tem por si nem os ministros do Evangelho, pois os padres, freiras e irmãs de caridade, todo o clero enfim, está amarrado à causa de semelhantes opressores e os apoia de todas as formas... E nós poderíamos dizer do nosso resignado Brasil que ele, grande, imenso, rico e generoso, tendo os pés no Prata e a cabeça nas Guianas, com a gravata luxuosíssima do Amazonas ao pescoço, dorme completamente encachado, deixando que toda uma quadrilha, com lábias de patoás vários, o saqueie e o ponha a nu, como os judeus fizeram a Nosso Senhor Jesus Cristo. É assim o Brasil. Todos dormem e só se lembram, quando interrompem um pouco o sono, de apelar para o Estado, pedindo tais ou quais providências: e ninguém vê que o Estado atual é o “dinheiro” e o “dinheiro” é a burguesia que açambarca, que fomenta guerras, que eleva vencimentos, para aumentar os impostos e empréstimos, de modo a drenar para as suas caixas-fortes todo o suor e todo o sangue do país, em forma de taxa alta de preços e juros de apólices. Precisamos deixar de panaceias; a época é de medidas radicais. Não há quem, tendo meditado sobre esse estupendo movimento bolchevista, não lobrigue nele uma profunda e original feição social e

um alcance de universal interesse humano e incalculável amplitude sociológica (LIMA BARRETO, 2004, p. 364- 365).

Apesar das poucas informações que chegaram ao Brasil sobre a Revolução Russa, e a sua incompreensão do papel contrarrevolucionário do bolchevismo nesse movimento, Lima Barreto compreende que esse acontecimento não decorreu da ação de Lenin ou outros que eram chamados de doidos pelos burgueses, mas dos oficiais e os próprios soldados que se desarmaram³⁹. Já que “a reforma de ideias e sentimentos já estava feita no íntimo deles todos; e, como observou Oliveira Lima, não lhes satisfaziam muito aos ideais patrióticos e políticos; o essencial eram as medidas sociais. Puseram fora as carabinas...” (LIMA BARRETO, 2004, p. 366). No entanto, ele ainda considera e amplia o olhar para outros que fizeram e construíram a Revolução Russa, mesmo nesta crônica.

São de meditar tais palavras quando vemos o baixo interesse ou a nossa proverbial preguiça mental tentar amesquinhar os revolucionários russos com o epíteto: loucos. Entre eles, há mulheres. Há até uma Mme Kolontai, que é ou foi ministro do Bem Público; não é de hoje, porém, que as mulheres russas, moças, em geral, se envolvem nesse movimentos, altruisticamente subversivos, do império dos Romanoffs. Esta Vera Zassulítz, que teve uma celebridade universal, é como o símbolo delas todas. Acoimada de loucura, foi verificado que nada tinha disso. De resto, essa história de loucura, como muitas outras, é simplesmente questão de sentido da contagem; para a esquerda do zero, é negativo; para a direita, é positivo. Mais nada (LIMA BARRETO, 2004, p. 366).

A revolução pleiteada por Lima Barreto, tem como característica incidir em uma transformação das relações sociais cotidianas, seja na educação, na família, nas formas de participação política e no regime de propriedade, por exemplo. Isso pode ser constatado, em meio às várias crônicas, na intitulada *Não há remédio*, do dia vinte de julho de 1918, onde explicita a necessidade dessa transformação por meio da crítica aos jesuítas e seu papel na constituição da sociedade brasileira e seu processo de socialização.

Em política, eles [os jesuítas] são completamente contra a intromissão da massa dos homens na gestão dos seus destinos. Querem para dirigir a maior parte da sociedade uma casta, baseada nisto ou naquilo, a que eles prestam toda a força de que dispõem sobre o povo, embrutecendo-o com uma educação defeituosa, que só orna a memória, e pregando a mais total obediência aos doges, ou aos reis, aos caciques ou que outros nomes tenham os tiranos e parasitas. Na família, obstam, como todos os seus refinados argumentos, hipócritas, a instituição do divórcio; cultivam entre os cônjuges que se odeiam a mútua falsidade de gestos e palavras, para não consentir no estabelecimento do divórcio completo; reforçam a estúpida concepção de honra conjugal, uma brutal ideia do medievo, que leva os nossos pobres homens de hoje a praticar selvagens assassinatos, que eles não seriam capazes de fazer se não fora essa cultura paleolítica de ideias, sentimentos e noções de que se incumbem os padres em geral. Têm da propriedade a concepção mais atrozmente burguesa que se pode imaginar. Eles prestigiam os espertalhões e mais agiotas de tal modo que, não

³⁹ “Não foram os doidos, como Lênine e outros são chamados pelos burgueses; não foram eles. Foram os oficiais e soldados que se desarmaram a eles mesmos” (LIMA BARRETO, 2004, p. 365-366).

podendo aproveitar tudo o que possuem, deixam, entretanto, muitos homens, mulheres e crianças morrer à míngua. Eles prestigiam essa gente e são prestigiados por ela. A crítica mais ligeira, mais superficial, dá em terra com todas as suas ideias políticas e sociais; portanto, com aquelas que interessam mais de perto a humanidade, pois o homem só pode viver em sociedade. A revisão delas já foi feita por muitos extraordinariamente mais competentes do que eu, e não seria em uma simples palestra que eu poderia repeti-las (LIMA BARRETO, 2004, p. 370-371).

No calor dos acontecimentos, no agitado novembro de 1918, no dia trinta, na crônica *Da minha cela*, publicada no *A.B.C.*, ele se opõe ao artigo de um articulista do jornal *O País* que incorria em vários equívocos acerca do que chama de maximalismo ou anarquismo. Em *A matemática não falha*, na *Revista Souza Cruz*⁴⁰, de sete de dezembro de 1918, Lima Barreto comentando a sua aposentadoria que estava por confirmar-se, fala da sua atividade na Secretaria de Guerra e constrói uma representação muito clara do exercício da atividade burocrática, da sociedade burguesa e da burocracia enquanto classe social. Ele diz que sua condição de amanuense, durante quinze anos [na verdade, dezesseis], fora uma atividade imprevista que o levou a assistir de excelente lugar na plateia, uma das partes mais curiosas da administração republicana (LIMA BARRETO, 2004, p. 406).

Neste como naquele, nesta ou naquela profissão, tenham-se as melhores ou piores aptidões, o que se nos pede nessa sociedade burguesa e burocrática é muita abdicção de nós mesmos, é um apagamento da nossa individualidade particular, é um enriquecimento de ideias e sentimentos comuns e vulgares, é um falso respeito pelos chamados superiores e uma ausência de escrúpulos próprios, de modo a fazer os tímidos e delicados de consciência não suportar sem os mais atrozes sofrimentos morais a dura obrigação de viver, respirar a atmosfera deletéria de covardia moral, de panurgismo, de bajulação, de pusilanimidade, de falsidade, que é a que envolve este ou aquele grupo social e traz o sossego dos seus fariseus e saduceus, um sossego de morte da consciência. Os delicados de alma, nos nossos dias, mais do que em outros quaisquer, estão fatalmente condenados a errar por toda a parte. A grosseria dos processos, a “embromação” mútua, a hipocrisia e a bajulação, a dependência canina, é o que pede a nossa época para dar felicidade ao jeito burguês. É a época dos registros e dos tabeliães, mas é o tempo das maiores falsificações; é a época dos códigos, sendo também o tempo das mais vastas ladroerias; é a época das polícias aperfeiçoadas, apesar de que é o tempo dos crimes monstruosos e impunes; é o tempo dos fiadores, endossantes, etc., verificando-se nele os maiores “calotes”; é a época dos diplomas e das cartas, entretanto, sobretudo entre nós – é o tempo da mediocridade triunfante, da ignorância arrogante, escondida atrás de diplomas de saber; etc., etc. Quem fez nas primeiras idades uma representação da vida cheia de justiça, de respeito religioso pelos direitos dos outros, de deveres morais, de supremacia do saber, de independência de pensar e agir – tudo isto de acordo com as lições dos mestres e dos livros; e choca-se com a brutalidade do nosso viver atual, não pode deixar de sofrer até o mais profundo do seu ser e ficar abalado com esse choque para toda a vida, desconjuntado, desarticulado, vivendo aos trambolhos, sem norte, sem rumo e sem esperança. Um espírito que criou, para si, um ideal de vida muito diferente da que a nossa atual de fato apresenta, conclui que tanto vale ter isto ou aquilo; que os homens são insuportáveis, tolos, injustos e que devemos vê-los, ricos e os seus sábios secretários, na sua hipocrisia de tartufos, na sua miséria

⁴⁰ A *Revista Souza Cruz* era uma revista de grande qualidade gráfica, destinada a um público leitor mais sofisticado. O fato de publicar crônicas, ensaios e contos de Lima Barreto indica o prestígio que o escritor alcançava (LIMA BARRETO, 2004, p. 411).

moral, na sua abjeção necessária, como atores de uma comédia que nos deve fazer rir, sem esquecer de ter pena deles, pois os seus esgares, as suas 'pinturas', as suas roupagens brilhantes de reis, de príncipes, de papas, ou os trapos de mendigos que os vestem, a sua 'caracterização', enfim, tem por destino ganhar dinheiro, a fim de que não morram de fome, eles, as mulheres e os filhos. Sem que me atribua qualidades excepcionais, detesto a hipocrisia e por isso digo que deixo o emprego sem saudades (LIMA BARRETO, 2004, p. 406-407).

Segundo Lima Barreto, o seu esforço era se livrar de tal lugar, que se transformou para ele em um inquisitorial aparelho de torturas espirituais que lhe impedia de pensar tão somente no esplendor do mistério e rir-se à vontade desses bonecos sarapintados de títulos e distinções que, não sem pena, lhe fazem gargalhar interiormente para mais perfeitamente gozar a bronca estultícia deles (LIMA BARRETO, 2004, p. 407-408). Nas suas condições concretas, o literato, em seu caráter revolucionário, desmistifica as falsas esperanças que o governo nutria em alguns durante a Guerra do Paraguai, e à conveniência com que se propagavam ideais nacionalistas, patrióticos, tendo em vista a guerra.

À vista desse exemplo e de outros mais significativos, talvez, mas pouco pitorescos, é de crer que o Império e a literatura patriótica da ocasião tenham posto no espírito dos voluntários do Paraguai grandiosas esperanças de toda ordem. E mesmo vez de todos os governos, quando precisam de soldados para suas guerras, isso fazerem. O nosso não podia fugir da regra e, ao se ver de braços com o *El Supremo* do Paraguai, se não disse francamente aos voluntários que, se voltassem, não teriam mais que trabalhar para viver, prometeu com certeza grandes cousas, pois todos com que tratei estavam possuídos de uma forte convicção dos deveres do Estado para com eles (LIMA BARRETO, 2004, p. 409).

Em *Carta aberta*, publicada no A.B.C, no dia quatorze de dezembro de 1918, Lima Barreto ainda alerta para o despotismo da burguesia enriquecida com a guerra, por todos os meios lícitos e ilícitos, honestos e imorais, de mãos dadas com as autoridades públicas e os representantes do povo. Aqueles que tantas vezes chamara de “Pais da Pátria”. Destacando que passado o momento dos governos militares, o que chamamos de República de Espada (1889-1894), a ditadura agora seria exercida pela burguesia e seus representantes políticos.

Não são mais os militares que aspiram à ditadura ou a exercem. São os argentários de todos os matizes, banqueiros, especuladores da bolsa, fabricantes de tecidos, etc., que, pouco a pouco, a vão exercendo, coagindo, por esta ou aquela forma, os poderes públicos, a satisfazer todos os seus interesses, sem consultar o da população e os dos seus operários e empregados. Vossa Excelência [Rodrigues Alves, presidente eleito do Brasil], já pela sua idade, já pelos seus conhecimentos, já pela experiência que deve ter de semelhante gente, certamente, mesmo estando longe, tem observado e registrado tão anômalo fato. O Centro Industrial, por exemplo, o esotérico e cabalístico Centro Industrial, realiza sessões secretíssimas, cujas atas são assinadas, não por indivíduos, mas por firmas de institutos, de sociedades industriais, e expede intimações ao governo que, diante delas, estremece. A associação Comercial, graças à vaidade de alguns dos seus diretores, aos quais as glórias de Demóstenes e de Cícero não deixam dormir, não se esconde no mistério. Fala alto e grosso e intimida o governo com ameaça de represálias da honrada classe comercial (LIMA BARRETO, 2004, p. 413).

Mas a classe dominante não exercia sua influência, sua ditadura, destituída de instituições como a imprensa, por exemplo. Esta, tão criticada por Lima Barreto em *Recordações do escrivo Isaias Caminha*, colocava-se à disposição dessa classe para deturpar as manifestações da classe operária, como ocorrera com as grandes greves em novembro de 1918. Explícita-se, nesse caso a aliança entre a força repressiva policial e os meios privados de comunicação, no caso os jornais que se opunham à classe operária organizada.

Depois do motim de 18 [do mês passado], ingênuo que foi, por assim dizer, o gabinete do chefe de polícia se encarregou de mandar publicar nos jornais, como sendo propósitos, objetivos dos rebelados, as mais torpes invenções ou as mais estúpidas que a imaginação dos seus auxiliares criava. A ligeireza proverbial dos nossos grandes jornais, quase todos, por isso ou aquilo, gratos aos grandes burgueses, não as examinou detidamente e espalhou-as aos quatro ventos, servindo as folhas volantes, algumas de boa-fé e outras conscientemente, aos intuits cavilosos da alta administração policial, que procurava tornar antipática a causa dos operários aos olhos da população. Não é só isso. As crônicas e artigos que apareceram, dias depois, obedeciam todos a um mesmo esquema (LIMA BARRETO, 2004, p. 415).

Todos os artigos que cumpriam esse papel, segundo Lima Barreto, se não são iguais, são parecidos. Os pontos capitais em que se tocam podem ser reduzidos a quatro: a) acoimam de estrangeiros os agitadores, que estariam explorando a boa-fé dos operários brasileiros, à custa dos quais vivem sem trabalhar; b) debocham, com a Ciência do *Bom homem Ricardo* e a profundeza dos julgamentos de Sancho Pança, na Ilha da Barataria, as doutrinas e ideias dos amotinados, das quais os autores dos artigos só tem conhecimento pela versão cavilosa dos poderes policiais; c) exaltam a doçura, a resignação e o patriotismo do operário brasileiro; e, finalmente, admitem que os operários tem motivos de queixa, mas que, em vez de fazerem distúrbios, devem esperar serenamente a ação governamental: Código de Trabalho, etc., etc. (LIMA BARRETO, 2004, p. 415). Diante da apropriação dos jornais pela classe dominante a imprensa operária, onde Lima Barreto contribui muitas vezes, tinha dificuldades em competir com os jornais burgueses. Nesse contexto de mercantilização os operários deixam de ser produtores de notícias e passam a ser somente leitores.

Ela [a ambiência mental da imprensa periódica] é feita com o desconhecimento total do que se passa fora da sua roda, um pouco da política e da dos literatos, determinando esse desconhecimento um desprezo mal disfarçado pelas outras profissões, sobretudo as manuais, e pelo que pode haver de inteligência naqueles que as exercem. Junte-se a isto uma admiração estulta pelos sujeitos premiados, agaloados, condecorados, titulados e as opiniões deles; considere-se ainda as insinuações cavilosas dos espertalhões interessados nisto ou naquilo, que cercam os homens de jornais de falsos carinhos e instilam no seu espírito o que convém às suas transações; leve-se em conta ainda mais que todo o plumitivo tem amor à pilhéria e não perde vaza para fazê-la, mesmo que seja injusta; e, por fim, em certos casos, obrigados pela natureza da profissão, são eles chamados a avançar julgamentos

precipitados, improvisados sobre questões de que não conhecem os mais simples elementos. Tudo isso e mais alguns outros aspectos peculiares à vida jornalística formam o que se pode chamar, e eu chamarei, a ambiência intelectual da imprensa quotidiana. Para os homens de jornal, as nossa ideias de Estado, de direito e propriedade são intangíveis; promanam diretamente de Deus e são inabaláveis. Por deficiência de leitura, de meditação, de reflexão, excelentíssimo Senhor conselheiro [Rodrigues Alves, presidente eleito do Brasil], em geral, os jornalistas não percebem que, no correr das idades, nesta ou naquela parte da Terra, devido a estes ou àqueles fatores, tais ideias se têm revestido de diversos aspectos e formas várias e nada nos garante que as que temos nós atualmente não possam ser modificadas, desde que o seu uso ou abuso venha a mostrar, como está acontecendo, que, longe de serem úteis, são nocivas e prejudiciais à humanidade (LIMA BARRETO, 2004, p. 416).

Dentre os escritos políticos de Lima Barreto, um dos mais representativos da sua representação da nação, é a crônica *Procurem a sua Josefina!* Publicada no *A.B.C.*, em quatro de janeiro de 1919, onde recorda como Maquiavel, Rousseau e Fénelon, por exemplo, escreveram conselhos aos governantes. Então, vai transmitir aos leitores os preceitos que o seu “obscuro amigo Alamiro Viana” julgava próprios para fazer um perfeito governante na nossa terra. Ele expôs a Lima Barreto, segundo narrativa construída por este, as suas ideias, em diversas épocas e ocasiões. Ele porém vai resumi-las e expô-las num só corpo, como se assim ele lhes tivesse feito: a natureza do regime determina que o presidente da República deve provir das camadas médias e atravessar vagarosamente os cargos políticos e administrativos que o ponham em evidência; não é de supor que tenha uma grande ilustração nas letras, nas ciências e nas artes; formado bacharel ou qualquer outra coisa, o seu comércio com os livros deve ser pouco a pouco abandonado, pois isto exigiria um tempo que deve ser mais bem empregado no estudo de coisas eleitorais e no cultivo de relações com pessoas poderosas e decisivas no lugar em que ele começa sendo juiz, promotor ou médico de aldeia, como também os livros lhe tirariam a energia precisa ou a dispersaria quando é seu dever consagrá-la toda a um único propósito: subir (LIMA BARRETO, 2004, p. 444).

Lima Barreto ainda acrescenta que o principal e mais fecundo ideal do político é não querer fazer nada de útil aos outros e tratar unicamente de si, da sua fortuna pessoal e da família. O bom deputado não deve ter opinião sobre coisa alguma, para poder ter aquela que for do agrado dos chefes. Dando na vista e apresentando opiniões suas, parecerá a estes que o novo parlamentar quer se emancipar deles ou mesmo dominá-los ou dar-lhes o tombo. De quando em quando, o nosso futuro presidente deve afirmar a necessidade imperiosa de tratarmos do desenvolvimento da indústria pecuária e do fortalecimento da federação nacional, não permitindo a deturpação do regime. Há a necessidade de fazer o político que tenciona chegar à presidência uma escolha: o casamento. Um homem hábil que deseje

guindar-se às alturas políticas deve ter muito cuidado na escolha da esposa. O político que almeja o Catete deve encontrar a sua em casamento mais complexo, de natureza muito especial, não esquecendo nunca de ter em vista estes dois princípios: a) fazer fortuna; b) não ter nenhum propósito de beneficiar a comunhão geral (LIMA BARRETO, 2004, p. 444).

Sobre o maximalismo, crônica de Lima Barreto publicada na *Revista Contemporânea*, no dia primeiro de março de 1919, ele estabelece um debate conceitual, com Azevedo Amaral, que publicou no *O País*, que Jean-Jacques Rousseau era anarquista ou que o anarquismo tinha origem na “filosofia sentimental e chorosa” do autor do *Contrato social*. Ao que Lima Barreto se opôs frontalmente, demonstrando a importância da delimitação conceitual, exercendo no âmbito da luta cultural a prática de colocar as coisas no seu devido lugar. Daí, esclarecer, opondo-se ao fetichismo da lei, por exemplo, que Rousseau não tinha qualquer relação com o anarquismo.

Rousseau, ao contrário, é um crente da Legislação e do Estado, que organiza como uma máquina poderosa, para triturar o indivíduo, cujas atividades de toda a ordem devem ser marcadas por leis draconianas. Jean Jacques, como toda a ordem devem ser marcadas por leis draconianas. Jean-Jacques, como toda a gente sabe, era um grande admirador do despotismo do Estado, existente em Esparta, a que houve de fato ou a que está nas vidas dos seus heróis, Licurgo, Agesilau, etc., contadas por Plutarco. Houve até quem dissesse que ele era um duro Calvino leigo. Como esse seu espírito está longe do anarquismo!... Ele é um crente na eficácia do estado e da Legislação; e não há autor anarquista que seja capaz de subverter tais palavras. Não há um, e com razão, que não negue o Estado e duvide da eficácia da Legislação. Em geral, o que o anarquismo quer é soltar os homens, deixá-los agir livremente, sem leis, nem regulamentos, ou peias legais quaisquer, para que, pela livre e autônoma ação cada uma das forças individuais, em virtude da simpatia que nos solicita, uns para os outros, se obtenha naturalmente o equilíbrio de todas as forças e atividades humanas (LIMA BARRETO, 2004, p. 461).

Falar do anarquismo, para Lima Barreto, é mais uma oportunidade para propagandar sua perspectiva revolucionária. Essa situação acima evidencia a concepção anarquista de Lima Barreto, sua oposição ao Estado, a nação, e pode ser compreendida a partir das relações sociais concretas, onde nas primeiras décadas do século XX no Distrito Federal as jornadas de trabalho chegavam a ser de 14 horas. Os operários moravam em cortiços em condições insalubres e havia assimetria salarial entre os trabalhadores mais ou menos qualificados. Essa realidade, que tem como fundamento a exploração dos trabalhadores a partir de relações sociais que geram mais-valor absoluto, levaram à lutas sociais intensas. Foram as greves as primeiras manifestações do operariado. No entanto, vieram somar a esse contexto a influência da Revolução Russa e o agravamento da crise econômica provocado pela Primeira Guerra Mundial. Tudo isso levou Lima Barreto, como intelectual engajado, a participar ativamente, associando-se aos interesses do proletariado, e dos debates candentes do seu tempo. Daí

explicitar suas convicções acerca da sociedade, seu projeto para esta, e a urgência de uma sociedade que supere a existência das condições na qual a classe operária vivia naquele início do século XX. Portanto, a citação abaixo demonstra a oposição do literato ao capitalismo, e também evidencia o limite da sua crítica, tendo em vista o caráter moralista desta (comum a certos anarquistas), apesar de apontar para a necessidade de uma convulsão violenta que extermine essas condições.

Em resumo, porém, se pode dizer que todo o mal está no capitalismo, na insensibilidade moral da burguesia, na sua ganância sem freio de espécie alguma, que só vê na vida dinheiro, dinheiro, morra quem morrer, sofra quem sofrer... Com tais casos à vista, cabe bem aos homens de coração desejar e apelar para uma convulsão violenta que destrone e dissolva de vez essa *societas sceleris* de políticos, comerciantes, industriais, prostitutas, jornalistas *ad hoc*, que nos saqueiam, nos esfaimam, emboscados atrás das leis republicanas. É preciso, pois não há outro meio de exterminá-la. Se a convulsão não trouxer ao mundo o reino da felicidade, pelo menos substituirá a camada pobre, ruim, má, exploradora, sem ideal, sem gosto, perversa, sem inteligência, inimiga do saber, desleal, vesga que nos governa, por uma outra, até agora recalcada, que virá com outras ideias, outra visão da vida, com outros sentimentos para com os homens, expulsando esses Shylocks que estão aí, com os seus bancos, casas de penhores e umas trapalhadas financeiras, para engazopar o povo. A vida do homem e o progresso da humanidade pedem mais do que dinheiro, caixas-fortes atestadas de moedas, casarões imbecis com lambrequins vulgares. Pedem sonho, pedem amor, pedem felicidade; e esta, a não ser que seja um burguês burro e intoxicado de ganância, ninguém pode ter, quando se vê cercado da fome, da dor, da moléstia, da miséria de quase toda uma grande população (LIMA BARRETO, 2004, p. 464-465).

Dentre os literatos brasileiros, Lima Barreto tem uma perspectiva de engajamento ímpar. Em *O jardim botânico e as suas palmeiras*, publicado em *Tudo*, no dia 26 de junho de 1919, aponta a debilidade da burguesia no Brasil, inclusive nos seus critérios estéticos. Afinal, o campo artístico, assim como o campo literário, é para o romancista mais um espaço de luta cultural e social. Por isso, pensando na burguesia do seu tempo e na necessidade da sua supressão, afirma na realidade o seguinte:

A nossa burguesia republicana é a mais inepta de todas as burguesias. Não tem gosto, não tem arte, não possui o mais elementar sentimento da natureza. Há nela pressa em tudo: no galgar posições, no construir, no amor, no ganhar dinheiro, etc. Vai, nessa carreira, atropelando, vai matando, vai empurrando tudo e todos; e, como não tenha educação, cultura e instrução, quando se apossa o dinheiro, ganha bem ou mal, não sabe refletir como aplicá-lo, num gesto próprio e seu; então, imita o idiota que procura em comprar o que for o caro, porque será decerto o mais belo. É por isso que ela se está amontoando nas praias de fora da barra, construindo casas em cima de areias e restingas, sob o açoite dos ventos implacáveis e fortes, onde não poderão medrar pujantes as grandes fruteiras, mangueiras, jaqueiras, cajazeiros, que são ainda o encanto das velhas chácaras que herdamos da burguesia titulada do Império e mesmo da Colônia. Quando, meu Deus, ficaremos livres da burguesia?! (LIMA BARRETO, 2004, p. 528).

Na crítica a essa república de plutocratas, burgueses e coronéis, Lima Barreto

sentencia quais expectativas se poderia ter da ação dessas classes sociais na sociedade brasileira. Tratando d' *O edifício da cruz vermelha*, no jornal *Hoje*, publicado dia dez de julho de 1919, deixa claro o comportamento parasitário e dependente dessas classes.

É inútil esperar qualquer coisa dessa gente [que gravita em torno da república do dólar] que, não contente de estar sob o guante americano, ainda procura narcótico jesuítico para se anular, e o vai impingir às crianças, nas escolas, à força do poder do Estado, julgando legítimo isso, porque sofrera também império semelhante que destruiu nela a rebeldia indispensável ao progresso humano, mas a deixou, em compensação, viver à tripa forra (LIMA BARRETO, 2004, p. 553).

Todavia, dentre os limites da crítica barretiana, que em geral também é uma limitação do anarquismo – por mais que esse seja uma forma de expressão política do proletariado – é o caráter moralista dessa, apontando para questões como ambição, falta de moral, estética, sentimentos etc. O que se deve, entre outros motivos, a ausência de uma teoria do capitalismo no acúmulo teórico do anarquismo.

3.2- República de Mandarins Literários

Um termo recorrente nos escritos políticos de Lima Barreto é *mandarins literários*, ou seja, sua crítica também colocou em questão a classe intelectual de sua época e toda aquela que não está engajada na transformação da sociedade. Na crônica *Francisco Braga - concertos sinfônicos*, por exemplo, publicada n' *A Lanterna*, em primeiro de dezembro de 1900, ele manifesta preocupação em ser crítico da produção artística nacional, em especial a música. Já no que se refere a intelectualidade, naquele momento, ele manifestava a posição desses representando-os como os iluminados da sociedade capazes de reconhecer os grandes talentos. Destaca-se também, no início da sua carreira enquanto cronista, a valoração positiva que Lima Barreto atribui às questões pátrias. O que ao longo do tempo vai afastando-se do seu horizonte, e a opinião patriótica, vai ceder lugar à convicção revolucionária e a necessidade de desmistificar ideologias.

Escrevendo para *A Estação Teatral*, na crônica *Uma coisa puxa a outra...I*, publicada no dia oito de abril de 1911, Lima Barreto reconhece que é avesso ao teatro de ribalta e o prefere como gênero literário. Faz uma crítica ao modo como a sociedade se veste para ir ao teatro, por exemplo. Explicitando sua crítica aos costumes, assim quanto à postura dos intelectuais e sua linguagem especializada e hermética, como também manifesta alguns preconceitos no que se refere as mulheres. É interessante como ele assume ter o teatro “mambembe” aberto-lhe o interesse e propiciado-lhe conhecimento para a crítica teatral.

Quando fala na mecânica, parece ter a posição de que esta é mais difícil do que o mundo das letras, talvez, humanidades etc. Explicita estar fugindo desse mundo das ciências naturais/físicas e dedicando-se ao que de fato lhe dá prazer. Ainda critica o conhecimento dos amigos acerca de teatro, na realidade, um conhecimento técnico transvestido de teoria. Quando explicita o modo como acha que se deve escrever, também faz crítica a concepção técnica da escrita por meio da tipografia, xilografia etc., e explica que assim são as pessoas que se convenceram da tal “sabedoria teatral”. Contesta a separação entre o conhecimento teatral e o conhecimento da escrita/literatura, em geral. Trata-se de clara oposição à especialização conduzida pelos intelectuais na conformação de seus campos específicos. Ele defende o teatro como gênero literário e resiste ao teatro-ribalta. Logo, desde muito cedo Lima Barreto contesta o modo como estava sendo construído o campo literário no Brasil e seu caráter de especialização.

Desde as primeiras crônicas publicadas, o literato em questão, opõe-se aos mandarins literários e ao controle que passavam a exercer na formação da cultura nacional. Em *Qualquer coisa, n'A Estação Teatral*, do dia 24 de junho de 1911, já diz que Coelho Neto – a quem se oporia por toda a vida – tratado como fina flor da mocidade literária, na verdade é uma fina flor estranha à cidade pelo nascimento, pelos sentimentos e convicções (LIMA BARRETO, 2004, p. 88). Assim como contesta a importância da construção de um Teatro Municipal tão luxuoso.

Este Rio de Janeiro é bem desgraçado. Manda fazer um teatro que custou não sei quantos mil contos, com ônix, mármore, sanefas, assírios, no puro intuito de embasbacar os argentinos, e sai-lhe um edifício, segundo dizem, defeituoso. Não contente com isso, tenta criar uma corrente de autores e uma escola dramática; o que aconteceu? Desastres. Agora, vai tentar de novo e quem põe à testa da empreitada? Coelho Neto! Decididamente, o imortal romancista está ficando um ditador das nossas letras; e me parece, vai sair-nos um Porfirio Díaz da pena. Tem em cada jornal de importância um embaixador; possui na Academia um bando, o dos *cabots*; é conselheiro dos editores e, agora, toma conta do maior teatro oficial do Brasil (LIMA BARRETO, 2004, p. 88).

Ele, ainda, especifica que os motivos que o levam a temer a ditadura de Coelho Neto são os seguintes: não pode compreender que a literatura consista no culto ao dicionário; que ela se reduza a elucidações mais ou menos felizes dos estados d'alma das meninas de Botafogo ou de Petrópolis; que sejam narrações de coisas de sertanejos; que ela não seja uma literatura de ação sobre as ideias e costumes; que ela lhe exclua dos personagens nobres ou não, e só trate de Coelho Neto; que seja caminho para empregos rendosos ou lugares na representação nacional; que ela se desfaça em ternuras por Mme Y, que brigou com o amante,

e condene a criada que furtou uns alfinetes (LIMA BARRETO, 2004, p.89). Sutilmente Lima Barreto critica aqueles que por sua vontade de se acomodar fazem elogios vários a Coelho Neto, por exemplo, explicitando um dos meios para ascensão utilizados no interior do campo literário.

Por outro lado, nosso literato sempre manifesta seu amor às letras, e a necessidade de que a produção artística tenha compromisso com as questões candentes do nosso tempo. Daí afirmar “eu quero ser escritor, porque quero e estou disposto a tomar na vida o lugar que colimei. Queimei os meus navios; deixei tudo, tudo, por essas coisas de letras” (LIMA BARRETO, 2004, p. 90). Mas pergunta então o que fazer diante dos obstáculos das letras que encontra, opõe-se a certos grupos do campo literário e sai com a seguinte afirmação: “abandonar o propósito; deixar a estrada desembaraçada a todos os gênios explosivos e econômicos de que esses Brasis e os políticos nos abarrotam?” (LIMA BARRETO, 2004, p. 90-91). Fica irritado ao narrar a situação em que um amigo, diante da defeituosa letra de Lima Barreto – o que é reconhecido por ele mesmo – o sugeriu que mudasse de letra, como se sendo a mesma feia, fosse possível torná-la bonita só por querer. Esclarece que esse amigo não diria o mesmo ao Senhor Alcindo Guanabara ou ao Senhor Machado de Assis – já que o primeiro era o príncipe do jornalismo, é deputado enquanto o segundo é chanceler das letras, homem aclamado e considerado. Já ele que não era “doutor” teria que mudar de letra, segundo esse amigo (LIMA BARRETO, 2004, p. 91). Desde muito cedo, portanto, Lima Barreto manifesta sua irritação com os privilégios e os diferentes tipos de tratamento recebidos no interior do campo literário.

Uma das dificuldades que alguns encontravam, no caso àqueles que não fazem parte do grupo hegemônico dentro do campo literário, era ter condições para a publicação dos seus textos. Tinha grande importância esse processo, mas alguns encontravam mais dificuldades do que outros. Um exemplo, foi Lima Barreto, que não encontrou no Brasil nenhum editor para sua primeira obra: *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, que teve sua primeira edição enquanto livro, por parte de uma editora portuguesa. As disputas no interior do campo literário são explicitadas na crônica *O Garnier morreu*, na *Gazeta da Tarde*, em sete de agosto de 1911, quando celebra a morte do principal responsável por edições de obras no Brasil. Caracterizando-o como “velho rico, ignorante das nossas coisas, certamente já mentecapto, o seu critério nas publicações era o dos pistolões recebidos e do nome que o autor tinha no mundo” (LIMA BARRETO, 2004, p. 103). Explica não tratar-se de uma questão pessoal, pois nunca tentou editar-se nela, já que considerava isso demorado e lhe “repugnava usar os

famosos pistolões”.

Lima Barreto indignava-se com a precariedade das condições para publicação no Brasil. Afinal, entendia que “não é possível que um país como o nosso só tenha um editor e esse editor seja estrangeiro, e viva fora do país, nada conheça da nossa atividade literária e mental, se deixe guiar por pistolões e recomendações” (LIMA BARRETO, 2004, p. 103). Ele deixa muito claro o caráter restritivo dessas condições para publicação no Brasil. “Essa pressão que a velha casa exercia sobre a nossa atividade literária precisava cessar, em bem nosso e das letras em geral; e a morte desse octogenário rico e egoísta talvez determine isso e eu me alegro com ela” (LIMA BARRETO, 2004, p. 104). Evidencia assim a precariedade da formação do campo literário na nação, ou seja, o quanto o Brasil sofria pressões estrangeiras na sua atividade literária.

Mas a crítica a essas condições concretas da produção literária, não fica restrita a isso. Ele também contesta a padronização estética, especialmente a do parnasianismo, aquela que predominava no seu tempo. Daí ter afirmado, nessa mesma crônica, que “entre nós, não há nada mais parecido com um poeta parnasiano do que outro poeta parnasiano” (LIMA BARRETO, 2004, p. 104).

Todavia, não se deve perder de vista que o campo literário no Brasil estava ainda em formação, tomando ainda características de profissionalização. É o próprio Lima Barreto que atesta isso na crônica *Um fato*, no *Correio da Noite*, no dia nove de março de 1915, mas também acrescenta que o campo literário não deveria ceder à lógica da mercantilização que o capitalismo inaugurara.

O que todos nós [homens de letras] desejamos, o que todos nós queremos, é tirar da nossa vocação aquilo com que viver. Seria contradição nossa pedir a fortuna, a riqueza, a abundância dos Carnegies, dos Rockefellers, ou mesmo, do Senhor Afrânio Peixoto. Todo o nosso desejo é viver de acordo com a nossa consciência, com as nossas inclinações; e, quando se sonha desde menino semelhante ideal, tudo o quanto não sirva, nos constrange, nos aborrece, nos mata e aniquila (LIMA BARRETO, 2004, p. 177).

Dentre as disputas no interior do campo literário, Lima Barreto destaca a complexidade dos debates acerca da língua. Ele sempre enfatizara a heterogeneidade que caracteriza a nossa língua, a dificuldade em estabelecer padrões e as dificuldades em resolver contendas que certamente surgem ao pretender-se padronizar a língua. É o que vemos em *Exemplo a imitar*, em *Careta*, do dia nove de outubro de 1915.

Os conselhos municipais de São Paulo e Belo Horizonte acabam de legislar sobre a obrigatoriedade de serem redigidas em língua vernácula as inscrições de placas, tabuletas, emblemas, rótulos ou denominações de casas comerciais, de diversões,

etc. Os nossos jornais, os daqui, pedem que, à vista de semelhante exemplo, o nosso conselho faça o mesmo e vá até o ponto de exigir que tais emblemas, etc., quando não sejam estritamente sintáticos ou tenham certos erros ortográficos, mereçam multas e outras punições. Não há dúvida que a medida merece louvores, mas a nossa língua é tão indisciplinada, que não sei bem como os agentes e guardas fiscais se vão haver para executar a postura....[Como resolver as contendas?] O projeto chama uma comissão de gramáticos e esta é uma espécie de gente que não se entende.. Estou a ver uma barulharia infernal só por causa de uma inovante postura municipal (LIMA BARRETO, 2004, p.243).

Desde o século XIX, no Brasil se verifica uma intensa produção intelectual que pretendia demonstrar que a língua falada aqui era diferente da utilizada em Portugal. No entanto, perdurou a norma culta, ensinada somente a quem tinha rigorosa educação. Na metade deste século o problema da língua ganhou dimensões nacionais, mas se restringia à linguagem literária. No final do século XIX, a discussão é ampliada, alcançando o patamar de um debate sobre a língua em todas as instâncias da vida social e não somente uma questão literária. Nesse contexto o purismo ortodoxo reivindica que a língua portuguesa seria intocável, devendo ser mantida como no período clássico, enquanto os nacionalistas pretendiam que a ruptura com Portugal, por meio da Independência, também se desse no âmbito da língua. Lima Barreto não se filiava aos puristas, mas também não era um nacionalista linguístico, pois para ele a literatura é uma questão universal e a utilização da linguagem coloquial está relacionada a seus valores universalistas e a importância do acesso de todos a leitura.

A relação entre *Literatura e Política*, título da crônica de Lima Barreto, publicada em *A Lanterna*, no dia dezoito de janeiro de 1918, tem sua antítese representada na ação de Coelho Neto, segundo Lima Barreto. Trata-se de opor-se a uma literatura contemplativa, a qual não interessa os grandes debates de seu tempo, e o estabelecimento de um estilo hermético que não dialoga com um país pouco alfabetizado, em uma postura crítica aos intelectuais desse tipo e apresentando uma perspectiva que explicitaria enquanto intelectual engajado. Na citação abaixo ele demonstra o quanto o Estado, a Legislação e a Pátria são valores para ele ultrapassados.

As cogitações políticas, religiosas, sociais, morais, do seu século [do senhor Coelho Neto], ficaram-lhe inteiramente estranhas. Em tais anos, cujo máximo problema mental, problema que interessava todas as inteligências de quaisquer naturezas que fossem, era uma reforma social e moral, o Senhor Neto não se deteve jamais em examinar esta trágica angústia do seu tempo, não deu para o estudo das soluções apresentadas um pouco do seu grande talento, nem mesmo tratou de conhecer o positivismo, que lhe podia abrir grandes horizontes. Tenho para mim que o Senhor Coelho Neto é daqueles a afirmar que Clotilde de Vaux foi uma rameira... Em um século de crítica social, de renovação latente, das bases das nossas instituições, em um século que levou a sua análise até os fundamentos da geometria, que viu pouco a

pouco desmontar-se o mecanismo do Estado, da Legislação, da Pátria, para chegar aos seus elementos primordiais de superstições grosseiras e coações sem justificações nos dias de hoje; em um século deste, o Senhor Coelho Neto ficou sendo unicamente um plástico, um contemplativo, magnetizado pelo Flaubert de Mme Bovary, com as suas chinesices de estilo, querendo, como os Goncourts, pintar com a palavra escrita, e sempre fascinado por uma Grécia que talvez não seja a que existiu, mas, mesmo que fosse, só nos deve interessar arqueologicamente (LIMA BARRETO, 2004, p. 303-304).

Lima Barreto denuncia, a partir da sua compreensão da importância da intervenção intelectual, que Coelho Neto nada fez, manteve-se mudo, só dando o ar de sua graça para justificar votos de congratulações a Portugal, por isto ou por aquilo, empregando nos discursos vocábulos senis ou caducos. Isso ocorrera tanto quando exercia a função de literato como quando fora deputado.

O deputado ficou sendo o romancista que só se preocupou com o estilo, com o vocabulário, com a paisagem, mas que não fez do seu instrumento artístico um veículo de difusão das grandes ideias do tempo, em quem não repercutiram as ânsias de infinita justiça dos seus dias; em quem não encontrou eco nem revolta o clamor das vítimas da nossa brutalidade burguesa, feita de avidez de ganho, com a mais sinistra amoralidade para também edificar, por sua vez, uma utopia ou ajudar a solapar a construção social que já encontrou balançando (LIMA BARRETO, 2004, p. 304).

Como se pode notar, porém, a intervenção que reivindica Lima Barreto não é de qualquer tipo, mas aquela nas quais os literatos sejam personificações, ecoem, a revolta e o clamor das vítimas da brutalidade burguesa. Ao contrário disso, em Coelho Neto, aqui um típico exemplar do campo literário brasileiro, não se encontrara nenhum tipo de indignação, mas somente o narcisismo próprio à especialização e mercantilização da arte. O tipo de crítica barretiana, as contradições sociais que explicita, revelam seu caráter e a condição de pensador revolucionário engajado no movimento que visa solapar a construção social decadente que encontrara. O contrário disso, a intervenção desprovida do engajamento às reivindicações proletárias, envergonha o literato suburbano e para ele não realiza o verdadeiro sentido da produção literária. Assim, como, para Marx, ou o proletariado realiza sua missão histórica e transforma o mundo, abolindo a exploração com a abolição das classes sociais, inclusive a si mesmo, ou, então, não é nada. Ou o proletariado é revolucionário, ou não é nada, dizia.

Em anos como os que estão correndo, de uma literatura militante, cheia de preocupações políticas, morais e sociais, a literatura do Senhor Coelho Neto ficou sendo puramente contemplativa, estilizante, sem cogitações outras que não as da arte poética, consagrada no círculo dos grandes burgueses embotados pelo dinheiro. Indo para a Câmara, onde não podia ser poético ao jeito do Senhor Fausto Ferraz, porque o Senhor Neto tem senso comum; onde também não podia ser político à guisa do Senhor Urbano Santos, porque o Senhor Neto tem talento, vergonha e orgulho de si mesmo, do seu honesto trabalho e da grandeza da sua glória; indo para a Câmara, dizia, o grande romancista, sem estar saturado dos ideais da época, não pôde ser o

que um literato deve ser quando logra pisar em tais lugares: um semeador de ideias, um batedor do futuro (LIMA BARRETO, 2004, p. 304).

Foi em defesa dessa concepção engajada de literatura, que tinha como pretensão unir os seres humanos, superando a fragmentação aprofundada pela sociedade capitalista, em seu processo de mercantilização e burocratização, que muitas vezes Lima Barreto se opusera à Academia Brasileira de Letras. Esse nicho no interior do campo literário brasileiro, com sua perspectiva de controle e dominação, foi muitas vezes contestado na sua concepção de arte. O que podemos verificar na crônica *Uma fita acadêmica*, publicada no *A.B.C.*, em dois de agosto de 1919, por ocasião da aceitação do senhor Alfredo Pujol nos quadros daquela instituição. Lima Barreto contesta o discurso do Senhor Pedro Lessa que, recebendo o novo colega, o novo “imortal”, afirmara que Machado de Assis não se apoiaria em aspectos concretos da sociedade de sua época, mas meramente psicológicos e que diriam respeito a “alma” (LIMA BARRETO, 2004, p. 576-581).

A Arte, por ser particular e destinar-se a pintar as ações de fora sobre a alma e vice-versa, não pode desprezar o meio, nas suas mínimas particularidades, quando delas precisar. Tendo que pintar o desgosto de um leproso, como a sua vida evolui, eu não posso me ater abstratamente ao sentimento “desgosto”. É meu dever primeiramente dizer que ele é leproso, que é rico, que é burro ou inteligente; e, depois, descrever a sua ambiência, tanto de homens, de coisas, mortas e vivas, para narrar, romancear o desgosto do mesmo leproso. Todos os leprosos, doutor Pedro Lessa, não manifestam a sua dor da mesma maneira; e para se a compreender artisticamente, são precisos, muitas vezes, detalhes que parecem insignificantes... A Arte seria uma simples álgebra de sentimentos e pensamentos se não fosse assim, e não teria ela, pelo poder de comover, que é um meio de persuasão, o destino de revelar umas almas às outras, de ligá-las, mostrando-lhes mutuamente as razões de suas dores e alegrias, que os simples fatos desarticulados da vida, vistos em comum, não têm o poder de fazer, mas que ela faz, diz e convence, contribuindo para a regra da nossa conduta e esclarecimento do nosso destino... Machado era um homem de sala, amoroso das coisas delicadas, sem uma grande, larga e ativa visão da humanidade e da Arte. Ele gostava das coisas decentes e bem-postas, da conversa da menina prendada, da garridice das moças. Quem inventou esse negócio de humoristas ingleses para ele foi o grande José Veríssimo que admirava com toda a razão Machado de Assis: mas eu sei bem por que ele inventou essa história... (LIMA BARRETO, 2004, p.579- 580).

O que temos, então, não é uma defesa da produção literária machadiana – pois essa já era elogiada no discurso de Pedro Lessa – mas, uma contestação clara à ideia de que o literato possa pairar acima das contradições e relações sociais concretas de seu tempo. Contesta Lima Barreto a ideia de uma arte contemplativa e etérea.

Lima Barreto, tendo em vista sua concepção política do mundo, contestara o campo literário participando das disputas linguísticas que estavam relacionadas à construção de uma identidade nacional que não consideraria as especificidades da classe operária. Em uma posição distinta, quando da inauguração da Academia Brasileira de Letras, Machado de Assis

discursou defendendo a necessidade da padronização da língua portuguesa naquela que considerava uma nova era política. Os literatos, então, cediam às limitações impostas pela elite, que praticamente ditava o que se devia escrever. Enquanto Lima Barreto opunha-se ao purismo, ao parnasianismo e a preciosismo gramaticais.

3.3- A República do Rio Branco

O que aqui chamamos República do Rio Branco, não é mais do que uma referência para a crítica barretiana à política externa praticada pelo governo brasileiro e ao modo com que a nação se situava politicamente. Na crônica *Que fim levou?* Publicada na *Gazeta da Tarde*, provavelmente no dia dez de julho de 1911, Lima Barreto se ocupa em questionar o mito heroico de Santos Dumont, questionando o que estaria fazendo aquele que era tido como uma “glória nacional”, que para suas invenções recebeu uma subvenção do Congresso Nacional. O que ele pretendia era saber o que estava fazendo aquele que “tantas esperanças despertou no país todo e tão fortes emoções provocou”. O literato ironiza, afirmando que Santos Dumont é como o Barão do Rio Branco, está sagrado, está sob “tabu”, mas não faz mal perguntar que fim levou, nesses casos (LIMA BARRETO, 2004, p. 96).

Segundo ele, o que há nessas palavras é “mágoa de um patriota” ao ver que aquele que estava fadado para legar à Pátria uma alta conquista de progresso e civilização, está se deixando bater, arredado dos seus propósitos, sepultando-se no esquecimento (LIMA BARRETO, 2004, p. 96).

Oh! Triste Brasil! Se não é roubado, falha... Inventou a máquina de escrever e roubaram os americanos o invento a um pobre padre da Paraíba; tinha ouro e diamantes, a África do Sul e outros países acabaram roubando-os; tinha o maior rio do mundo mas já descobriram que não é; tinha a portentosa batalha do Riachuelo, mas Fuchima lhe furtou a glória; tinha o “Minas Gerais”, mas a Argentina já mandou fazer um maior; tinha a maior capital da América do Sul, mas Buenos Aires acaba de dizer que não; tinha borracha, ele único, quase, mas os ingleses da Ásia lhe querem furtar o rico produto; e, agora, por último e talvez por fim, vai fugir do álbum de nossas glórias a conquista do ar, coisa que lhe parecia reservada, porque um padre de Santos, chamado Gusmão, desenhou há mais de cem anos um projeto extravagante de máquina de voar (LIMA BARRETO, 2004, p. 97).

O que nota-se nesta crônica é a identificação irônica de Lima Barreto com valores patrióticos, nacionalistas, que nesse mesmo ano seriam objeto da sua desmistificação na publicação n'*O Jornal do Commercio*, em forma de folhetins, da trama que tem como protagonista Policarpo Quaresma. No entanto, não podemos afirmar que em 1911, estava completamente emancipado de preocupações – como a posição geopolítica do Brasil diante

dos outros países – que posteriormente demonstraria ser laços ficcionais que tinham como objetivo reproduzir os interesses da classe dominante.

Em *Sobre a guerra*, no *Correio da Noite*, do dia dezenove de dezembro de 1914, Lima Barreto opõe-se à guerra – ao militarismo, em geral, inclusive ao serviço militar obrigatório propugnado por Olavo Bilac. Sua crítica alcança o âmbito internacional, ao se referir às condições do campo de batalha que se viam naquela que depois foi chamada de Primeira Guerra Mundial, e nacional, ao se referir à militarização da juventude brasileira que com seu caráter autoritário também servia no processo de socialização contra o anarquismo.

Para fazer a velha guerra lenta, de sítios e trincheiras, para ter a vitória assim duvidosa, não valia a pena, penso eu, levar a Alemanha tantos anos a adestrar um exército numeroso, a dotá-lo de material aperfeiçoado, custosos maquinismos e gastar as fabulosas somas que gastou. Um exército tão famoso, tão poderoso, tão cheio de “ff” e “rr”, que chega a poucos quilômetros de Paris e tem que recuar precipitadamente, concordemos, não é essa formidável máquina de guerra que os nossos militaristas queriam que imitássemos. A orgia militar, a que a Alemanha desde muito se vinha entregando, tirava o sono ao mundo, era o seu constante pesadelo. Obrigou todos os países a estabelecerem esse crime contra a liberdade, contra a independência, essa violência aos temperamentos individuais que é o serviço militar obrigatório (LIMA BARRETO, 2004, p. 123-124).

A crítica barretiana ao patriotismo, assim como ao nacionalismo, vai crescendo em intensidade e aprofundando seus argumentos. Na crônica *O patriotismo*, de 21 de dezembro de 1914, no *Correio da Noite*, Lima Barreto explicita o fetichismo existente acerca desse sentimento e sua relação com ideologias como as que afirmam a possibilidade científica de se constatar a superioridade racial de uns diante da inferioridade racial de outros. O que convencionou-se chamar de “racismo científico”. Em todo caso, a Primeira República foi um contexto em que muitos esperavam pela solução dos “desmandos” do Império e exigiam reformas democráticas, consolidação do Estado de Direito, maiores oportunidades de carreira, medidas de descentralização, mais eficiência na administração pública e maior dinamismo do comércio. “O que passa a ser buscado é uma ordem fundamental à consolidação da 'nova Nação'. É nesse cenário que se desenvolve o debate sobre a questão racial, componente fundamental da questão nacional”. No caso de Lima Barreto, que não faz parte desse coro, a crítica à ideologia racial se dirige também ao nacionalismo e regionalismos.

Nota-se, de uns tempos a esta parte, graças à crítica histórica, difundida por todas as formas e meios, que o patriotismo é um sentimento que vai morrendo, e, se ainda é mantido e cultuado, em certas partes do mundo, é devido unicamente à necessidade de defesa contra a vizinhança de países arrogantes, em que os charlatões do Estado, em nome da pátria e de estúpida teoria das raças, instilaram na massa ignara das populações sentimentos guerreiros de agressão contra os quais nos devemos precaver, como se de cães danados fossem. A pátria é uma ideia religiosa e de religião que morreu, desde muito. Ela nasceu da crença de que os nossos mortos

continuavam vivos de certa forma, nos lugares em que habitaram, e precisavam de que os alimentássemos e lhes fizéssemos sacrifícios expiatórios para que não perturbassem os nossos trabalhos de vivos. Quanto à raça, os repetidores das estúpidas teorias alemã são completamente destituídos das mais elementares noções da ciência, senão saberiam perfeitamente que a raça é uma abstração, uma criação lógica, cujo fim é fazer o inventário da natureza viva, dos homens, dos animais, das plantas e que, saindo do campo da história natural, não tem mais razão de ser... Essas duas ideias não podem, pois, de modo algum, justificar a existência do Deus-Pátria, que, como todos os deuses, vai morrendo lenta e mansamente, de uma morte sem dor nem agonia. Entretanto, entre nós, há uma recrudescência de patriotismo, mas patriotismo regional. As questões de limites entre os estados tomam um aspecto ao mesmo tempo irritante e jocoso, de contendas entre países de verdade. O Brasil e a França concordaram em submeter uma questão que tiveram, a respeito dos seus limites, a um certo árbitro e a sentença foi aceita por ambas as partes litigantes, com toda a serenidade. Os estados do Brasil, como Paraná e Espírito Santo, pronunciadas as sentenças, não as querem observar e dão o triste espetáculo de uma falta de compostura e respeito pelos tribunais a que se submeteram, indigna de nosso tempo... Penso que essa gente deixou de ser absolutamente brasileira, para ser paranaense ou espírito-santense e esqueceu que Paraná, Santa Catarina, Ceará ou Mato Grosso são divisões político-administrativas do Brasil e não Pátrias, tanto mais que a Constituição permite que elas subdividam, de acordo com as regras que estabelece. Penso eu... (LIMA BARRETO, 2004, p. 125-126).

Dentre os principais construtores do nacionalismo, assim como do sentimento pátrio, estão os embaixadores, diplomatas e o Ministério das Relações Exteriores. Esses serão constantemente criticados por Lima Barreto, especialmente na figura de burocratas como o Barão do Rio Branco. Uma dessas críticas, por exemplo, é ao modo como se apropriara o chanceler brasileiro dos bens públicos como se privados fossem. Em uma república de coronéis, as grandes autoridades públicas, agiam como tal, e a prática privatista não se restringia aos rincões do país, mas alcançava também o governo no âmbito federal.

O maior escândalo dessa ocupação indébita foi dado pelo Senhor barão do Rio Branco que, sem lei, autorização, artigo de regulamento, transformou o palácio do Itamarati em sua residência. Ninguém nada disse, porque o Senhor Rio Branco podia perpetrar todos os abusos, todas as violações da lei, impunemente. Guizot, Soult e Wellington foram ministros de Estado em suas respectivas pátrias e nunca se arrogaram o direito de fazer o que entendessem. Rio Branco, que, apesar dos seus grandes serviços, não tinha absolutamente o valor desses homens, começou por desobedecer à Constituição, não apresentando os relatórios anuais, transformando um edifício público em sua residência, nomeava para os lugares de seu ministério quem entendia, sem obedecer os artigos da lei, e acabou criando essa excrescência, essa inutilidade que é o lugar de subsecretário das Relações Exteriores. Esse exemplo foi edificante e depois dele parece que o governo ficou desmoralizado, sem força, sem autoridade para pôr na rua os intrusos que se meteram nos próprios da Nação... Em todos os ministérios, principalmente no da Guerra, há umas certas pessoas privilegiadas que moram de graça em belos e magníficos palácios (LIMA BARRETO, 2004, p. 164).

Ainda em outubro de 1915, no dia onze, na crônica *A gratidão do assírio*, publicada na *Careta*, Lima Barreto ainda contesta o hábito na Secretaria do Exterior de se oferecer banquetes na promoção de algum funcionário, uma prática, segundo ele, herdada do período

do Barão do Rio Branco (LIMA BARRETO, 2004, p. 233-234).

A citação acima, parte da crônica *Os próprios nacionais*, publicada no *Correio da Noite*, em 23 de janeiro de 1915, encontra seu complemento em *A volta*, no mesmo jornal, no dia 26 de janeiro de 1915, três dias depois do supracitado. Nesta Lima Barreto critica o papel geopolítico, a representação que se pretendia construir do Brasil no exterior, e o quanto o processo de expansão do capitalismo, mudando a estética urbana do Rio de Janeiro, pretendia relegar ao esquecimento a presença do negro na constituição da capital do país. Ele trata da imagem de nação que se pretendia apresentar. O que significava, evidentemente, negligenciar o papel do escravo, inicialmente, e do operariado, posteriormente.

Porque o Senhor Rio Branco, o primeiro brasileiro, como aí dizem, cismou que havia de fazer do Brasil grande potência, que devia torná-lo conhecido na Europa, que lhe devia dar um grande exército, uma grande esquadra, de elefantes paralíticos, de dotar a sua capital de avenidas, de *boulevards*, elegâncias bem idiotamente binoculares e toca a gastar dinheiro, toca a fazer empréstimos; e a pobre gente que mourejava lá fora, entre a febre palustre e a seca implacável, pensou que aqui fosse o Eldorado e lá deixou as suas choupanas, o seu sapé, o seu aipim, o seu porco, correndo ao Rio de Janeiro a apanhar algumas moedas da cornucópia inesgotável... A obsessão de Buenos Aires sempre nos perturbou o julgamento das coisas. A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital argentina tem longas ruas retas; a capital argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas vias retas; o Rio de Janeiro, num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos... O Rio civiliza-se! (LIMA BARRETO, 2004, p. 166-167).

Comentando a repercussão da representação que se pretendia construir do Brasil em jornais estrangeiros, Lima Barreto demonstra o caráter histórico que sustenta a ideologia patriótica. Isso é possível constatar em *Um conselho*, no *Correio da Noite*, no dia 29 de janeiro de 1915. Nosso literato deixa clara a convicção que se formara em seu caráter acerca do significado político do patriotismo e desse sentimento diante da nação.

Os nossos patriotas voltam a incomodar-se com as caricaturas que os jornais do Rio da Prata publicam, criticando coisas do Brasil. A histeria patriótica se zanga com a coisa, expectorando desaforos, brame e o Zé Povo pensa logo em agarrar as Mausers da Intendência da Guerra, marchar sobre Buenos Aires e puxar as orelhas do desenhista. Não sei por que semelhante aborrecimento; é verdade que o patriotismo é intolerante, por isso não pode permitir a mais ligeira crítica às coisas do seu culto ou um julgamento mais azedo. Se lá aparecem desenhos em que o Brasil figure com pretos, os sábios cá de casa vociferam que aqui não há pretos. Os diplomatas encarregam-se até de mandar os desenhos tidos como ofensivos para o Itamarati e a Secretaria do Exterior, pressurosa, envia-os aos jornais. Eu trabalhava na *Fon-Fon* quando, com grande espanto meu, vi chegar um emissário do Senhor Rio Branco, trazendo um desenho que quase desencadeou uma guerra entre o Brasil e a Argentina. É pueril semelhante estado de espírito. Não só porque uma caricatura representa um julgamento individual, como também as mais das vezes esse julgamento é certo. As amabilidades que os principais países se trocam em caricaturas estão a mostrar que o nosso modo de encarar essas coisas de desenhos jocosos deve ser muito outro. Só pode ver injúrias em tais *clichés* quem for

obcecado pelo patriotismo a ponto de não pesar a verdade das suas críticas. De resto os acontecimentos a que eles se referem, são públicos e toda a gente pode sobre eles expender os julgamentos que quiser. Haveria um meio de impedir que tal se desse; era não permitir que os sucessos nacionais passassem as fronteiras. Não seria má a medida que já deu excelentes resultados no Paraguai, na China e não sei se também no Afeganistão. Era caso de experimentar, já que os exemplos acima mostram à saciedade o caminho a seguir, para evitar as irreverências dos caricaturistas estrangeiros (LIMA BARRETO, 2004, p. 171).

Em *Defesa da pátria* – crônica publicada em *Careta* no 21 de agosto de 1915 – Lima Barreto apresenta-nos uma preciosa sátira da ideologia da “defesa da pátria” e o quanto esta está sempre associada a militarização.

O governo, o sábio governo, tendo em vista que a Pátria, o solo sagrado da Pátria, o chão onde estão os ossos dos nossos avós, precisa de defesa eficiente contra os inimigos prováveis, resolveu muito acertadamente criar linhas de tiro, onde os jovens, nas horas de lazer, se exercitassem de modo cabal no manejo das armas de guerra, formando assim economicamente uma reserva do Exército, aguerrida e hábil (LIMA BARRETO, 2004, p. 228).

Logo essa ideologia do governo ressoou entre os “cidadãos abnegados” que foram ao encontro dos desejos do governo e fundaram a Sociedade de Tiro do Timbó, nos arredores do Rio de Janeiro, que tomou o número 1.457 (LIMA BARRETO, 2004, p. 228). Mas o acontecimento também teve repercussão internacional, e Lima Barreto em ares jocosos, falou da proliferação da iniciativa brasileira do outro lado do Prata, afirmando que a República Argentina, ao ter conhecimento disso, encheu-se de inveja, pois esse país vizinho não possuía instituição tão eficaz para a sua defesa. Seu jornais sugeriram que deviam olhar o Brasil. Ao saber disso, os jornais brasileiros “gabaram longamente o benemérito Dudu, ministro da Guerra, pela sua capacidade de organização, pelo seu tato social, capaz de transformar um povo indisciplinado em soldados hábeis” (LIMA BARRETO, 2004, p. 228).

Feitos esses apontamentos, Lima Barreto em um procedimento didático, apresenta uma narrativa em que a Sociedade 1.457 teria recebido, como sócio, “...um jovem barbeiro das cercanias, cujo ardor patriótico foi encaminhado para o tiro ao alvo, sem nenhuma preocupação política”. Esse jovem não queria nem mesmo ser deputado e só foi para a sociedade de tiro “com o doido intuito de defender a pátria”. Ele, orientado por valor tão nobre, aproveitou bem os exercícios, e depois de seis meses tornou-se um exímio atirador (LIMA BARRETO, 2004, p. 228). Foi então, que certa vez, o deputado Orse, que muito se admirou da justeza de pontaria do jovem brasileiro, primeiro prêmio no concurso do dia, dirigiu-se a ele e disse carinhoso:

- Meus parabéns. O senhor merece muito da Pátria. Sou o deputado Orse e desejo que o senhor me procure.
Deu-lhe o cartão e, dias depois, o jovem barbeiro procurava o deputado Orse.

- Você, disse este, deve ter outra ocupação. Eu lhe dou duzentos mil-réis e você vai ficar em casa do chefe político que me elege. Desde que venha um certo tipo assim assim, você atira, certo que não acontece nada a você.

O jovem brasileiro, tentado pelo ordenado, aceitou a oferta e ficou de guarda-costas ao tal chefe.

Um belo dia o tal tipo assim assim apareceu na porta da casa e o jovem barbeiro atirou, matando-o. Tinha defendido a Pátria (LIMA BARRETO, 2004, p. 228-229).

Na crônica *Sobre o desastre*, Lima Barreto trata do desabamento de um edifício na Rua da Carioca, no mês de junho, que vitimou mais de quarenta pessoas e deixou ainda algumas com graves sequelas, devido a queda de uma viga de ferro, pesando mais de 1200 quilos, sobre uma parede. Esta foi publicada na *Revista da Época*, no dia vinte de julho de 1917. Ele alega que diante da tragédia teria sido esquecida a sua significação moral, ou antes, social. A partir desse acontecimento, uma circunstância do cotidiano, ele tece suas considerações sobre a adoção pelo governo brasileiro da concepção de cidade dos Estados Unidos, assim como de vários dos seus valores.

A brutalidade dos Estados Unidos, a sua grosseria mercantil, a sua desonestidade administrativa e o seu amor ao apressado estão nos fascinando e tirando de nós aquele pouco que nos era próprio e nos fazia bons. O Rio é uma cidade de grande área e de população pouco densa; e de tal modo o é, que ir do Méier a Copacabana é uma verdadeira viagem, sem que, entretanto, se saia da zona urbana. De resto, a valorização dos terrenos não se há feito, a não ser em certas ruas e assim mesmo em certos trechos delas, não se há feito, dizia de um modo tão tirânico que exigisse a construção em nesgas de chão de *sky-scrapers*. Por que os fazem então? É por imitação, por má e sórdida imitação dos Estados Unidos, naquilo que têm de mais estúpido – a brutalidade. Entra também um pouco de ganância, mas esta é a acorçoada pela filosofia oficial corrente que nos ensina a imitar aquele poderoso país... O Rio de Janeiro não tem necessidade de semelhantes 'cabeças-de-porco', dessas torres babilônicas que irão enfeá-lo, e perturbar os seus lindos horizontes. Se é necessário construir algum, que só seja permitido em certas ruas com a área de chão convenientemente proporcional. Nós não estamos, como a maior parte dos senhores de Nova Iorque, apertados, em uma pequena ilha; nós nos podemos desenvolver para muitos quadrantes. Para que esta ambição então? Para que perturbar a majestade da nossa natureza, com a plebeia brutalidade de monstruosas construções? Abandonemos essa vassalagem aos americanos e fiquemos nós mesmos com as nossas casas de dois ou três andares, construídas lentamente, mas que raramente matavam os seus humildes construtores. Os inconvenientes dessas almanjarras são patentes. Além de não poderem possuir a mínima beleza, em caso de desastre, de incêndio, por exemplo, não podendo os elevadores dar vazão à sua população, as mortes hão de se multiplicar. Acresce ainda a circunstância que, sendo habitada por perto de meio a um milhar de pessoas, verdadeiras vilãs, a não ser que haja uma polícia especial, elas hão de, em breve, favorecer a perpetração de crimes misteriosos. Imploramos aos senhores capitalistas para que abandonem essas imensas construções, que irão, multiplicadas, impedir de vermos os nossos purpurinos crepúsculos do verão e os nossos profundos céus negros do inverno. As modas dos 'americanos' que lá fiquem com eles; fiquemos nós com as nossas que matam menos e não ofendem muito à beleza e à natureza (LIMA BARRETO, 2004, p. 277-278).

Nas crônicas *Coisas americanas I* e *Coisas americanas II*, publicadas em *O Debate*, respectivamente nos dias seis e 27 de outubro de 1917, Lima Barreto diz ironicamente que é

de toda utilidade lembrarmos certos pequenos casos “edificantes” dos Estados Unidos, que lá se passam, para mais acelerar e aquecer o entusiasmo que os brasileiros têm demonstrado pela grande República da parte norte do nosso continente⁴¹.

Então, Lima Barreto dá “algumas notícias de coisas americanas pouco sabidas por nós outros brasileiros”, como o fato de M. Edward von Bulow, primo do antigo chanceler do Império Alemão, ter se suicidado, em consequência de ao estar estabelecido nos Estados Unidos, em 1902 casou-se com a filha de um juiz americano conhecido em Nova Orleans pela sua honradez. Sua noiva confessou-lhe, certo dia, sob o maior sigilo, que ela tinha traços de “sangue negro nas veias”. Ao que o noivo respondeu com firmeza que não tinha em tal assunto os preconceitos dos americanos; que a amava por ela mesma e o segredo não seria jamais divulgado. Os filhos do casal – um rapaz e uma menina de cabelos louros, “dois verdadeiros germânicos” – não apresentavam nenhum traço de regressão para o tipo negro. Mas o segredo acabou por ser conhecido e explorado pelos rivais comerciais do marido. Sua esposa não foi mais recebida pela sociedade, seus filhos insultados na rua e o seu marido perseguido, em virtude da lei que proíbe um branco casar-se com qualquer mulher que tenha sangue negro nas veias. M. De Bulow afogou-se no Mississipi e sua pobre mulher deverá comparecer perante os tribunais por ter violado a mesma lei (LIMA BARRETO, 2004, p. 295-296). Lima Barreto ironicamente afirma que

depois do conhecimento desta e de outras, certamente não faltaria nenhum brasileiro, inclusive o Senhor Nilo Peçanha, para vitoriar os marinheiros dos Estados Unidos, quando pisarem brutalmente a Avenida, em qualquer próximo carnaval internacional. Eduardo Prado não vive mais; se estivesse vivo, talvez fosse o único a não ir (LIMA BARRETO, 2004, p. 296).

Mas, como continua afirmando ironicamente Lima Barreto: “é de bom alvitre continuar a informar os leitores das belezas, das liberdades, da transcendente generosidade, de tudo superior, enfim, que caracteriza a civilização americana” (LIMA BARRETO, 2004, p. 297).

É preciso lembrar, para provocar o amor dos brasileiros, de todos eles, pela grande república dos dois oceanos, que a teoria *yankee* a respeito [da existência de um compartimento separado para se sentarem negros nos seus ônibus] é a mais simples possível; e pode ser resumida naquela frase nossa e muito comum nos bate-bolas jornalísticos e de estalagem: quem escapou de branco, negro é. Booker Washington (citado por Finot no seu *Préjugé des Races*) refere-se de modo divertido à atitude hamléctica dos condutores de trem, em certas ocasiões, quando desconfiam

⁴¹ A política externa da Primeira República, como apontamos no capítulo anterior, tinha como um dos seus fundamentos a aproximação dos Estados Unidos, que recebia o apoio de uns e a oposição de outros, sobretudo na assinatura de acordos comerciais. Já que haviam cláusulas que prejudicavam empresas nacionais. Porém, agradava aos cafeicultores, pois os Estados Unidos isentavam de taxas as suas exportações de café. Protecionistas e antiprotecionistas divergiam a propósito da política econômica para a indústria. Os industrialistas em seu nacionalismo eram protecionistas, enquanto as classes rurais antiprotecionistas, pois, essas últimas, eram apoiadas por grupos importadores.

das origens raciais de certos viajantes: será negro ou não? Quando se convencem que é, põem o *gentleman* da primeira classe para fora, aos pontapés, aos cachações, enfim, empregam todas as usanças da galanteria *yankee*, em cujo código muito temos que aprender. Tem acontecido expulsarem do carro autênticos italianos. Por esse fato, já tem havido, entre a Itália e os Estados Unidos, cochichos diplomáticos. Havemos de contá-los e também o do visconde de Jequitinhonha, cremos que com ele, se não nos falha a memória (LIMA BARRETO, 2004, p. 297-298).

Em 1936 o brasilianista Ernest Hambloch publicara o livro *Sua majestade o Presidente do Brasil*, um estudo das Constituições desse país de 1889-1934, que demonstra o quanto a figura presidencial manteve tanto poder quanto o imperador no período do Império. Lima Barreto, em dois de novembro de 1918, publicara a crônica *A Corte do Itamarati*, no *A.B.C.*, denunciando o quanto a República ainda se baseava em comportamentos aristocráticos, dando a alguns privilégios, e levando o campo literário a contar com a presença e a influência de burocratas que exerciam funções no Estado brasileiro.

Veio, porém, o barão do Rio Branco, e o vulgar palácio da Rua Marechal Floriano passou a ser um dos centros da nossa vida e um foco de irradiação de graças e privilégios. Vieram os banquetes, as recepções, os bailes, aos quais os cotidianos não deixaram nunca de aludir com os melhores adjetivos. Houve uma reforma no protocolo; as regras de precedência foram estabelecidas; os tratamentos marcados nas tabelas solenes; e a pobreza da cidade, a massa de operários, de pequenos empregados, de funcionários, começou a ter diariamente notícias do Aubusson famoso, da baixela, dos quadros, etc. Rio Branco não se contentou com isso, fez mais: organizou uma corte sob o teto estucado do grande próprio nacional. Antigo jornalista e, parece, um pouco boêmio, membro da Academia de Letras, escritor de onde em onde, à sua corte não faltaram poetas e literatos e também diplomatas, pois todos estes se têm na conta de homens de letras... Aos poucos, porém, o prestígio do vitalício ministro de Estrangeiros começou a perturbar a imaginação dos jovens literatos e muitos deles, graças a empenhos e apresentações, foram aderir ao salão literário do barão. Não poderei dizer os nomes de todos; um, porém, teve certa fama e não é demais citá-lo: Tomás Lopes. Para os jovens literatos, frequentar o barão oferecia grandes vantagens, pois o ilustre titular conhecia geografia do Brasil e atitudes cerimoniosas e dava empregos. Porque ele não 'nomeava', não 'provia', dava empregos. Devagar, mansamente, o notável diplomata brasileiro pôs-se acima da lei, em tudo e no que tocava a empregos. Começou a residir na própria secretaria, abuso manifesto e exceção singular, quando os outros seus colegas moravam em suas casas particulares... Não é que todos nós não lhe reconheçamos os seus serviços. A opinião pública do Brasil deu-lhe as mais entusiásticas provas e o Congresso votou-lhe uma dotação e uma pensão mental que, consta, se estendeu às suas filhas. Por todos os modos, portanto, o Brasil ofereceu-lhe carinho e cercou-o de respeito e consideração. Mas daí ele se pôr acima da lei, julgo que é muito!... Em parte alguma do mundo, herói algum julgar-se-ia com tantos direitos excepcionais. O duque de Wellington, que tinha vencido Napoleão; Soult, o herói da epopeia napoleônica; Guizot, uma grande reputação literária da França, foram ministros e, penso, não se julgaram ministros com direitos que não os dos outros ministros. E Rio Branco parecia ter razão, porque nós já nos esquecemos dos outros homens que lhe forneceram argumentos e razões para ter a glória que teve (LIMA BARRETO, 2004, p. 394-396).

No entanto, pretendendo revelar o que estava nos porões do discurso nacionalista, patriótico, Lima Barreto destacara em *Um ofício da A.P.S.A.*, no *A.B.C.*, em 28 de dezembro de

1918, o quanto os compêndios e discursos dessa natureza gostam de afirmar que fizemos guerra para libertar dois ou três povos. Ele ironiza essa suposta generosidade, afinal, o país teria travado guerra em favor de outros povos, mantendo milhares sob a exploração da escravidão, e, ainda, enfatiza os possíveis “milagres” que viriam da Conferência de Versalhes.

Generosos como somos, esquecemo-nos altruisticamente de nós mesmos que, pelas épocas de tais guerras, tínhamos nos ferros da escravidão e sob a nossa bandeira mais de meio milhão de homens. O Brasil tem um coração de boêmio... Essa abnegação, esse esforço sobre nós mesmos em favor dos outros (Vauvenargues), esse esquecimento das nossas necessidades para atender às dos outros, bem poderá um dia fazer-nos figurar, ao lado de Wilson e do seu supimpa Estados Unidos, no *Flos Sanctorum* das nações... Na boca ou na pena deles, sairá de Versalhes não só a grandeza militar do Brasil, a sua riqueza amoedada, a sua importância universal, mas, talvez mesmo a extinção das secas do Ceará (TODA CRÔNICA, p. 425).

Dando continuidade a sua crítica a guerra, naquele momento terminada, ele ironiza aqueles que seriam os verdadeiros motivos que teriam levado a esta e o quanto os esportes estariam, naquele momento, a serviço das ideologias próprias ao que caracteriza como nação-exército. Sobre tudo naqueles seus aspectos que dizem respeito à violência e à competição. Em muitos postulados Lima Barreto antecipa, a partir da compreensão do seu tempo, o caráter belicoso do nacionalismo que posteriormente seria possível mensurar no fascismo e na Segunda Guerra Mundial.

A vida deve pertencer aos fortes e é um erro estarmos protegendo os bois, os carneiros, os perus, enquanto exterminamos os leões e os tigres. Capacitado disso e de mais outras cousas, transformei todo o meu sistema de ideias; e, de desdobramento em desdobramento, convenci-me de que não fora o serviço militar obrigatório, a famosa nação armada de von der Goltz, que trouxera ao mundo essa monstruosa guerra de 1914, por todos anunciada como finda. Essa guerra que se revestiu das clássicas ferocidades das guerras de todos os tempos e requintou de maldade com o emprego das invenções e descobertas mais atuais, feitas geralmente com fins generosos e humanitários, foi obra dos pacifistas, dos internacionalistas, dos anarquistas, dos antimilitaristas, dos que não se entregam a *sports*. Errava, portanto, quando tinha para mim que essa atroz carnificina originara-se unicamente da realização da tal ideia de nação-exército. Posta em prática semelhante concepção, por mais que queiram negar os interessados de boa-fé ou não, surge logo uma casta de iniciados, uma espécie de colégio de sacerdotes egípcios, que são os oficiais, sobretudo os das armas chamadas especiais, encarregados de manter perpetuamente o fogo sagrado da guerra. Tal gente tem que empregar toda a sua vida em pensar na guerra, em planos, em novos armamentos, em aperfeiçoamentos da máquina belicosa, etc., etc.; e o prêmio dessa sua vida de pensamento, a sua glória só pode vir da guerra, da grande guerra. Transmitem o seu sonho guerreiro aos outros oficiais, contaminam-nos; e, por sua vez, estes últimos, como instrutores, e comandantes de todos os graus, infeccionam o espírito dos inferiores e dos recrutas de dezoito anos, quase ainda na infância, de opiniões malsãs com o asseverar que o seu país é o primeiro do mundo, que está escolhido por Deus para fazer a felicidade do universo, que a guerra é divina, que não pode haver paz na terra, que da guerra nasce a riqueza de um país, etc., etc. Em breve tempo, encontrando um povo dócil, crente, ativo e paciente, está criado um espírito coletivo no país, todo ele inclinado para a guerra e convencido das suas vantagens de toda a ordem. E, como a ideia tende a transformar-se em ato, uma nação que adquiriu essa alma não se pode resignar a

ficar com as armas ensarilhadas (LIMA BARRETO, 2004, p. 426-427).

Ironicamente, Lima Barreto diz que após meditação, chegou à certeza de que a força do Brasil há de originar-se principalmente da coesão que o *football* vai trazer às várias partes da federação, unindo os espíritos e as almas num mesmo pensamento e num mesmo anelo (LIMA BARRETO, 2004, p. 427). Ele ainda, no mesmo espírito irônico, destaca que antes consolidava-se a identidade nacional por meio dos jornais o *Malho* e o *Rio Nu* e, também, o Casimiro de Abreu com seus poemas, mas agora isso seria substituído pelo *football*, assim como fez a Alemanha, que deixou de lado os seus poetas, por exemplo (LIMA BARRETO, 2004, p. 428).

De todo o coração confesso, agora, o meu erro de julgamento sobre tão digno *sport*. Houve tempo até que acreditei que ele viesse a causar, entre São Paulo e Rio de Janeiro, uma guerra de secessão brasileira. Após a leitura do ofício em questão, desvaneceram-se essas minhas apreensões e fiquei convicto de que reina a máxima harmonia entre os paladinos das duas cidades. Concorrendo, assim, para a coesão nacional, para um perfeito entrelaçamento da família brasileira, o jogo de *football*, ainda por cima, atua como elemento poderoso da nossa expansão nacional e faz falar do Brasil no estrangeiro. Se os nossos sábios, os nossos poetas, os nossos artistas não são conhecidos lá fora, entretanto os jogadores de *football* são conhecidos na estranja. Atualmente, fora dos *grounds*, só um brasileiro pode orgulhar-se disso: Rui Barbosa. É honroso para o desporto nacional (LIMA BARRETO, 2004, p. 429-430).

Segundo Lima Barreto os burgueses, embalados pelo discurso patriótico, *São capazes de tudo...*, título que dera para crônica, publicada no *A.B.C.*, provavelmente no dia onze de janeiro de 1919. Ele posiciona-se acerca do sentimento pátrio e identifica o quanto este, na sua opinião tendo sido um dia útil, tornara-se uma panaceia burguesa, instrumentalizada para servir aos interesses dessa classe. Aqui afirma que nunca foi patriota, mas para não sofrer a perseguição dos “iniciados na religião da pátria”, durante os anos de guerra, esteve contido nas suas manifestações, por mais que isso o contrariasse.

Felizmente, agora pode-se falar com certa liberdade da guerra que findou, sem incorrer nas iras do governo nem provocar as censuras do patriotismo ardente do Senhor João Laje. Temi sempre as primeiras e nunca quis que, clara ou tacitamente, o Senhor João Laje do Charuto, pela boca alcídica dos seus sociólogos contratados, fosse levado a lançar-me a excomunhão mais do alto do seu sólio de papa do patriotismo brasileiro. Nunca fui patriota; mas, para a segurança da minha vida e ter a liberdade que ainda os magnatas concedem a todos, de andar pelas ruas da cidade, durante os quatro anos de guerra, se não fiz alarde de um patriotismo falso, nada disse que pudesse melindrar os iniciados na religião da pátria que oficiam no casarão da Rua Larga ou nas colunas dos jornais... Não sendo patriota, querendo mesmo o enfraquecimento do sentimento da pátria, sentimento exclusivista e mesmo agressivo, para permitir o fortalecimento de um maior que abrangesse, com a Terra, toda a espécie humana, desejei muito a derrota da Alemanha, que, sempre retardada politicamente, era ainda a região do globo onde a superstição patriótica se havia quintessenciado com um aparelho guerreiro levado à máxima perfeição, graças às características do povo e às aptidões do seu pensamento, para as pesquisas especializadas e demorados trabalhos que exigem paciência na inteligência. A queda

da Alemanha representava para mim um golpe dado no 'patriotismo', que, tendo sido um sentimento fecundo em outras épocas, hoje não era mais do que um instrumento nas mãos dos burgueses para dominar as massas e explorar toda a terra em seu proveito, matando a rodo com outras mãos, saqueando, acumulando riquezas como nunca tirano asiático pôde ter. Julgava, então, que os adversários da Alemanha não se deixassem explorar pelos corvos da finança, da indústria e do comércio, mas bem cedo eu vi que me enganava. O próprio Brasil, que, por prudência, se devia ter mantido neutro na contenda, embebedou-se com discursseiras, deixou a sua filosofia bonacheirona de matuto e meteu-se na guerra para tomar os navios mercantes alemães, passá-los a outras mãos, vender café, a fim de dar lucros e comissões avultadas a certos espertalhões fartos que chamam todos os mais vagabundos (LIMA BARRETO, 2004, p. 445-446).

No entanto, se identificara o carácter belicoso da Alemanha e seu ideal nacionalista, não se deve apressar o leitor em ver nisso qualquer antigermanismo, afinal, identificara o quanto esses valores não era uma exclusividade alemã. Se dera conta do quanto os Estados Unidos, com seu nascente imperialismo, caminhava no mesmo sentido. Desse modo, o antimilitarismo barretiano – um aspecto do seu pensamento revolucionário – desmistificava os interesses da classe dominante sob o véu do nacionalismo, sem se deixar absorver pela disputa patriótica supostamente entre países, ao invés da luta de classes.

Desprezando, por ora, todas as razões de ordem pessoal que julgo sinceramente e perfeitamente legítimas, os meus motivos para detestar semelhante país [os Estados Unidos da América do Norte] eram os mesmos que eu tinha para querer o aniquilamento político da Alemanha. A sua vaidade patriótica, os seus processos cavilosos e dúplices com os mais fracos, o seu amor ao *Kolossal*, a sua estúpida concepção de domínio político ao jeito do defunto Império Romano, a meus olhos, faziam da república de Washington um equivalente americano da Alemanha de Bismarck. A guerra, com a entrada deles, deixava de ter para mim a significação de um imenso sacrifício doloroso para atingirmos tempos melhores, passando a ser uma guerra como todas as outras. O Brasil, então, como sempre o Brasil republicano, tratou logo de desmanchar-se em zumbaias covardes à megatérica organização política do norte do continente (LIMA BARRETO, 2004, p. 446).

À vontade diante do fim da guerra, não sendo mais possível acusá-lo de um traidor dos ideais democráticos, situando-o ao lado dos ideais do outro lado da guerra, Lima Barreto enquanto intelectual engajado demonstra o verdadeiro significado da ação dos “representantes do povo” na política interna estadunidense. Considerando, nesse caso, aquele estágio de desenvolvimento da mercantilização e burocratização da sociedade, por meio dos seus *trust*, por exemplo.

Nós os brasileiros temos muita poucas informações do que é a política dos Estados Unidos. Supomos que Wilson seja assim um homem do *Poder da vontade* que chegou até à posição em que está, pelo seu único esforço. Em outros países, é possível isto; porém, nos Estados Unidos, mais do que em nenhum outro, a coisa é impossível. A política lá é negócio e os representantes políticos da nação, se não são homens de negócio, representam tais homens. Uma eleição custa fortunas e só sindicatos de argentários podem custeá-las. Wilson ou outro qualquer, quando fala bonito do alto daquele Capitólio Pele-Vermelha, representa um *trust* financeiro ou

quer que seja, e julga os interesses do mundo através do prisma dos interesses desse *trust*. Não há nada de ideológico nas suas palavras ou, melhor, nas suas intenções. Ele doura a pílula unicamente e é todo atual e interesseiro como os vendedores da pomada vienense, ali, na Rua do Ouvidor. Certamente, tendo tais intuítos de *réclame* literário, os políticos negociastas americanos não iriam pôr na Casa Branca um sujeito que não soubesse perorar, que não conhecesse a arte de enfeitar lugares-comuns e fosse dizer aos seus patrícios e aos estrangeiros que o que eles querem é ganhar dinheiro, enfraquecer os outros povos e sangrá-los. Procuram um bom discursador porque, apesar de sermos um país de oradores, os americanos práticos, mais do que nós outros, dão tudo por um discursozinho... Eduardo Prado escreveu documentadamente a *Ilusão americana*. Floriano [Peixoto] apreendeu-lhe a primeira edição, visando 'interpor-se entre o escritor e o seu escasso público'. Não foi ele que se interpôs. Foi a tolice nacional, a falta de visão de todos nós, a incapacidade de fazermos um julgamento por nós mesmos e a necessidade de irmos buscá-los nos nossos grandes jornais sem sinceridade e independência. Se lêssemos os autores corajosos, sinceros e honestos, veríamos bem que os processos políticos dos Estados Unidos são os mais ignóbeis possíveis; que eles têm por todos nós um desprezo rancoroso e humilhante; que quando falam em liberdade, em paz e outras cousas bonitas, é porque premeditam alguma ladroeira ou opressão. Menos cavaleiros que a Alemanha, enchem-se de disfarces... (LIMA BARRETO, 2004, p. 447-448).

Tratando do absurdo que significa a política nos Estados Unidos, mas fazendo referência a vergonha que significa a escravidão, Lima Barreto recorda que os “sociólogos” americanos, na tentativa de justificar a escravidão naquele país, recorriam até mesmo a tocante epístola de São Paulo a Filêmon (LIMA BARRETO, 2004, p.449). Nessa epístola o autodenominado apóstolo pede a Filêmon, seu “muito amado colaborador”, que receba em sua casa Onésimo – que havia sido preso, mas era escravo naquela casa – mas, não mais como escravo, e sim como um “irmão amado” e como se estivesse recebendo ele mesmo. A ironia de Lima Barreto consiste em apontar a ausência de elementos na carta que justifiquem a escravidão.

Na crônica *O nosso “ianquismo”*, na *Revista Contemporânea*, provavelmente no dia 22 de março de 1919, nosso literato demonstra as implicações da adoção do modo de vida estadunidense na vida do operariado brasileiro.

Quem leu a *Ilusão americana* [de Eduardo Prado] sabe perfeitamente que não é de hoje que existe 'no país mais livre do mundo' essas 'grandes companhias' de bandidos, que se alugam aos grandes industriais e capitalistas, para reprimir greves e agitações operárias, empregando as maiores crueldades. A 'Pinkerton' é célebre no mundo inteiro. Nas nossas guerras civis, nas nossas lutas políticas de aldeia, há muita crueldade, mas não há dessas repressões operadas por homens que são a elas levados a executar, mediante um salário mais ou menos avultado. Não os move, senão dinheiro... A crença no todo-poderio do dinheiro, que entre nós se apossou, primeiramente de São Paulo, o que foi notado por Alberto Torres, não sei em que lugar, vai avassalando todo o Brasil, matando as nossas boas qualidades de desprendimento, de doçura e generosidade, de modéstia nos gostos e nos prazeres, emprestando-nos, em troca, uma dureza com os humildes, com os inferiores, com os desgraçados, com tolas e infundadas superstições de raça, de classe, etc., nesta época de grandes e justas reivindicações, ameaça-nos de morte, ou senão, de grandes lutas, sangrentas (LIMA BARRETO, 2004, p. 482-483; p. 485).

A crítica barretiana a relação entre Brasil e Estados Unidos não significa a defesa do isolacionismo, ou a busca pela originalidade que tanto defendera Policarpo Quaresma, já que Lima Barreto reconhece a importância da campanha internacional pela abolição da escravidão e a influência dos ideais da Revolução Francesa no Brasil. O que podemos verificar na crônica *A circular do reverendo vigário-geral*, publicada na *Revista Contemporânea*, provavelmente no dia doze de abril de 1919.

Nós sabemos, pelo nosso caso particular de nação, que, nunca, da Igreja partiu um gesto decisivo condenando a escravidão negra entre nós. Se não fossem os exemplos estrangeiros e a propaganda dos 'demagogos', como ela chama os apóstolos leigos, ainda no Brasil, se esperássemos por ela, haveria escravos; e as aquisições sociais e políticas da revolução de [17]89, a francesa, foram obtidas *malgré elle*. Fundada a nossa República, livre do *contrôle* regalista da Coroa, mansamente ela transformou a cidade de Petrópolis em uma Lassa romana; encheu-a de colégios para moças e meninos ricos, no intuito, especialmente no tocante àquelas, de dominar, por intermédio de seus educandos, a governança do Brasil. Já expliquei como a Igreja consegue isto, em outra parte. Todas as vaidades e preconceitos das classes ricas do Brasil, ela afaga e aumenta, até o de nobreza, com os seus jesuítas italianos eruditos e as suas irmãs de caridade ingênuas... Sabendo-se incapaz de dominar as almas, de tirar-lhes os seus defeitos oriundos das nossas correntes concepções de sociedade, a Igreja procura não melindrar as classes dirigentes, para obter destas o apoio material de seu poder, baseado na coação administrativa e na força militar que subjuga a nação (LIMA BARRETO, 2004, p. 496).

Os valores nacionais de cada Estado-nação, tão propagados pela Alemanha, não haviam sido derrotados com a vitória na guerra daqueles que a isso diziam se opor. Os países que se julgavam vencedores, segundo Lima Barreto, agora demonstravam o quanto os obsoletos ideais nacionalistas se impunham e estavam à serviço da burguesia de cada um desses países. O literato explicita isso em *A guerra faliu*, publicada em *Argos*, provavelmente no primeiro dia de maio de 1919.

Veio a vitória ou cousa parecida; a Alemanha ficou aniquilada militarmente, - por que então não se faz a paz? É que a guerra não conseguiu modificar a mentalidade dos dirigentes e dos seus imediatos clientes. Não há um dos muitos estados políticos, inclusive o menor, dos que encontram real ou virtualmente na contenda, que não se julgue como tendo preponderado na vitória... As ideias alemãs de predomínio disto ou daquilo, de hegemonia dessa cousa ou de outra, a sua imperial tirania estatística, a regulamentar os menores e mais insignificantes atos humanos, tudo isso viria contaminar os governos dos rivais e julgavam eles encontrar em soluções baseadas nas atrozes concepções alemãs, que foram combatidas a ferro e fogo, meios e modos para o engrandecimento dos seus respectivos países. De forma que cada Guatemala, cada Brasil, cada Itália ficou sendo pela voz dos seus representantes, de boa ou má-fé, uma Alemanhazinha que não se pode entender com as outras senão de armas na mão. Daí, essa Conferência da Paz que não chega a nada; que nada resolve; e que se opõe a todas as inovações generosas e largas. É um congresso de burgueses, alguns puros e outros mesclados, tendo as inteligências inteiriçadas em ideias obsoletas e feitas mais rígidas com a virtual vitória da Alemanha; eles, os seus membros, querem organizar a Terra, cada um no seu ponto de vista particular, de acordo com as ambições de suas respectivas burguesias (LIMA BARRETO, 2004, p. 514).

Então, *As lições da grande guerra*, segundo Lima Barreto, em crônica com este título, publicada no *Hoje*, provavelmente no dia três de julho de 1919, teriam demonstrado que a paz só se daria sobre novas bases e que o que parecia uma vitória em breve se reverteria na imitação pelos vencedores dos gestos dos vencidos.

Essa Conferência da Paz, em Versalhes, e a paz que dela sair, não resolvem coisa alguma, porque lá nada é feito de boa-fé e num sentido largo e humano, de acordo com as grandes aspirações do nosso tempo, que não quer mais resolver o monturo do passado e a podridão da finança, sendo, por isso, uma paz precária, acabando por se dar aquilo que o grande histologista espanhol Ramón y Cajal, citado por Gusyave Le bom, disse: 'Os vencidos terão apenas como fito imitar os métodos dos vencedores e experimentar vencer por seu turno. Quando os órfãos de hoje atingirem a maioria, a terrível chacina recomeçará'. Talvez antes, digo eu: é questão de dez anos (LIMA BARRETO, 2004, p. 537-538).

O literato encerra esta crônica novamente enfatizando a necessidade da apropriação dos meios de produção, afirmando o seguinte: “decididamente, temos de expropriá-los a todos [os burgueses]. Para que essa gente quer tanto dinheiro – os senhores não me dirão? É mais uma lição da guerra mundial” (LIMA BARRETO, 2004, p. 542).

Mas a força ilusória desses ideais nacionalistas, patrióticos, é reconhecida por Lima Barreto. Toma como exemplo Renan, um dos seus historiadores preferidos, na crônica *Meia página de Renan*, na *Revista Contemporânea*, provavelmente no dia três de julho de 1919, que em alguns aspectos da obra *La réforme intellectuelle et morale de la France*, com a derrota na guerra de 1871, teria se deixado influenciar pela atmosfera nacionalista de sua época e afirmado questões que Lima Barreto julgava não plausíveis com o que realmente foram os acontecimentos. Isso também teria ocorrido com Taine, uma outra referência intelectual para o literato em questão, e ele mesmo reconhece que às vezes deixara-se levar por valores como o patriotismo, por mais que seu engajamento seja desmistificador acerca dessa ideologia.

Houve, nos grandes espíritos de França, que tinham florescido antes da guerra de 1870, um profundo abalo com a derrota e humilhação de sua pátria, em 1871. Muito natural é isto, que se tenha dado, porque, por mais que nós queiramos ficar acima dos preconceitos nacionais, eles nos marcam de uma forma indelével. Se isto se dá com os naturais de países obscuros, muito mais fortemente se deverá dar entre franceses, sobre os quais pesam não sei quantos séculos de glórias de toda a ordem. Eu, que me julgo muito pouco patriota, não desejo absolutamente ver o Brasil humilhado e estrangulado por outra pátria. Quero que não haja nenhuma, mas desde que se trate de humilhação, rebaixamento do Brasil por outro qualquer país, eu sou brasileiro...Renan, a respeito de negros, não sabia nada e não é de admirar que não soubesse, pois vivia em um país onde não os havia nem como escravos, nem como homens livres. A sua dor patriótica e, talvez, o seu cansaço mental fizeram que avançasse generalizações apressadas. Se o inimitável escritor do *L'Antéchrist* vivesse entre nós, por exemplo, veria que nunca os negros aceitaram a escravidão, apesar de ser instituição legal e penal entre eles, com a docilidade que lhe parece.

Aceitavam como os atuais operários recebem sua escravidão econômica, o salariato, isto é, com contínuas revoltas (LIMA BARRETO, 2004, p. 533-535).

O intelectual engajado, em seu caráter revolucionário, é um adversário permanente das ideologias que ignoram ou soterram nos escombros da história as lutas sociais dos explorados que se opuseram à escravidão no passado, e agora se opõem à exploração capitalista, como demonstra a crítica barretiana a Renan. Todavia, deixa claro que esse obscurecimento da história, em boa parte se deve a paixão patriótica, enquanto falsa consciência sistematizada da realidade que ergue limites intransponíveis a compreensão de tais acontecimentos e à luta de classes ao longo da história das sociedades.

A paixão patriótica, como todas as paixões, cega, mais do que nenhuma outra, porém, ela é sáfara e estéril. As outras, as religiosas, por exemplo, destinam-se a convencer os outros para melhorá-los, para alcançar Deus; a da pátria, porém, não! Ela nos faz julgar mal os semelhantes, homens como nós, sofrendo como nós a sua triste condição humana, sem que, julgando-os mal, nós os procuremos melhorar, mas matá-los, o que não é função dos homens, mas Deus ou coisa parecida (LIMA BARRETO, 2004, p. 536).

3.4- República dos Doutores

No que chamamos de República dos doutores, pretendemos enfatizar mais uma das características da obra barretiana, a crítica aos intelectuais, a ciência e a imprensa. Em uma crônica *sem título*, publicada n'*A Lanterna*, no dia vinte de novembro de 1902, Lima Barreto chama a atenção pelo modo com que opõe o que entende como ciência (baseada na comparação e observação), sob a clara influência do positivismo, *versus* as ideias dos “nossos extraordinários filósofos” (com uma ponta de ironia). A primeira, na sua compreensão, serviria para confirmar que o povo brasileiro (cheio de negros/mulatos etc.) não desapareceria, como previam na época as ideias de branqueamento, opondo-se a uma filosofia da história que apostava que alguns povos desapareceriam a medida que a sociedade “evoluisse”.

Na crônica *Vendo a brigada Stegomya*, publicada no *Tagarela*, no dia nove de julho de 1903, Lima Barreto destaca que a filosofia, entre nós, no Brasil, é um ecoar de frases ocas e “campanudas” ou um citar pasmoso de autores estrangeiros de quarta ordem; a nossa literatura e arte são planetas mortos que gravitam para intermitentes e variáveis expressões estrangeiras e “a política resume-se num descaroçar de atas falsas, na expressão de um profissional, ou numa discurseira vazia de inteligência mas cheias de palavrões e sentenças acacias” (LIMA BARRETO, 2004, p. 62). As grandes obras do pensamento humano,

chegando nos nossos intelectos, não proliferam em outras maiores – tornam-se pálidas, enfraquecem-se em seu vigor natural: o Plutarco, por exemplo, foi lido pelo Sr. Pelino Guedes para afirmar que “a biografia é a história da vida de um homem” ou que “a ideia de Deus não é incompatível com o amor à pátria”; o que dá padrão para imaginarmos o que dirá ele se conseguir por milagre ler a *Crítica da razão pura* ou a *Política* de Aristóteles (LIMA BARRETO, 2004, p. 62).

Nesta crônica, com apenas 21 anos, Lima Barreto faz uma crítica ácida aos intelectuais brasileiros, tomando como característico intelectual brasileiro o Sr. Pelino Guedes que era escritor de biografias de ministros, e que o nosso literato teria representado literariamente em vários de seus livros. Teria sido ele também funcionário da Diretoria da Justiça, que cuidava da aposentadoria do pai de Lima Barreto, que com ele teria se desentendido. Ele primeiro faz críticas ao povo, mergulhado em ópio entorpecedor, e depois a Brigada Stegomya que servia no combate ao mosquito da febre amarela. Diante de um povo como esse, é natural que os soldados da brigada tivessem aquele contentamento em guerrear contra pernilerongos.

Quando Lima Barreto discute *Os nossos jornais*, em crônica com este título, na *Gazeta da Tarde*, publicada provavelmente no dia dezoito de outubro de 1911, ele enfatiza o quanto esses se dispunham aos interesses privados e apresentam uma concepção restrita do mundo. “Tipos ricos e pobres, néscios e sábios, julgam que as suas festas íntimas ou os seus lutos têm um grande interesse para todo o mundo. Sei bem o que é que se visa com isso: agradar, captar o níquel, com esse meio infalível: o nome do jornal” (LIMA BARRETO, 2004, p. 107).

Bem. Tomo outro [exemplo de jornal]. É o *Correio da Manhã*. Temos aqui uma seção interessante: 'O que vai pelo mundo'. Vou ter notícias da França, do Japão, da África do sul, penso eu. Leio de fio a pavio. Qual nada! O mundo aí é Portugal só e unicamente Portugal. Com certeza, foi a república recentemente proclamada que o fez crescer tanto. Bendita república! (LIMA BARRETO, 2004, p. 109).

As críticas de Lima Barreto aos jornais brasileiros, especialmente o *Correio da Manhã*, podem ser verificadas tanto nas suas crônicas, como na sua representação literária. Um exemplo dessa última é o jornal ficcional *O Globo*, retratado em *Recordações do escrivão Isaias Caminha*, e que teria se inspirado no próprio *Correio da Manhã*. Ele mesmo afirma, em *Os jornais dos estados*, publicado no *Correio da Noite*, no dia quatorze de janeiro de 1915, que “uma das mais curiosas coisas das redações dos jornais é examinar, ler os colegas que vêm do interior. O aspecto predominante neles é a paixão política. Nenhum deixa de ter na sua localidade, no seu lugarejo, na sua cidadezinha, um ídolo a que constantemente incensa”

(LIMA BARRETO, 2004, p. 151).

Em uma realidade como a brasileira, “a ciência, o saber, a arte, são adornos e enfeites para as suas pessoas naturalmente necessitadas de casamento”. Lima Barreto compreendia que aqui vivemos apegados a tolas superstições e o exame é uma delas, é resto da escolástica, é resto do ensino do grande jesuíta Laynez Swift (LIMA BARRETO, 2004, p. 176). O que afirma na crônica *Os exames*, publicada no *Correio da Noite*, no dia seis de março de 1915, onde ainda acrescenta que “os exames, os doutores, bacharéis, os médicos, toda essa nobreza doutoral que nos domina e apoia os negociastas, é o maior flagelo desta terra que os utopistas querem que seja o paraíso terrestre” (LIMA BARRETO, 2004, p. 176).

Quando se trata, então, dessa “nobreza doutoral”, em *A instrução pública*, no *Correio da Noite*, no dia onze de março de 1915, Lima Barreto afirma o seguinte:

No Brasil, o doutor (e olhem que eu escapei de ser doutor) é um flagelo, porque se transformou em nobreza e aos poucos foi açambarcando posições, fazendo criar coisas novas para eles, arrendando com o preconceito doutoral as atividades e as competências... A tendência vai se firmando, de constituir-se entre nós uma espécie de teocracia doutoral. Os costumes, o pouco respeito do povo, estão levando as coisas para isso. O doutor, se é ignorante, o é; mas sabe; o doutor, se é preto, o é, mas... é branco. As famílias, os pais, querem casar as filhas com os doutores; e, se estes não têm emprego, lá correm à Câmara, ao Senado, às secretarias, pedindo, e põem em jogo a influência dos parentes e aderentes... À proporção que tal fato se vai dando, o nível da instrução vai baixando. Não é nesta nem naquela escola; é em todas. Essa página de doutor dá panos para as mangas. Se o governo quisesse extirpar o mal, não deveria manter absolutamente esses cursos seriados (LIMA BARRETO, 2004, p. 179).

No que se refere ao papel da educação na formação dessa “teocracia doutoral”, Lima Barreto na crônica onde dá continuidade a esse debate – intitulada *Continuo...* – publicada no *Correio da Noite*, do dia treze de março de 1915, afirma a necessidade do fim do colégio Pedro II e dos colégios militares, relacionando essa medida à necessidade de nos opormos ao caráter autoritário dessas instituições.

Se há alguma coisa a fazer em instrução que não seja a de fabricar doutores, é extinguir todos os colégios militares e o Pedro II, criando por todo o Rio de Janeiro liceus, ao jeito dos franceses, para moças e rapazes, de forma que os favores do Estado alcancem todos. Os colégios militares são sobremodo um atentado ao nosso regime democrático; é preciso extingui-los e aproveitar os respectivos professores e material, na instrução da maioria. Pelo menos, a República devia fazer isso (LIMA BARRETO, 2004, p. 181).

“A nossa instrução pública, cada vez que é reformada, reserva para o observador surpresas admiráveis” (LIMA BARRETO, 2004, p. 198), acrescentara Lima Barreto em outra crônica.

Na crítica à imprensa, ele se propõe a explicitar em que consistia ser parte da oposição, no meio jornalístico. Fala do quanto os jornais são venais e se colocam a serviço de uns e outros (LIMA BARRETO, 2004, p. 237). Acrescentado, em *Oposição jornalística*, na *Careta*,

no dia dezoito de setembro de 1915, que

é bem curioso notar, na leitura dos jornais, a forma de sua atual oposição. Todos eles estão, mas nenhum o está completamente... E assim são todos eles. Um ataca tal ministro e defende aquele; outro ataca o presidente e defende os ministros e muitos defendem o presidente e atacam os ministros. Todos defendem o prefeito (LIMA BARRETO, 2004, p. 237).

Um dos personagens de Lima Barreto, o sábio doutor Caruru da Fonseca, é objeto da crônica *As teorias do doutor Caruru*, publicada na *Careta*, no dia trinta de outubro de 1915. Este era uma sumidade em matéria de psiquiatria, criminologia, medicina legal e “outras coisas divertidas”. “Tinha, na nossa democracia, por ser sumidade e doutor, direito a exercer quatro empregos. Era lente da Escola de Medicina, era chefe do Gabinete Médico da Polícia, era subdiretor do Manicômio Nacional e também inspetor da Higiene Pública” (LIMA BARRETO, 2004, p. 248). Ironicamente, afirma Lima Barreto, ele era do tipo que encontrava seguros indícios do caráter, da inteligência, etc., dos indivíduos em todas as partes o corpo. Ele pretendia mostrar a verdade das suas teorias em um dos cadáveres a sua disposição (LIMA BARRETO, 2004, p. 249).

Caruru armou-se de uma das tais réguas, enquanto um servente chorava [próximo ao morto]. Aplicou-a aos pés do defunto e, pouco depois, exclamou triunfante:

- Vejam só! O pé direito mede quase mais um centímetro que o esquerdo. Não é o que eu dizia? É um degenerado! Essa assimetria dos pés...

O servente que chorava, interrompeu-o:

- Vossa Excelência só por causa dos pés do Senhor Murga não pode dizer isto. Ele não nasceu assim.

- Como foi então?

- Fui seu amigo e devo-lhe muitos favores. Eu conto a Vossa Excelência... “Seu” Murga teve um tumor no pé direito e foi obrigado a andar com chinelo num pé, durante cerca de dois meses, enquanto o esquerdo estava calçado. Naturalmente aquele aumentou enquanto o outro ficava parado. Foi por isso (LIMA BARRETO, 2004, p.249-250).

Essa narrativa explicita uma das principais críticas de Lima Barreto, ou seja, sua oposição ao que se convencionou chamar de “racismo científico”, antropologia criminal e demais práticas que relacionaram caracteres físicos a inferioridade racial. Trata-se da oposição tanto à condição de “doutor”, e a sua valorização social, e a ciência em seu exercício político de afirmação da superioridade de uma raça em detrimento de outras. O que, diante da história do Brasil, significa afirmar também a superioridade da classe dominante em detrimento das classes subordinadas a esta. Essa condição de doutores – que na verdade nada sabiam, como sempre enfatiza Lima Barreto – se estende a intelectuais, literatos e cientistas.

Na crônica *O ideal do Bel-Ami*, no A.B.C., no dia 25 de novembro de 1916, ele comenta o quanto era absurda a representação do Brasil no exterior e o papel que

desempenhavam aqueles que eram considerados seus intelectuais.

Da vida, pouco me resta de esperança e nada de ilusões, e eu não sairia a campo para dizer as verdades que aí vão ditas, se não fossem o nojo e o ódio que sinto ao ver a desfaçatez e o cinismo chegarem ao cúmulo em nossa terra, em questões de literatura. Li nos jornais, porque leio todos os jornais, que o Senhor Miguel Calmon e o Senhor Hélio Lobo tinham sido designados para reger, o primeiro o curso de Estudos Brasileiros, na Universidade de Lisboa, e o segundo o de História da Diplomacia Brasileira, na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Que parelha! (LIMA BARRETO, 2004, p. 263).

Segundo Lima Barreto, Hélio Lobo, secretário da “presidência”, como ele se autointitula, é o mais presumido “bobo” de que se tem notícia no Brasil que escreve. “É um homem desses que vai não sei para onde representar a inteligência do Brasil” (LIMA BARRETO, 2004, p. 263). Calmon, por sua vez, é conhecido de Lima Barreto, pois foi seu colega na Escola Politécnica, e tinha segundo ele uns ares solenes e idiotas, para impressionar toda a gente. Ele formou-se e foi para a Bahia. Lá o fizeram lente, geômetra, geólogo, epigrafista, numismata, parteiro, aviador, escafandro; e depois o mandaram para Java, estudar o café (LIMA BARRETO, 2004, p. 264). Calmon, que não se tinha esquecido das tolices que escrevera no boletim dos judeus açucareiros (não citou nomes), fez-se ministro ou tabelião, e publicou um livro. “O livro é o que há de mais medíocre nesta vida, mas, por isso mesmo, a Academia de Letras, que grande prazer tem com tais obras, resolveu nomeá-lo, a ele, Almeida de la Tour d'Auvergne, professor de Estudos Brasileiros, na Universidade de Lisboa” (LIMA BARRETO, 2004, p. 264).

O Senhor Miguel Calmon é o exemplo da ideia que, no Brasil, se tem de coisas da inteligência. Ele nada fez nem naquilo que estudou, nem naquilo que pretendeu; ele, se não é velho, também não é menino; tem tido todas as felicidades, mas não tem uma obra, um ensaio, uma página que diga alguma coisa dele mesmo. Foi deputado, ministro, tabelião, epigrafista, numismata, paleógrafo, professor de Cálculo Diferencial, mas de coisa alguma dessas ele diz entendido. Ele entende do que não entende. Sabe literatura e história do Brasil. O Brasil, com esse amor aos diplomados, aos distintos, aos enfeitados com medalhinhas de solenidades de escola, acaba como a China, com os seus mandarins e com a sua literatura de versos de légua (LIMA BARRETO, 2004, p. 265).

Lima Barreto inicia aqui sua longa colaboração no *A.B.C.*, semanário político. Em 1919 suspende a colaboração no periódico, acusando-o de ter publicado artigo contrário aos negros. O jornal apresenta explicações e desculpas ao cronista que retoma, pouco depois, sua colaboração (LIMA BARRETO, 2004, p. 265). Essa questão racial era cara a Lima Barreto, como àqueles que pretendiam consolidar um ideário de nação a partir do “racismo científico”, e por isso a abordava tanto em sua disputa no campo literário como nas questões referentes a sua atividade jornalística. Afinal, o desenvolvimento da imprensa, a expansão dos jornais

como principal meio de comunicação, foi um elemento propulsor do campo literário, embora por meio da mescla entre atividade literária e jornalismo.

Quanto ao jornalismo, um outro *locus* de existência de literatos, acadêmicos, e demais “profissionais liberais”, Lima Barreto afirma que

o mais curioso, neste nosso jornalismo moderno, é que, como muitas de todas as outras coisas da nossa atividade mental, sejam chamados a falar de certos assuntos homens que não tiveram a educação e a instrução para isto, mas que, simplesmente com uma instrução de meros guarda-livros e auxílios do dinheiro de argentários, se arrogam o direito de falar sobre questões sociais e políticas (LIMA BARRETO, 2004, p. 281).

Ele critica, ainda, aqueles que querem transformar o júri em um conselho de notáveis, retirando desse o seu caráter de “consciência da cidade” (LIMA BARRETO, 2004, p. 281). “O Brasil, como todo o mundo, precisa ficar livre desses maus pastores, e todo o esforço que se fizer para isso terá todo o apoio dos homens independentes” (LIMA BARRETO, 2004, p. 281). Essas são questões que apresenta na crônica *Ao Caio M. de Bastos*, publicada n'*O Debate*, publicada no dia nove de agosto de 1917.

No que se refere a tentativa de tornar o júri, nos julgamentos, o assento de portadores de títulos, Lima Barreto atesta o quanto isso só poderia ser oriundo de uma concepção que equivocadamente relaciona caráter à titulação acadêmica, por exemplo. Opondo-se à “burrice” nacional que “aristocratizava” a nação com ideias como essas. Ele trata dessa questão, também na crônica *Lavar a honra, matando?*, publicada na *Lanterna*, no dia 28 de janeiro de 1918, quando fala de mais um dos julgamentos de maridos que mataram suas esposas.

A lei, pela sua generosidade mesmo, não pode prever tais e quais casos, os aspectos particulares de tais e quais crimes; e só um tribunal como o júri, sem peias de praxistas, de autoridades jurídicas, etc., pode julgar com o critério muito nacional e concreto da vida que nós vivemos todos os dias, desprezando o rigor abstrato da lei e os preconceitos dos juristas. A massa dos jurados é de uma mediocridade intelectual pasmosa, mas isto não depõe contra o júri, pois nós sabemos de que forma mental são a maioria dos nossos juízes togados. A burrice nacional julga que deviam ser formados a compor unicamente o júri. Há nisso somente burrice, e às toneladas. Nas muitas vezes em que servi no tribunal popular, tive como companheiros doutores de todos os matizes. Com raras exceções, todos eles eram excepcionalmente idiotas e os mais perfeitos eram os formados em direito... Não há país algum em que, tirando-se à sorte os nomes de doze homens, se encontrem dez de inteligentes; e o Brasil, que tem os seus expoentes intelectuais no Aluísio de Castro e no Miguel Calmon, não pode fazer exceção à regra. O júri porém não é negócio de inteligência. O que se exige de inteligência é muito pouco, está lá ao alcance de qualquer. O que se exige lá é força de sentimento e firmeza de caráter, e isto não há lata doutoral que dê. Essas considerações vêm ao bico da pena, ao ler que o júri mais uma vez absolveu um marido que matou a mulher, sob o pretexto de ser ela adúltera (LIMA BARRETO, 2004, p. 312-313).

Todavia, Lima Barreto reconhece suas próprias contradições, assim como suas fragilidades sentimentais, narrando a ocasião em que sensibilizado pelo pedido de uma mãe,

acabou absolvendo um uxoricida, ato do qual se arrependeu posteriormente (LIMA BARRETO, 2004, p. 313).

Na crônica *Histrião ou literato?* na *Revista Contemporânea*, no dia quinze de fevereiro de 1918, ele opõe-se a Coelho Neto, sobretudo à estética que representava na literatura brasileira e o papel que exercia no nosso campo literário.

O Senhor Coelho Neto é o sujeito mais nefasto que tem aparecido no nosso meio intelectual. Sem visão da nossa vida, sem simpatia por ela, sem vigor de estudos, sem um critério filosófico ou social seguro, o Senhor Neto transformou toda a arte de escrever em pura *chinoiserie* de estilo e fraseado. Ninguém peça um pensamento, um julgamento sobre a nossa vida urbana ou rural; ninguém lhe peça um entendimento mais perfeito de qualquer dos tipos da nossa população: isso, ele não sabe dar. Coelho Neto fossilizou-se na bodega do que ele chama estilo, música do período, imagens peregrinas e outras coisas que são o cortejo da arte de escrever, que são os seus meios de comunicação, de sedução, mas não são o fim próprio da literatura... Ele nunca viu o encadeamento das ideias e dos sentimentos pelo tempo afora; ele nunca pôde perceber que nós hoje não podemos sentir como a Grécia e que os seus deuses nos são estranhos e perfeitamente e quase incompreensíveis... O Senhor Neto quer fazer constar ao público brasileiro que literatura é escrever bonito, fazer brindes de sobremesa, para satisfação dos ricos. Ele não quer que o público brasileiro veja no movimento literário uma atividade tão forte que possa exigir o desprendimento total da pessoa humana que a ele se dedique. Devia preferir, entretanto, ensinar aos brasileiros que a literatura é um sacerdócio. Está no Carlyle; e não cito em inglês para não aborrecer o Azevedo Amaral. A missão da literatura é fazer comunicar umas almas com as outras, é dar-lhes um mais perfeito entendimento entre elas, é ligá-las mais fortemente, reforçando desse modo a solidariedade humana, tornando os homens mais capazes para a conquista do planeta e se entenderem melhor, no único intuito de sua felicidade... Toda a sua literatura, copiosa, vasta, trabalhadora, paciente, é falha porque ele não soube amar e compreender todos. Desde menino, o Senhor Coelho Neto ficou deslumbrado por Botafogo e as suas relativas elegâncias. Longe de mim dizer que lá não há almas, sofrimentos, dores e angústias; mas aí mesmo ela não as soube ver... O Senhor Neto esqueceu-se da dignidade do seu nome, da grandeza de sua missão de homem de letras, para ir discursar em semelhante futilidade [a inauguração de uma dependência de um clube de regatas ou coisa que o valha, nas Laranjeiras]. Os literatos, os grandes, sempre souberam morrer de fome, mas não rebaixaram sua arte para simples prazer dos ricos. Os que sabiam alguma cousa de letras e tal faziam, eram os histriões; e estes nunca se sentaram nas sociedades sábias... (LIMA BARRETO, 2004, p. 318-319).

Sobre o fetichismo acerca dessa condição do doutor, Lima Barreto na crônica *A superstição do doutor*, publicada na *Gazeta de Notícias*, em maio de 1918, afirma que

em outro qualquer país, talvez, não fosse um temperamento liberal chocado com a espécie zoológica e social – “doutor”; mas, no Brasil, com a importância descomunal, o ar de sagrado que os costumes lhe emprestam, e os privilégios que a lei lhe outorga, não é possível deixar de revoltar-se contra ela todo aquele que não quer ver renascer nos tempos atuais uma nobreza, principalmente uma nobreza que indica para as suas bases justamente aquilo que ela não possui – o saber (LIMA BARRETO, 2004, p. 344).

Enfatiza que o “doutor” não tem direito a tais prerrogativas e isenções, porque a maioria deles é formada por ignorantes. Só os sábios, os estudiosos, “doutores” ou não, é que merecem as

atenções que em geral são oferecidas a cretinos cheios de anéis e empáfia. Entre cem, só dez ou vinte sabe mesmo de alguma coisa. “São quase sempre, além de medíocres intelectualmente, ignorantes como um bororó de tudo o que fingiram estudar. Aquilo que os antigos chamavam humanidades, em geral, eles ignoram completamente. Não são falhas, que todos têm na sua instrução; são abismos hiantes que a deles apresenta (LIMA BARRETO, 2004, p. 345).

Na Escola Politécnica, é de praxe, de regra até, que todo o filho, sobrinho ou parente de capitalista ou de *brasseurs d'affaires*, mais ou menos iniciado na cabala crematística do Club de Engenharia, seja aprovado. É bem de ver por quê. Os lentes das nossas escolas, com raras exceções, não se contentam com os seus vencimentos oficiais. Todos eles são mundanos, querem fazer parada de luxo, teatros, bailes, com as suas mulheres e filhas. A situação oficial que têm dá-lhes prestígio, fazem-nos boas 'figuras de proa' e os seus nomes são procurados para apadrinhar as companhias, as empresas, mais ou menos honestas, que os especuladores de todos os matizes e nacionalidade organizam por aí (LIMA BARRETO, 2004, p. 345).

Lima Barreto destaca que ignorantes que se arvoram um saber que não têm, vêm para a vida, mesmo fora das profissões a cujo exercício lhes dá direito o título, criar obstáculos aos honestos de inteligência, aos modestos que estudaram, dando esse espetáculo ignóbil de diretores de bancos oficiais, de chefes de repartições, de embaixadores, de deputados, de senadores, de generais, de almirantes, de delegados, que têm menos instrução do que um humilde contínuo; e, apesar de tudo, quase todos mais enriquecem, seja pelo casamento ou outro qualquer expediente, mais ou menos confessável. Todos conhecemos a peculiar instituição do “muleta”. Chama-se assim ao auxiliar ilustrado e entendido que todo o nosso figurão possui, e leva como secretário ou coisa semelhante para todas as comissões em que vão empregar a sua reconhecida capacidade, como dizem os jornais. “Eles, os doutores, são nobreza, como se a fidalguia de sangue, feudal e militar, fosse composta de filhos naturais, não possuísse castelos ou *manoirs* e formada fosse de poltrões! Fresca nobreza!” (LIMA BARRETO, 2004, p. 346).

Do império, nós herdamos um respeito hindu pelo “doutor” e o aumentamos, como tudo o que ele tinha de mau. Parece que era o seu pensamento organizar um *tchin*, à russa, com o título, o pergaminho, como diz-se por aí; e foi feliz porque conseguiu implantar no espírito do povo uma veneração bramânica pelos seus bacharéis, médicos e engenheiros. O subalterno, o enfermeiro, por exemplo, não chama o médico, nem mesmo o interno estudante, por senhor. Chama-o – Vossa Senhoria. Se, minutos depois, chegar o administrador do hospital, ele o tratará por senhor. Os soldados russos tratam ou tratavam os oficiais por - 'Vossa Nobreza'. Nas estradas de ferro, dá-se o mesmo que nos hospitais; e, com os juízes, há de se passar a mesma cousa, por parte dos meirinhos e escreventes. O povo do Brasil que, raramente, se deixa infiltrar por ideias úteis e que lhe são favoráveis; neste ponto, foi de uma porosidade de espantar. Tão dócil foi ela! Para a massa total dos brasileiros, o doutor é mais inteligente do que outro qualquer, e só ele é inteligente; é mais sábio, embora esteja disposto a reconhecer que ele é, às vezes, analfabeto; é mais honesto, apesar

de tudo; é mais bonito, conquanto seja um Quasímodo; é branco, sendo mesmo da cor da noite; é muito honesto, mesmo que se conheçam muitas velhacadas dele; é mais digno; é mais leal e está, de algum modo, em comunicação com a divindade. É essa abusão de feitiçaria, essa grosseira religiosidade de candomblé ou de macumba, pelo nosso título universitário, que leva os jornalistas panurgianos a pedir a supressão do júri, porque, em certas ocasiões, absolve certos réus que lhes parece deviam ser condenados...Esse estado de espírito geral do nosso país, essa superstição, essa estúpida credence dos ilustrados e dos analfabetos, dos néscios e dos atilados, levou ultimamente os nossos legisladores, num farisaico zelo pela verdade eleitoral, a entregar o alistamento dos cidadãos votantes e também as mesas eleitorais aos juízes, isto é, a doutores e bacharéis. E todos nós vimos como a coisa saiu. Houve fraudes ou duplicatas no Ceará, no Espírito Santo, em Alagoas, na Bahia, no Estado do Rio, no Pará, no Rio Grande do Sul, em Sergipe; e o Rio de Janeiro continuou a mandar como seus representantes alguns respeitáveis desconhecidos apelintrados, que não sabem nem a data da fundação da cidade (LIMA BARRETO, 2004, p. 346-347).

No Brasil, amanuenses, escriturários, oficiais, engenheiros, médicos, advogados, dentistas, farmacêuticos e outros, se julgam com mais direito às recompensas burocráticas e às promoções que os seus colegas, que não tem título algum. Um exemplo:

Aquele amanuense dos Correios pediu ao diretor geral que fizesse constar na sua fé de ofícios que era doutor, para, quando se tratasse de alegar merecimento, pudesse apresentar o 'canudo' como maior de espadas. E a administração – o que é estranho – levará, porque tem levado muitas vezes, em consideração semelhante alegação, esquecendo que só se podem comparar quantidades homogêneas, Merecimento é a comparação dos serviços, das aptidões para eles, entre dous ou mais funcionários. Serão os serviços e aptidões do amanuense da mesma natureza que as aptidões e serviços que pode revelar ou possuir um médico? Um médico só pode ter merecimento sobre outro médico; e um amanuense sobre outro amanuense (LIMA BARRETO, 2004, p. 349).

Lima Barreto diz que é contra esses disparates, que se insurge, e mostra a imbecilidade desse respeito cabalístico, esotérico pelo “doutor”, respeito e veneração que estão criando entre nós uma nobreza das mais atrozes que se pode imaginar.

Se a humanidade cortou cabeças de reis, de rainhas, de duques, de marquesas (Ah! Que pena eu não lhes ter visto os lindos, os alvos, os roliços pescoços, entrarem na janela da guilhotina!), de viscondes, etc., para acabar com a nobreza feudal, como é que nós estamos criando uma de pés de barro e que, amanhã, pode entorpecer a vida de nossos filhos? É preciso combater a superstição enquanto é tempo. Mostrarei mais... A superstição do 'doutor', por parte do povo, e a presunção deles como consequência, obliteram certos espíritos até fazê-los chegar a essa cegueira completa. A Academia de Letras, onde era de esperar que houvesse mais independência espiritual, só elegeu o Senhor Osvaldo Cruz, o Senhor Miguel Couto e o Senhor Aluísio de Castro, todos muito estreitamente médicos, ou coisa aparentada com a medicina, entre outros motivos, e que nada tinham com as letras, porque eram doutores. Não há a argumentar com a Academia Francesa. Dela, nos bons tempos da nobreza, já foram seus membros marqueses de quinze anos, que deviam ainda estar nas declinações latinas. As tradições fidalgas e áulicas da Academia Francesa permitiram essas coisas e outras antecedentes, algumas tanto ou mais estrambóticas. A nossa não tem essa herança secular; e não é suficiente que um 'doutor' pastiche os quinhentistas e seiscentistas para ser homem de letras e acadêmicos delas. Mais direito tem um mau poeta. Cada macaco no seu galho (LIMA BARRETO, 2004, p. 350-351).

O título universitário, que só deve dar direito a exercer a profissão a que se propõe, tem se tornado um “foral de nobreza”, emprestando ao sujeito que é dele portador capacidades superiores aos outros e habilidades que ele não tem. As cartas das nossas universidades tem se transformado em pergaminhos da antiga aristocracia que, nos tempos passados, permitiram aos seus possuidores, sem a mínima noção de cousas navais, serem investidos de comandos de navios e esquadras, como se dava em Espanha, Portugal e até na Inglaterra, como conta Macaulay (LIMA BARRETO, 2004, p. 351).

A aliança do “doutor” com a burguesia, que se faz em geral pelo casamento, dá ao “formado” toda a força que, no nossos tempos, o dinheiro tem, e a sua simulação intelectual e de saber, acabando em superstição na massa, dá por sua vez o prestígio que a inteligência sempre teve, tem e terá, sem lhe ditar mais amor ao estudo, mais honestidade mental, mais abnegação profissional e critério no cumprimento do dever. São maus pastores... Em geral, ele perde a pouca curiosidade intelectual que tinha na escola, esquece as poucas noções que recebeu, atém-se a fórmulas, a gastas receitas e fica um fátuo silencioso e solene, defendendo a sua inófia cerebral, a sua ignorância com a superstição pelo título que todos têm, principalmente moças, de todas as condições, mas, em muitas das quais, sabe Deus! Com que amargura, ela se vem desfazer, quando conhecem intimamente o 'doutor' que é marido delas. Estas é que são as mais francas quando falam deles, pois o manipuloso se lhes mostra completamente o que era: em toco de pau bem duro (LIMA BARRETO, 2004, p. 352).

Na crônica *Considerações oportunas*, no *A.B.C.*, no dia dezesseis de agosto de 1919, Lima Barreto continua sua crítica à ciência e ao caráter racista das suas postulações.

Os senhores que se têm entregue a esses estudos de antropologia, etnografia ou que outros nomes tenham, se esquecem muito de que um grande naturalista, creio que Lineu, disse: 'A natureza não tem raças nem espécies; ela só tem indivíduos'. Nas ciências naturais, como em outra qualquer, toda a classificação há de ser um produto do nosso espírito em função do nosso poder de abstrair. Fora dele, ela não existe, não é. Coisas mezinhas como esta precisam ser repetidas para que esses senhores grosseiros de espírito que se fizeram autoridades em coisas de raças com as quais não lidaram e que dos respectivos indivíduos, em geral, só conhecem partes mortas (o crânio sobretudo); precisam ser repetidas, dizia, para que eles, acantonados num pequeno departamento das cogitações espirituais da Humanidade, esquecendo as leis do nosso pensamento, as suas categorias e fatalidades, quando entra em relação com o mundo exterior, não transformem as suas pesquisas e generalizações em artigos de fé, em Corão obsoleto, a propugnar guerras santas e massacres. Em matéria de raças, fazendo delas entidades concretas fora de nós, acabamos, se o fizermos, em erro tão lamentável como o geômetra que afirmasse haver na natureza esfera, ciclóide, cilindro, linha, ponto, etc... Esses senhores que edificaram essas teorias de irremediável desigualdade de raças são tenazes e ferrenhos em remover todas as diferenças desta ou daquela natureza que possam separar o homem do macaco; mas, em compensação, são também tenazes e ferrenhos em acumular antagonismos entre os brancos e negros. Às vezes mesmo, fazem enormes esforços para justificar, em teorias sociais, ódios de grupos humanos contra outros que, entretanto, têm diversa origem. Nos Estados Unidos, esse ódio coletivo achou a sua aplicação no negro; como na Turquia, no armênio; como em certas partes da Rússia, no judeu. (LIMA BARRETO, 2004, p. 583-585).

A crítica de Lima Barreto ao que chamamos aqui de República de doutores implicavam em questões referentes ao campo literário e o confirmam como intelectual engajado na crítica aos intelectuais. O que ele também evidencia no caráter provisório que atribui a ciência e as consequências políticas a que essa pode levar. “Representação do mundo, segundo fatalidades e necessidades do nosso espírito, ela é e será sempre uma hipótese sobre ele, à espera de correções de todo o dia. Não se pode ter por isso como infalível e traduzindo exatamente a ordem do Cosmos, a ponto de autorizar crimes monstruosos” (LIMA BARRETO, 2004, p. 586).

3. 5- Lima Barreto, um Nacionalista?

Neste capítulo buscamos identificarmos as representações da nação e do nacionalismo nos escritos políticos de Lima Barreto, na expectativa de a partir da sua crítica social compreendermos a sua real vinculação política. O autor em questão seria mesmo um nacionalista, como alguns dos seus interpretes o caracterizam? Não seria ele um anarquista, como supõe outros, de modo que sendo também nacionalista apresentaria uma contradição indissolúvel em sua concepção política? Seria Lima Barreto um anarquista coerente com a crítica anarquista ao Estado? Foi tendo em vista essas preocupações que nos dispusemos a analisar os seus escritos políticos, de modo, que esses possam nos subsidiar na compreensão das suas representações literárias.

Na análise do seu discurso, considerando um significativo conjunto das suas crônicas, identificamos algumas afirmações constantes em suas manifestações políticas. Foram essas que aqui apresentamos, como itens, que depois foram colocados à disposição dos nossos leitores e destacamos alguns aspectos nessa síntese analítica. Nos itens anteriores esperamos ter demonstrado, entre outras questões, sua vinculação à imprensa operária como meio de engajamento nas lutas sociais, enfrentamento da república como *habitat* de uma grande plutocracia, que concilia burgueses e coronéis, assim como à produção intelectual, científica, literária e a política exterior na Primeira República. Tendo sido fundamentais os fragmentos de crônicas aqui apresentados e as representações do nacionalismo na compreensão da trajetória política e social de Lima Barreto.

Quando falamos em uma *república de plutocratas, burgueses e coronéis*, por exemplo, demonstramos que a crítica barretiana ao nacionalismo intensifica-se com experiências como a Revolução Russa, o movimento operário do início do século XX e as grandes greves de

1917 a 1919 no Brasil. Chegando a desmistificar o discurso demagógico daqueles que querem eliminar as distinções de classe a partir do apelo ao nacionalismo que justificaria, por exemplo, a inauguração no Rio de Janeiro do novo Teatro Municipal, como se fosse uma necessidade do povo. Enquanto na realidade os interesses por trás dessa ação, somado a todo o projeto de “embelezamento da cidade”, passavam à margem dos interesses da classe trabalhadora e, na verdade, serviam à construção de uma cidade e nação nos moldes de Buenos Aires, Paris e demais expressões urbanas do capitalismo mundial.

Nesse contexto, como em toda a sua obra, Lima Barreto critica a imprensa e pessoas que atacam os anarquistas dizendo que a realidade do Brasil é outra, e bem distinta da Europa, deslegitimando a ação deles como descontextualizada. Ele também se opõe aos ideários trazidos pelo colonizador português ao Brasil, entre eles, destaca o de pátria, por exemplo. Diante dessa consideração, acrescenta à sua compreensão histórica, os seguintes aspectos: o caráter falacioso, ilusório, acerca do discurso nacionalista. Demonstrando que os “representantes do povo”, outras vezes chamados de “pais da pátria” ou “representantes da Nação Brasileira”, consideravam que a melhoria das suas condições de vida, e dos seus familiares, significaria o mesmo que a melhoria das condições da nação. Explicando a “conveniência” que há no discurso patriótico e o quanto a partir desse se age em nome de uma “pátria ameaçada” na verdade para atender interesses particulares e as fraudes eleitorais, nesse contexto, que eram consideradas como meio de “salvar a pátria”, nos moldes do clientelismo da Primeira República; explicita a ficção que representam os laços morais, entre eles o patriótico, e que não deveríamos ceder a esse discurso ideológico; aponta, ainda, a origem de todos os seus interesses burgueses, o uso da propriedade privada e demonstra o significado da estrutura agrária brasileira e seu caráter concentrador.

No entanto, ainda apresenta como uma necessidade a superação do fetichismo das leis, do Estado, que julgamos fundamental na sustentação de ideologias como o nacionalismo. Tratando aquela que posteriormente seria chamada de Primeira Grande Guerra Mundial como “o maior crime da humanidade” que, tinha entre seus motivadores, o nacionalismo, especialmente o alemão. Todavia, esse olhar preocupado com a humanidade, não se desviava das preocupações internas, com as questões brasileiras. Já que critica com acidez em suas crônicas as falsas esperanças que o governo nacional nutria em alguns durante a Guerra do Paraguai e o modo com que com essa se propagavam ideias nacionalistas, patrióticas. O Estado-nação, que dizia agir na libertação da tirania de outros povos, mantinha a população negra escrava e em ferros. O interessante é que essa crítica a Guerra do Paraguai não aparece

somente nas suas crônicas, mas também nas representações literárias, como em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, em que essa aparece como as narrativas da glória nacional por meio de militares parasitários.

Nessa república de plutocratas, burgueses e coronéis critica também a imprensa que deturpava as manifestações da classe operária, como ocorrera com a greve de 1918, e considera que os artigos desses tinham como característica comum, entre outras, o fato de exaltarem a doçura, a resignação e o patriotismo do operário brasileiro. A oposição de Lima Barreto, por sua vez, ao Estado, a nação, está evidenciada na crônica *Sobre o maximalismo* (1919), assim como sua concepção anarquista. Explicitando na crônica *Procurem a sua Josefina!* (1919) que entre os discursos falaciosos daquele que pretendesse ser presidente da república, chegar ao Catete, estaria propugnar o fortalecimento da federação nacional, impedindo a deturpação do regime. Porém, na sua oposição a política nacional acerca dos imigrantes, que a partir da Lei Adolfo Gordo, de 1907, pretendia expulsar estrangeiros para se livrar da influência anarquista desses sobre o operariado brasileiro, Lima Barreto era defensor do anarquismo como também dos imigrantes que são representações literárias sempre positivas da sua lavra.

Em *república de mandarins literários* demonstramos que na crônica *Francisco Braga-Concertos Sinfônicos* (1900), Lima Barreto iniciara suas intervenções políticas no caminho da crítica artística, valorando positivamente as questões pátrias, mas essas logo seriam afastadas do seu horizonte em vista de uma concepção revolucionária desmistificadora de ideologias como o nacionalismo.

O cronista de Todos os Santos, em seu engajamento, participava também das disputas linguísticas e próprias ao campo literário, mas não se filiava aos puristas, como também não era um nacionalista linguístico. Na crônica *Literatura e política* (1918) afirma que o Estado, a legislação e a pátria são valores ultrapassados.

Em *República do Rio Branco* apresentamos que na crônica *O patriotismo* (1914) Lima Barreto critica o fetichismo acerca do patriotismo e a relação desse com a possibilidade científica de se constatar a superioridade racial de uns diante da inferioridade de outros. Ele identifica uma histeria patriótica como elemento da “modernização” do Rio de Janeiro, afirma o “doido intuito de defender a pátria” como um meio para a realização de interesses privados na crônica *Defesa da pátria* (1915) e evidencia os esportes (futebol, especialmente) como mecanismo de formação de ideologias próprias ao que se caracterizaria como nação-exército e o caráter belicoso do nacionalismo. Ele, ainda, alerta que os valores nacionais de cada Estado-

nação, tão propagados pela Alemanha, não haviam sido derrotados com a vitória na Grande Guerra.

Em *República dos doutores* evidenciamos a crítica do nosso cronista a formação de uma “nobreza doutoral”; a oposição ao “racismo científico” presente tanto nas crônicas como na literatura e a oposição à “burrice” nacional que “aristocratizava” a nação com seu doutorismo na crônica *Lavar a honra, matando?* (1918), por exemplo. No próximo capítulo pretendemos demonstrar que há coerência entre o cronista Lima Barreto e o literato, ou seja, entre a sua concepção política explicitada na imprensa e sob essa outra forma que é a arte, a forma literária, nesse caso.

Entre as discussões aqui apresentadas, a de Lúcia Maria de Assis (2008) situa Lima Barreto, na oposição aos puristas linguísticos, e o considera nessas disputas um nacionalista. Quanto a esse aspecto, pelo que expusemos nos itens anteriores, discordamos da autora. É preciso, em nossa opinião, considerarmos pelo menos mais uma possibilidade política: a posição independente. Essa está relacionada a uma defesa da literatura enquanto meio universal de aproximação entre os homens, ou seja, a sua defesa do uso da linguagem coloquial não tem como fundamento uma preocupação nacionalista, mas o acesso de todos à literatura. Essas disputas também se farão notar nas suas representações literárias, propriamente ditas.

Lima Barreto em seu romance de estreia, *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* (1909), através de personagens caricaturais, desferiu golpes violentíssimos contra intelectuais importantes da época, como João do Rio, Coelho Neto e Afrânio Peixoto. O que ele continuou a fazer, mas de modo muito mais direto, em sua prática jornalística dentro da imprensa operária. Um dos intelectuais que ele mais alveja é Coelho Neto (1864-1934), sempre retratado em seus textos como um *home de lettres* ultrapassado e celebrado apenas por uma elite egocêntrica e ignorante (GOMES e LOYOLLA, 2014, p. 248). Muitas das críticas endereçadas a este, por vezes eram motivadas pelo fato deste ter se afastado, em suas primeiras peças, da realidade brasileira e desenvolvido textos de certo exotismo europeu; daí a indignação de Lima Barreto com o pretensu empenho de Coelho Neto de levar à frente a “missão de erguer o teatro brasileiro”. Ele não aprovara a nomeação deste como diretor-geral do Teatro Municipal, acusando-o de se tornar uma espécie de “ditador” das letras brasileiras, que favoreceria a divulgação de suas próprias peças no meio teatral brasileiro, lançando mão de sua condição de Diretor. Novamente, Lima Barreto critica a má utilização (e fiscalização) do dinheiro público empregado no projeto de promoção da cultura nacional (GOMES e

LOYOLLA, 2014, p. 248-249).

Segundo Gomes e Loyolla, Lima Barreto estaria preso a uma noção “romântica” em relação à produção dos bens culturais, posto que confere enorme valor ao *capital cultural* acumulado pela intelectualidade de uma nação e entende como decisivo o papel que tal agrupamento de homens ilustrados deve ter no cenário político e social de um país. Além de ataques pessoais ao Prefeito do Rio, Carlos Sampaio (gestão 1920-1922), acusado pelo escritor como administrador incompetente e frívolo, Lima Barreto costumava atacar políticos e intelectuais de todos os calibres. Fala constantemente da ganância dos poderosos em relação apenas ao *dinheiro*, e nunca à aquisição de *cultura* (GOMES e LOYOLLA, 2014, p. 249). Temos um entendimento diferente acerca dessa questão, não consideramos que Lima Barreto supervalorizava o papel do intelectual no cenário político e social de um país. Admitir isso, em nossa opinião, seria ignorar as extensas folhas críticas que o mesmo escreveu acerca da função do intelectual. Como demonstramos neste capítulo, ao contrário do que afirmam os autores supracitados, o literato carioca também faz a crítica a parca cultura dos “poderosos”, inclusive em aspectos estéticos. Um outro aspecto, do qual não somos partícipes, é na suposta ênfase dada ao papel do intelectual na construção da nação. Na realidade, Lima Barreto tinha uma concepção mais universalista e de um humanismo radical, em detrimento da circunscrita concepção de nação.

Em seus últimos anos de vida, por exemplo, Lima Barreto acirra seus ataques à intelectualidade brasileira, não poupando farpas também ao “burguesismo *parvenu*” do Coelho Neto dramaturgo, que então começa a comparar, vez por outra, ao falecido Artur Azevedo, antigo “ditador” dos palcos cariocas. Na crônica *Sobre o nosso teatro* também organiza um balanço teatral dos primeiros anos do século XX, e o faz afirmando que “não vai ao teatro”, mas sente-se preparado para falar sobre ele. O seu balanço do teatro carioca é extremamente negativo; ele não culpa necessariamente os artistas e os autores pela “chulice” que seria o teatro brasileiro. O que novamente o afasta do costumeiro ufanismo dos nacionalistas e é mais um elemento que confirma nosso estranhamento diante daqueles que veem nesse qualquer traço de patriotismo.

Finalmente, consideramos que o engajamento na atividade jornalística de Lima Barreto produziu uma estética que se distinguiu pela simplicidade, pelo despojamento, pela contenção e pelo espírito de síntese que marcaram sua linguagem narrativa. O jornalismo também marcou o tratamento temático, preferencialmente voltado para o cotidiano, para os tipos comuns, para as cenas de rua, para os fatos banais e para a linguagem usual

(MACHADO, 1997, p. 32). No próximo capítulo demonstraremos que, entre outras características, a literatura barretiana, como afirma Schwarcz (2010, p. 15), tem uma “oralidade aproximada ao espetáculo por ele observado nas ruas que percorria diariamente”.

CAPÍTULO 4

NACIONALISMO NAS OBRAS LITERÁRIAS DE LIMA BARRETO

Neste capítulo identificaremos as representações do nacionalismo nas obras literárias de Lima Barreto e as múltiplas determinações que levaram a constituição dessas. O faremos considerando elementos que apresentamos nos capítulos anteriores, entre eles, a necessidade de sermos sensíveis as especificidades da literatura com suas formas, sentidos e significações.

4.1- Recordações do Escrivão Isaías Caminha

Depois de nos ocuparmos, entre outros elementos, do nacionalismo nos escritos políticos de Lima Barreto, nos voltamos agora para as suas representações dos mesmos em suas obras literárias. Tomaremos como fonte, para uma análise mais detida, diante da vasta produção barretiana, os livros *Recordações do escrivão Isaías Caminha* e *Triste fim de Policarpo Quaresma*, por exemplo. Apesar de considerarmos esses bons indicativos da questão nacional na concepção barretiana, em todo caso, em alguns momentos, dialogaremos com as suas crônicas e a coerência entre os escritos políticos e as obras literárias.

Na crônica *O nosso secretário*, publicada no *Correio da Noite*, no dia dezoito de janeiro de 1915, por exemplo, o autor do *Recordações do escrivão Isaías Caminha* sintetiza muito bem o que pretendia demonstrar na sua representação literária acerca do que se vivia no ambiente da Redação de um jornal: “Quem vive dentro do jornalismo tem a impressão de que está entre lobos; os homens de jornais se devoram” (LIMA BARRETO, 2004, p. 157). Essa poderia ser perfeitamente a epígrafe de qualquer resenha daquele livro. No entanto, este não se reduzia a crítica às relações na imprensa, mas a própria Redação poderia nos servir como metáfora da realidade que Lima Barreto considerava nacional.

Em *Era preciso...*, mais um dos escritos políticos barretianos, publicado na *Careta*, no dia três de julho de 1915, fala-se do que um indivíduo estaria disposto a fazer para subir na vida (LIMA BARRETO, 2004, p. 215).

A subida, porém, não lhe pareceu vertiginosa e muito menos segura; e ele tratou de ver de que forma os outros se tinham firmado bem nas posições que adquiriram. Examinou as nossas assembleias e câmaras. X tinha matado a mulher; B armara uma emboscada nas eleições e matara dois; L tinha matado um rival animoso com auxílio de capangas; Z matara a tia; H respondia a júri por ter mandado assassinar um seu competidor eleitoral; etc., etc. - Não há dúvida, pensou ele; eu devo matar, para ficar garantido. Armou-se, e ao primeiro desafeto que encontrou, sem mais aquela, deu-lhe uns tiros que o prostraram sem vida. Hoje, está firme na vida e, de quando em

quando, ao lembrar-se do incidente, diz: “Era preciso...” (LIMA BARRETO, 2004, p. 216).

O conflito ético do que se pode ou não fazer, tendo em vista “subir na vida”, está sempre à espreita do personagem Isaías Caminha. É um dos seus grandes dramas, naquela cidade, na novidade do que estava a viver no Rio de Janeiro. O que, em nada preocupa o personagem Ricardo Loberant, proprietário e diretor do jornal *O Globo*, que com um nome desses pode ser a metáfora do Brasil – como afirmamos acima – como também da sociedade globalmente em questão. Uma sociedade marcada pelas relações sociais de produção capitalistas como também pelo seu ethos, ou seja, um mundo feito à imagem e semelhança da burguesia, coerente com a sua “alma”. O diretor, que no final do livro tornara-se um amigo de Isaías Caminha, que por sua vez ao longo do caminho teria abandonado muitos dos seus valores interioranos e éticos, tornara-se íntimo daquele que ascendera de desempregado a repórter. Essa ascensão social do escrivão é uma representação literária do clientelismo político que caracterizara o Estado Oligárquico. Já que após o período da República da Espada (1889-1894), as oligarquias cafeicultoras afirmavam-se diretamente no poder por meio de relações sociais de exploração garantidas pela crescente produção cafeeira.

Teria valido a pena? Se no início de seus *Recordações* evidencia-se as preocupações éticas do personagem, posteriormente, o crítico dos jornalistas – sobretudo àquele representado por Raul Gusmão – veria-se transformado em repórter, depois escrivão e finalmente deputado. Ou seja, teria se tornado mais um dos que tanto contestara nas suas recordações. Interessante notar que Isaías Caminha, recém-chegado na cidade, se depararia com as artimanhas e indiferenças tanto de repórteres, um escrivão e deputados/senadores. Na crônica *Não valia a pena*, no *A.B.C.*, do dia 21 de dezembro de 1918, por exemplo, Lima Barreto critica os jornais por fomentarem um espírito bélico nos seus comentários sobre os esportes, especialmente o futebol. Em todo caso, o mais importante para o nosso cronista, implícito em seu texto, é como esses jornais fomentam com isso o nacionalismo do qual despontaria a guerra. O caso concreto em análise é a retórica nacionalista alemã e seu papel na deflagração daquela que posteriormente ficaria conhecida como Primeira Guerra Mundial. Estaria no Brasil, por sua vez, se caminhando no mesmo sentido, no que se refere a constituição dos seus ideais pátrios.

Essa devoção pela brutalidade não só se manifesta na propagação contagiosa dos *sports* violentos. De uns tempos a esta parte, observo que alguns jornais desta cidade, clara ou disfarçadamente, fazem apologia dela e da violência, para obtermos a nossa prosperidade e afastarmos os óbices que, no julgar de tais sociólogos de última hora, a entravam. As nossas leis são acoimadas de muito liberais; os

processos legais e humanos de julgar são tachados de protetores dos criminosos e dos inimigos da ordem social; os deveres impostos pela solidariedade humana, os sentimentos de comiseração e piedade pelas dores dos outros e pelos oprimidos constituem aos olhos dos pensadores de artigos de fundo os últimos vestígios de uma filosofia sentimental e chorosa. Devemos, pontificam eles, cultivar um ideal novo (?) de força, de ação, cheio de ambições, rico de instintos robustos da expansão e do domínio...Pobre Brasil... É a rã querendo chegar a boi! Um alemão, estou bem certo, antes deste ano de graça de 1918, o ano do implacável armistício dos aliados, não falaria de outra maneira, pois é sabido que sempre eles, os alemães, não pregaram outra coisa à massa dos seus patrícios, nas suas escolas, nas suas igrejas e nos seus quartéis e, de tal forma o fizeram e imbuíram os seus dóceis ouvintes de tais teorias, que foi preciso o mundo inteiro levantar-se e guerrear até à morte o Império Alemão, para aniquilar de vez tão perigosa quadrilha de fanáticos que ameaçava a liberdade de cada povo e de cada país” (LIMA BARRETO, 2004, p. 222-223).

Essas crônicas evidenciam a coerência do nosso cronista com sua prática literária, inclusive na escolha dos seus temas, o que se deve a sua opção por uma literatura engajada. Desse modo, o intelectual ao pretender uma intervenção política explícita na realidade por meio das suas crônicas, procura fazê-lo também por meio da construção do seu universo ficcional⁴². Daí a necessidade de compreendermos o quanto a realidade da crônica como a ficção da literatura barretiana – que para Lima Barreto sempre apresentam fronteiras tênues – está na perspectiva desse pensador revolucionário à serviço da emancipação humana dos laços construídos em uma sociedade de classes.

Tanto é assim que o primeiro projeto de Lima Barreto é o de escrever uma História da escravidão negra no Brasil e de sua influência na nacionalidade. Escreve isso no seu *Diário Íntimo* em 1903. Mas, dois anos depois, não é mais o espaço historiográfico ou sociológico que o seduz, mas o romance, expresso no desejo de escrever uma espécie de *Germinal* Negro (BARBOSA In: LIMA BARRETO, 1956, p. 11). Em se tratando de *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, mais especificamente, em 1911, na carta a um confrade, Lima Barreto esclarece que o que pretendeu com o seu Isaías Caminha foi mostrar que um rapaz como este pode falhar, não por questões que lhes são intrínsecas, mas batido, esmagado, prensado pelo preconceito. Ele esperava escandalizar e chamar a atenção tendo em vista sua luta contra a

⁴² Somente após a morte do escritor Lima Barreto, surgiu o *quem é quem* de *Isaías Caminha*, explicitando aqueles que teriam sido representados literariamente por ele. Esse foi extraído do artigo *Primeiro contato com Lima Barreto*, de B. Quadros. Ele estabeleceu as seguintes identidades: Plínio de Andrade ou Plínio Gravata (Lima Barreto); Ricardo Loberant (Edmundo Bittencourt); Aires d' Ávila (Leão Veloso – Gil Vidal); Leporance (Vicente Pirajibe); Lobo – gramático (Cândido Lago); Floc (João Itiberê da Cunha – Jic); Veiga Filho (Coelho Neto); Raul Gusmão (João do Rio); Michaelowsky, Gregorovitch e Rostolopp (Mário Cataruzza); Pranzini, o gerente (o Fogliani, do Fon-Fon); Florêncio (Figueiredo Pimentel); Senador Carvalho (Marechal Pires Ferreira), Doutor Franco de Andrade (Afrânio Peixoto); Losque (Gastão Bousquet); Deodoro Ramalho (Florian de Lemos); Rolim (Francisco Souto); Agostinho Marques (Pedro Ferreira Serrado); Doutor Demóstenes Brandão (o juiz Cícero Seabra – irmão de J.J. Seabra); Laje da Silva (Pascoal Segreto); Adelermo Caxias (Viriato Correia) e Oliveira (Costa Rego) (BOTELHO, 2001, p. 77).

indiferença e “a má vontade dos nossos mandarins literários”, como dizia (BARBOSA In: LIMA BARRETO, 1956, p. 12).

Desde cedo, logo no início da sua atuação, Lima Barreto não procurava nada de arte desinteressada e artifícios verbais. “Literatura, sim, mas com objetivo certo e definido, estabelecendo entre o escritor e o público um compromisso, para ajudá-lo a conhecer não apenas o drama íntimo de cada um, como também as competições, erros e misérias da sociedade em que vivemos” (BARBOSA In: LIMA BARRETO, 1956, p. 13). Essas afirmações nos possibilita, sem necessidade de maiores explicações, caracterizar o autor em questão como o literato engajado na acepção sartriana. O que evidencia-se na sua crítica aos intelectuais não engajados, ou seja, propondo que a atividade desses deveria estar vinculada às questões candentes do seu tempo. O que fundamentamos no que chamamos, no capítulo três, de “República dos Doutores”. O levando a retratar certos literatos como eram de fato: caricaturas de líderes e de intelectuais. “Através de personagens-símbolos, traçou em seus romances todo o panorama da mentalidade burguesa, predominante no Brasil, nos primeiros trinta anos da nossa vida republicana” (BARBOSA In: LIMA BARRETO, 1956, p. 16). *Recordações do escrivo Isaias Caminha*, então, representa a luta não somente contra o preconceito de cor, mas contra a mediocridade, contra uma falsa concepção de imprensa e literatura, acompanhada da amarga experiência da vitória, à custa de transigências de toda ordem e do sacrifício da própria dignidade humana (BARBOSA Apud LIMA BARRETO, 1956, p. 16). As representações literárias de Lima Barreto explicitam que na Primeira República havia uma aliança entre literatos e a classe dominante. Enquanto os que se opunham a essa eram marginalizados no campo literário.

No que se refere à publicação do romance *Recordações do escrivo Isaias Caminha*, recorda-nos Francisco de Assis Barbosa, que se deu, enquanto livro, pela primeira vez em Portugal, pela Livraria Clássica Editora, de A.M. Teixeira & Cia, de Lisboa, em 1909. Mas, em 1907, a *Floreal* - revista dirigida por Lima Barreto – publicou o início desse romance (BARBOSA Apud LIMA BARRETO, 1956, p. 31). Este teve sua segunda edição publicada em 1917, nesta, por sua vez, destaca-se que aparece a *Breve Notícia* de Lima Barreto, na qual se transcreve o prefácio daquele que foi o da edição da *Floreal*. Esta segunda edição, então, teria restaurado a originalidade do livro (BARBOSA In: LIMA BARRETO, 1956, p. 31-32). No entanto, mais do que resgatar a originalidade, entendemos que a publicação da *Breve Notícia* influi diretamente na interpretação do livro por parte do leitor. Afinal, segundo Eagleton a literatura não pode ser reduzida a uma simples engenhosidade da palavra e toda

obra literária é “reescrita” pelas sociedades que as leem. Segundo Sartre, há sempre um “leitor implícito” nas obras literárias e o consumo é parte do processo de produção. Daí que Lima Barreto em suas representações tinha sempre em vista chegar ao leitor cotidiano que vivia nos tempos da Primeira República.

A *Breve Notícia*, uma espécie de prefácio ao livro que Lima Barreto publicou na versão da *Floreal*, era um relato de como naquele momento, após a escrita do livro, estaria vivendo o seu amigo Isaías Caminha. Neste, Lima Barreto, o narrador, apresenta como epígrafe a afirmação de Guyau, em *Vers d'un philosophe*, de que “Mon coeur profond ressemble à les voûtes d'église /Où le moindre bruit se enfle en une immense voix” (“Meu coração profundo parece essas abóbadas de igreja/ onde o menor ruído se amplia em uma imensa voz”) (LIMA BARRETO, 1956, p. 39). Ele recorda que quando começou a publicar, na *Floreal*, uma pequena revista que editou, pelos fins de 1907, as recordações do seu amigo, Isaías Caminha, escritor da coletoria federal de Caxambi, estado do Espírito Santo, publicou-as com um pequeno prefácio do autor (LIMA BARRETO, 1956, p. 39).

Segundo o próprio Lima Barreto, foi Antônio Noronha Santos que conseguiu-lhe, em Portugal, um editor, para publicar na forma de livro essas recordações do seu amigo. O livro não foi publicado no Brasil, entre outros motivos, devido a não corresponder ao ideal de nação que se pretendia construir nos novos tempos republicanos. Quando a república criara vários símbolos (a bandeira, o hino nacional etc.) e sustentava discursos que pautavam a noção de cidadania e identidade nacional. Todavia, temos, ainda, que levar em consideração que no que se refere ao campo literário os escritores mais lineares, mais fechados e preocupados com a exposição de teses axiológicas, costumam sacrificar a invenção à convenção, cristalizando as múltiplas direções que os sentidos poderiam tomar em um texto literário.

Na publicação de 1909 Lima Barreto, nessa oportunidade, suprimiu o breve prefácio, com o intuito de publicar o livro “sem escoras ou para-balas”. Mas, na segunda edição, restabeleceu o original como Isaías Caminha lhe enviou, ou seja, com a *Breve Notícia* (LIMA BARRETO, 1956, p. 39-40). Destaca-se como o criador, Lima Barreto, trata seu personagem como que existindo concretamente, ou seja, como se este lhe tivesse enviado o documento original das suas recordações. Isaías Caminha incluía em seu pequeno prefácio as seguintes observações: ocorreu-lhe escrever as recordações quando em uma revista nacional lera um dos seus colaboradores fazer considerações desfavoráveis à natureza da inteligência das pessoas do seu nascimento (negras); após sentir raiva, viu que o melhor era destruir o autor se

opondo argumento por argumento, daí veio-lhe recordações de sua vida; comparou os seus extraordinários inícios nos mistérios das letras e das ciências e os prognósticos dos seus professores de então, com o seu triste e bastardo fim de escrivão de coletoria de uma localidade esquecida; por instantes, deu razão ao autor do escrito, posteriormente, cheio de melancolia, se pôs a analisar detidamente os fatos de seu passado, que lhe acabavam de passar pelos olhos, e concluiu que a culpa do seu destino não era sua, mas da hostilidade que encontrou, ao buscar em outra cidade o que imaginava ser por direito seu; tudo isso levou com que a representação da sua personalidade, se fizesse outra, ou se tivesse esfacelado a que tinha construído; resolveu escrever para demonstrar ao autor de tal artigo, que o problema não estava em nós, mas na sociedade que nos cerca, as causas de tão feios fins de tão belos começos; a essência explicadora, a mais das vezes, está na sociedade e não no indivíduo desprovido de tudo, de família, de afetos, de simpatias, de fortuna, isolado contra inimigos que rodeiam, arados da velocidade da bala e da insídia do veneno e, finalmente, alfineta dizendo que não é propriamente um literato, pois não se inscreveu nos registros da Livraria Garnier, do Rio, nunca vestiu casaca, e os grandes jornais da capital ainda não lhe aclamaram, por isso pede desculpas pela falta de estilo e capacidade literária (LIMA BARRETO, 1956, p.40-42).

O prefácio para o livro, que teria sido enviado a Lima Barreto, que apresenta como principais características os elementos arrolados acima, teria sido escrito por Caminha diretamente de Caxambi, em 12 de julho de 1905, por aquele que era, então, um escrivão da coletoria. Transcorrido o tempo de quando este foi escrito, até a publicação da *Breve Notícia*, em 1916, Lima Barreto diz ironicamente que afora as coisas da “Garnier”, e da “casaca” e dos “jornais”, que são preconceitos provincianos, o prefácio consolida a obra e explica, como os leitores verão (LIMA BARRETO, 1956, p. 42-43). A ironia do literato é perceptível quando se leva em consideração as suas relações concretas com o campo literário, ou seja, sua constante crítica aos literatos de casaca e à imprensa da sua época.

Ele explica, ainda, com o mesmo ar irônico, que após dez anos da composição das recordações, aos dias que corriam (1916), o seu amigo perdeu muito da sua amargura, e andaria passeando pelo Rio com belas fadiotas, já ia ao Municipal, frequenta as casas de chá; e, segundo lhe escreveu, iria deixar de ser representante do Espírito Santo, na Assembleia Estadual, para ser, na próxima legislatura, deputado federal. “Ele não se incomoda mais com o livro; tomou outro rumo”. Em breve deveria ser visto no *footing* domingueiro, no Flamengo, e figurando nas notícias elegantes dos jornais já que deixou de ser escrivão. Enviuvou sem

filhos, enriqueceu e seria deputado. Essas representações literárias, e a decadência de valores de Isaías Caminha, na perspectiva de Lima Barreto, ficam perceptíveis quando recorrendo às suas crônicas nos damos conta da opinião que tem acerca dos “representantes da Nação Brasileira” e as críticas que faz a luxuosidade do Municipal. Nisso há uma crítica ao elitismo da modernização do Rio de Janeiro e da venda de uma imagem de nação que pretendia se pautar no modelo parisiense.

Quando se compara a indignação do então escrivão, em 1905, que o teria levado a publicar suas recordações, e o caminho que teria tomado, segundo a *Breve Notícia*, de 1916, nota-se o conformismo no qual teria caído e o quanto sentia-se agora completamente integrado. Desse modo, seriam experiências distintas ler o livro com o breve prefácio de Isaías Caminha, publicado na *Floreal* e retirado da sua primeira edição como livro, ou lê-lo com o breve prefácio e, ainda, a *Breve Notícia*, de 1916, escrita em 31 de dezembro, em Todos os Santos, Rio de Janeiro, publicada na edição de 1917. Em dez anos, aproximadamente, o escrivão teria ido desta condição à deputado. Quando se retoma a totalidade das suas recordações e as notícias que chegaram a Lima Barreto, teríamos a trajetória que vai do estudante com sonhos de ter um emprego e tornar-se doutor, estudando medicina, ao conformado escrivão que posteriormente se faria deputado. O personagem, do ponto de vista ético – a partir do que expressara Lima Barreto em seus escritos políticos e obras literárias – vai “ladeira abaixo”, como se diria popularmente ou expressaria musicalmente Mauro Duarte (compositor), na música *Lama*, interpretada muitas vezes por Clara Nunes onde se diz “pelo curto tempo que você sumiu/ nota-se aparentemente que você sumiu/ Mas o que eu soube ao seu respeito/ Me entristeceu, ouvi dizer/ Que pra subir você desceu, você desceu...”.

Essa explicitação das mudanças pelas quais passa Isaías Caminha, pode ser notada na analogia que Lima Barreto faz da condição desse personagem com Hércules da mitologia grega. Já que este também estaria vestindo a túnica de Néssus da sociedade, mesmo sem a intervenção de nenhuma Dejanira (LIMA BARRETO, 1956, p. 43). Conta a mitologia que o centauro Néssus tentou violentar Dejanira, mulher de Hércules, que em reação o feriu mortalmente. Antes de morrer, porém, Néssus dá a Dejanira um manto, dizendo-lhe que este poderia restituir-lhe o marido caso algum dia esse tivesse a intenção de abandoná-la. Porém, na realidade, o manto continha veneno, e quando Hércules o vestiu, sentiu dores tão terríveis que subiu ao monte Eta e lançou-se sobre uma fogueira, encontrando a morte, como recorda o editor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, na coleção Clássicos de Bolso, da Martin

Claret (LIMA BARRETO, 2010, p. 14).

Logo no início do seu *Recordações*, Isaías Caminha destaca a importância do conhecimento e a representação que se tinha daquele considerado como seu portador. “Sabendo, ficávamos de alguma maneira sagrados, deificados...” (LIMA BARRETO, 1956, p. 46). Na sua infância, por exemplo, era tido como alguém de um futuro promissor, que ganhou da professora D. Ester um exemplar do *Poder da vontade*, que tornou-se seu livro de cabeceira. Após terminar o curso do Liceu, ficou ainda dois anos na sua cidade, ouvindo sempre a sibila em seu ouvido: “Vai, Isaías! Vai!...Isto aqui não te basta... Vai para o Rio!” (LIMA BARRETO, 1956, p. 47). O tio de Isaías, Valentim, o motivou a ir para o Rio e o convidou a ir até o coronel para que fosse recomendado ao doutor Castro, deputado. Chegaram então a casa do coronel Belmiro. O coronel olhando para Isaías disse que ele deveria ir logo e recomendou ao tio o apoio lá do Azevedo. O tio disse que era mesmo disso que foi tratar. Pediu que o coronel indicasse o Isaías ao doutor Castro. O coronel reconheceu que Valentim tinha esse direito, pois trabalhou pela eleição do Castro e ele teria ajudado o coronel a “desenterrar” alguns defuntos para votar no candidato (LIMA BARRETO, 1956, p.51-52).

Desde o primeiro capítulo, portanto, a representação literária barretiana explicita relações características da Primeira República brasileira. Tanto o coronelismo, com suas relações de apadrinhamento e corrupção eleitoral, chegando a “desenterrar” alguns defuntos, por exemplo. As ações do tio Valentim, teriam lhe dado prestígio perante o coronel, do qual o seu sobrinho, Isaías Caminha, pretendia usufruir. Daí Valentim ter pedido ao coronel que escrevesse carta ao Castro, informando que Isaías ia para o Rio estudar, já tendo os “preparatórios”, e precisava, por ser pobre, que o doutor lhe arranjasse um emprego. O coronel, com poucas noções gramaticais, escreveu a tal carta. Despediu-se de Isaías abraçando-o e dizendo que ele devia mesmo ir para o Rio, pois, aquilo era terra à toa, de M... e que o Castro deveria ajudar-lhe, pois, foi assim como o Isaías. O pai do Hermenegildo Castro era pobre, mas ele queria estudar. Foi o coronel, então presidente (prefeito, provavelmente, ou presidente da Câmara), que arrumou-lhe uma subvenção na Câmara (LIMA BARRETO, 1956, p. 52-53). Então, os mecanismos dos quais um dia o então deputado teria lançado mão, agora esperava Caminha tê-los à sua disposição. Tanto que saiu da casa da fazenda do coronel certo de que sua situação no Rio estaria resolvida, teria um emprego, estudaria e seria doutor, formaria-se médico.

Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde,

amaciaria o suplício premente, cruciante e omnímodo de minha cor... Nas dobras do pergaminho da carta, traria presa a consideração de toda a gente. Seguro do respeito à minha majestade de homem, andaria com ela mais firme pela vida em fora. Não titubearia, não hesitaria, livremente poderia falar, dizer bem alto os pensamentos que se estorciam no meu cérebro. O flanco, que a minha pessoa, na batalha da vida, oferecia logo aos ataques dos bons e dos maus, ficaria mascarado, disfarçado... Ah! Doutor! Doutor! ... Era mágico o título, tinha poderes e alcances múltiplos, vários, polifórmicos... Quantas prerrogativas, quantos direitos especiais, quantos privilégios, esse título dava! Podia ter dois e mais empregos apesar da Constituição; teria direito à prisão especial e não precisava saber nada. Bastava o diploma. Pus-me a considerar que isso devia ser antigo... Newton, César, Platão e Miguel Ângelo deviam ter sido doutores (LIMA BARRETO, 1956, p. 53-55).

Caminha pensara que foram os primeiros legisladores que deram à “carta” esse prestígio extraterrestre e teriam escrito nos códigos que tudo o que há no mundo é propriedade do doutor, e se de alguma coisa outros homens gozam, devem-no à generosidade deste. “Era uma outra casta, para a qual eu entraria, e desde que penetrasse nela, seria de osso, sangue e carne e diferente dos outros – tudo isso de uma qualidade transcendente, fora das leis gerais do Universo e acima das fatalidades da vida comum” (LIMA BARRETO, 1956, p. 55). A caracterização como doutor, recorrente no Brasil, era uma prática diretamente relacionada a um projeto de nação. Onde na primeira década do século XX, o espírito *belle époque* quer fazer do Rio de Janeiro um cartão postal. A Europa é o modelo a ser seguido. O mundo elegante era restrito a Botafogo e à Rua do Ouvidor. Tentava-se mostrar no exterior um Brasil branco, europeizado e “civilizado”. A ocupação dos morros, por sua vez, era também resistência a isso.

As expectativas do personagem, representadas literariamente, explicitam a importância do “doutor” na vida social daquele contexto. Era mágico, como afirma o personagem, e parecia eterno, natural, afinal, devia ser muito antigo e tudo devia-se à generosidade do doutor. Isaías Caminha exemplifica a ideologia acerca da questão doutoral e como as relações estavam submetidas àqueles parâmetros e práticas. Tinha a condição de doutor o poder de resgatar do “pecado original” de se ter nascido em família pobre e, ainda, ser negro. Uma das grandes questões da qual se ocupa Lima Barreto em toda sua obra literária, definidora do lugar subalterno que seria ocupado por alguns na nacionalidade, é o racismo que naquele contexto fazia par com a ciência que por meio das suas ideologias – como o “racismo científico” - recriava condições de exploração análogas ao período escravista.

Um exemplo, da situação vivida por aqueles que nasciam pobres e negros, está presente em várias *Recordações do escrívão Isaías Caminha*.

Tive fome e dirigi-me ao pequeno balcão onde havia café e bolos. Encontravam-se lá muitos passageiros. Servi-me e dei uma pequena nota a pagar. Como se

demorassem em trazer-me o troco reclamei: 'oh! Fez o caixeiro indignado e em tom desabrido. Que pressa tem você?! Aqui não se rouba, fiquei sabendo!' Ao mesmo tempo a meu lado, um rapazola alourado, reclamava o dele, que lhe foi prazenteiramente entregue. O contraste feriu-me, e com os olhares que os presentes me lançaram, mais cresceu a minha indignação. Curti durante segundos, uma raiva muda, e por pouco ela não rebentou em pranto. Trôpego e tonto, embarquei e tentei decifrar a razão da diferença dos dois tratamentos. Não atinei; em vão passei em revista a minha roupa e a minha pessoa... (LIMA BARRETO, 1956, p. 60).

Ele passa a avaliar todo o seu corpo, sua fisionomia e sua “alma” de timidez e bondade e ainda se perguntava “porque seria então, meu Deus?” (LIMA BARRETO, 1956, p. 60). Esse proceder, procurar em si os motivos do tratamento discriminatório, é muito apropriado à mentalidade individualista e burguesa que se expandia na medida em que o modo de produção capitalista se consolidava e substituía as relações do tempo do Império no contexto republicano. O modo de agir do personagem é antítese proposital daquilo que Lima Barreto pretendia demonstrar: Isaías Caminha procura em si os motivos da discriminação, enquanto o nosso literato pretendia mostrar ao leitores que se Caminha sofria isso não era por culpa sua, mas devido à sociedade e o tempo em que vivia. Se ser doutor redimiria, no caso de Isaías Caminha, é porque este tornaria considerado socialmente branco quem era negro. O que leva o complexo protagonista a se entusiasmar, gostar do tratamento que Laje da Silva, que conhecera no Rio de Janeiro, dispensava a ele, chamando-o sempre de doutor, já que revelara estar ali para se formar em curso do Ensino Superior (LIMA BARRETO, 1956, p. 65-66).

O padeiro Laje da Silva também tinha grande admiração por qualquer um que trabalhasse em um jornal. “Todos para ele eram sagrados, seres superiores ou necessários aos seus negócios, pois viviam naquela oficina de Ciclopes onde se forjavam os temerosos raios capazes de ferir deuses e mortais, e os escudos capazes também de proteger as traficâncias dos mortais e dos deuses” (LIMA BARRETO, 1956, p. 69-70).

Enquanto intelectual engajado, Lima Barreto desmistifica e leva seu personagem a superar as ilusões que guardava acerca dos “representantes do povo”. Isaías Caminha pensava no ofício de legislar que ia ver exercer pela primeira vez, em plena Câmara dos Deputados – augustos e digníssimos “representantes da Nação brasileira”. Colocou-se, então, a pensar nos velhos legisladores da lenda e da história: os Manus, os Licurgos, os Moisés, Sótons, os Numas, esses que foram envolvidos à altura dos deuses e a quem foram consagrados templos magníficos (LIMA BARRETO, 1956, p. 74-75). Porém, ele se decepcionaria ao não encontrar nos legisladores as características que julgava necessárias a quem produz leis para o vastíssimo Brasil, na sua imensa diversidade (LIMA BARRETO,

1956, p. 75). Vira no deputado Castro, que seria ali seu protetor, segundo suas expectativas, uma personalidade preguiçosa e baça (LIMA BARRETO, 1956, p.76). Ele julgava que os que tinham o ofício de fazer leis eram como semi-deuses, pois, ao produzi-las tinham que atender a uma diversidade tão grande. Subindo as escadas da Câmara pensava nos grandes nomes que aquela instituição vira: os Andradas, em especial, a eloquência tumultuária de Antônio Carlos (LIMA BARRETO, 1956, p. 76-77). Ele acrescenta, nas suas angustiantes buscas pelo apoio do deputado Castro, falando diretamente aos leitores das suas recordações, que “se os senhores algum dia quiserem encontrar um representante da grande nação brasileira, não o procurem nunca na sua residência” (LIMA BARRETO, 1956, p. 85). Já que sempre obtivera como resposta um eloquente “Não está”, ao procurar o deputado naquela que seria sua casa oficial – no caso no Hotel Términus, onde morava o deputado Castro (LIMA BARRETO, 1956, p. 85). O tratamento dado a Isaías pelo deputado, quando esse consegue encontrá-lo, é uma representação literária que explicita como Lima Barreto vê o elitismo dos “Pais da Pátria”.

No capítulo três, no diálogo entre Isaías Caminha e o estrangeiro Ivã Gregoróvitch Rostóloff, como no olhar para as Forças Armadas do país, o protagonista demonstra suas impressões quanto às ideias nacionalistas. O primeiro afirma que na Europa o homem de estudo tem campo, sabe onde deve chegar; enquanto “aqui...”. Ivã, por sua vez, com ar irônico e denunciando a desonestidade no país, diz que “não há como a sua terra! A questão é pendurar, quando se entra, a sobrecasaca de cavalheiro no Pão de Açúcar; e no mais – tudo vai às mil maravilhas!” (LIMA BARRETO, 1956, p. 82). Após despedir-se daquele que julgava ser mais um “jornalista brasileiro”, Isaías Caminha sobe uma movimentada rua com várias interrogações sobre Ivã, inclusive qual seria a sua nacionalidade. Ele descreve as pessoas e grupos com os quais cruzava no caminho. Encanta-se com as vitrines, as roupas e diz que era como se elas o convidasse a vesti-las, a usá-las, tomar posse, por exemplo. “As botinas, os chapéus petulantes, o linho das roupas brancas, as gravatas ligeiras, pareciam dizer-me: Vesteme, ô idiota! Nós somos a civilização, a honestidade, a consideração, a beleza e o saber. Sem nós não há nada disso; nós somos, além de tudo, a majestade e o domínio!” (LIMA BARRETO, 1956, p. 83). Afirma-se, desse modo, o mal-estar vivido pelo protagonista com a mercantilização da vida social em oposição à apologia ao contexto de *Belle Époque* que se vivia no Brasil.

O antibelicismo barretiano, a oposição a um pilar importante na constituição da retórica nacionalista, é evidenciado na indiferença de Isaías Caminha com seu primeiro

contato com as Forças Armadas do país.

O ruído de uma fanfarra militar, enchendo a rua, veio agitar a multidão que passava. As janelas povoaram-se e os grupos arrimaram-se às paredes e às portas das lojas. São os fuzileiros, disse alguém que ouvi. O batalhão começou a passar: na frente os pequenos garotos; depois a música estrugindo a todo o pulmão um dobrado canalha. Logo em seguida o comandante, mal disfarçado o azedume que lhe causava aquela inocente exibição militar. Veio por fim o batalhão. Os oficiais muito cheios de si, arrogantes, apurando a sua elegância militar; e as praças bambas, moles e trôpegas arrastando o passo sem amor, sem convicção, indiferentemente, passivamente, tendo as carabinas mortíferas com as baionetas caladas, sobre os ombros, como um instrumento de castigo. Os oficiais pareceram-me de um país e as praças de outro. Era como se fosse um batalhão de sipaios ou de atiradores senegaleses... O batalhão passou de todo; e até a própria bandeira que passara, me deixou perfeitamente indiferente... (LIMA BARRETO, 1956, p. 83-84).

Quando Isaías Caminha se preocupava em não arrumar o emprego, ou seja, em Castro não atendê-lo, logo pensava, “não era a carta de pessoa influente? Por que não havia de obter o emprego? Se até então eu não lograra ao certo a que horas se recolhia ou saía. Devia tê-lo feito com cuidado e não limitar-me a ir lá todos os dias, às mesmas horas, como estava fazendo há tantos dias” (LIMA BARRETO, 1956, p. 96). Logo concluiu que ao acordar iria para a porta do hotel abordar o deputado, então, dormiu satisfeito como se grande descoberta tivesse feito (LIMA BARRETO, 1956, p. 96-97).

Chegou a falar com o deputado, em uma casa extraoficial que mantinha no Rio de Janeiro, e este pediu que voltasse no dia seguinte. Mas no bonde cheio de meninas da Escola Normal, funcionários de roupas surradas, pequenos militares com uniformes desbotados – quando voltava para o hotel em que se hospedara – comprou um jornal e enquanto o lia, em dado momento, achou a notícia de que o doutor H. de Castro Pedreira, deputado federal, partiria naquele dia mesmo para estudar em São Paulo a cultura do café e de moradia. Isaías ficou indignado e afirmou o seguinte:

Patife! Patife! A minha indignação veio encontrar os palestradores no máximo de entusiasmo. O meu ódio, brotando naquele meio de satisfação, ganhou mais força. Num relâmpago, passaram-me pelos olhos todas as misérias que me esperavam, a minha irremediável derrota, a minha queda aos poucos – até onde? Até onde? E ficava assombrado que aquela gente não notasse o meu desespero, não sentisse a minha angústia...Imbecis! Pensei eu. Idiotas que vão pela vida sem examinar, vivendo quase por obrigação, acorrentados às suas miséria como galeianos à calcêta! Gente miserável que dá sanção aos deputados, que os respeita e prestigia! Porque não lhes examinam as ações, o que fazem e para que servem? Se o fizessem... Ah! Se o fizessem! Que surpresa! Riem-se, enquanto do suor, da resignação de vocês, das privações de todos tiram ócios de nababo e uma ida de sultão... (LIMA BARRETO, 1956, p. 102).

Propõe, como se pode notar, que o povo se levante diante dos mandos e desmandos dos seus “representantes”.

Isaías Caminha recebeu um safanão que o fez voltar a pensar no sentimento de opressão da sociedade inteira.

Senti-me humilhado, esmagado, enfraquecido por uma vida de estudo, a servir de brinquedo, de irrisão a esses poderosos todos por aí. Hoje que sou um tanto letrado sei que Stendhall dissera que são esses momentos que fazem os Robespierres. O nome não me veio à memória, mas foi isso que eu desejei chegar a ser um dia (LIMA BARRETO, 1956, p. 103).

Isaías Caminha sentia-se frágil após arquitetar no bonde vinganças e farejar a miséria próxima. Mas demonstra afeição ao estrangeiro Ivã Gregoróvitch. Essa está na contraposição à política do governo acerca do imigrante, por exemplo, já que esses agora eram tidos como ameaças a “ordem pública” e ao que se pretendia enquanto projeto de nação, devido a relação de muitos deles com o anarquismo. Caminha ficou sabendo que o mesmo era da Romênia e que seu pai era um imigrante russo e sua mãe grega. “Tinha cinquenta anos e sentia-se absolutamente sem pátria, livre de todas as tiranias morais e psicológicas que essa noção contém em si” (LIMA BARRETO, 1956, p. 106). Ele afirma que o jornalista “falou[-lhe] em poetas, em filósofos; traçou, a grandes golpes o destino da humanidade, provocou-me grandes e consoladoras visões patrióticas, e só vim a deixá-lo saudoso pelas duas horas, quando me dirigi ao hotel” (LIMA BARRETO, 1956, p. 106). Nesse momento Isaías Caminha oscila entre a admiração pelo jornalista que se encontra livre dos constrangimentos oriundos da ideia de pátria e ao mesmo tempo vê pela intervenção do estrangeiro despertar nele “consoladoras” visões patrióticas. Essa posição contraditória do personagem, nos faz recordarmos, que o próprio Lima Barreto considerava absurda a ideia patriótica, mas em alguns momentos também deixara-se embalar por essa mesma cantilena.

A delegacia continuava silenciosa e as pessoas sentadas pelas cadeiras não ousaram entreolhar-se. Não havia duas horas que eu, no *restaurant*, me pusera a imaginar grandes cousas. Gregoróvitch incitara-me a trabalhar pela grandeza do Brasil; fez-me notar que era preciso difundir na consciência coletiva um ideal de força, de vigor, de violência mesmo, destinado a corrigir a doçura nativa de todos nós. Pela primeira vez de lábios humanos, ouvi dizer mal da piedade e da caridade: sentimentos anti-sociais, enfraquecedores dos indivíduos e das nações... Virtude dos fracos e dos covardes, resumia ele (LIMA BARRETO, 1956, p. 107).

Isaías Caminha reconhece que houve um grande estupor nele, pois, tinha um grande respeito por essas virtudes e a sua educação isolada, comprimida, órfã de afetos, só fizera estimular e aumentar esse seu respeito (LIMA BARRETO, 1956, p. 107).

Não sei como a conversa foi variar para a beleza. Ele riu-se da nossa opinião habitual dela, da insignificância do critério dos nossos literatos. Gente, disse-me ele, que vive perturbada, desejosa de realizar ideias de povos mortos, ideais que já se esgotaram; prisioneira da arqueologia, e muito certa de que a verdade está aí, como se houvesse uma beleza absoluta, existindo fora de nós e independente de nós. Por aí

ele fez uma formidável charge aos nossos intelectuais (LIMA BARRETO, 1956, p. 107-108).

O protagonista teve que comparecer na delegacia, para prestar esclarecimentos sobre o desaparecimento de dinheiro no hotel onde estava hospedado, era um dos suspeitos do furto, e lá sofrera mais uma vez com o racismo e a falta de isonomia que caracterizaria o tratamento do governo brasileiro aos negros. O capitão Viveiros, escrivão, no silêncio da delegacia, pergunta “- E o caso do Jenikalé? Já apareceu o tal 'mulatinho'?”. Isaías confessa hoje, quando escreve essas recordações, que ao ouvir isso seus olhos se encheram de lágrimas. E, ainda, afirma o seguinte:

Eu saíra do colégio, vivera sempre num ambiente artificial de consideração, de respeito, de atenções comigo; a minha sensibilidade, portanto, estava cultivada e tinha uma delicadeza extrema que se juntava ao meu orgulho de inteligente e estudioso, para me dar não sei que exaltada representação de mim mesmo, espécie de homem diferente do que era na realidade, ente superior e digno não sei de quantos pontapés destes e outros mais brutais, sou outro, insensível e cínico, mais forte talvez; aos meus olhos, porém, muito diminuído de mim próprio, do meu primitivo ideal, caído dos meus sonhos, sujo, imperfeito, deformado, mutilado e lodoso. Não sei a que me compare, não sei mesmo se poderia ter sido inteiriço até ao fim da vida; mas choro agora, choro hoje quando me lembro que uma palavra desprezível dessas não me torne a fazer chorar. Entretanto, isso tudo é questão de semântica: amanhã, dentro de um século, não terá mais significação injuriosa. Essa reflexão, porém, não me confortava naquele tempo, por que sentia na baixaza do tratamento, todo o desconhecimento das minhas qualidades, o julgamento anterior da minha personalidade que não queriam ouvir, sentir e examinar. O que mais me feriu, foi que ele partisse de um funcionário, de um representante do governo, da administração que devia ter tão perfeitamente, como eu a consciência jurídica dos meus direitos ao Brasil e como tal merecia dele um tratamento respeitoso (LIMA BARRETO, 1956, p. 110-111).

O delegado lhe pareceu um medíocre bacharel com uma fisionomia que irradiava assustador poder e força. “Talvez se sentisse tão ungido da graça especial de mandar, que na rua, ao ver tanta gente mover-se livremente, havia de considerar que o fazia porque ele deixava” (LIMA BARRETO, 1956, p. 115). Como Lima Barreto afirmara em uma de suas crônicas, os “doutores” pareciam pensar que se as pessoas gozavam de algo, se devia a sua permissão. O que também fez nas suas representações literárias, como citamos nas páginas anteriores.

O delegado acusou Isaías Caminha de ser um “malandro” muito grande. Isso após ele e o escrivão não acreditarem que ele era mesmo um estudante. Daí Isaías pediu por respeito e ao continuar a ser humilhado revoltou-se.

Por aí, houve em mim o que um autor russo chamou a convulsão da personalidade. Todo eu me agitei, todo eu me indignei. Senti num segundo todas as injustiças que vinha sofrendo; revoltei-me contra todos os sofrimentos que vinha suportando. Injustiças, sofrimentos, humilhações, misérias, juntaram-se dentro de mim, subiram

à tona a minha consciência passaram pelos meus olhos e então expectorei sacudindo as sílabas: - Imbecil (LIMA BARRETO, 1956, p. 117).

Isaías disse novamente que ele era um imbecil e o delegado ordenou que o metessem no xadrez. Ao nosso protagonista tudo aquilo lhe parecia um pesadelo e ele custava a crer que em horas ele fora dos entusiasmos patrióticos do almoço à detenção. “Entre aos empurrões; desnecessários aliás, porque não opus a menor resistência. As lágrimas correram-me e eu pensei comigo: a pátria!” (LIMA BARRETO, 1956, p. 118). A prisão, nessa narrativa, tem o papel de abrir os olhos de Isaías Caminha para o real significado da pátria, de modo que fora do entusiasmo patriótico do almoço à desilusão do encarceramento. Este livro de Lima Barreto, publicado na íntegra pela primeira vez em 1909, explicitando esse momento de conscientização do seu personagem principal, demonstra o caráter ilusório no qual se sustenta o ideal de nação, e nos serve de elemento comprovador de que as afirmações “patrióticas” de Lima Barreto na crônica *Que fim levou?* (1911) e em *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911) eram profundamente irônicas.

Isaías Caminha afirma, diante dessas recordações, ter acordado agora cheio de um mal-estar que não sabia donde vinha. “Há em nós tanta coisa misteriosa, tantos sentimentos cujas origens nos escapam, que me esforço em vão por explicar este meu atual estado d'alma. De uns tempos a esta parte, acontece-me isso amiudadas vezes” (LIMA BARRETO, 1956, p. 119). Chegou a pensar que esse seu mal-estar se devia ao livro que estava escrevendo. Já que talvez estivesse avivando imagens que reviviam sensações dolorosas já semi-mortas. Esclarecendo que o que o preocupa não é o valor literário do livro, mas é a sua utilidade para o fim que almeja (LIMA BARRETO, 1956, p. 119). Ele tem um fim político, questionar o “racismo científico” e a nação que se constituía, e assim como Lima Barreto advoga com a sua atitude o engajamento dos literatos.

Eu não sou literato, detesto com toda a paixão essa espécie de animal. O que observei neles, no tempo em que estive na redação do “O Globo”, foi o bastante para não os amar, nem os imitar. São em geral de uma lastimável limitação de ideias, cheios de fórmulas, de receitas, só capazes de colher fatos detalhados e impotentes para generalizar, curvados aos fortes e às ideias vencedoras, e antigas, adstritos a um infantil fetichismo do estilo e guiados por conceitos obsoletos e um pueril e errôneo critério de beleza. Se me esforço por fazê-lo literário é para que ele possa ser lido, pois quero falar das minhas dores e dos meus sentimentos ao espírito geral e no seu interesse, com a linguagem acessível a ele. É este o meu propósito, o meu único propósito. Não nego que para isso tenha procurado modelos e normas. Procurei-os, confesso; e, agora mesmo, ao alcance das mãos, tenho os autores que mais amo. Estão ali 'o Crime e Castigo' de Dostoiévski, um volume dos contos de Voltaire; 'A Guerra e a Paz' de Tólstoi, o 'Rouge et noir' de Stendhal, a 'Cousine Bette' de Balzac, a 'Education Sentimentale' de Flaubert, o 'Antéchrist' de Renan, o Eça; na estante, sob as minhas visitas, tenho o Taine, o Bouglé, o Ribot e outros autores de literatura propriamente, ou não. Confesso que os leio, que os estudo, que procuro descobrir

nos grandes romancistas o segredo de fazer. Mas, não é a ambição literária que me move o procurar esse dom misterioso para animar e fazer viver estas pálidas recordações. Com elas, queria modificar a opinião dos meus concidadãos, obrigá-los a pensar de outro modo, a não se encherem na vida um rapaz como eu e com os desejos que tinha há dez anos passados. Tento mostrar que são legítimos e, senão merecedores de apoio, pelo menos dignos de indiferença (LIMA BARRETO, 1956, p. 119-120).

A crítica de Lima Barreto aos literatos, por meio dessa representação literária, está relacionada à posição dos puristas linguísticos que ele contesta. Enquanto mantém uma posição de independência diante desses e dos nacionalistas que queriam adaptar a língua portuguesa ao uso coloquial, tendo em vista romper definitivamente os laços com Portugal. Ele criticava em várias das suas crônicas os literatos que nada tinham escrito e que não passavam de oradores de “batizados ou casamentos”. No que se refere às disputas linguísticas, nesse contexto de construção de uma identidade nacional, é resultado e manifestação da luta de classes que também reprimia fisicamente o operariado.

Diante das adversidades encontradas, dirigiu-se Isaías ao hotel indiferente à chuva que continuava a cair e decidido a abandoná-lo o quanto antes. Antes de dormir adotara a postura de se culpar pela situação que estava passando e a endossar elementos característicos do “racismo científico” e da culpabilização do indivíduo que pretendia combater com a escrita das suas recordações.

Encarei a eventualidade de voltar para minha casa familiar. O caminho na vida parecia-me fechado completamente, por mãos mais fortes que as dos homens. Não eram eles que não me queriam deixar passar, era o meu sangue covarde, era a minha doçura, eram os defeitos de meu caráter que não sabia abrir um. Eu mesmo amontoava obstáculos à minha carreira; não eram eles (LIMA BARRETO, 1956, p. 124).

O que o combalia e desanimava eram as malhas de desdém, de escárnio, de condenação em que se sentia preso (LIMA BARRETO, 1956, p. 124). Essas reflexões de Isaías Caminha, naquele momento de grandes decepções, diante daquilo que esperava que seria uma nova vida no Rio de Janeiro, foram com o passar do tempo superadas pelo nosso protagonista, que ao tomar a decisão de escrever as suas recordações, se opunha exatamente a esses pressupostos do “racismo científico”. Aprofundando a sua compreensão da complexidade da sociedade em que vivia, sobretudo com a expansão do modo de produção capitalista.

Em *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, por meio das suas representações literárias, Lima Barreto ainda apresenta contestações às ideias nacionalistas e demonstra o caráter mistificador dessas, sobretudo a partir do texto que atribui a seus personagens. Esse é

o caso do discurso do socialista e positivista Leiva, amigo de Caminha, acerca da pátria, por exemplo.

O senhor não vê que a pátria não é mais do que a exploração de uma minoria, ligada entre si, estreitamente ligada, em virtude dessa mesma exploração, e que domina fazendo crer à massa que trabalha para a felicidade dela? O público ainda não entrou nos mistérios da religião da Pátria... Ah! Quando ele entrar!(LIMA BARRETO, 1956, p. 140).

Mas o personagem, em sua perspectiva positivista – comparando a vida social à vida natural – na sua argumentação apela para o fato de que não há nada que se pareça com a nossa sociedade, governada pelo Estado, que acaba ditando leis que são mais a expressão de uma minoria insignificante, na natureza (LIMA BARRETO, 1956, p. 140). A concepção positivista, conhecida por Lima Barreto, é ironizada pelo autor, sobretudo por entender que haveria grande contradição em se ser positivista – apostando no “império da lei” – e socialista ao mesmo tempo. Como era o caso de seu amigo Leiva.

Segundo Isaías, na sua crítica ao positivismo:

Os homens tem amor à utopia quando condensada em fórmulas de felicidade; e aqueles militares, funcionários, estudantes, encontravam naquelas afirmações, repetidas com tanta segurança e cuja verdade não procuravam examinar, um alimento para a fome de felicidade da espécie e um consolo para os seus maus dias presentes (LIMA BARRETO, 1956, p. 142-143).

Assim como a crítica ao positivismo aparece nas obras literárias de Lima Barreto, também constarão nos seus escritos políticos, e o mesmo ocorre quando se volta à contestação da imprensa. O cronista repete-se no literato, em uma coerência própria ao caráter revolucionário e suas convicções, como se pode notar no discurso do personagem Plínio de Andrade no *Recordações*.

A imprensa! Que quadrilha! Fiquem vocês sabendo que, se o Barba-Roxa ressuscitasse, agora com os nossos velozes cruzadores e formidáveis couraçados, só poderia dar plena expansão à sua atividade se se fizesse jornalista. Nada há tão parecido como o pirata antigo e o jornalista moderno: a mesma fraqueza de meios, servida por uma coragem de salteador; conhecimentos elementares do instrumento de que lançam mão e um olhar seguro, uma adivinhação, um faro para achar a presa e uma insensibilidade, uma ausência de senso moral a toda a prova... E assim dominam tudo, aterram, fazem que todas as manifestações de nossa vida coletiva dependam do assentimento e da sua aprovação... Todos nós temos que nos submeter a eles, adúlá-los, chamá-los gênios, embora intimamente os sintamos ignorantes, parvos, imorais e bestas... Só se é geômetra com o seu *placet*, só se é calista com a sua confirmação e se o sol nasce e porque eles afirmam tal cousa... E como eles aproveitam esse poder que lhes dá a fatal estupidez das multidões! Fazem de imbecis gênios, de gênios imbecis; trabalham para a seleção das mediocridades, de modo que... (LIMA BARRETO, 1956, p. 145-146).

Leiva, essa representação literária de Lima Barreto, que há pouco desmistificava os interesses do discurso nacionalista, agora afirma que Plínio exagerava e que os jornais já

prestaram serviços. Este, por sua vez, reconhece que sim, mas quando eram manifestação individual, quando não eram coisa de lucro; hoje, é a mais tirânica manifestação do capitalismo e a mais terrível também (LIMA BARRETO, 1956, p. 146). Daí Plínio de Andrade acrescentar que a imprensa é o seguinte:

É um poder vago, sutil, impessoal, que só poucas inteligências podem colher-lhe a força e a essencial ausência da mais elementar moralidade, dos mais rudimentares sentimentos de justiça e honestidade! São grandes empresas, propriedade de venturosos donos, destinadas a lhes dar o domínio sobre as massas, em cuja linguagem falam, e a cuja inferioridade mental vão ao encontro, conduzindo os governos, os caracteres para os seus desejos interiores, para os seus atrozes lucros burgueses... Não é fácil a um indivíduo qualquer, pobre, cheio de grandes ideias, fundar um que os combata... Há necessidade de dinheiro; são precisos, portanto, capitalistas que determinem e imponham o que se deve fazer num jornal... Vocês vejam: antigamente, entre nós, o jornal era de Ferreira de Araújo, de José do Patrocínio, de fulano, de beltrano... Hoje de quem são? A 'Gazeta' é do Gaffrée, o 'País' é do Visconde de Moraes ou do Sampaio e assim por diante. E por detrás dela estão os estrangeiros, senão inimigos nossos, mas quase sempre indiferentes às nossas aspirações... (LIMA BARRETO, 1956, p. 146-147).

A crítica de Lima Barreto à imprensa, manifesta em seus escritos políticos e endossada pelo personagem Leiva, explica em boa parte a contribuição desse literato ter se dado sobretudo na imprensa alternativa, popular, anarquista. Ele destaca o papel que a grande imprensa detinha na sociedade capitalista e o quanto esses jornais representavam novos meios capitalistas de comunicação por meio das suas representações literárias. Estando essa comprometida com os interesses da classe dominante, assim como participando da formação do campo literário, que nesse contexto apresentava-se diretamente associada aos literatos. No entanto, não se limita à crítica geral do que eram esses veículos de informação, aprofunda a crítica se ocupando também das relações cotidianas no interior desses e as relações de dominação que ali se reproduziam.

Pelos longos anos em que estive na redação do “O Globo”, tive ocasião de verificar que o respeito, que a submissão dos subalternos ao diretor de um jornal só deve ter equivalente na administração turca. É de santo o que ele faz, é de sábio o que ele diz. Ninguém mais sábio e mais poderoso do que ele na terra. Todos têm por ele um santo terror e medo de cair da sua graça, e isto dá-se desde o contínuo até o redator competente em literatura e cousas internacionais (LIMA BARRETO, 1956, p. 155).

Isaías Caminha, como quem monta o cenário explicita as características do grupo que estava à frente do jornal, falando do como considerava cada um dos seus integrantes. Inclusive, inclui diálogos que são representativos do senso comum revestido de ciência que se tinha dos negros naquele contexto. Tanto que certa vez ouvira Oliveira, que fazia parte do *O Globo*, chamar Plínio de Andrade de moleque. Floc pergunta quem seria esse de quem falava e ele responde que é “desse mulato”, Andrade, que tinha o costume de chamar o doutor

Ricardo de pirata, de Barba-Roxa. Floc, por sua vez, afirma: “- Ora! Tu! Essa gente está condenada a desaparecer; a ciência já lhes lavrou a sentença...” (LIMA BARRETO, 1956, p. 169). Enquanto isso, Lobo mantinha-se calado e não queria distrair-se de modo a perder a menor regra gramatical com que pudesse emendar o original (LIMA BARRETO, 1956, p. 169). Alguém perguntou ao doutor Lobo se o certo era um copo d'água ou um copo com água. O gramático disse com pachorra e solenidade que se for um copo cheio é um copo d'água; se não estiver cheio, é um copo com água (LIMA BARRETO, 1956, p. 169-170). O bom humor barretiano, assim como sua ironia, estão à serviço da contestação dos intelectuais, e entre eles os puristas, defensores da gramática ortodoxa portuguesa, bem representados no personagem Floc.

Vivendo muitas transformações, e indo da condição de estudante sonhador e desempregado a de contínuo do *O Globo*, Isaías Caminha já se esquecia dos dias de fome passados nas ruas da cidade. Tendo agora quarto, cama e até algum dinheiro sobrando. Após um período de dificuldade de conformar-se com a posição de contínuo, posteriormente consola-se ao lembrar-se dos seus heróis do *Poder da vontade*. No entanto, agora ao escrever suas recordações, reflete e afirma o seguinte: “de tal maneira é forte o poder de nos iludirmos, que um ano depois cheguei a ter até orgulho da minha posição. Senti-me muito mais que um contínuo qualquer, mesmo mais que um contínuo de ministro” (LIMA BARRETO, 1956, p. 177).

O estreitamento dos horizontes utópicos de Isaías Caminha, também representa uma certa atrofia intelectual, sua absorção pela sociedade na qual vivia, inclusive nas suas preferências literárias. Daí afirmar que a leitura d'*O Globo* passou a lhe agradar, a lhe dar prazer (LIMA BARRETO, 1956, p. 177). Então, começou a admirar as sentenças literárias do Floc, as pilhérias do Losque, a decorar a gramática homeopática do Lobo e a não suportar uma leitura mais difícil, mais densa de ideias, mais logicamente arquitetada, mesmo quando vinha em jornal (LIMA BARRETO, 1956, p. 177-178). “Julguei-me superior ao resto da humanidade que não pisa familiarmente no interior das redações e dos redatores e participava assim de um jornal, onde todos têm gênio... Aquela casa, como todas do seu feitio, em que se fabricam novidades para o público, era uma colmeia de gênios” (LIMA BARRETO, 1956, p. 179).

Analisando o discurso de Lima Barreto, observamos que sua crítica aos puristas – defensores da ortodoxia da língua portuguesa em seu padrão culto – está relacionada também ao papel que ocupa na constituição do nacionalismo. Essa relação entre língua e política é

atestada pela afirmação do Lobo, árduo defensor da gramática. Quando o “doutor” Ricardo Loberant, proprietário do jornal, atribui a popularidade deste concorrente ao fato de não ter lá gramática e literatura e que ali não haveria mais de ter também, Lobo afirmou o seguinte: “mas, doutor, a língua é uma cousa sagrada. O culto da língua é um pouco o culto da Pátria. Então o senhor quer que o seu jornal contribua para a corrupção deste idioma de Barros e Vieira...” (LIMA BARRETO, 1956, p. 189). Loberant, sem se abalar, manteve a ordem que lhe parecia necessária para o aumento de alguns milheiros na venda de sua folha (LIMA BARRETO, 1956, p. 189). A defesa do modelo de nação que se pretendia construir, nas representações literárias de Lima Barreto, seja por meio da adoção do padrão culto da língua portuguesa, como queria Lobo, ou pela adoção da língua tupi, como atestado de originalidade de uma nação, como pretendia Policarpo Quaresma, levam à loucura, que afetaria os dois personagens de obras distintas.

É o ambiente da redação jornalística, uma boa representação da nação, que na competitividade oriunda da expansão capitalista explicitava a completa desumanização a que se chegava naquelas relações sociais. Segundo Isaías Caminha, ali naquele jornal, dentre outras coisas graças a política econômica do *encilhamento*, que atendia sobretudo ao capital financeiro e à expansão das relações medidas pelo papel-moeda, o que se tinha era que

cada qual mais queria, ninguém se queria submeter nem esperar; todos lutavam desesperadamente como se estivessem num naufrágio. Nada de cerimônias, nada de piedade; era para a frente, para as posições rendosas e para os privilégios e concessões. Era um galope para a riqueza, em que se atropelava a todos, os amigos e inimigos, parentes e estranhos. A República soltou de dentro de nossas almas toda uma grande pressão de apetites de luxo, de fêmeas, de brilho social. O nosso império decorativo tinha virtudes de torneira. O encilhamento, com aquelas fortunas de mil e uma noites, deu-nos o gosto pelo esplendor, pelo milhão, pela elegância, e nós atiramo-nos à indústria das indenizações. Depois, esgotado, vieram os arranjos, as gordas negociatas sob todos os disfarces, os desfalques, sobretudo a indústria política, a mais segura e a mais honesta. Sem a grande indústria, sem a grande agricultura, com o grosso comércio nas mãos dos estrangeiros, cada um de nós, sentindo-se solicitado por um ferver de desejos caros e satisfações opulentas, começou a imaginar meios de fazer dinheiro à margem do código e a detestar os detentores do poder que tinham a feérica vara legal capaz de fornecê-lo a rôdo. Daí a receptividade do público por aquela espécie de jornal, com descomposturas diárias, pondo abaixo um grande por dia, abrindo caminho, dando esperanças diárias aos desejos, aos descontentes, aos aborrecidos (LIMA BARRETO, 1956, p. 190-191).

Em uma realidade como essa, tendo como base essas relações de competitividade, não faltaria também dissimulação. Isaías recorda quando fala das contendas que se davam nos jornais, quando haviam acusações de ambos os lados e dissimulações,

o mais notável, porém, eram as verrinas, alusões a vícios e maus hábitos dos adversários. Causava pasmo o esforço de imaginação despendido em se obter circunlóquios bastante claros para serem compreendidos no seu verdadeiro sentido

por toda a gente e bastante velados para não haver impedimento na sua publicação (LIMA BARRETO, p. 202).

O processo de expansão capitalista levava os governos do Rio de Janeiro à tentativa de mudar a fisionomia da cidade, assim como a mudança de costumes, na tentativa de se equiparar a cidades como Buenos Aires. Lima Barreto, em *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, utiliza como metáfora dessa situação, uma lei que obrigaria o uso de sapatos para se transitar nas ruas da cidade, e isso também estaria relacionado ao sentimento nacionalista de não ser considerado inferior diante de outro país.

Nascera a questão dos sapatos obrigatórios de um projeto do conselho municipal, que foi aprovado e sancionado, determinando que todos os transeuntes da cidade, todos que saíssem à rua seriam obrigados a vir calçados. Nós passávamos então por uma dessas crises de elegância, que, de quando em quando, nos visita. Estávamos fatigados da nossa mediania, do nosso relaxamento; a visão de Buenos Aires, muito limpa, catita, elegante, provoca-nos e enche-nos de loucos desejos de igualá-la. Havia nisso uma grande questão de amor próprio nacional e um estulto desejo de não permitir que os estrangeiros, ao voltarem, enchessem de críticas a nossa cidade e a nossa civilização. Nós invejávamos Buenos Aires imbecilmente (LIMA BARRETO, 1956, p. 203-204).

Diante dessas iniciativas, personagens como Laje da Silva, por exemplo, “farejando” o que continha de negociatas nos melhoramentos e projetos, propugnava-os com ardor; Aires d'Ávila escreveu até um artigo defendendo a necessidade de ruas largas para diminuir a prostituição e o crime e “desenvolver a inteligência nacional” (LIMA BARRETO, 1956, p. 204).

E os da frente, os cinco mil de cima, esforçavam-se por obter as medidas legislativas favoráveis à transformação da cidade e ao enriquecimento dos patrimônios respectivos com indenizações fabulosas e especulações sobre terrenos. Os Haussmanns pululavam. Projetavam-se as avenidas; abriam-se nas plantas *squares*, delineavam-se palácios, e, como complemento, queriam também uma população catita, limpinha, elegante e branca: cocheiros irrepreensíveis, engraxates de libré, criadas louras, de olhos azuis, com o uniforme como se viam nos jornais de moda da Inglaterra. Foi esse estado de espírito que ditou o famoso projeto dos sapatos (LIMA BARRETO, 1956, p. 204-205).

O palacete em que passara a morar Isaías Caminha, após tornar-se contínuo, em seu estilo aos moldes do Brasil Imperial, era um espaço onde viviam pessoas de distintas nacionalidades e essas se misturavam superando as fronteiras construídas pelos ideais nacionalistas. Sendo mais uma representação crítica do papel desta ideologia na vida social brasileira, como também na de outros países.

De longe, parece que toda essa gente pobre, que vemos por aí, vive-se parada, afastada pelas nacionalidades ou pela cor; no palacete, todos se misturavam e se confundiam. Talvez não se amassem, mas viviam juntos, trocando presentes, protegendo-se, prestando-se mútuos serviços. Bastava, entretanto, que surgisse uma desinteligência para que os tratamentos desprezíveis estalassem de parte a

parte...Admirava-me que essa gente [com o sangue de muitas partes do mundo] pudesse viver, lutando contra a fome, contra a moléstia e contra a civilização; que tivesse energia para viver cercada de tantos males, de tantas privações e dificuldades. Não sei que estranha tenacidade a leva a viver e porque essa tenacidade é tanto mais forte quanto mais humilde e miserável. Vivia na casa uma rapariga preta que suportava dias inteiros de fome, mal vivendo do que lhe dava uma miserável prostituição; entretanto à menor dor de dentes chorava, temendo que a morte estivesse própria (LIMA BARRETO, 1956,p. 222-223).

Lima Barreto explicita com essa reflexão de Isaías Caminha que a determinação fundamental das relações sociais, e do modo como se vivia ali naquele palacete, era a condição de classe, ao invés dos caracteres de distintas nacionalidades.

A nacionalidade brasileira, construída em um contexto que também envolvia a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, não objetivava incluir a figura do negro, e esse era um pária social representado – de certo modo até poeticamente – em uma figura dramática na representação literária barretiana. O que se nota quando consideramos que os escravos libertos a pouco tempo, mais se pareciam a fantasmas sempre à espreita, no que se refere àquilo que do passado da nação permanecia naquele contexto tido como “emancipador”:

[Um preto velho, quase centenário, de fisionomia simiesca e meio cego] trazia na mão esquerda um caniço que distendia um arame de pescaria; com a direita, auxiliado por uma varinha, vibrava docentemente a corda, enquanto balbuciava qualquer cousa. Ia de grupo em grupo, tangendo o seu monocórdio extravagante. Cantava talvez uma ária de uma extravagante beleza, certamente só percebida por ele e feita pela sua alma para a sua alma... Tocava e esperava esmola. Em todas as fisionomias, havia decerto piedade, comiseração, e mais alguma cousa que não me foi dado perceber. Era constrangimento, era não sei o que... O preto tinha os pés espalmados e, com a acidez e a velhice, andava de leve, sem quase tocar no chão, escorregava, deslizava – era como uma sombra... Sob aquele sol muito forte, à rebrilhante luz daquela manhã de verão, por entre tanta gente rica e forte, aquele seu instrumento infantil, a puerilidade da música, o seu aspecto de sombra, juntavam-se para dar um relevo cortante à sua miséria e à sua fragilidade... Ele, com a sua resignação e miséria, e o sol, com a sua força e indiferença, tinham um certo acordo oculto, uma relação entre si quase perfeita. O negro ia... Ia tocando já sem forças a plangente música das recordações do adusto solo da África, da vida fácil de sua aringa e do cativoiro semi-secular! (LIMA BARRETO, 1956, p. 232-233).

Enquanto a realidade do país era ainda marcada pelas mazelas oriundas de séculos de escravidão; intelectuais, jornalistas e literatos constituíam idealmente sua própria realidade na tentativa de manutenção do status social daqueles que eram a classe social dominante ou exerciam o papel de auxílio a esta.

O pensamento comum dos empregados em jornais é que eles constituem, formam o pensamento do nosso país, e não só o formam, mas 'são a mais alta representação dele'. Fora deles, ninguém pode ter talento e escrever, e, por pensarem assim, hostilizam a todos que não querem aderir à sua *grei*, impedem com a sua crítica hostil o advento de talentos e obras, açambarcam as livrarias, os teatros, as revistas, desacreditando a nossa provável capacidade de fazer alguma coisa digna com as

suas obras ligeiras e mercantis (LIMA BARRETO, 1956, p. 238).

Já o autor que nasceu no Rio, de certa camada, que tenha títulos e empregos, pode estar seguro que a crítica anônima dos jornais lhe será unânime em elogios e animação (LIMA BARRETO, 1956, p. 238), segundo a reflexão de Isaías Caminha.

Diante de tantos problemas sociais abordados na representação literária de Lima Barreto – traço de *Recordações do escrivo Isaías Caminha*, como de toda a obra literária desse autor – e o cenário de constantes tensões sociais, em algum momento isso teria de irromper em revolta. Essas levam a manifestações nas ruas, a destruição dos combustores, a queima dos bondes e à repressão policial com o sabre desembainhado.

Durante três dias a agitação manteve-se. Iluminação quase não havia. Na Rua do Ouvidor armaram-se barricadas, cobria-se o pavimento de rolhas para impedir as cargas de cavalaria. As forças eram recebidas a bala e respondiam. Plínio de Andrade, com quem há muito não me encontrava, veio a morrer num desses combates. Da sacada do jornal, eu pude ver os amotinados. Havia a poeira de garotos e moleques; havia o vagabundo, o desordeiro profissional, o pequeno burguês, empregado, caixeiro e estudante; havia emissários de políticos descontentes. Todos se misturavam, afrontavam as balas, unidos pela mesma irritação e pelo mesmo ódio à polícia, onde uns viam o seu inimigo natural e outros o Estado, que não dava a felicidade, a riqueza e a abundância (LIMA BARRETO, 1956, p. 248-249).

A repressão policial, no entanto, não descansaria enquanto não estivessem debeladas todas as contestações. Dentre outras coisas, tendo este objetivo, não se media o uso da violência e isso implicava no jogo político no qual se apresentavam os jornais. Tratava-se de um contexto em que o operariado, ao qual Lima Barreto estará ligado por suas ideias, era incipiente no final do século XIX, mas já estava em formação e manifestando-se politicamente no início do século XX. Nas *Recordações*, essa situação é representada pela morte de um jovem vendedor das folhas, e na reação do proprietário do jornal.

De há muito que a rua parecia retomar a sua vida normal. Durante todo o dia os passeios se fizeram como nos dias comuns; repentinamente, porém, uns grupos que paravam no canto do Largo de São Francisco, vaiaram a polícia. O esquadrão, com o alferes na frente, partiu como uma flecha e foi descendo a Rua do Ouvidor, distribuindo cutucadas para todos os lados. O pequeno vendedor de jornais não teve tempo de fugir e foi derrubado pelos primeiros cavalos e envolvido nas patas dos seguintes, que o atiraram de um lado para o outro como se fosse um bocado de lama. Quando suspenderam a carga, alguns populares trouxeram-no morto para o escritório do jornal. O cadáver estava num estado ignóbil: tinha quase todos os ossos partidos, o crânio esmagado e o ventre roto. Recordei-me então daquelas palavras de Loberant: - Esses F... hão de ver se valho ou não valho alguma cousa! Súcia! (LIMA BARRETO, 1956, p. 250-251).

Após encerrar o capítulo doze com a narração supracitada, Lima Barreto inicia o capítulo seguinte com Isaías Caminha exibindo um texto, um necrológio, que o leitor

inicialmente pensa tratar do jovem morto no final do capítulo anterior. Mas, logo se nota que trata-se da morte de Charles de Foustangel, que devido ao conteúdo do necrológio parece ser muito importante na França, mas na verdade trata-se apenas do cozinheiro do doutor Loberant, desconhecido certamente no país europeu, mas que colocou o jornal em luto. Esse necrológio era um artigo da lavra de Losque. Segundo Caminha, “tratava-se do cozinheiro particular do diretor, mas a estética do necrológio pedia se fizesse um auxiliar do jornal. A morte desse serviçal obscuro da domesticidade do doutor Loberant veio trazer-lhe os maiores testemunhos da sua vitória” (LIMA BARRETO, 1956, p. 254). Já que todos os jornais se referiam ao inditoso Charles de Foustangel e alguns abriram subscrição para socorrer a família do cozinheiro. O Centro dos Estudantes, por exemplo, passou um telegrama de pêsames ao presidente da República francesa – veja só - e ao cortejo do enterro concorreram mais de cinquenta carros, levando perto de uma centena de pessoas, entre as quais altas patentes do Exército e Marinha, diretores de repartições, homens da bolsa, literatos aclamados, revolucionários temidos e um capitão do Estado Maior, representando o presidente da República (LIMA BARRETO, 1956, p. 255). Dentre as consequências da reação do jornal e sua capacidade de intervenção, chegou-se a uma situação em que

o motim obrigara o presidente a demitir a maioria dos ministros, isto é, os ministros atacados pelo 'O Globo'; o prefeito e o chefe de polícia também saíram. A lei dos sapatos foi para as coleções legislativas e o empréstimo ficou prometido ao Rodrigues. O diário de Loberant ficou sendo quase a sétima secretaria do Estado. As nomeações saíam de lá e as demissões também. Bastava um aceno seu para um chefe ser dispensado, e bastava qualquer dos seus empregados abrir a boca para obter os mais rendosos lugares. Leporace foi nomeado diretor das antiguidades egípcias do Museu Nacional; e Rolim, o Rolim dos grandes pés, subdiretor da Repartição Cartográfica da República. Leiva fora modesto: pediu e obtivera o lugar de quarto escrivão do Tribunal de Contas, independente de concurso. Os empregados foram assim satisfazendo a natural voracidade dos auxiliares de Loberant. Todos eles viviam agora calmos, sorridentes, satisfeitos, convencidos de que tinham moralizado a República. Tudo ia bem e a administração fazia-se com a moralidade e a limpeza de uma pequena casa burguesa. Tinham-se cinquenta mil-réis, comprava-se; não se os tinham, diminuía-se a conta do armazém. O jornal passou do mais formal pessimismo ao optimismo mais idiota (LIMA BARRETO, 1956, p. 256).

Floc, permanecia no seu lugar, pois nada quisera, afinal, “era o seu sonho a diplomacia, o paraíso, a sua felicidade”. Tanto que ele dizia, revelando bem o papel desses importantes agentes na consolidação dos projetos nacionalistas, que:

- Oh! A diplomacia! Vocês não imaginam o que é! É a mais deliciosa vida que há... Entra-se em toda a parte, tem-se os melhores lugares; é-se cercado, animado... Uma delícia! Pode-se ser burro ou inteligente que é o mesmo! O secretário da Inglaterra, Mr. Lodge, era uma besta, mas uma besta perfeita... Alto, vermelho que nem um tomate, desengonçado, incapaz de dar um passo de valsa ou marcar um *cotillon*; entretanto, parecia um rei nas salas... Mas era a Inglaterra, rica e opulenta, que estava

atrás dele, e era também o prestígio da profissão que o aureolava... (LIMA BARRETO, 1956, p. 257).

Transcorridos alguns anos daqueles acontecimentos, nessas suas *Recordações*, Isaías Caminha fala dos seus sentimentos, quando ainda estava na condição de contínuo no jornal, e já não mais pensava naqueles sonhos que o haviam levado ao Rio de Janeiro. Mas explicita também a interessante dialética em que um acontecimento trágico leva Isaías a continuar a acreditar na humanidade.

No meio daquele fervilhar de ambições pequeninas, de intrigas, de hipocrisia, de ignorância e filáucia, todas as cousas majestosas, todas as grandes cousas que eu amara, vinham ficando diminuídas e desmoralizadas. Além do mecanismo jornalístico, que tão de perto eu via funcionar, a política, as letras, as artes, o saber – tudo o que tinha suposto até aí grande e elevado, ficava apoucado e achincalhado. Via Floc fazer reputações literárias, e ele mesmo uma reputação via Losque, de braço dado com o medíocre Ricardo Loberant, erguer à Câmara e ao Senado quem bem queira; via Aires d'Ávila, com uns períodos de fazer sono e uma erudição de vitrine, influir nas decisões do parlamento; via médicos milagreiros e tidos como sábios pedirem elogios às suas pantafaçudas obras, a redatores ignorantes; e também via, Dona Inês, a esposa do diretor, uma respeitável senhora, certamente, fazer-se juiz dos contos e das poesias dos concursos, com a sua rara competência geral para julgar, da ligeireza e dos extraordinários resultados que obtinham com tão fracos meios, impondo os seus protegidos, os seus favoritos, fiquei tendo um imenso desprezo, um grande nojo, por tudo quanto tocava às letras, à política e à ciência, acreditando que todas as nossas admirações e respeitos não são mais que sugestões, embustes e ilusões, fabricados por meia dúzia de incompetentes que se apóiam e se impuseram a credulidade pública e à insondável burrice da natureza humana. Mas, se o meu desprezo e o meu aborrecimento por tudo isso não se fizeram totais, foi porque por vezes senti neles, naqueles redatores e repórteres que tinham o cofre das graças, grandes dúvidas, grandes desesperos e fortes vacilações de consciência sobre o seu próprio valor. Houve um caso [o suicídio de Floc] que, por trágico, me ficou eternamente gravado e foi como a demonstração de que ainda havia no fundo de alguns deles uma crença no sério, no verdadeiro, na perfeição (LIMA BARRETO, 1956, p. 262-263).

O suicídio de Floc, do qual Isaías Caminha retira a lição de que ainda havia esperança na humanidade, é ainda objeto de uma descrição pormenorizada que em nossa análise do discurso tem o objetivo político de demonstrar as pressões que se sofre em uma sociedade como a nossa. Se com Sartre caracterizamos Lima Barreto como intelectual engajado, podemos evocá-lo também para pensarmos a complexidade da existência e a manifestação ainda de um traço de humanidade em uma sociedade que cada vez se desumaniza mais sob o prisma da mercantilização e burocratização.

Tendo em vista a importância dessa narrativa do suicídio de Floc, a transcrevemos em detalhes abaixo:

Voltava eu nessa tarde da casa de Veiga Filho, onde tinha ido levar umas provas. Voltava admirado de que os seus amigos, toda a vez que a ele se referiam, lembrassem a grande miséria em que vivia. Não o tinha visto assim. Morava numa casa apalaçada, numa rua do bairro das Laranjeiras, com altos e baixos, dous

andares. Esperei as provas na sala de visitas, transformada em gabinete de trabalho, mobiliada com relativa opulência. Havia bronzes, divãs, mesas com incrustações de lasca e charão, vasos de porcelana, estantes com guarnições de bronze... Onde estava a miséria? O Artur sempre se referia a ela e o Bilac, no seu 'Registro', lastimava-a como indicando o atraso da nossa civilização. Cheguei às oito horas à redação. Floc, de casaca, dava o último retoque na tradição do folhetim. Ia ao Lírico. Estava cercado de dicionários e exalava perfumes. Em breve saiu e a redação a pouco e pouco se esvaziou. Pela meia-noite estava só o redator de plantão; o repórter de serviço tinha adoecido e os outros, à mingua de novidades, tinham desaparecido pelos cafés e cervejarias. Pouco depois da meia-noite, Floc voltou. Vinha alegre. A sua fisionomia e no seu olhar bailavam coisas fugidias e doces. Adelermo, que fazia o plantão, perguntou-lhe pelo desempenho.

—Maravilhoso! Nunca vi um conjunto tão harmonioso... Que vozes! O *quartetto* foi excelente. Não há uma cantora de destaque, na verdade, mas todas afinam bem e o conjunto é extraordinário!

—E a valsa? - Oh! Magnífica! Que orquestra! Que musetta! Imagina que foi bisada quatro vezes!

—Então foi um delírio?

—Um delírio... Nunca vi tanto entusiasmo...A sala toda vibrava...

—E as galerias? Vais, hein?

—Não. Portaram-se bem... Felizmente estamos deixando esse hábito botucudo.

—Muita gente?

—À cunha. Que mulheres Adelermo! Que mulheres! A Lobo tinha um decote maravilhoso. Todo o colo, muito alvo, alvo de jaspe, ficava fora e o pescoço nascia do busto, muito longo e muito branco... A Santos Carvalho lá estava também, com aqueles olhos de fome, olhos de insatisfação, de curiosidade, de vontade de provar todos os 'frutos do jardim do mundo'... A Carneiro de Sousa... Eu não sei que mal me faz essa mulher com o seu desenho de rosto à Boticelli! Tem não sei que mistura de candura e perversidade que me dá gana de gritar-lhe: fala demônio! O que és: santa ou serpente? Pela sala, pairavam não sei quantas essências caras, não sei quantos perfumes de flores de quantos climas! Chegava-se a esquecer, diante daquelas mulheres, daquelas luzes, daquela música, daquela olência, que se estava dentro dum barracão infamíssimo!

Floc falou com calor, gesticulando, procurando completar a frase com um gesto e um olhar. Sentia-se bem que aquelas coisas deliciosas se tinham impregnado nos seus sentidos e o envolviam todo.

Os seus olhos, ao falar nas mulheres, tinham reflexos de ouro e fumava nervosamente durante a conversa. Adelermo mantivera-se calmo, sorrindo de quando em quando; às vezes, ouvindo uma frase ou outra, parecia perder-se no seu próprio pensamento, destacar-se de si e ir longe, longe...

—Dás a crônica hoje? Perguntou Caxias.

—Naturalmente... O Raul dá também para o *Diário*... Eu não queria;pretendia fazer uma cousa mais cuidada, mas *noblesse oblige*... Não achas?

—Então, enquanto escreves, eu vou sair, como alguma cousa e volto já.

—Não há dúvida, disse Floc tirando a casaca. Vai que eu espero.

Adelermo Caxias colocou o colarinho, deu o nó na gravata, vestiu o paletó e saiu apressado pelo corredor fora. Ficamos na redação eu e o Floc.

Na rua havia o mais perfeito silêncio. De onde em onde, os passos de um retardatário vinham quebrá-lo com desusado vigor.

Floc pusera-se à mesa em atitude de escrever. Levei-lhe papel e tinta em atitude de escrever. Levei-lhe papel e tinta, e o crítico, preparada vagarosamente a caneta, arrumado o papel, acendeu um charuto e ficou por instantes abismado numa grande

cisma sem fim... Tinha medo de começar. Tinha visto tanta coisa bela, tanta carne moça e boa, que ele queria lançar o artigo como um remígio para o alto, para as distantes regiões da arte e da beleza, não perdendo uma só ideia fugidia, transmitindo as emoções sentidas naquelas deliciosas horas em que completou as mais belas e caras mulheres da cidade, ouvindo aquela música lânguida de Itália, cheia de sol, de história e de amor. Como que senti que ele tentava pôr na sua crônica um pouco dos sonhos sonhados à vista daqueles olhares faiscantes, e também a sensação quase irregistrável da música, o roçar das sedas, a olência dos perfumes a pairar naquele ambiente fechado, uma impressão a tocar outra, bailando sem serem vista nos ares polvilhados de luz, da luz azul da eletricidade. Eram todos os sentidos que tinham vivido: a sensação particular de um provocando sensações aos outros e todas elas sacolejando a sua personalidade com aquele hercúleo esforço para colhê-las todas. Pensava... Quedou-se assim alguns minutos, três a cinco, e logo se pôs ao trabalho. As duas primeiras tiras foram rapidamente escritas, no começo da terceira, parou, escreveu, emendou, tornou a escrever, emendou, parou, suspendeu a pena e ficou olhando perdido a parede defronte. Voltou a ler o que tinha escrito... Leu duas vezes, não gostou, rasgou... Recomeçou... A sua fisionomia estava transtornada. Não tinha mais a impressão de satisfação, de deslumbramento interior. A testa contraía-se, enrugando-se; os olhos estavam fixos e a boca cerrada nervosamente, custava a abrir-se para aspirar rapidamente o charuto. Toda a sua fisionomia revelava uma contensão extraordinária, fora mesmo do poder habitual da sua vontade. Escreveu de novo e gritou:

–Caminha! Vai buscar aí cachaça! Anda!

Quando voltei, ele discutia com o paginador. O operário vinha apressá-lo. Esperavam o seu artigo. Floc, aparentando calma, prometeu que daria dentro de meia hora. Saído o paginador, tomou a garrafa, e pelo gargalo sorveu um longo gole. Aproximou a pena do papel e escreveu algumas palavras que riscou imediatamente. Suspendeu o trabalho, tomou outro gole e a sua fisionomia começou a adquirir uma expressão de desespero indescritível. Eu estava inquieto, sentindo vagamente um drama. Fumava agora um cigarro sobre o outro; não ia até ao fim, atirava-o em meio ao chão, acendia um outro, Bebeu, foi à janela, debruçou-se e o paginador voltou:

–'Seu' Couto!

–Homem! Já vai! Você pensa que isto é máquina!?...

Voltou a escrever. A pena estava emperrada; não deslizava no papel. Floc fumava, mordida o bigode e a pena continuava a resistir. Depois de vinte minutos, o paginador voltou:

–Espere um pouco, disse o crítico.

O operário saiu. Floc esteve um instante com a cabeça entre as mãos, parado, tragicamente silencioso; depois, levantou-se firmemente, dirigiu-se muito hirto e muito alto para um compartimento próximo. Houve um estampido e o ruído de um corpo que cai. Quando penetramos no quarto, eu, o paginador e dois operários, ele ainda arquejava. Em breve morreu. Havia um filê de sangue no ouvido e os olhos semicerrados tinham uma longa e doce expressão de sofrimento e perdão. Caído para o lado estava o revólver, muito claro e brilhante na sua niquelagem, estupidamente indiferente aos destinos e às ambições (LIMA BARRETO, 1956, p. 263-267).

Diante do suicídio de Floc, Caminha é mandado à casa da Rosalina – onde Loberant e Aires d'Ávila participavam de uma orgia – para avisá-los da tragédia (LIMA BARRETO, 1956, p. 267). O constrangimento do proprietário do jornal, foi decisivo para a

promoção que posteriormente receberia Isaías Caminha, assim iria de contínuo a repórter.

O próprio Isaías Caminha reconhece que essa mudança imprevista do seu modo de viver viera do suicídio do Floc. O constrangimento de Ricardo Loberant, além de ter levado à promoção de Caminha, talvez também tenha contribuído na aproximação deste daquele que até a pouco era apenas um contínuo. Nessa aproximação, certo dia o diretor perguntou ao seu novo amigo sobre as suas origens, após a resposta deste, Isaías Caminha teve a seguinte impressão:

percebi que o espantava muito o dizer-lhe que tivera mãe, que nascera num ambiente familiar e que me educara. Isso, para ele, era extraordinário. O que me parecia extraordinário nas minhas aventuras, ele achava natural; mas ter eu mãe que me ensinasse a comer com o garfo, isso era excepcional. Só atinei com esse seu íntimo pensamento mais tarde. Para ele, como para toda a gente mais ou menos letrada do Brasil, os homens e as mulheres do meu nascimento são todos iguais, mais iguais ainda que os cães de suas chácaras. Os homens são uns malandros, planistas, parlapatões quando aprendem alguma coisa, fósforos dos politicões; as mulheres (a noção aí é mais simples) são naturalmente fêmeas (LIMA BARRETO, 1956, p. 274).

Porém, a promoção do contínuo pelas mãos do proprietário do jornal, não seria a garantia de que teria a proteção de um “pistolão”, como a tanto tempo almejava, pois teria que enfrentar o mesmo ambiente hostil que encontrava na vida social no espaço da Redação. Tanto é assim, que, certo dia, um outro repórter arrebatou das mãos de Isaías umas notas que copiava. Ele conteve-se, para não agredir o “atrevido”, mas pediu a intervenção do diretor para que ele devolvesse as notas e conseguiu, mas ao ver o repórter na rua não perdeu a oportunidade de enchê-lo de socos. O repórter havia dito que ele era um moleque que saíra da cozinha do Loberant para fazer reportagem (LIMA BARRETO, 1956, p. 275).

Encontrei o tal repórter na Rua Primeiro de Março e antes que ele fizesse o menor movimento atirei-me sobre o seu grande corpanzil, deitei-o por terra e dei-lhe com quanta força tinha. Na delegacia, a minha vontade era rir-me de satisfação, de orgulho, de ter sentido por fim que, no mundo, é preciso o emprego da violência, do murro, do soco, para impedir que os maus e os covardes não nos esmaguem de todo. Até ali, tinha eu sido a doçura em pessoa, a bondade, a timidez e vi bem que não podia, não deixa e não queria ser mais assim pelo resto de meus dias em fora. Ria-me, pois tive vontade de rir-me, por ter descoberto uma cousa que ninguém ignora. Felizmente não foi tarde... (LIMA BARRETO, 1956, p. 275-276).

O discurso de Isaías Caminha, significara nesse contexto a explicitação da autoconsciência do personagem. O que se manifestara por meio da violência, na representação literária, ecoara posteriormente nos escritos políticos de Lima Barreto, sobretudo a partir da influência da Revolução Russa. Todavia, isso não significara que Caminha não fosse ser capaz de se adaptar, inclusive à reproduzir a mediocridade intelectual da qual se sobrevivia no jornal.

Com o andar dos tempos aprendi os processos, fiz-me exímio e quase tão fecundo como o Deodoro Ramalho. Aprendi com o Losque a servir-me dos outros jornais, a receber inspirações neles, a calcar os meus artigos nos que estampavam. Como Losque, norteiei-me para as revistas obscuras, essas que ninguém lê nem os jornais dão notícia. Havia nelas uma pequena ideia, desenvolvia-a, enxertava umas considerações quaisquer. Não foi Losque quem me ensinou, foi a minha sagacidade que descobriu e tirou, da descoberta, os ensinamentos proveitosos (LIMA BARRETO, 1956, p. 277).

Enquanto alguns com o tempo se afastaram do jornal, outros como Lobo, conforme dissemos acima, enlouquecera. “Lemos era dos poucos que tinham ficado no Jornal. O tempo trouxera à Redação inevitáveis modificações. Lobo enlouquecera e estava recolhido ao hospício. A sua mania era não falar nem ouvir. Tapava os ouvidos e mantinha-se calado semanas inteiras, pedindo tudo por acenos” (LIMA BARRETO, 1956, p. 279-280). Disse ao médico que procedia assim porque aquilo que andava ouvindo não era língua, não podia ouvir o que seria dito, pois estaria tudo errado. Disse que não falava porque os erros eram tantos, e estavam em tantas bocas, que temia ter sido invadido por eles e que falasse esse “calão indecente” (LIMA BARRETO, 1956, p. 280). Este enlouquecimento, com esse sintomas, era mais uma representação literária, como já abordamos, do quanto o nacionalismo, nesse caso mediado pela defesa da ortodoxia gramatical de um país, com seus respectivos pais fundadores, levam à patologia psíquica.

Diante das suas recordações, após fazer o exame da sua trajetória, Isaías Caminha que teria encerrado sua tentativa de contraposição ao “racismo científico” em Todos os Santos, Rio de Janeiro, em 1908, reafirma a conclusão que

às minhas aspirações, àquele forte sonhar da minha meninice eu não tinha dado as satisfações devidas. A má vontade geral, a excomunhão dos outros tinha-me amedrontado, atemorizado, feito adormecer em mim o orgulho, com seu cortejo de grandeza e de força. Rebaixara-me, tendo medo de fantasmas e não obedecera ao seu império (LIMA BARRETO, p. 288).

4.2- Triste Fim de Policarpo Quaresma

Triste fim de Policarpo Quaresma começou a ser publicado em folhetins, n'*O Jornal do Commercio*, em 1911, mas o romance só foi publicado como livro em 1916 (SCHWARCZ, 2010, p. 670). Tomamos esse livro como uma referência fundamental no que se refere às representações do nacionalismo nas obras literárias de Lima Barreto. Sendo que, além dessa questão, são muitos os assuntos tratados no romance que eram objeto do literato também em seu escritos políticos. Um exemplo é a crônica *A biblioteca*, publicada no *Correio da Noite*, em treze de janeiro de 1915. Nesta o cronista critica a suntuosidade do novo prédio da

biblioteca municipal e sua principal pergunta é como o Estado quer que os malvestidos, os tristes, os que não tem livros caros, os maltrapilhos “fazedores de diamantes” avancem por essas escadarias suntuosas, para consultar uma obra rara, com cujo manuseio, num dizer aí das ruas, têm a sensação de estar “pregando à mulher do seu amor”. Na lista das consultas, segundo Lima Barreto,

o guarani foi procurado por duas pessoas. Será a Dona Deolinda Daltro? Será algum abnegado funcionário da inspetoria de caboclos? É de causar aborrecimento aos velhos patriotas que só duas pessoas procurassem ler obras na língua que, no entender deles, é a dos verdadeiros brasileiros. Decididamente este país está perdido... (LIMA BARRETO, 2004, p. 150).

O tom irônico da citação acima, sobretudo quanto aos patriotas que tinham o guarani como a verdadeira língua dos brasileiros, nos lembra a situação tragicômica vivida por Policarpo Quaresma, no *Triste fim*, que requerera a oficialização do tupi como a língua oficial da nação e o documento que traduzira para tal língua e publicara sem querer para as autoridades da repartição pública em que trabalhava.

Na crônica *Um candidato*, publicada na *Careta*, em três de abril de 1915, Lima Barreto conta a história de um candidato que não estava preocupado em fazer qualquer coisa pelo país e da farsa na qual se constituía a votação, quando o mais importante era ter uma indicação de algum influente da sociedade da época (LIMA BARRETO, 2004, p. 184-185). O candidato era a antítese de Policarpo Quaresma, em seu amor pela nação, e desejo de fazer algo por ela. Chegando, inclusive, a traçar planos de intervenção naquela realidade. Assim como, nesta crônica, é demonstrada a farsa em que se constituía o processo eleitoral, que também aparece em *Recordações do escrívão Isaías Caminha* por meio das atitudes do tio Valentim em conchavo com o coronel local.

Em *Triste fim de Policarpo Quaresma* temos a crítica ao nacionalismo de seu principal personagem. O que também encontramos na crônica *País Rico*, publicada na *Careta*, em 31 de julho de 1915. Nesta Lima Barreto atesta que seu amigo e colega, Juvenal Calheiros, é um pai exemplar que cuida com toda solicitude da educação dos filhos. “De resto, ele é um patriota, crente na grandeza do Brasil, nas suas riquezas e no seu futuro; põe, portanto, todo o seu esforço em instilar no espírito dos seus pimpolhos essa sua forte e virtuosa crença” (LIMA BARRETO, 2004, p.222). Todavia, Lima Barreto aproveita para ironizar essa “virtuosa crença” do seu amigo, como fizera no caso de Policarpo Quaresma, a quem apesar de não ter filhos, atribuíra carinho paternal pela sua afilhada Olga.

Num dado momento, um dos filhos do meu amigo, descansando os jornais perguntou, perguntou ao pai:

–Papai, o Brasil não é um país muito rico?

–É.

–Tem ferro?

–Tem.

–Tem cobre?

–Tem.

–Tem zinco?

–Tem. Por que tu perguntas isso?

–É que vejo os jornais muito indignados porque querem exportar ferro velho, cobre, etc. Se nós temos ferro, cobre na terra, por que tal zanga?

A dona da casa veio convidar-nos para o almoço (LIMA BARRETO, 2004, p. 222-223).

São várias as crônicas em que Lima Barreto se opõe a representação idílica do Brasil, em sua afirmação de uma terra rica onde tudo o que se teria que fazer seria plantar. Em *Triste fim de Policarpo Quaresma* o personagem que tem seu nome estampado no título da obra explicita o quanto essa não é a realidade do país quando seu projeto de mudanças a partir do campo revela uma terra inóspita e concentrada nas mãos de uma única classe social. Esse aspecto desmitificador do livro também está na oposição que faz em suas linhas ao *Porque me ufano do meu país*, de autoria do jornalista, jurista e magistrado Afonso Celso, publicado em 1900. Já que esse movimento crítico perpassa a obra de Lima Barreto, podemos encontrar essa ironia também no nome de Isaías Caminha. O primeiro nome remonta ao profeta da tradição judaica que afirma que chegaria um dia um novo céu e uma nova terra, onde o lobo e o cordeiro pastariam juntos, e o segundo nome, recorda Pero Vaz de Caminha, que apresentara as terras recém-descobertas como um manancial onde em se plantado tudo dá. No que se refere a questão agrária, faz-se necessário recordar que desde a Lei de Terras de 1850, intensificava-se a expansão do latifúndio. Sendo a representação literária em questão contestadora da realidade social, pois, a agricultura, como no período imperial, continuava a ser o principal setor da economia nas primeiras décadas republicanas. Em 1920, por exemplo, 66, 7 % da população economicamente ativa do país trabalhava nesta atividade. No contexto republicano, a Constituição de 1891, ainda dificultava ainda mais a situação do camponês, pois transferia aos cuidados dos estados da federação a tutela sobre as terras, o que favorecia o processo de expropriação desses comandado pelas oligarquias locais. Diante disso, proliferava-se no campo o banditismo social e os movimentos messiânicos, como reação a essa nação que se pretendia construir.

Na crônica *As formigas e o prefeito*, publicada na *Lanterna*, no dia quatro de maio de

1918, Lima Barreto retoma o principal personagem de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, recordando o passado deste como se dele tivesse participado. Destaca-se nesse caso como o seu projeto agrário para o Brasil havia fracassado em uma realidade onde se proliferam as saúvas, levando ao fracasso aqueles que porventura se aventurassem a intervir junto a essa pródiga terra.

Esse negócio de saúvas preocupa-me desde menino, quando o meu velho amigo Policarpo Quaresma narrou à minha infância curiosa os suplicios que elas o fizeram sofrer, ao mesmo tempo em que se improvisou agricultor. Já narrei alguns dos episódios da sua luta com elas, em um modesto livro onde expus grande parte de sua vida e descrevi o seu triste fim (LIMA BARRETO, 2004, p. 334).

A questão agrária, que implica diretamente na configuração do território nacional, é para Lima Barreto um *Problema vital*, como atesta a crônica homônima, publicada provavelmente na *Revista Contemporânea*, em 22 de fevereiro de 1919⁴³. Nesta ele trata do lançamento do livro *Urupês*, de Monteiro Lobato, e faz vários elogios ao modo como este retrata a realidade dos nossos roceiros. Recorda também os trabalhos de Arthur Neiva, Carlos Chagas, Belisário Pena e outros. Julga que não há falsificação na representação do estado de saúde de nossas populações campestres. No entanto, o pomo da discórdia está exatamente naquilo que costuma se oferecer como remédio (LIMA BARRETO, 2004, p. 456-457).

Seu foco nesta crônica é comentar o *Problema vital* – uma coleção de artigos publicados por Monteiro Lobato, no *Estado de S. Paulo*, referentes à questão do saneamento do interior do Brasil (LIMA BARRETO, 2004, p. 457). É isso que leva Lima Barreto a apontar outro caminho, caminho esse que seria de fato questionador das relações sociais determinantes no Brasil, enquanto a análise de Monteiro Lobato na realidade não tocava em questão vital. Por isso, nosso literato afirma o seguinte:

A nossa tradicional cabana de sapê e paredes de taipa é condenada e a alimentação dos roceiros é insuficiente, além do mau vestuário e do abandono do calçado. A cabana de sapê tem origem muito profundamente no nosso tipo de propriedade agrícola – a fazenda. Nascida sob o influxo do régimen do trabalho escravo, ela se vai eternizando, sem se modificar, nas suas linhas gerais. Mesmo em terras ultimamente desbravadas e servidas por estradas de ferro, como nessa zona da Noroeste, que Monteiro Lobato deve conhecer melhor do que eu, a fazenda é a forma com que surge a propriedade territorial no Brasil. Ela passa de pais a filhos; é vendida integralmente e quase nunca, ou nunca, se divide. O interesse do seu proprietário é tê-la intacta, para não desvalorizar as suas terras. Deve ter uma parte de matas virgens, outra parte de capoeira, outra de pastagens, tantos alqueires de pés de café, casa de moradia, de colonos, currais, etc. Para isso, todos aqueles agregados ou couda que valha, que são admitidos a habitar no latifúndio, têm uma posse precária das terras que usufruem; e, não sei se está isto nas leis, mas nos costumes está, não podem construir casa de telha, para não adquirirem nenhum direito de locação mais estável. Onde está o remédio, Monteiro Lobato? Creio que procurar

⁴³ A data que consta em *Bagatelas* – 22-2-1918 – é certamente um erro tipográfico, já que em 26-12-1918 – Lima Barreto, em carta, acusa o recebimento de *Urupês* (LIMA BARRETO, 2004, p. 458).

meios e modos de fazer desaparecer a 'fazenda'. Não acha? Pelo que li no *Problema vital*, há câmaras municipais paulistas que obrigam os fazendeiros a construir casas de telhas, para os seus colonos e agregados. Será bom? Examinemos. Os proprietários de latifúndios, tendo mais despesas com os seus miseráveis trabalhadores, esfolarão mais os seus clientes, tirando-lhes ainda mais dos seus míseros salários do que tiravam antigamente. Onde tal coisa irá repercutir? Na alimentação, no vestuário. Estamos, portanto, na mesma. Em suma, para não me alongar. O problema, conquanto não se possa desprezar a parte médica propriamente dita, é de natureza econômica e social. Precisamos combater o regime capitalista na agricultura, dividir a propriedade agrícola, dar a propriedade da terra ao que efetivamente cava a terra e planta e não ao doutor vagabundo e parasita, que vive na 'Casa Grande' ou no Rio ou em São Paulo. Já é tempo de fazermos isto e é isto que eu chamaria o 'Problema vital' (LIMA BARRETO, 2004, p. 458).

Consideramos que assim como esses, poderiam ser arrolados aqui, ainda, diversos fragmentos dos escritos políticos de Lima Barreto que atestam a coerência entre as suas preocupações nas crônicas e a constituição dos seus vários enredos e personagens na sua produção literária.

Desde a epígrafe de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, Lima Barreto demonstra o risco que se corre quando um ideal, uma ideologia, toma o lugar da realidade. Por isso, ele cita Renan (1823-1892), no seu *Marco Aurélio*, que afirma que

O grande inconveniente da vida real e o que a torna insuportável ao homem superior é que, se para ela transportamos os princípios do ideal, as qualidades se tornam defeitos, de tal modo que frequentemente o homem íntegro aí se sai menos bem que aquele que tem por causas o egoísmo e a rotina vulgar⁴⁴. (RENAN Apud LIMA BARRETO, 1959, p. 23)

Tendo em vista despertar empatia entre o leitor e o personagem – Policarpo Quaresma - Lima Barreto descreve suas principais características. Ele é um Subsecretário do Arsenal de Guerra, que tinha uma rotina repetitiva, e alguns chegavam a saber as horas do dia a partir dos seus hábitos (LIMA BARRETO, 1959, p.27). Tratava-se de uma rotina que era como a de “...um astro, um eclipse, enfim um fenômeno matematicamente determinado, previsto e predito”, uma rotina que já se dava a quase trinta anos (LIMA BARRETO, 1959, p. 27). Ele vivia um isolamento monacal, era cortês com os vizinhos, que o julgavam como esquisito e misantropo. A única desafeição que merecera, já que não tinha inimigos, fora a do doutor Segadas, que implicava com o fato dele ter e ser metido com livros, julgava que como não era formado isso era pedantismo. A vizinhança, por sua vez, assustava-se com o fato de um homem tão sério estar aprendendo a tocar violão. Então, dizia, “Mas que coisa? Um homem

⁴⁴ Le grand inconvénient de la vie réelle et ce qui la rend insupportable à l'homme supérieur, c'est que, si l'on y transporte les principes de l'idéal, les qualités deviennent des défauts, si bien que fort souvent l'homme accompli y réussit moins bien que celui que a pour mobiles l'égoïsme ou la routine vulgaire. (RENAN Apud LIMA BARRETO, 1959, p. 23).

tão sério metido nessas malandragens!” (LIMA BARRETO, 1959, p.28-29).

Segundo nosso narrador, o Major Quaresma, como era chamado, tinha olhar penetrante que olhava como quem queria ir à alma da pessoa ou da coisa que fixava. “Quaresma era um homem pequeno, magro, que usava *pince-nez*, olhava sempre baixo, mas, quando fixava alguém ou alguma coisa, os seus olhos tomavam, por detrás das lentes, um forte brilho de penetração, e era como se ele quisesse ir à alma da pessoa ou da coisa que fixava” (LIMA BARRETO, 1959, p. 29). No entanto, desde a descrição do personagem, Lima Barreto afirma o nacionalismo de Policarpo. Já que este defendia a modinha, tocada ao violão, pois considera que “a modinha é a mais genuína expressão da poesia nacional e o violão é o instrumento que ela pede”. Tinha Quaresma como principal preocupação não querer deixar morrer as nossas tradições, os usos “genuinamente nacionais” (LIMA BARRETO, 1959, p. 30).

Até mesmo o espírito que presidia a sua reunião de livros era o nacional. “Podia-se afiançar que nem um dos autores nacionais ou nacionalizados de [mil oitocentos e] oitenta pra lá faltava nas estantes do major”. Haviam também livros subsidiários: dicionários, manuais, enciclopédias, compêndios, em vários idiomas (LIMA BARRETO, 1959, p. 31). Como se pode notar, então, em Quaresma não se tinha qualquer regionalismo, pois era antes de tudo um patriota, ou seja,

desde moço, aí pelos vinte anos, o amor da pátria tomou-o todo inteiro. Não fôra o amor comum, palrador e vazio; fora um sentimento sério, grave e absorvente. Nada de ambições políticas ou administrativas; o que Quaresma pensou, ou melhor: o que o patriotismo o fez pensar, foi num conhecimento inteiro do Brasil, levando-o a meditações sobre os seus recursos, para depois então apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa. Não se sabia bem onde nascera, mas não fora decerto em São Paulo, nem no Rio Grande do Sul, nem no Pará. Errava quem quisesse encontrar nele qualquer regionalismo; Quaresma era antes de tudo brasileiro. Não tinha predileção por esta ou aquela parte de seu país, tanto assim que aquilo que o fazia vibrar de paixão não eram só os pampas do Sul com o seu gado, não era o café de São Paulo, não eram o ouro e os diamantes de Minas, não era a beleza da Guanabara, não era a altura da Paulo Afonso, não era o estro de Gonçalves Dias ou o ímpeto de Andrade Neves – era tudo isso junto, fundido, reunido, sob a bandeira estrelada do Cruzeiro (LIMA BARRETO, 1959, p. 32).

Aos 18 anos quis fazer-se militar; a junta de saúde julgo-o incapaz. “Desgostou-se, sofreu, mas não maldisse a Pátria”. O ministério era liberal, então se fez conservador, mas continuou a amar “a terra que o viu nascer”, como dizia (LIMA BARRETO, 1959, p. 32). Então, Quaresma era o que Lima Barreto considerava a mais completa representação do nacionalista, que não se deixa levar pelo regionalismo, já se dispondo a uma ideologia de unidade nacional.

Como não foi Policarpo aproveitado na linha de frente do efetivo militar, escolheu

servir a pátria na sua burocracia bélica. “Era onde estava bem. No meio de soldados, de canhões, de veteranos, de papelada inçada de quilos de pólvora, de nomes de fuzis e termos técnicos de artilharia, aspirava diariamente aquele hálito de guerra, de bravura, de triunfo, que é bem o hálito da Pátria” (LIMA BARRETO, 1959, p. 33). Estudou a pátria nas suas riquezas naturais, na sua história, na sua geografia, literatura e política. Ele ficava irritado quando alguém discutia a extensão do Amazonas em face da do Nilo, inclusive, chegava a amputar alguns quilômetros do Nilo (LIMA BARRETO, 1959, p.33).

O nacionalismo de Quaresma também se manifestava na sua preocupação com a língua, sobretudo na concepção unilateral que tinha da mesma, inclusive na busca por originalidade. Já fazia um ano que se dedicava a estudar o tupi-guarani. E por isso os seus colegas de repartição passaram a chamá-lo de Ubirajara. Enquanto ele julgava trabalhar em silêncio para a grandeza e emancipação da pátria (LIMA BARRETO, 1959, p. 33-34).

Era costume seu, assim pela hora do café, quando os empregados deixavam as bancas, transmitir aos companheiros o fruto de seus estudos, as descobertas que fazia, no seu gabinete de trabalho, de riquezas nacionais. Um dia era o petróleo que lera em qualquer parte, como sendo encontrado na Bahia; outra vez, era um novo exemplar de árvore de borracha que crescia no rio Pardo, em Mato Grosso; outra, era um sábio, uma notabilidade, cuja bisavó era brasileira; e quando não tinha descoberta a trazer, entrava pela corografia, contava o curso dos rios, a sua extensão navegável, os melhoramentos insignificantes de que careciam para se prestarem a um franco percurso da foz às nascentes. Ele amava sobretudo os rios; as montanhas lhe eram indiferentes. Pequenas talvez... (LIMA BARRETO, 1959, p. 34).

Estava Quaresma lendo Rocha Pita, *História da América Portuguesa*, em seu ufanismo que diz em nenhuma outra região o céu se mostrar tão sereno (LIMA BARRETO, 1959, p. 35). Enquanto este se encantava com a literatura ufanista, Lima Barreto se contrapunha a essa. Tanto que é exatamente ao ufanismo – necessariamente acrítico – que o narrador se opõe ao demonstrar os reiterados fracassos de Quaresma nas suas tentativas de reforma da nação.

No entanto, não é por se ocupar da questão do nacionalismo, que Lima Barreto não trata de outras situações que considera próprias às mazelas sociais. Como é o caso do lugar social privilegiado que o “doutor” ocupa entre as representações nacionais. Isso pode ser verificado no acontecimento em que o Major Quaresma recebe em sua casa o Sr. Ricardo Coração dos Outros, que tocava violão e cantava, levando o Dr. Bulhões, seu amigo, a êxtase. Lima Barreto ironiza esse doutor que não tinha reputação enquanto médico, pois nem óleo de rícino receitava, mas por ser entendedor em legislação telegráfica, por ser chefe de seção da Secretaria dos Telégrafos. Ricardo Coração dos Outros, por sua vez, gozava da estima geral da

alta sociedade suburbana (LIMA BARRETO, 1959, p. 36).

É uma alta sociedade muito especial e que só é alta nos subúrbios. Compõe-se em geral de funcionários públicos, de pequenos negociantes, de médicos com alguma clínica, de tenentes de diferentes milícias, nata essa que impa pelas ruas esburacadas daquelas distantes regiões, assim como nas festas e nos bailes, com mais força que a burguesia de Petrópolis e Botafogo. Isto é só lá, nos bailes, nas festas e nas ruas, onde se algum dos seus representantes vê um tipo mais ou menos, olha-o da cabeça aos pés, demoradamente, assim como quem diz: aparece lá em casa que te dou um prato de comida. Porque o orgulho da aristocracia suburbana está em ter todo o dia jantar e almoço, muito feijão, muita carne seca, muito ensopado – aí, julga ela, é que está a pedra de toque da nobreza, da alta linha, da distinção (LIMA BARRETO, 1959, p.36-37).

Fora dos subúrbios, na Rua do Ouvidor, nos teatros, nas grandes festas centrais, essa gente míngua, apaga-se, desaparece (LIMA BARRETO, 1959, p. 37).

O que pretendia Quaresma com suas aulas de violão com Ricardo Coração dos Outros? “O seu fim era disciplinar a modinha [que entendia Quaresma ser a expressão poético-musical característica da alma nacional] e tirar dela um forte motivo original de arte” (LIMA BARRETO, 1959, p. 38). Uma situação que demonstra que o tempo do nacionalista, nesse caso seu tempo livre, o tempo em que estava fora da burocracia militar, também era um tempo dedicado ao que ele julgava útil ao engrandecimento da pátria. Mas, no caso de Quaresma, é necessário dizer, que ele via essa missão nas suas mais triviais atividades cotidianas. O nacionalismo tomava-lhe todo o tempo. Afinal, Quaresma vê motivo para ser nacionalista mesmo na comida: ao invés de um frango com *petit-pois* [ervilha] prefere frango com guando, por ser a ervilha estrangeira, por exemplo. Isso levava a uma situação em que Adelaide, sua irmã, implicasse com suas várias manias, inclusive nessa preferência pela culinária que entendia como genuinamente nacional. Todavia, ainda, defendia o consumo de produtos nacionais e a proteção das suas indústrias, pois, vestia-se com panos nacionais, calçava botas nacionais etc. Na jardinagem o Major, como não poderia deixar de ser, também era nacionalista e não admitia ali em seu jardim o que não fosse planta da terra (LIMA BARRETO, 1959, p.38-40).

Policarpo Quaresma tinha inclusive uma chácara onde predominavam as fruteiras nacionais e também estudava os índios em seus aspectos etnográficos, antropológicos e linguísticos (LIMA BARRETO, 1959, p.44-45). Fazia, com isso, uma intensa busca pela originalidade, associada ao seu modo nacionalista de entender o mundo. Para ele o Brasil só precisava de tempo e de originalidade (LIMA BARRETO, 1959, p. 45).

Para bem se compreender o motivo disso, é preciso não esquecer que o major, depois de trinta anos de meditação patriótica, de estudos e reflexões, chegava agora ao período da frutificação. A convicção que sempre tivera de ser o Brasil o primeiro

país do mundo e o seu grande amor à pátria, eram agora ativos e impeliram-no a grandes cometimentos. Ele sentia dentro de si impulsos imperiosos de agir, de obrar e de concretizar suas ideias. Eram pequenos melhoramentos, simples toques, porque em si mesma (era a sua opinião), a grande pátria do Cruzeiro só precisava de tempo para ser superior à Inglaterra (LIMA BARRETO, 1959, p. 45).

Quaresma aprovou e animou o interesse do seu vizinho, Albernaz, quanto a realizar festas e danças tradicionais. Considerou a “significação altamente patriótica do intento” (LIMA BARRETO, 1959, p. 46). Naquela amizade havia o interesse comum de manutenção da tradição e descoberta das origens. Mas o general Albernaz é descrito por Lima Barreto como sujeito que jamais soube do ofício militar e cuja única preocupação era casar as cinco filhas e arranjar 'pistolões' para fazer passar o filho nos exames do Colégio Militar (LIMA BARRETO, 1959, p. 47). Todavia, como Quaresma frustra-se com os demais brasileiros não ter a mesma preocupação que ele em preservar as memórias do passado, conclui que “entre nós tudo é inconsistente, provisório, não dura. Não havia ali nada que lembrasse esse passado” (LIMA BARRETO, 1959, p. 48). Quaresma fica desanimado de constatar a rapidez com que as pessoas se esquecem o que havia se passado a 30 anos. Era, segundo ele, uma demonstração de inferioridade diante daqueles povos que os guardavam durante séculos (LIMA BARRETO, 1959, p. 51).

Quaresma e Albernaz procuraram pela velha tia Maria Rita, uma negra que havia sido escrava, para que ela os ensiasse e desse a música para as festas. Um outro negro que também aparece em *Triste fim de Policarpo Quaresma* é Anastácio, com quem Quaresma conversava demoradamente no passeio à chácara e servia a família a mais de 30 anos. A primeira representa esse esquecimento do passado, que como dissemos acima, traz tanta frustração ao Major.

No entanto, para ajudá-lo na sua empreitada, Policarpo Quaresma contratara Felizardo, que em uma conversa com Olga, afilhada de Quaresma, representa a consciência do camponês diante da sua exploração e explicita a desigualdade reinante na estrutura agrária brasileira. Temos que considerar, também, que a narrativa deixa claro que Maria Rita se lembra dessas festas populares – que tanto interessavam a Albernaz e Quaresma – como aquelas do “tempo do cativeiro” (LIMA BARRETO, 1959, p. 50). Não estaria certa ela em querer esquecer o tempo da escravidão enquanto Policarpo idealiza o passado e se ufana dele?

Desse modo, os personagens Maria Rita e Anastácio seriam a representação, cada um a seu modo, da consciência da dor e exploração que eram submergidas na ideologia do nacionalismo. Porém, Lima Barreto, o narrador diz que a preta velha, “talvez com grandes

saudades do tempo em que era escrava e ama de alguma grande casa, farta e rica, ergueu a cabeça, como para melhor recordar-se, e entoou: *É vêm tutu/ Por detrás do murundu/ Pra cumê sinhozinho/ Cum bucado de angü*” (LIMA BARRETO, 1959, p. 51). O que também nos leva a pensarmos na condição do negro após a abolição – numa interpretação possível entre passado/saudade-fartura e presente-miséria – que naquele momento histórico as condições pós cativoiro ainda teriam piorado e o ideal de nação não incluía os ex-escravos.

Mas o que Albernaz queria mesmo era chamar a atenção sobre sua casa, atrair gente e casar as filhas (LIMA BARRETO, 1959, p. 51). Então, eles vão atrás de um poeta popular que coleciona contos da tradição brasileira. Ele deu como exemplo o conto que trata do macaco perante o juiz de direito, que dizia ser parte da tradição folclórica brasileira, e disse ansiar por um literato de gênio que fixe as suas descobertas numa forma imortal (LIMA BARRETO, 1959, p. 51-54). Porém, ao estudar mais detidamente todo o folclore transmitido pelo velho poeta, Quaresma vai se decepcionar, pois descobriu a origem estrangeira das suas histórias (LIMA BARRETO, 1959, p.55). Ele procurava algo original, que pudesse representar a nacionalidade, e por isso passou a estudar os costumes dos Tupinambás (LIMA BARRETO, 1959, p. 55).

A busca de Quaresma pela originalidade nacional vai, em diversos momentos submetê-lo a situações tragicômicas, que posteriormente serão associadas a loucura, tomadas como sintoma. Quaresma certo dia ao abrir a porta de sua casa, para alguém que batia, começou a chorar, berrar e arrancar os cabelos. Tratava-se do seu compadre Vicente e sua afilhada Olga. Seus parentes ficaram perplexos. Ele, por sua vez, lhes deu uma bronca, pois esperavam que ele apertasse as mãos dos que chegavam – o que é um costume estrangeiro – enquanto os tupinambás ao encontrar um amigo se põem a chorar (LIMA BARRETO, 1959, p. 55-56). Lima Barreto ainda retoma como Quaresma conheceu o seu compadre Vicente, italiano a quem ele emprestou dinheiro – que montou uma quitanda e enriqueceu – e sua afilhada Olga. Demonstrando como se davam as relações de compadrio. E Quaresma não notara a contradição entre as suas ideias patrióticas e o seu ato (LIMA BARRETO, 1959, p. 57). “É verdade que ele não as tinha ainda muito firmes, mas já flutuavam na sua cabeça e reagiam sobre a sua consciência como tênues desejos, veleidades de rapaz de pouco mais de vinte anos, veleidades que não tardariam tomar consistência e só esperavam os anos para desabrochar em atos” (LIMA BARRETO, 1959, p. 57).

A afilhada tem no padrinho uma representação da ânsia de ideal e admira sua tenacidade em seguir um sonho. Isso ela não adquiriu da educação que recebeu, mas vinha de

um pendor próprio, talvez das proximidades europeias do seu nascimento, que a fizeram um pouco diferente das nossas moças (LIMA BARRETO, 1959, p. 58). A afilhada pede para que ele não se meta em alguma conspiração, mas ele alega que ela não devia se preocupar, pois as coisas iriam naturalmente, sem ser preciso violências (LIMA BARRETO, 1959, p. 58). Explicita-se, portanto, a concepção evolucionista e o ideal de planejador da sociedade brasileira que Policarpo Quaresma adotava como representação do nacionalista brasileiro. Um outro elemento importante para esse personagem, na tentativa de consolidação de um modelo de nação, era identificar o povo que constituía o país. Por isso, Quaresma discute com Ricardo Coração dos Outros, pois, afirma que o maracá é a inúbia são os instrumentos mais nacionais possíveis. Coração dos Outros, porém, faz pouco dos instrumentos ao saber que são instrumentos de caboclos. O que leva Policarpo a sair em defesa dos caboclos como gente valente que se bateu e ainda se bate pela posse daquela linda terra (LIMA BARRETO, 1959, p. 60-61).

Quando Lima Barreto se ocupa da questão da mulher, a representa, entre outros personagens, como Ismênia, que foi sendo preparada durante toda a vida para se casar e que toda a existência só tendia para o casamento. Ficar para tia parecia-lhe um crime, uma vergonha. “A ideia de 'casar-se' incrustou-se teimosamente como uma obsessão” (LIMA BARRETO, 1959, p.62-63). Cavalcânti, o namorado dentista de Ismênia, antes havia começado a frequentar a casa na qualidade de noivo “paisano”, ou seja, que por ainda não ter feito o pedido, não era “oficial” (LIMA BARRETO, 1959, p. 64). O narrador demonstra como Albernaz e Maricota, sua esposa, estavam felizes em poder casar a filha Ismênia. Esclarece o autor que Albernaz era um homem de bom caráter e sua única falha era a pretensão militar (LIMA BARRETO, 1959, p. 64). Explicitando o narrador sua oposição ao militarismo e retomando também sua crítica ao doutorismo, representado na atitude das pessoas diante do noivo de Ismênia.

Para aquela gente toda, Cavalcânti [noivo de Ismênia que estava se formando dentista] não era mais um simples homem, era homem e mais alguma coisa sagrada e de essência superior; e não juntavam à imagem que tinham dele atualmente, as coisas que porventura ele pudesse saber ou tivesse aprendido. Isto não entrava nela de modo algum; e aquele tipo, para alguns, continuava a ser vulgar, comum, na aparência, mas a sua substância tinha mudado, era outra diferente da deles e fora ungido de não sei que coisa vagamente fora da natureza terrestre, quase divina (LIMA BARRETO, 1959, p. 68-69).

Lima Barreto critica a burocracia militar, porém, também a burocracia civil. Quanto à primeira afirma que “é curiosa essa coisa das administrações militares: as comissões [de

embarque para as guerras, por exemplo] são merecimento, mas só se dão aos protegidos” (LIMA BARRETO, 1959, p.69). Já sobre os funcionários/ burocratas da justiça federal, por exemplo, com quem Caldas que se fizera advogado ficava a cotovelar-se afirma tratar-se de um “poviléu rebarbativo do foro que parece ter contraído todas as misérias que lhe passam pelas mãos e pelos olhos” (LIMA BARRETO 1959, p. 70-71). As posturas da burocracia, civil ou militar, são representadas nas atitudes de Genelício, namorado de Dona Quinota, filha do General Albernaz. Segundo Lima Barreto, “não havia ninguém mais bajulador e submisso do que ele. Nenhum pudor, nenhuma vergonha! Enchia os chefes e os superiores de todo o incenso que podia” (LIMA BARRETO, 1959, p.75). Era um gênio na bajulação e manobras para subir. “Acrece que Genelício juntava à sua segura posição administrativa, um curso de direito a acabar; e tantos títulos juntos não podiam deixar de impressionar favoravelmente as preocupações casamenteiras do casal Albernaz” (LIMA BARRETO, 1959, p. 76).

Essa mania de doutorismo, aliada ao crescimento da especialização do trabalho, submetendo o ser humano a uma unilateralidade, nos leva a pensarmos sobre a atitude do pretendente a ser genro de Albernaz. Já que Genelício conta naquela mesma festa, onde todos celebravam o casamento de Ismênia, exceto ela que era uma moça “incapaz de vibração sentimental” (LIMA BARRETO, 1959, p.66), que Quaresma havia enlouquecido, e já estava na casa de saúde, após fazer requerimento para o ministro em tupi. Dr. Florêncio atribui a loucura de Policarpo aos livros e a mania de leitura. Genelício questiona, se ele não era formado para quê se meter com tantos livros. Ele propõe que deveria ser proibido a quem não tem título acadêmico ter livros. Albernaz, Caldas e Sigismundo concordam com a proposta (LIMA BARRETO, 1959, p.77-78).

O fato é que Quaresma realmente havia sido recolhido à casa de saúde, pois, segundo o narrador

a força de ideias e sentimentos contidos em Quaresma se havia revelado em atos imprevistos com uma sequência brusca e uma velocidade de turbilhão. O primeiro fato surpreendeu, mas vieram outros e outros, de forma que o que pareceu no começo uma extravagância, uma pequena mania, se apresentou logo em insânia declarada (LIMA BARRETO, 1959, p. 79).

O primeiro acontecimento que seria tomado como um indício da loucura foi o requerimento que Policarpo Quaresma fez aos governantes do Brasil. Lima Barreto é extremamente irônico ao falar da leitura do requerimento na Câmara:

o burburinho e a desordem que caracterizam o recolhimento indispensável ao elevado trabalho de legislar, não permitiram que os deputados o ouvissem; os jornalistas, porém, que estavam próximo à mesa, ao ouvi-lo, prorromperam em gargalhadas, certamente inconvenientes à majestade do lugar. O riso é contagioso

(LIMA BARRETO, 1959, p. 79).

O requerimento pedia a decretação do tupi-guarani como língua oficial e nacional do povo brasileiro. Lima Barreto deixa claro que se aqueles deputados, jornalistas e demais presentes na seção soubessem o quanto de “sonho generoso e desinteressado” havia naquela petição, não ririam do mesmo. O que Policarpo intuía era que a emancipação política do país requeria como complemento e consequência a sua emancipação idiomática, pois, a língua é para ele a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original (LIMA BARRETO, 1959, p.80-81).

Lima Barreto descreve como o Major Policarpo foi ridicularizado na imprensa da época e que faziam todo tipo de troça. Ele sofreu muito com tudo o que ocorreu e depois de 30 anos vivendo sozinho tornara-se sensível a qualquer coisa (LIMA BARRETO, 1959, p.81-82).

Desinteressado de dinheiro, de glória e posição, vivendo numa reserva de sonho, adquirira a candura e a pureza d'alma que vão habitar esses homens de uma ideia fixa, os grandes estudiosos, os sábios, e os inventores, gente que fica mais terna, mais ingênua, mais inocente que as donzelas das poesias de outras épocas. É raro encontrar homens assim, mas os há e, quando se os encontra, mesmo tocados de um grão de loucura, a gente sente mais simpatia pela nossa espécie, mais orgulho de ser homem e mais esperança na felicidade da raça (LIMA BARRETO, 1959, p. 83).

Os jornais receberam o requerimento com falácias de fundo inofensivo e sem ódio, a repartição não, pois ficou furiosa. “Nos meios burocráticos, uma superioridade que nasce fora deles, que é feita e organizada com outros materiais que não os ofícios, a sabença de textos de regulamentos e a boa caligrafia, é recebida com a hostilidade de uma pequena inveja” (LIMA BARRETO, 1959, p. 83). Esse monopólio do saber, esse “sequestro do saber”, como dizia Maurício Tragtenberg, nos recorda também o ambiente de hostilidade da Redação do *O Globo* em *Recordações do escrivão Isaías Caminha*.

Olhavam para Quaresma, os seus colegas, e se irritavam ao vê-lo com mais títulos à consideração e com algum direito a infringir as regras e os preceitos. “Em geral, a incompreensão da obra ou do mérito do colega é total e nenhum deles se pode capacitar que aquele tipo, aquele amanuense, como eles, faça qualquer coisa que interesse os estranhos e dê que falar a uma cidade inteira” (LIMA BARRETO, 1959, p. 84). O Major Quaresma não entendia porque seu gesto patriótico fora recebido desse modo e essa incompreensão que sofreria só fazia com que ele se apegasse ainda mais a essa ideia (LIMA BARRETO, 1959, p. 85).

Lima Barreto descreve a casa do compadre de Quaresma, Coleoni, e explicita que esta

era uma instalação burguesa, no gosto nacional, vistosa, cara, pouco de acordo com o clima, sem conforto e no interior tudo obedecia a uma fantasia barroca em um ecletismo desesperador (LIMA BARRETO, 1959, p. 85). O italiano via no “doutor” nacional o marquês ou o barão de sua terra natal. O que desejava mesmo era casar a filha Olga com um desses “doutores”. Mas na realidade estava pouco habituado a alta nobreza de sua terra: “ele ficara sempre empreiteiro, com poucas ideias além do seu ofício, não sabendo fingir, de modo que não se interessava por aquelas tagarelices de casamentos, de bailes, de festas e passeios caros” (LIMA BARRETO, 1959, p. 86-87). Coleoni tinha em grande conta o seu obscuro compadre e tinha não só a gratidão de camponês que recebeu um grande benefício, como um duplo respeito pelo Major, oriundo da sua qualidade de sábio e funcionário. Ele guardava no fundo de si aquele sagrado respeito dos camponeses pelos homens que recebem a investidura do Estado (LIMA BARRETO, 1959, p.88). Portanto, *Triste fim de Policarpo Quaresma* também explicita como se davam as relações de compadrio na Primeira República.

Olga, a afilhada de Quaresma, não considerava que o ato do padrinho seja de “doido”, mas talvez tenha-lhe faltado juízo, um plano que à primeira vista seja absurdo, fora dos moldes, mas não de todo “doido”. Talvez, ousado. “Por mais que quisesse, ela não podia julgar o ato do padrinho sob o critério de seu pai. Neste falava o bom senso e nela o amor às grandes coisas, aos arrojos e cometimentos ousados”. Ela teve uma piedade simpática ao ver mal compreendido o ato daquele homem que ela conhecia há tantos anos, seguindo o seu sonho, isolado, obscuro e tenaz (LIMA BARRETO, 1959, p. 89- 90).

Quaresma se viu mais incomodado quando começaram a insinuar que ele não sabia tupi. Ele insensivelmente foi traduzindo uma peça oficial que falava sobre Aquidauana e Ponta Porã, no Mato Grosso, para o tupi e o diretor não reparou e assinou fazendo com que isso fosse parar no Ministério, causando o maior rebuliço (LIMA BARRETO, 1959, p. 90-91). Dr. Rocha que na secretaria tinha fama de sábio, porque era bacharel em direito e não dizia coisa alguma, na tentativa de identificar em que língua foi escrito o documento, disse que estava em grego devido o “yy” (LIMA BARRETO, 1959, p. 91). O ministro devolveu o ofício e censurou o Arsenal. O diretor, censurado, via ir por água abaixo o seu generalato. “Viver tantos anos a sonhar com aquelas estrelas e elas se escapavam assim, talvez por causa da molecagem de um escrivão!” (LIMA BARRETO, 1959, p. 92). Então, chamou Quaresma para averiguar se havia sido ele o protagonista daquele acontecimento.

O que incomodou o coronel foi Quaresma ter respondido assim a pergunta que fez a ele enquanto diretor:

–Então confessa [que escreveu o documento]?

–Pois não. Mas V. Exa. não sabe... (LIMA BARRETO, 1959, p.93)

Lima Barreto destaca da boca de Policarpo Quaresma o termo “não sabe”, pois é daí que Quaresma é suspenso pelo coronel. O narrador ironiza o diretor que se sente ofendido por Quaresma quando esse o retruca quanto a escrita do documento (LIMA BARRETO, 1959, p.93).

Tinha sido ofendido três vezes: na sua honra individual, na honra de sua casta e na do estabelecimento de ensino que frequentara, a escola da Praia Vermelha, o primeiro estabelecimento científico do mundo. Além disso escrevera no *Pritaneu*, a revista da escola, um conto – 'A Saudade' – produção muito elogiada pelos colegas. Dessa forma, tendo em todos os exames plenamente e distinção, uma dupla coroa de sábio e artista cingia-lhe a fronte. Tantos títulos valiosos e raros de se encontrarem reunidos mesmo em Descartes ou Shakespeare, transformavam aquele – não sabe – de um amanuense em ofensa profunda, em injúria (LIMA BARRETO, 1959, p. 93).

Na verdade Quaresma, segundo o nosso narrador, começa a frase para pedir desculpas, mas foi interrompido e ouviu logo aquela enxurrada de broncas (LIMA BARRETO, 1959, p. 93-94).

Lima Barreto no capítulo *O bibelot* começa dizendo o quanto Olga lamentava ver o padrinho ali no hospício. Sobre a loucura, afirma o narrador:

só o nome da casa metia medo. O hospício! É assim como uma sepultura em vida, um semi-enterramento, enterramento do espírito, da razão condutora, de cuja ausência os corpos raramente se ressentem. A saúde não depende dela e há muitos que parecem adquirir mais força de vida, prolongar a existência, quando ela se evola não se sabe por que orifício do corpo e para onde (LIMA BARRETO, 1959, p. 95).

Hospício é meio hospital, meio prisão e causava terror ao povo. Mas era uma calma, um silêncio, uma ordem perfeitamente natural.

No fim, porém, quando se examinavam bem, na sala das visitas, aquelas faces transtornadas, aqueles ares aparvalhados, alguns idiotas e sem expressão, outros como alheados e mergulhados em um sonho íntimo sem fim, e via-se também a excitação de uns, mais viva em face à atonia de outros, é que se sentia bem o horror da loucura, o angustioso mistério que ela encerra, feito não sei de que inexplicável fuga do espírito daquilo que se supõe o real, para se apossar e viver das aparências das cousas ou de aparências das mesmas (LIMA BARRETO, 1956, p. 96).

Segundo Lima Barreto, quem esteve diante da loucura fica amedrontado ao saber que o germe daquilo está depositado em nós e que por qualquer coisa ele nos invade, nos toma, nos esmaga e nos sepulta numa desesperadora compreensão inversa e absurda de nós mesmos, dos outros e do mundo (LIMA BARRETO, 1959, p. 96). “Cada louco traz em si o seu mundo e para ele não há mais semelhantes; o que foi antes da loucura é outro muito outro do que ele vem a ser após” (LIMA BARRETO, 1959, p. 96-97). Nesse contexto o “racismo científico”

afirmava que a loucura tinha fundamento genético (hereditário e racial) e os negros, por meio da miscigenação, levavam à degeneração das raças superiores, que casualmente apresentavam essa patologia e contra isso já havia se posicionado Lima Barreto. Quaresma, sua representação literária, já estava há uns três meses no hospício e era visitado por Olga, o compadre e Ricardo, e a irmã não podia visitá-lo devido ao ataque de nervos que tinha ao vê-lo ali (LIMA BARRETO, 1959, p.98).

No bonde vinham outros visitantes e todos não tardaram em saltar no portão do manicômio. Como em todas as portas dos nossos infernos sociais, havia de toda a gente, de várias condições, nascimentos e fortunas. Não é só a morte que nivela; a loucura, o crime e a moléstia passam também a sua rasoura pelas distinções que inventamos (LIMA BARRETO, 1959, p. 99).

Todos ali entravam “com uma ponta de pavor nos olhos como se penetrassem noutra mundo” (LIMA BARRETO, 1959, p. 99).

Lima Barreto fala das distintas reações dos pacientes ao encontrar as visitas. Quaresma recebia com um largo abraço a sua afilhada, Olga, que “via-o já escapo à semi-sepultura da insânia” (LIMA BARRETO, 1959, p.100). “Os visitantes não se olhavam, pareciam que não queriam conhecer-se na rua” (LIMA BARRETO, 1959, p.100-101). No entanto, o hospício não seria o fim de Quaresma, ele ainda teria tempo para apostar em reformas, solicitar ingenuamente as providências do presidente da República, para só posteriormente se dar conta de que sua vida teria sido conduzida a partir de uma ilusão.

4.3 - Representações Literárias, Nacionalismo e Lima Barreto

Nosso trabalho surgiu da necessidade de compreendermos as representações literárias de Lima Barreto acerca da nação e do nacionalismo, depois de no capítulo três termos considerado os seus escritos políticos e enfatizado as afirmações textuais de Lima Barreto sobre patriotismo, nacionalismo, agora nos perguntamos como ele poderia ser nacionalista e patriota se criticava explicitamente essas ideologias. Se alguns intérpretes dizem que ele é nacionalista, apesar de deixar explícito que não é, tornou-se necessário a nós apresentarmos seus escritos políticos que atestam sua filiação política. Em todo caso, ainda assim seria possível afirmarmos que ele seria um nacionalista nas obras literárias? Na realidade, esse seria um procedimento, se adotado pelo literato, sem qualquer fundamento, já que as obras literárias são expressões do seu pensamento, sob outra forma (a forma literária) e que também podem servir de fonte para verificarmos se são ou não nacionalistas.

Quando pensamos em representações literárias, nacionalismo e Lima Barreto há uma relação indissociável e consideramos que a análise da literatura barretiana também evidencia sua crítica ao nacionalismo. Isso é possível evidenciarmos no Triste fim de Policarpo Quaresma, por exemplo, pois seu trágico final, não é evitado, mesmo que tenha chegado à conclusão que o ideal pelo qual lutara em toda a sua vida era um engano e o nacionalismo uma ilusão. Portanto, a posição de Lima Barreto fica bem clara no destino final do seu protagonista. Está clara sua oposição a valores como os patrióticos. Afinal, como sentenciar Freud, em Escritos sobre literatura, o que geralmente se vê é o autor criar um herói para o qual procura angariar simpatia e emprestar a sua proteção. O literato carioca, ao contrário, não possibilita que o seu protagonista se levante dos escombros dos valores ultrapassados, segundo qualifica o patriotismo o próprio Lima Barreto em suas crônicas, mesmo que esse tenha finalmente se dado conta dos seus enganos.

O final dado a Policarpo Quaresma – seu fuzilamento – é revelador da posição do literato, inclusive porque as representações literárias, como atesta Nildo Viana, são reveladoras da singularidade psíquica dos autores e explicita a forma singular como o indivíduo desenvolve sua mentalidade individual, expressão específica da mentalidade coletiva. Segundo Eagleton, cada escritor tem uma posição individualizada na sociedade, reagindo a uma história geral a partir do seu próprio ponto de vista, decifrando-a em seus próprios termos concretos (EAGLETON, 2011, p. 22). O que também nos ajuda a compreendermos porque no contexto em que viveu Lima Barreto – quando predominava o parnasianismo e o simbolismo – sua produção literária afastou-se completamente dessas perspectivas e apresentou, ainda, uma contundente crítica às correntes literárias dominantes. No caso de Lima Barreto, sua trajetória individual, é um verdadeiro manancial de evidências para aqueles que pretendem caracterizar o caráter revolucionário. Desde o romance de estreia – *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* – até o inacabado *Cemitério dos Vivos*, são explícitas as manifestações de indignação e de convicções das quais em nenhum momento o literato carioca abriu mão⁴⁵.

Lima Barreto se ocupou, entre outros assuntos, das seguintes questões sociais; o trabalhador rural que era considerado um “pária agrícola”, da modernização do Rio de Janeiro

⁴⁵ Lima Barreto intervivia sistematicamente nessa realidade, de final do século XIX e primeiras décadas do século XX, somente no final dos anos 1950 é que a concepção de “engajamento” sartriana teve impacto no Brasil e convocaria a adesão dos intelectuais às causas populares. Pécaut, entretanto, destaca que muito antes disso os intelectuais já haviam se colocado a serviço da nação e da formação da sociedade (PÉCAUT, 1990, p. 5-18). Nesse sentido, Lima Barreto antecipa o engajamento no Brasil, em um contexto em que os intelectuais, em sua maioria, estavam comprometidos com um projeto de Estado-nação.

e seus aspectos excludentes, da especulação imobiliária no que se referia aos terrenos pantanosos de Copacabana, Ipanema e Leblon, e das limitações da produção intelectual brasileira (BARBOSA Apud SEVCENKO, 2003, p. 18-19). Escrevia em um contexto de advento da ordem republicana que trouxe consigo um processo de desestabilização, reajustamento social e crises políticas (1889, 1891, 1893, 1897, 1904), assim como à iniciativa de eliminar da cena política os grupos comprometidos com os anseios populares mais latentes e envolvidos nas correntes mais férvidas do republicanismo (SEVCENKO, 2003, p. 36-37).

Essa condição de engajamento, explicitada por Lima Barreto, relaciona-se a aspectos próprios a literatura moderna e a relação desta com as lutas sociais de seu tempo. Certamente, as personagens construídas pelo autor, expressam em muitos aspectos elementos característicos da sociedade daquela época e também a sua negação por parte de Lima Barreto em sua potencialidade criativa.

Se a literatura moderna é uma fronteira extrema do discurso e do prosaísmo dos desajustados, mais do que o testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais candentes de tensão e a mágoa dos aflitos. Deve traduzir no seu âmago mais um anseio de mudança do que os mecanismos da permanência. Sendo um produto do desejo, seu compromisso é maior com a fantasia do que com a realidade. Preocupa-se com aquilo que poderia ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com o seu estado real (SEVCENKO, 2003, p. 29).

O conceito de intelectual engajado, por exemplo, contribui para compreendermos porque Lima Barreto, ao contrário dos demais intelectuais de sua geração, prefere tratar do “subúrbio carioca” ao invés da corte, por exemplo. O que poderíamos entender por subúrbio, enquanto categoria sociológica, por exemplo?

O subúrbio é o lugar em que a vida desmente a interpretação formal, a história oficial ou oficiosa, que ignora o vivido, o drama que cerca o trabalho, seus ganhos e suas incertezas. É o lugar em que as ideologias são questionadas e desafiadas, na prática. É o lugar em que o projeto, o possível, só tem sentido como possibilidade permanente de revolução – a revolução na vida cotidiana (MARTINS, 2008, p. 59).

O literato, portanto, se dedica à missão de se opor ao desprezo e ao desconhecimento que os demais intelectuais demonstram em relação às classes mais exploradas da população. Ele responderá criando para seus romances personagens justamente dessas classes sociais. Frequentemente, o cenário em que se passam as histórias narradas em seus romances e contos não é a bela paisagem de Botafogo, de Petrópolis ou Tijuca, mas as mal cuidadas ruas dos subúrbios e os trens que partem da Central rumo àquelas áreas esquecidas e renegadas da cidade (BOTELHO, 2001, p. 58).

Essa característica de retratar a realidade social perpassa toda a obra de Lima Barreto,

especialmente, para termos como exemplo, o livro *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Esse caminho ao qual se propôs fez com que em inúmeros momentos estivesse em confronto com os interesses da classe dominante, inclusive na sua tentativa de estabelecer uma linguagem padrão. Em seus textos Lima Barreto falava contra o poder do dinheiro, da posição social e daquele poder advindo do emprego da palavra rebuscada, da sintaxe preciosista desligada da simplicidade da vida, presa a regras rígidas ou em desacordo com o uso (ASSIS, 2008, p. 62).

Lima Barreto em correspondência a um amigo, Lucilo Varejão, justifica seus “desacordos gramaticais” dizendo que teme tanto esses “tais clássicos e sabedores de gramática como a qualquer toco de pau podre por aí”. Seus livros saem errado devido à sua inteligência e seu relaxamento, especialmente, a sua letra. O que explica os erros vulgares e explicita que quanto aos outros, da transcendente gramática dos importantes, nunca esteve incomodado com eles. Explicou ainda que apesar de conhecer os cânones, não os seguia: desejava atingir o maior número possível de leitores, sendo esse seu foco, ao invés de gastar tempo com obras só capazes de serem entendidas por “sabichões enfiados na sua inteligência, pelas tradições de escolas e academias e por preconceitos livrescos e de autoridade” (ASSIS, 2008, p. 61).

Ele criticava os que faziam uma literatura que não se adaptava à realidade em que era produzida, comparando isso ao uso de roupas inadequadas para o clima do país. O que se buscava era a cópia dos modelos importados, pretensamente superiores. Trata-se de uma literatura que se esconde por detrás de um formalismo compreensível somente com notas de rodapé, que precisa ser explicada frase a frase para ser entendida pela maioria das pessoas. Algumas das críticas aos parnasianos, apresentadas por Lima Barreto, podem estar direcionadas também aos simbolistas, na medida em que essa corrente igualmente se caracteriza por certo formalismo e pelo uso de uma linguagem rebuscada. No entanto, autores simbolistas como Cruz e Sousa, também sofreram com a marginalização em relação ao domínio dos escritores aglutinados em torno da Academia Brasileira de Letras (SILVA, 2016, p. 136-137).

Na comparação entre Machado e Lima Barreto, enquanto o primeiro regula seus passos nos limites estritos da urbe (Cais da Glória, Rua do Ouvidor, Cemitério de São João Batista, Caju etc.), o autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma* transita por espaços periféricos, roçados e arruamentos delirantes, denunciando a soberba improdutiva do latifúndio e destruindo preconceitos contra os caboclos indefesos. Esse itinerário, aliás, destoa da tradição instaurada pelos romancistas que, a partir da segunda metade do século XIX,

viriam a constituir a descontínua cadeia do Realismo nas letras brasileiras⁴⁶ (LEITÃO, 2014, p. 50).

Portanto, Machado de Assis e Lima Barreto seguiram caminhos diferentes. A façanha do primeiro – inscrever-se na elite do país, denunciando ao mesmo tempo seus egoísmos, dissimulações e imposturas, combinando magistralmente um tom cortês e clássico com o teor impiedoso de sua crítica sarcástica e mordaz – não foi o caminho de Lima Barreto, que sempre manteve uma atitude de identificação com as classes dominadas. Sua ambição não era pertencer à nata da sociedade, mas sim ao círculo dos autores formadores da opinião pública e do estilo literário (ZILLY, 2015, p. 3). Essas são as impressões de Berthod Zilly, mas questionamos o que afirma ser o “caráter pequeno-burguês” e a expectativa de Lima Barreto de se inscrever em posição hegemônica no interior do campo literário, afinal, se era essa sua expectativa, como esperava atingi-la com repertório temático tão distinto e crítica tão incisiva ao campo do qual pretendia fazer parte?

Todavia, Lima Barreto oscilava entre o descomprometimento da boemia e o convencionalismo dos escritores acadêmicos. Voltou-se contra a institucionalidade cultural da *Belle Époque*, que encarava a literatura sobretudo como ornamento e decoração, como o “sorriso da sociedade”, conforme formulou Afrânio Peixoto. Lima Barreto, por sua vez, condenava a literatura predominante como literatura da classe dominante. Nas duas primeiras décadas do século XX, durante o Pré-Modernismo, isto é, entre a publicação das duas últimas grandes obras de Machado de Assis e a Semana de Arte Moderna de São Paulo (1922), a literatura brasileira produziu bastante epigonismo, exercícios academicistas, vocabulário rebuscado e sintaxe preciosa, ornamentações linguísticas e brincadeiras formais, ou seja, arte como representação e espelho de elites narcisistas. As elites usavam e abusavam da cultura para simbolizar o status, como instrumento da segregação social. Na visão de Lima Barreto, porém, a literatura devia unir as pessoas. Os intelectuais mais influentes da República Velha, ao contrário, voltavam seu olhar para a Europa como se fossem expatriados. “Só a Europa nos interessava. Era a Terra Prometida dos nossos sonhos” – confessaria posteriormente Paulo Prado, barão do café e mecenas dos modernistas (ZILLY, 2015, p. 4-5).

No item *Recordações do escrivo Isaias Caminha*, neste trabalho, apresentamos *O*

⁴⁶ Mas Lima Barreto não estava sozinho na composição que partira de Todos os Santos rumo ao país dos Bruzundangas. Lembremos de Graciliano Ramos, encarcerado pela ditadura de Vargas, contribuindo com *Vidas Secas*, por exemplo. Na segunda metade do século XX, estudiosos como Lúcia Miguel-Pereira, Carlos Nelson Coutinho e Nicolau Sevcenko promoveram uma redescoberta de Lima Barreto que se tornaria um ícone de rebeldia e insubmissão. No final dos anos 1970, com o ressurgimento das lutas populares e a reorganização do movimento estudantil, o nome de Lima Barreto, Graciliano Ramos e Patativa do Assaré seria homenageado por inúmeros diretórios acadêmicos de Letras (LEITÃO, 2014, p. 80-81).

Globo como metáfora do Brasil⁴⁷, como da sociedade capitalista em geral, considerando que as representações literárias de Lima Barreto explicitam que na Primeira República havia uma aliança entre literatos e classe dominante, contra a qual este insurgiu-se com um engajamento intenso inclusive em oposição ao campo literário em formação. Levando a uma situação em que esse autor não encontrou no Brasil editor para seu primeiro livro, *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, entre outros motivos, por não corresponder ao ideal de nação que se pretendia construir nos “novos tempos” republicanos. O que está relacionado à sua crítica, recorrente em muitas crônicas, aos “Representantes da Nação Brasileira”, a luxuosidade do Teatro Municipal e à exportação de uma determinada imagem parisiense do Brasil. Nesse contexto, quando se refere aos “doutores”, portanto, os considera como uma nova “casta” que estava relacionada a um projeto de nação para o Brasil. Entendemos nesse contexto a questão racial, da qual o literato carioca tanto se ocupou, um componente fundamental da questão nacional que se discutia no país.

O personagem Isaías Caminha, em suas debilidades e hesitações, ainda, desmistifica as ilusões acerca dos “Representantes da Nação Brasileira”; explicita o antimilitarismo barretiano, representado na indiferença do protagonista ao desfile militar que avistara, e em oposição a um pilar importante na constituição da retórica nacionalista. Portanto, a admiração de Caminha pelo jornalista Ivã Gregoróvitch Rostóloff, por esse estar livre dos constrangimentos oriundos da ideia de pátria, está na contraposição a política do governo para os imigrantes. Esse personagem, assim como Policarpo Quaresma, também tem o seu momento de autoconsciência com relação à nação. Já que vai dos entusiasmos patrióticos do almoço à detenção, essa, por sua vez, leva a uma situação em que os olhos de Isaías se abrem para o verdadeiro significado da pátria. Essa, que entre outras violências, era uma ideologia que não estava disposta a transigir com relação à exclusão do negro em seu projeto de nação.

Em *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, como em várias crônicas, Lima Barreto explicita sua participação nas disputas linguísticas tão importantes nesse contexto de construção da identidade nacional. Enquanto no mesmo enredo o jornalista Leiva explicita o

⁴⁷ No conto *A nova Califórnia*, de 1910, Lima Barreto constrói uma narrativa em que apresenta a trágica influência do químico Raimundo Flamel sobre a pequenina cidade de Tubiacanga. Em um contexto em que se mistura ambição e arrivismo desenfreado e, mais uma vez, descrença no compromisso ético da ciência com os homens. Neste conto, Belmiro, um dos personagens, remete ao seu criador, Lima Barreto, irmanados na admiração que tinham por um copo de parati, já que este também era alcoólatra. Mas o que era a redação daquele jornal descrito no *Isaías Caminha* senão uma Tubiacanga onde uns se punham a devorar os outros em busca do reconhecimento e movidos pela ganância desenfreada? As armas empregadas não eram tão rudes quanto facadas e cachações (porcos grandes), mas penas a erguer reputações e a enterrar jovens talentos sem padrinhos (BOTELHO, 2001, p. 81-82). Então, tanto no jornal como na pequena cidade, Lima Barreto critica questões fundamentais na sociedade brasileira.

caráter ilusório da ideia de pátria, Lobo – defensor da gramática – afirma que o culto da língua é um pouco o culto da pátria. Porém, não é a pátria o único espaço de sociabilidade que Lima Barreto sustenta nesse romance, já que o palacete em que passara a morar Isaías Caminha, após tornar-se contínuo, era onde viviam pessoas de distintas nacionalidades e ali superavam-se fronteiras que geralmente caracterizam a pátria.

Em *Triste fim de Policarpo Quaresma* demonstramos, entre outros aspectos, que quando relacionamos a representação literária com os escritos políticos, por meio da crônica *A biblioteca* (1915), por exemplo, temos em ambos a ironia de Lima Barreto quanto a defesa do tupi-guarani como a língua original do Brasil. Uma situação que vemos também viver Policarpo Quaresma. Lima Barreto trata também nesse livro do lugar privilegiado que o “doutor” ocupa na nação brasileira.

No caso de Policarpo Quaresma todo o seu tempo livre era dedicado ao engrandecimento da pátria, por meio dos seus planos de reforma da nação. O nacionalismo tomava-lhe todo o tempo, assim como, no final, teria tomado toda sua vida, em uma luta insana. Por fim, não só essas obras literárias são antinacionalistas, como também os escritos políticos (e a própria posição política de Lima Barreto, que é anarquista) reforçam isso. Já que explicitamente critica o patriotismo e o nacionalismo.

Finalmente, as representações do nacionalismo expressas nos escritos políticos de Lima Barreto, também podem ser mensuradas nas suas obras literárias. No nosso caso, tivemos como foco os livros *Recordações do escrivo Isaías Caminha* e *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Esses, assim como as crônicas, evidenciam a relação do literato com valores como o patriotismo e o caráter desmistificador da sua obra. Logo, a crítica social em Lima Barreto, nos levou a relacionarmos suas posições políticas à sua interpretação da nação e do nacionalismo. Os vários escritos aqui apontados, apesar de limitados, considerando-se a grandiosidade da obra do literato, são elementos iniciais que podem futuramente se desdobrar em vários aprofundamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste trabalho manifestávamos nossa indignação com a mesmice que temos encontrado hoje em várias expressões artísticas, e que esse era um dos motivos que nos levava a análise sociológica da obra de Lima Barreto. O que vimos nesse processo, e esperamos ter demonstrado aqui, é o caráter revolucionário desse literato e suas representações do nacionalismo. Sendo o caminho da contestação social e a superação de mazelas o principal motivo da sua obra e a grande causa que assumira em sua vida. Porém, também nos empenhamos na identificação dos seus limites e destacamos a ausência em suas representações de uma teoria do capitalismo consistente.

Tínhamos no início dessa pesquisa muitas dúvidas, e além de respostas, temos agora outras questões. Em todo caso como nosso objeto era as representações do nacionalismo na obra barretiana, preferimos nos concentrar nessas considerações finais em retomarmos algumas das perguntas que apresentávamos na introdução. Essas são as seguintes: Lima Barreto era mesmo um anarquista, coerente com a história e o acúmulo de conhecimentos dessa expressão política do proletariado, ou um nacionalista com um projeto para Brasil? Então, diante disso, quais as contradições de Lima Barreto? Ele é um crítico superficial da realidade (um reformista) ou um crítico radical da sociedade em que vivia (um revolucionário) que contesta o caráter planificador dos intelectuais de seu tempo? Esperamos, especialmente nos capítulos três e quatro, ter respondido essas questões e dado elementos para o futuro aprofundamento pelos leitores desse trabalho.

Tanto no que se refere às obras literárias, como aos escritos políticos, são evidentes suas representações do nacionalismo, assim como sua opção fundamental no espectro político. Entretanto, a obviedade revelada por essas representações, não impediu que ao longo do tempo se construíssem controvérsias quanto ao posicionamento político assumido por Lima Barreto. Foi daí que nasceu nossa problemática. Já que das várias caracterizações da sua obra, destacamos algumas, e retomamos em síntese contra-argumentos apresentados nesse trabalho, com suas respectivas especificidades.

Quanto a Lima Barreto ter se mantido um *nostálgico da monarquia*, assim como seu pai, conforme considerara Francisco de Assis Barbosa, acreditamos ter demonstrado que ele mesmo afirmara que sem ser monarquista, não amava a república. No entanto, muitas vezes sua crítica ao regime republicano foi considerada uma defesa da monarquia, devido ao pragmatismo político dos intérpretes. Esses no mais típico exemplo de uma consciência

coisificada, reduzem as manifestações políticas às concepções de mundo predominantes, dando pouca atenção àquelas posições independentes que não se filiam ao que o intérprete considera como plausível ou realizável. Desse modo, as críticas à república significavam para esses a reivindicação pela retomada dos tempos da monarquia. Porém, o ideário anarquista barretiano é claro, e não se coaduna com os regimes políticos tidos como legítimos pelos seus intérpretes. Tanto que se opusera ao militarismo que para alguns teriam fundado a República, como demonstramos no segundo capítulo, uma posição defendida geralmente por monarquistas, como também contestara os fundamentos da glória nacional supostamente presentes na vitória da Guerra do Paraguai que embora no período imperial tenha sido retomada no período republicano que embasara o *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

Segundo a antropóloga Lilia Schwarcz, o literato expressa as ambiguidades típicas do período da história brasileira de transição do Império à República. Seria, com isso, *um autor ambíguo e ressentido quanto aos círculos intelectuais da época*. O que pode ser contestado pelo caráter mecanicista da afirmação, que aqui discutimos no capítulo um, e o fato de singularidades psíquicas não terem sido consideradas inclusive na afirmação de que ele seria um ressentido. Conforme Erich Fromm, e aqui nos filiamos a essa posição, o ressentimento é próprio ao rebelde. Esses se rebelam contra a autoridade quando não são apreciados, amados e aceitos nos círculos desses. Portanto, pretendem a derrubada das autoridades para substituí-las e exercer o poder em seu lugar. Entretanto, em vários momentos julgamos ter apresentado elementos que confirmam o caráter revolucionário de Lima Barreto, sendo ele um pensador revolucionário, já que identificava-se com a humanidade e superava os limites do culto paroquial à cultura em que nascera tendo uma profunda “reverência pela vida”. Quando adulto, por exemplo, rompera com as relações de apadrinhamento estabelecidas por seu pai ainda no período imperial, desvinculando-se do seu padrinho, Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto), e criticado explicitamente o ufanismo nacionalista de *Porque me Ufano do meu País*, com *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de autoria de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, filho do seu padrinho, e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

Especialmente nos capítulos três e quatro demonstramos a crítica a esse ufanismo, tanto na explicitação do problema da concentração agrária no Brasil, revelada a Olga por Felizardo, em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, desmistificando o romantismo acerca da terra de oportunidades que seria o Brasil, onde só não prospera quem não trabalha, como na representação literária que é Policarpo Quaresma e tivera um triste fim, que entre suas leituras

apreciava Rocha Pita, em *História da América Portuguesa*, com seu ufanismo.

Já Berthold Zilly, afirma que Lima Barreto poderia ser caracterizado como um *nacionalista moderado de patriotismo alternativo e compatível com o cosmopolitismo*. Além da contradição entre os termos nacionalista e cosmopolitismo, presente nesse intérprete, o nacionalismo leva à loucura de Lobo o gramático, metáfora do purismo linguístico e Policarpo Quaresma, símbolo daquele que substitui a realidade pelas ideias nacionalistas. Nas crônicas, inclusive, como demonstramos no capítulo três, Lima Barreto ironiza a “virtuosa crença” nacionalista de um dos seus amigos, uma falácia, segundo o personagem Leiva, de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, como afirmamos no capítulo quatro.

Francis Paulina L. da Silva afirmara que em Lima Barreto teríamos um *discurso nacionalista utópico*, um nacionalismo de outro tipo e baseado em uma “comunidade imaginada”. O que só é possível, como apontamos na introdução, se ignorarmos especificidades da literatura, seu caráter metafórico, e tomarmos literalmente as afirmações de Policarpo Quaresma. Enquanto na realidade demonstramos em várias crônicas o quanto o literato carioca vê no nacionalismo valores ultrapassados e ideias falaciosas. Portanto, se há algo “utópico”, nos termos da interprete em questão, não-real, é o próprio ideal nacionalista. Não é por acaso que a epígrafe de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, retirada de Renan, ironicamente fale da substituição da realidade pelos ideais. Nesse caso, não é Lima Barreto um “nacionalista utópico”, ao contrário, ele revela o papel falacioso do nacionalismo, que o próprio Policarpo Quaresma constatara no fim da vida.

Porém, divergindo desses intérpretes, Nildo Viana já destacava a coerência existente entre o militante anarquista e o literato Lima Barreto. Identificando o seu *método crítico progressivo* na trajetória de Policarpo Quaresma. Ao qual somamos a autoconsciência que Isaías Caminha teria chegado, indo do almoço com o amigo imigrante a prisão, compreendendo o que de fato significa a pátria, sobretudo quando se é negro.

Se muitas vezes insistimos aqui na crítica barretiana ao “racismo científico”, isso se deve a considerarmos que sempre Lima Barreto associara nação, nacionalismo e preconceito racial. Tanto que o seu primeiro projeto foi escrever uma História da escravidão negra no Brasil e de sua influência na nacionalidade. Não é arbitrário, até porque demonstramos que enquanto intelectual engajado, o literato de Todos os Santos não procurava por arte desinteressada e onde predominasse artifícios verbais. Tanto que o que despertou Isaías Caminha a escrever suas recordações fora a leitura de um artigo desfavorável à inteligência dos negros. Inclusive, há nessa representação literária, como apresentamos no capítulo quatro,

explícita contestação ao “racismo científico” e especificamente a nação que se constituía.

Se tínhamos como principal problema identificarmos as representações barretianas do nacionalismo em suas obras literárias e sua real vinculação política, ao longo dos nossos capítulos, assim como nessas considerações finais, acreditamos que chegamos a abordá-lo de modo apropriado.

Entendemos que Lima Barreto era um anarquista coerente, ou seja, não era nacionalista e não tinha um projeto de nação para o Brasil. Sua perspectiva, de um humanismo radical e internacionalista, não o levava a nutrir preocupações como essa, e ao contrário, apontara o caráter falacioso do patriotismo. Em sua coerência anarquista apresentava inclusive limites próprios a essa manifestação política do proletariado. Quanto a sua crítica da realidade, estava além da superficialidade, não sendo um reformista, mas um crítico radical, um pensador revolucionário, que em muitos momentos questionara a propriedade privada e apontara para a coletivização dos meios de produção, como demonstramos principalmente no capítulo três. Desse modo, contesta o papel planejador que os intelectuais se atribuíam e demonstrara ser um intelectual engajado na sua relação com as lutas sociais de seu tempo, na crítica a produção ideológica e na sua ligação com os interesses do operariado da Primeira República.

Nossa principal hipótese foi a de que Lima Barreto expressa uma consciência de classe própria ao operariado brasileiro da sua época, inclusive em seus limites, e produz uma crítica à nação e ao nacionalismo em seus aspectos determinantes. Tendo sua consciência avançado a partir da intensificação das lutas sociais e da organização do operariado na Primeira República. Todavia identificávamos que a ausência de uma teoria do capitalismo também influenciava sua obra tornando pouco incisivo o projeto de sociedade que propunha. Acreditávamos, naquele momento, que essa ausência teria sido determinante na construção de várias interpretações que atribuíam um projeto nacionalista às suas representações literárias. Entendemos que nossa hipótese, em geral, mostrou-se pertinente. Porém, limitada. Já que sua contestação ao nacionalismo e ao projeto de nação que se propunha naquele contexto era muito mais explícita do que considerávamos, e os problemas nas interpretações das suas representações literárias se devem mais aos intérpretes do que ao próprio Lima Barreto. Apesar de, enquanto anarquista, de fato ter mesmo demonstrado os limites colocados ao seu engajamento pela ausência de uma teoria do capitalismo nas suas reflexões. O que em alguns momentos o levou a críticas mais morais, estéticas, do que propriamente políticas e revolucionárias.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 6º Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- ANDRADE, Manuel Correia. *Abolição e Reforma Agrária*. 2º Ed., São Paulo: Ática, 1991.
- ASSIS, Lúcia Maria de. *Lima Barreto: língua, identidade e cidadania*. São Paulo, 2008. (Tese de doutorado).
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 3ºEd. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 7ºEd., Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- BASTIDE, Roger. Problemas da sociologia da arte. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v.18, n. 2, p.295- 305. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12527/14304>>. Acesso em: 13 ago. 2016.
- BASTOS, Elide Rugai. *As criaturas de Prometeu*. São Paulo: Global, 2006.
- BATALHA, Claudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- BENJAMIN, Walter. *A Obra de Arte na Época de suas Técnicas de Reprodução* In: Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1975.
- BENJAMIN, Walter. *O autor como produtor*. In: Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. 7º edição, São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 13º ed., Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 49ºEd, São Paulo: Cultrix, 2013.
- BOTELHO, Denilson. *Letras militantes: história, política e literatura em Lima Barreto*. Campinas, SP: 2001 (Tese de doutorado).
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Analisando o discurso*. In:

<http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/?p=40> Acesso em 01 de fevereiro de 2017.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. 8º Ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

CHOMSKY, Noam. *Notas sobre o anarquismo*. São Paulo: Hedra, 2011.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e Persuasão*. São Paulo, Ática, 2000.

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9º Ed, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Filme- *Policarpo Quaresma, Herói do Brasil*, Paulo Thiago, Brasil, 1998.

FONTES, Virgínia. O Brasil capital-imperialista. In: *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010, p. 303-350.

FREUD, Sigmund. *Escritos sobre literatura*. São Paulo: Hedra, 2014.

FROMM, Erich. *O dogma de Cristo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GOMES, André Luís e LOYOLLA, Dirlenvalder do Nascimento. *Impressões teatrais: o olhar (marginal) de Lima Barreto sobre o teatro*. In: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php?journal=Raido&page=article&op=view&path%5B%5D=1333>. Acesso em 2014.

HOBBSBAWM, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX- 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAMESON, F. *Marxismo e forma- teorias dialéticas da literatura no Século XX*. São Paulo: Hucitec, 1985.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 3º ed, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KONDER, Leandro. *Os marxistas e a arte: breve estudo histórico-crítico de algumas tendências da estética marxista*. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013 (Coleção Arte e Sociedade).

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto: Afrontamento, 1966.

LAPLANCHE, Jean e PONTALIS. *Vocabulário de psicanálise*. 4º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEITÃO, Luiz Ricardo. *Lima Barreto: o rebelde imprescindível*. 3º ed, São Paulo: Expressão

Popular, 2014.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Diário do Hospício e o Cemitério dos Vivos*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Martin Claret, 2010.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Toda crônica: Lima Barreto*. V.I/Apresentação e notas Beatriz Resende; organização Rachel Valença – Rio de Janeiro: Agir. 2004.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 2º Ed; São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Klick editora, Folha de São Paulo, 1997.

LIMA, Luiz Costa. *A Aguarrás do Tempo: Estudos Sobre a Narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Teixeira da. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 1999.

LOPES, Silvana Fernandes. *A contribuição de Lima Barreto para o entendimento da crítica educacional brasileira do início do século XX*. In: periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/download/11490/6602 . Acesso em 2015.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe- Estudos sobre a Dialética Marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, Georg. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Lima Barreto: um pensador social na Primeira República*. Brasília, 1997. (Tese de doutorado).

MARTINS, José de Souza. *A Aparição do Demônio na Fábrica: Origens Sociais do Eu Dividido no Subúrbio Operário*. São Paulo: Ed.34, 2008.

MARTINS, José de Souza. *Sociologia da Fotografia e da Imagem*. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Sobre literatura e arte*. 3º Ed. São Paulo, Global editora,

1986.

MARX, Karl. Carta a P. V. Annekov In: *Miséria da Filosofia: Resposta à Filosofia da Miséria de Proudhon*. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, Karl. *O 18 brumário*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MARX, Karl. *O Capital*. 3º ed, São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Os economistas).

MARX, Karl. *Para a crítica da Economia Política/Salário, Preço e Lucro/ O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [Os economistas].

MISKOLCI, Richard. Uma outra compreensão da realidade. In: *CULT*, São Paulo, nº 203, p. 28-32, jul. 2015.

OLIVEIRA, Cristiano Mello de. Literatura e Intelectualidade: as facetas intelectuais na obra Vida e Morte de M.J Gonzaga de Sá, de Lima Barreto. In: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras/article/viewFile/2924/3142>. Acesso em 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2000.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e Identidade Nacional*. SP: Brasiliense, 1994.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil- Entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PRADO, Antônio Arnoni. Cronologia In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Histórias e sonhos*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

RICCIARDI, Giovanni. *Sociologia da literatura*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1971.

ROCHA, Décio e DEUSDARÁ, Bruno. *Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória*. ALEA, vol. 7 nº 2 jul-dez 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2005000200010> Acesso em: 14 mai. 2015.

SANTOS, Lucas Maia dos. Prefácio. In: VIANA, Nildo. *A consciência da história- Ensaio sobre o materialismo histórico-dialético*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

SARTRE, Jean Paul. *O existencialismo é um humanismo; A imaginação; Questão de método*. São Paulo: Abril cultural, 1978 (os pensadores).

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). *Contos completos de Lima Barreto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e Criação cultural na Primeira República*. São Paulo : Editora Brasiliense, 2003.

SILVA, Einstein Augusto da; VIANA, Nildo; SOUZA, Renato Dias de. *A gênese social do naturalismo brasileiro*. Estácio de Sá – Ciências Humanas. Revista da Faculdade Estácio de Sá. Goiânia SESES-Go. Vol. 02, nº 10, 37-50, Fev/Jul. 2014.

SILVA, Francis Paulina Lopes da. *O discurso nacionalista de Lima Barreto*. In: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slt30/05.pdf>, Acesso em 2012.

SILVA, Maurício. *Tradição acadêmica no Brasil e formação do homo academicus: o caso da Academia Brasileira de Letras*. In: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/4511/3424> > Acesso em: 14 ago. 2016.

SILVA, Michel Goulart da. *Lima Barreto modernista*. In: Revista Espaço Acadêmico, n. 182 – julho/2016. Acesso em 2016.

SILVEIRA, Cristiane da. Entre a história e a literatura: a identidade nacional em Lima Barreto. In: <http://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/7936/5581> . Acesso em 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum-Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRAGTENBERG, Maurício. *A importância da literatura para o homem de cultura universitária, qualquer que seja sua especialização*. Revista Espaço Acadêmico, ano I, nº 7, dez 2001. Disponível em: < http://www.espacoacademico.com.br/007/07trag_literatura.htm >. Acesso em: 01 nov. 2015.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *As ideias estéticas de Marx*. 3º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VIANA, Nildo. *A aurora do anarquismo no Brasil*. In: REIS FILHO, Daniel Arão e DEMINICIS, Rafael Borges. *História do Anarquismo no Brasil*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2006.

VIANA, Nildo. *A consciência da história- Ensaio sobre o materialismo histórico-dialético*. 2º Ed, Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

VIANA, Nildo. *A esfera artística: Marx, Weber, Bourdieu e a sociologia da arte*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2007b.

VIANA, Nildo. *A literatura crítica-progressiva de Lima Barreto*. In: Revista Possibilidades, NPM, Ano 1, nº 1, Jul/set, 2004.

VIANA, Nildo. *A Pesquisa em Representações Cotidianas*. São Paulo: Chiado Editora, 2015.

VIANA, Nildo. Discurso e Poder. *Revista História e Luta de Classes*, Rio de Janeiro, ano 1, Edição nº 2, Fevereiro 2006b.

VIANA, Nildo. *Estado, democracia e cidadania*. 2º Ed, Rio de Janeiro: Rizoma, 2015b.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Desterro, RS: Barba Ruiva, 2007c.

VIANA, Nildo. *Senso comum, representações sociais e representações cotidianas*. Bauru, SP:Edusc, 2008.

VIANA, Nildo. Regimes de acumulação e épocas literárias. In: *Revista Sísifo*, mai. 2016. Disponível em: < <http://www.revistasisifo.com/2016/05/regimes-de-acumulacao-e-epocas.html> >. Acesso em: 20 jul. 2016.

WACQUANT, Loic. *Mapear o campo artístico*. Produção Cultural, 2005. Disponível em <<http://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/48/516.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2015.

ZILLY, Berthold. *Lima Barreto e a cultura nacional*. In: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=482> , Abril de 2006. Acesso em 2015.